



# DIÁRIO DA JUSTIÇA

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Edição nº 206/2023

Brasília - DF, disponibilização sexta-feira, 1 de setembro de 2023

### SUMÁRIO

Presidência .....	2
Secretaria Geral .....	22
Secretaria Processual .....	24
PJE .....	24

## Presidência

### RECOMENDAÇÃO Nº 142, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.

Recomenda aos Tribunais e aos(às) Magistrados(as) a adoção de medidas junto ao Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal para fomentar a inclusão de previsão orçamentária destinada à implementação da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional em seus instrumentos de planejamento e orçamento.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA(CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal reconheceu na ADPF 347 MC que o quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais no sistema carcerário brasileiro, decorrente de falhas estruturais e da falência de políticas públicas, caracteriza um estado de coisas inconstitucional, cuja superação demanda a atuação concertada de todos os Poderes e instituições públicas para a adoção de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária;

**CONSIDERANDO** ser a prisão medida extrema que se aplica somente nos casos expressos em lei e quando não cabível nenhuma das alternativas penais, conforme previsto na Constituição Federal (art. 5º, LXV, LXVI) e nos tratados internacionais sobre direitos humanos dos quais o país é signatário (art. 5º, § 2º), como as Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio);

**CONSIDERANDO** a Carta de intenções assinada entre o CNJ e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com o propósito de promover ações de capacitação e o desenvolvimento do Poder Judiciário nacional no campo dos direitos humanos;

**CONSIDERANDO** que, desde a Lei n. 6.416/1977, a legislação brasileira evoluiu para inserir mecanismos alternativos de responsabilização criminal, como a suspensão condicional da pena, as penas restritivas de direitos, a conciliação, a transação penal e a suspensão condicional do processo e, mais recentemente, o detalhado rol de medidas cautelares diversas da prisão da Lei n. 12.403/2011;

**CONSIDERANDO** os estudos científicos que demonstram o uso sistemático, abusivo e desproporcional da prisão provisória no país, em casos de pessoas que ao final do processo são absolvidas ou têm penas alternativas aplicadas, a exemplo de levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicado em 2015;

**CONSIDERANDO** o que dispõem a Resolução CNJ n. 213/2015 e os Acordos de Cooperação n. 05, n. 06 e n. 07, de 9 de abril de 2015, firmados entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), no sentido de que as medidas cautelares diversas da prisão aplicadas no âmbito das audiências de custódia serão encaminhadas para acompanhamento em serviços instituídos preferencialmente no âmbito do Poder Executivo estadual, denominados Centrais Integradas de Alternativas Penais ou com outra nomenclatura, bem como às Centrais de Monitoração Eletrônica, em casos específicos, cabendo ao MJSP, em parceria com o CNJ, elaborar manuais de gestão dessas práticas, com indicação das metodologias de acompanhamento dessas medidas;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ n. 288/2019, que define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade, e estabelece que sejam firmados meios de cooperação com o Poder Executivo para a estruturação de serviços de acompanhamento das alternativas penais;

**CONSIDERANDO** o papel da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no enfrentamento do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro, para que a pessoa egressa e seus familiares tenham apoio estatal, da sociedade civil e do setor privado, a fim de garantir seu acesso às políticas públicas, ao trabalho, à educação e a outros serviços públicos, em especial educação, qualificação profissional e oferta de trabalho, como forma de reduzir as vulnerabilidades e inibir novas infrações penais;

**CONSIDERANDO** a iniciativa do CNJ, no contexto do fomento da Política de Atenção à Pessoa Egressa, para a implantação nacional dos Escritórios Sociais, estruturados em articulação entre os Poderes Judiciário e Executivo locais, que reúnem em um único equipamento público o referenciamento para todas as políticas relacionadas à ressocialização do egresso, com atendimento sistematizado para redução dos fatores de vulnerabilidade;

**CONSIDERANDO** que o Escritório Social deve ser implementado com a participação das Redes Sociais, constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário, pelo órgão gestor da Administração Penitenciária Estadual, Secretarias Estaduais ou Municipais responsáveis por políticas de Assistência Social, Saúde, Trabalho, Habitação, Educação, Cultura, Direitos Humanos, Igualdade Racial, Políticas para Mulheres,

e pelas entidades públicas e privadas, inclusive Patronatos, Conselhos da Comunidade, Conselho Penitenciário, Federações empresariais, universidades e instituições de ensino fundamental, médio e técnico-profissionalizantes, bem como outras organizações da sociedade civil;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer medidas efetivas para implementação da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, mediante a previsão de dotação orçamentária e cargos públicos que viabilizem a estruturação e consolidação dessas políticas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de que as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para despesas relativas à Política Nacional de Alternativas Penais e à Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional estejam alinhadas entre si, tendo em vista as regras da Constituição Federal de 1988 para o planejamento e a execução orçamentárias;

**CONSIDERANDO** a iminência da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024 – 2027 que determinará as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada para os próximos quatro anos;

**CONSIDERANDO** o deliberado pelo Plenário do CNJ no procedimento Ato Normativo n. 0004320-20.2023.2.00.0000, na 11ª Sessão Virtual, finalizada em 18 de agosto de 2023;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Recomendar aos Tribunais e aos(as) magistrados(as) a adoção de medidas junto ao Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal para fomentar previsões orçamentárias destinadas à implementação da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional em seus instrumentos de planejamento e orçamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA).

§ 1º A previsão orçamentária de que trata o *caput* preferencialmente corresponderá a rubricas próprias, com recursos anuais para execução dessas políticas, conforme os parâmetros nacionais.

§ 2º Sempre que possível, os Tribunais de Justiça e os(as) magistrados(as) devem reforçar, junto à sociedade civil e às demais instituições públicas, a necessidade e a oportunidade da programação de ações e da efetivação dos serviços públicos relativos às alternativas penais e às políticas de egressos, como boas práticas para a racionalização do sistema penal e garantia da justiça e da segurança pública em seus respectivos Estados.

Art. 2º Com o objetivo de viabilizar a implementação da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, será estimulada a previsão de dotações orçamentárias aptas aos seguintes objetivos:

I – implementação ou criação de novos núcleos de Centrais Integradas de Alternativas Penais e do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada, atentando-se para a necessidade de interiorização dos serviços de alternativas penais;

II – contratação de equipe multidisciplinar para compor as Centrais e outros serviços, a exemplo dos Escritórios Sociais;

III – execução de convênios ou tratativas afins para proporcionar e execução de grupos reflexivos e adoção de metodologias restaurativas;

IV – estruturação ou criação de espaços físicos para funcionamento dos equipamentos de alternativas penais ou de apoio aos egressos do sistema prisional; e

V – outras ações destinadas à promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade.

Art. 3º Os Tribunais, particularmente por meio dos GMFs, envidarão esforços junto às secretarias de estado com atribuição para a gestão penitenciária e socioeducativas para criação de grupo de trabalho interinstitucional destinado ao acompanhamento do planejamento e da execução orçamentária relativamente à Política Nacional de Alternativas Penais e à Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, preferencialmente com a participação de representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, conselhos e serviços públicos pertinentes e de associações de familiares de pessoas presas.

Art. 4º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

Altera a Recomendação CNJ n. 134/2022, que dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro e a relevância dos precedentes judiciais para a promoção da segurança jurídica, da estabilidade e do ambiente de negócios no Brasil.

**A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o sistema de enfrentamento de demandas repetitivas introduzido pelo Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que buscou simplificar e agilizar o julgamento de processos em bloco e minimizar a problemática de sentenças contraditórias ao prever o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR);

**CONSIDERANDO** a importância da desburocratização do processamento dos IRDRs no âmbito dos tribunais brasileiros, à luz da preservação da celeridade processual, da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da prestação jurisdicional;

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 976 ao 987 da Lei n. 13.105/2015 (CPC);

**CONSIDERANDO** a decisão plenária tomada no julgamento do Ato Normativo n. **0002413-10.2023.2.00.0000**, na 11ª Sessão Virtual, finalizada em 18 de agosto de 2023;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 34 da Recomendação CNJ n. 134/2022, com a seguinte redação:

“Art. 34. ....

Parágrafo único. A competência para julgar a admissibilidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas cabe ao órgão colegiado regimentalmente indicado para o respectivo julgamento, a quem também compete emitir o juízo de admissibilidade logo em seguida à distribuição, conforme previsão dos arts. 976 e 981 do Código de Processo Civil.” (NR)

Art. 2º Esta Recomendação entra em vigor na data da sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

#### **RECOMENDAÇÃO N. 144, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.**

Recomenda aos Tribunais que implementem o uso da linguagem simples nas comunicações e atos que editem.

**A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, previstos no art. 3º, incisos I, III e IV, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ n. 325/2020, que traz como um dos seus macrodesafios o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade, incluindo a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ n. 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ n. 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n. 12.527/2011;

**CONSIDERANDO** a Lei n. 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, e estabelece em seu art. 5º, XIV, a utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de disseminar a produção de comunicações claras, objetivas e inclusivas que permitam que os cidadãos e cidadãs tenham acesso fácil, entendam e consigam utilizar as informações produzidas pelos órgãos do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a linguagem como meio para a redução das desigualdades (ODS 10, da Agenda 2030 da ONU) e para a promoção da transparência, da participação, do controle social e do acesso aos serviços públicos;

**CONSIDERANDO** os resultados de pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2023 sobre "Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro" acerca da linguagem utilizada pelo Judiciário;

**CONSIDERANDO** os princípios estabelecidos na Resolução CNJ n. 395/2021, que institui a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a decisão plenária tomada no julgamento do Ato Normativo n. 0000585-76.2023.2.00.0000, na 11ª Sessão Virtual, finalizada em 18 de agosto de 2023;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Recomendar aos Tribunais e Conselhos, com exceção do STF, a utilização de linguagem simples, clara e acessível, com o uso, sempre que possível, de elementos visuais que facilitem a compreensão da informação.

§ 1º A utilização de linguagem simples deve prevalecer em todos os atos administrativos e judiciais expedidos pelos Juízos, Tribunais e Conselhos.

§ 2º Para os atos que veiculam conteúdo essencialmente técnico-jurídico, os Tribunais e Conselhos poderão construir documento em versão simplificada que facilite a compreensão.

§ 3º Os Tribunais e Conselhos poderão utilizar o código de resposta rápida (*QR Code*) para fornecer informações complementares relacionadas ao documento, bem como para possibilitar o acesso a formas alternativas de comunicação, como áudios, vídeos legendados e com janela de libras ou outras.

§ 4º Para disseminar e incentivar a implementação do uso da linguagem simples, os Tribunais e Conselhos poderão promover oficinas e desenvolver guias, cartilhas, glossários e modelos que auxiliem a simplificação e a uniformização da identidade visual, com a participação dos laboratórios de inovação e da área de comunicação social.

Art. 2º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

**RESOLUÇÃO N. 517, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.**

Revoga dispositivos das Resoluções n. 13/2006 e 14/2006.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o deliberado pelo Plenário do CNJ no procedimento de Consulta n. 0002272-25.2022.2.00.0000, na 12ª Sessão Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2023;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar o art. 6º da Resolução CNJ n. 13/2006.

Art. 2º Revogar o parágrafo único do art. 2º da Resolução CNJ n. 14/2006.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

**RESOLUÇÃO N. 518, DE 31 DE AGOSTO DE 2023.**

Altera a Resolução CNJ n. 351/2020, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a superveniência da Resolução CNJ n. 492/2023, que estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, a qual institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados(as), relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** o deliberado pelo Plenário do CNJ no procedimento Ato Normativo n. 0005171-59.2023.2.00.0000, na 12ª Sessão Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2023;

**RESOLVE:**

Art. 1º A Resolução CNJ n. 351/2020 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Instituir a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Esta Resolução aplica-se a todas as condutas de assédio e discriminação no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas por qualquer meio, inclusive aquelas contra estagiários(as), aprendizes, voluntários(as), terceirizados(as) e quaisquer outros prestadores(as) de serviços, independentemente do vínculo jurídico mantido.

.....  
Art. 2º Para os fins desta Resolução considera-se:

I – Assédio moral: violação da dignidade ou integridade psíquica ou física de outra pessoa por meio de conduta abusiva, independentemente de intencionalidade, por meio da degradação das relações socioprofissionais e do ambiente de trabalho, podendo se caracterizar pela exigência de cumprimento de tarefas desnecessárias ou exorbitantes, discriminação, humilhação, constrangimento, isolamento, exclusão social, difamação ou situações humilhantes e constrangedoras suscetíveis de causar sofrimento, dano físico ou psicológico;

II – Assédio moral organizacional: processo contínuo de condutas abusivas ou hostis, amparado por estratégias organizacionais e/ou métodos gerenciais que visem a obter engajamento intensivo ou excluir aqueles que a instituição não deseja manter em seus quadros, por meio do desrespeito aos seus direitos fundamentais;

VI – Gestor: magistrado(a), servidor(a) que exerça atividades com poder de decisão, liderança de indivíduos e de equipes e, por meio de gestão de pessoas, de recursos, das condições organizacionais e de processos de trabalho, viabilizando o alcance dos resultados institucionais;

IX – Gestão participativa: modo de gestão que, entre outros aspectos mencionados na Resolução CNJ n. 240/2016, promove a valorização e o compartilhamento da experiência de trabalho; a cooperação e a deliberação coletiva e a participação integrada de magistrados(as), servidores(as) em pesquisas, consultas, grupos gestores, com o objetivo de identificar problemas e propor melhorias no ambiente de trabalho e institucionais;

Art. 4º .....

IV – os tribunais e as respectivas escolas de formação de magistrados(as) e de servidores(as), nos respectivos programas de aperfeiçoamento e capacitação, inclusive os de desenvolvimento gerencial, deverão prever em seus currículos e itinerários formativos o tema da prevenção e do enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros temas correlatos, relacionando-os com os processos de promoção à saúde no trabalho, sendo sugerido, como conteúdo mínimo, aquele constante do Anexo I;

V – os gestores(as) deverão promover ambiente de diálogo, cooperação e respeito à diversidade humana e adotar métodos de gestão participativa e organização laboral que fomentem a saúde física e mental no trabalho;

VI – as áreas de gestão de pessoas, as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão, previstas na Resolução CNJ n. 230/2016, e as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, constituídas em cada tribunal, promoverão, junto com a saúde e outras unidades, ações e campanhas de conscientização a respeito da aplicação desta Política e das consequências do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação no trabalho, utilizando linguagem clara e objetiva e estratégia de comunicação alinhada à abordagem de intervenção;

IX – os órgãos e unidades do Poder Judiciário atuarão no sentido de sensibilizar magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e prestadores(as) de serviços sobre relações saudáveis de trabalho, chamando a atenção para os riscos e potenciais prejuízos das práticas abusivas e discriminatórias; e

X – os tribunais e as escolas de formação de magistrados(as) e de servidores(as), nos seus programas de aperfeiçoamento e capacitação, deverão oportunizar adequada capacitação aos membros das Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão, das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, bem como dos órgãos de apuração em relação à prevenção e ao enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação, sendo sugerido, como conteúdo mínimo, aquele constante do Anexo I.

Parágrafo único. As escolas nacionais de formação e aperfeiçoamento de magistrados(as) e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores(as) do Poder Judiciário desenvolverão atividades específicas de formação, aperfeiçoamento e capacitação a que se referem os incisos IV e X deste artigo (conforme Anexo I), e disponibilizarão aos tribunais o respectivo material, devendo informar ao CNJ as medidas tomadas em razão desta Resolução.

Art. 5º .....

I – fomentar a gestão participativa, a integração entre servidores(as), gestores(as) e magistrados(as), o compartilhamento da experiência, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal;

III – assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e impedir mecanismos, gestões e atitudes que favoreçam o assédio moral, sexual e a discriminação;

Parágrafo único. A prevenção baseada em princípios restaurativos poderá adotar as sugestões de medidas preventivas do Anexo V.

Art. 7º .....

§ 1º Ao registrar a informação as Comissões devem observar o Protocolo de Acolhimento em situações de assédio e/ou discriminação – Anexo II – e formulário de avaliação de risco do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação no âmbito do poder judiciário – Anexo III.

§ 2º O acompanhamento poderá ser individual ou coletivo, inclusive de equipes, a fim de promover o suporte psicossocial e, também, orientar a busca de soluções sistêmicas para a eliminação das situações de assédio e discriminação no trabalho.

Art. 10. A área responsável pelo acolhimento atuará em rede com os demais profissionais de saúde, na perspectiva inter e transdisciplinar, a fim de assegurar cuidado integral às pessoas afetadas por situação de assédio ou discriminação.

Art. 11. Frente aos riscos psicossociais relevantes, os profissionais das áreas de gestão de pessoas e de saúde poderão prescrever ações imediatas com o objetivo de preservar a saúde e a integridade física e moral das pessoas afetadas por assédio ou discriminação, inclusive, se for o caso, sugerir à Presidência do tribunal ou à autoridade competente, a realocação dos servidores(as) envolvidos(as), com sua anuência, em outra unidade.

Art. 13. ....

I – Área de Gestão de Pessoas;

III – Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação;

§ 2º A instância que receber notícia de assédio ou de discriminação informará à área de Gestão de Pessoas para acolhimento, suporte, orientação e auxílio na modificação das situações noticiadas sempre que o(a) noticiante assim o desejar.

§ 3º Quando julgar conveniente, o(a) noticiante poderá buscar orientação e suporte externo de entidades representativas, serviços de apoio, organizações da sociedade civil ou pessoas de sua confiança, sem nenhum prejuízo do encaminhamento da notícia ou do pedido de acompanhamento às instâncias institucionais.

§ 4º Se o(a) noticiante considerar inviável a resolução do conflito, poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento da notícia à autoridade competente para providências cabíveis, inclusive, conforme o caso, apuração por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§ 5º O encaminhamento da notícia à autoridade competente para providências cabíveis, inclusive, conforme o caso, apuração por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar, deverá sempre respeitar o desejo do(a) noticiante.

§ 6º O exercício do direito de não representar do(a) denunciante concretiza a garantia fundamental de proteção à intimidade e, assim, não pode gerar, por si só e sem outros elementos de prova, consequências penais, cíveis ou administrativas.

Art. 14. Deverão ser resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento da notícia de assédio ou discriminação, sendo vedado o anonimato.

§ 1º A confidencialidade é requisito ético e condição necessária para o acolhimento seguro da notícia de assédio ou discriminação, a fim de proteger o direito à intimidade e a integridade psíquica da pessoa noticiante, sendo exigido o seu consentimento expresso para qualquer registro ou encaminhamento formal do relato.

§ 2º A instância institucional que realizar o acolhimento da notícia (art. 13) somente fará registro do relato mediante autorização da pessoa atendida ou nos termos do § 4º deste artigo, e naquele caso, resguardado o sigilo adequado conforme a autorização conferida, e no limite do necessário para o eventual encaminhamento.

§ 3º No caso de não haver autorização para o registro, a pessoa será cientificada verbalmente de que não será dado encaminhamento ao relato, ficando restrita a atuação da(s) instância(s) ao acolhimento.

§ 4º Para fins estatísticos internos da Comissão e de construção de políticas públicas, será feito exclusivamente o registro do número de acolhimentos, sem a identificação dos dados nominais e detalhes do caso.

Art. 15. Serão instituídas em cada tribunal, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, em caráter permanente, pelo menos uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, revestida de caráter autônomo e independente com participação plúrima de magistrados(as); servidores(as); e terceirizados(as), os quais se reunirão, ao menos, semestralmente.

§ 1º Nos tribunais de médio e grande porte, conforme definição do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, haverá, pelo menos, uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação em cada grau de jurisdição;

§ 2º Nos tribunais de médio e grande porte, conforme definição do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, em que a jurisdição abranja 2 (dois) ou mais estados, haverá uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação em cada estado da Federação, no primeiro grau;



§ 3º Na composição das Comissões mencionadas neste artigo, deverá ser considerado o critério de representação da diversidade existente na Instituição, tendo que haver, para tanto, dentre os membros, obrigatoriamente:

I – servidor(a) indicado(a) pelo respectivo sindicato ou associação, e, na falta destes, por votação direta entre os seus pares;

II – terceirizado(a) indicado(a) pelo respectivo sindicato ou associação, e, na falta destes, por votação direta entre os seus pares;

III – servidor(a) com deficiência ou pertencente a grupo vulnerabilizado indicado(a) pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão; e

IV – diversidade de gênero, devendo, caso necessário, a Presidência, ao realizar as indicações a seu encargo, privilegiar mulheres ou pessoas da população LGBTQIA+.

§ 4º Os tribunais poderão expedir normatizações complementares sobre as indicações para as comissões; e

§ 5º Nas Justiças Militar e Eleitoral, caso não haja interessados suficientes para ocupação das vagas nas listas de inscrites para magistrados(as) e para servidores(as), caberá aos tribunais indicar os membros das Comissões para completar a sua composição.

Art. 16. A Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação terá as seguintes atribuições:

I – monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção dessa Política;

II – contribuir para o desenvolvimento de diagnóstico institucional das práticas de assédio moral, sexual e da discriminação;

III – solicitar relatórios, estudos e pareceres aos órgãos e às unidades competentes, resguardados o sigilo e o compromisso ético-profissional das áreas técnicas envolvidas;

IV – sugerir medidas de prevenção, orientação e enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação no trabalho;

V – representar aos órgãos disciplinares a ocorrência de quaisquer formas de retaliação àquele(a) que, de boa-fé, busque os canais próprios para relatar eventuais práticas de assédio moral, sexual e da discriminação;

VI – alertar sobre a existência de ambiente, prática ou situação favorável ao assédio moral, assédio sexual e à discriminação; e

VII – fazer recomendações e solicitar providências às direções dos órgãos, aos gestores das unidades organizacionais e aos profissionais da rede de apoio, tais como:

a) apuração de notícias de assédio e da discriminação;

..... i) ações de capacitação e acompanhamento de gestores(as) e servidores(as);

k) revisão de estratégias organizacionais e/ou métodos gerenciais que possam configurar assédio moral organizacional ou qualquer forma de discriminação institucional;

l) celebração de termos de cooperação técnico-científica para estudo, prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação.

VIII – articular-se com entidades públicas ou privadas que tenham objetivos semelhantes aos da Comissão.

§ 1º Sem prejuízo das medidas de coordenação nacional, acompanhamento e incentivo por parte do CNJ, as Comissões instituídas pelos tribunais coordenarão rede colaborativa e promoverão o alinhamento das Comissões em nível regional, bem como tomarão iniciativas para a efetividade de seus objetivos;

§ 2º As Comissões criadas por força desta Resolução não substituem as Comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar, adotando diretrizes e procedimentos distintos destas, de acordo com as abordagens de prevenção e acolhimento definidas nos arts. 4º a 14 desta Resolução.

§ 3º Por força do disposto no art. 8º desta Resolução, o acolhimento da notícia não se confunde e não se comunica com os procedimentos formais de natureza disciplinar, de modo que a pessoa a que se refere a notícia de assédio ou discriminação não deverá ser cientificada da existência ou do conteúdo da notícia, nem chamada a ser ouvida sem o consentimento do(a) noticiante.

§ 4º A critério da pessoa noticiante, a pessoa referida na notícia poderá ser chamada a participar de práticas restaurativas ou outras medidas consideradas adequadas para o caso concreto, visando à resolução do conflito.

§ 5º Os membros da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação não poderão integrar, concomitantemente, as comissões de sindicância e/ou de processo administrativo disciplinar, seja como membro titular ou substituto.

§ 6º O tratamento de notícias de assédio e/ou discriminação no âmbito das Comissões deverá obedecer às particularidades locais, sendo sugerido o fluxo constante do Anexo IV.

§ 7º Ao instituírem suas Comissões, os tribunais e conselhos deverão designar unidade ou servidor(a) para secretariar os respectivos trabalhos.

.....  
Art. 18-A. ....

Parágrafo único. As ações preventivas e formativas deverão ser realizadas durante toda a semana, contemplando magistrados(as); servidores(as); estagiários(as); e terceirizados(as) e quaisquer outros prestadores(as) de serviços, independentemente do vínculo jurídico mantido.

Art. 18-B. O CNJ promoverá, anualmente, um Encontro Nacional das Comissões e Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, preferencialmente na última semana de junho de cada ano.

Art. 19. A Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação integrará todos os contratos de estágio e de prestação de serviços firmados pelos órgãos do Poder Judiciário.

Art. 20. Será dado amplo conhecimento desta Política aos magistrados(as); servidores(as); e estagiários(as), e todos que atuam no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho nos órgãos do Poder Judiciário, bem como dos instrumentos e canais disponíveis para garantir sua efetividade.

Art. 21. Nos casos de retaliação a funcionários(as) de empresas prestadoras de serviços que tenham noticiado fatos relacionados a esta Resolução, mesmo após eventual rescisão do contrato administrativo ou rescisão do contrato de trabalho do(a) funcionário(a) com a empresa prestadora de serviços, as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação deverão analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.”(NR)

Resolução.

Art. 2º A Resolução CNJ n. 351/2020 passa a vigorar acrescida dos Anexos I, II, III, IV e V, na forma dos Anexos desta

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

**ANEXO I DA RESOLUÇÃO N. 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.****PLANO DE AÇÃO FORMATIVA**

A Resolução CNJ n. 351/2020 representa um marco importante no compromisso do Poder Judiciário brasileiro em garantir ambientes de trabalho saudáveis, respeitosos e livres de qualquer forma de violência, discriminação ou assédio. Essa resolução estabelece diretrizes claras para a prevenção e o enfrentamento do assédio sexual, assédio moral e discriminação, visando a promoção do bem-estar dos servidores e colaboradores.

Nesse contexto, a implementação de um conteúdo mínimo de capacitação inicial se faz necessária e altamente justificável, por várias razões:

**Conscientização e Sensibilização:** a capacitação proporciona aos integrantes das comissões uma compreensão aprofundada sobre o significado e os impactos do assédio sexual, assédio moral e discriminação. Isso promove uma cultura de respeito e empatia, permitindo que os envolvidos compreendam as consequências negativas desses comportamentos e estejam mais propensos a agir de maneira adequada.

**Cumprimento Legal:** a Resolução CNJ n. 351/2020 exige a adoção de medidas eficazes para prevenir e enfrentar o assédio e a discriminação. A implementação de um programa de capacitação inicial se alinha diretamente a esse requisito legal, demonstrando o comprometimento da instituição em cumprir as determinações do Conselho Nacional de Justiça.

**Prevenção de Litígios e Danos:** a capacitação reduz o risco de ocorrência de incidentes de assédio ou discriminação, contribuindo para a diminuição de conflitos e litígios internos. Isso protege a imagem da instituição e evita custos associados a processos judiciais e danos à reputação.

**Criação de Ambientes Seguros:** a capacitação cria um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, onde os integrantes das comissões podem desempenhar suas funções de maneira mais produtiva e colaborativa. Isso também fortalece a confiança dos colaboradores na instituição, aumentando sua satisfação e engajamento.

**Fortalecimento Institucional:** a implementação de uma capacitação inicial obrigatória demonstra o compromisso da instituição em promover uma cultura organizacional que valoriza a diversidade, a igualdade e o respeito mútuo. Isso contribui para fortalecer a reputação do órgão perante a sociedade e outros stakeholders.

**Aprimoramento da Atuação das Comissões:** a capacitação oferece conhecimentos práticos sobre a identificação, investigação e tratamento de casos de assédio e discriminação. Isso permite que as comissões ajam de maneira eficaz e justa na condução de processos internos relacionados a essas questões sensíveis.

Portanto, considerando a importância da Resolução CNJ n. 351/2020, bem como os benefícios tangíveis e intangíveis advindos da implementação de um conteúdo mínimo de capacitação, é justificável e recomendável que os integrantes das comissões recebam uma formação obrigatória sobre prevenção e enfrentamento do assédio sexual, assédio moral e discriminação. Isso não apenas atende às exigências legais, mas também contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo, ético e respeitoso.

**I – Desenvolvimento do curso**

Proposta de conteúdo mínimo para capacitação inicial, sendo de caráter obrigatório para integrantes das comissões, sobre prevenção e enfrentamento do assédio sexual, assédio moral e da discriminação, à luz da Resolução CNJ n. 351/2020 (40 horas).

**II–Modelo Teórico e do evento**

No Módulo Teórico serão desenvolvidos determinados temas (a seguir elencados) pelos formadores, por meio de atividades síncronas e assíncronas por meio de oficinas.

·Encontros Telepresenciais em plataforma de escolha do órgão e Oficinas presenciais

·EAD por meio da plataforma Moodle/ou ambiente similar e oficinas presenciais.

**III –Conteúdo Programático**

O curso será ministrado ao longo de 40 horas/aula e abordará os seguintes temas:

**Módulo I – LEGISLAÇÃO NACIONAL, INTERNACIONAL E OUTRAS REFERÊNCIAS**

**Unidade 1:** Noções Gerais sobre Legislação e Convenções Internacionais: **a)** Introdução ao contexto da legislação nacional e internacional no combate ao assédio sexual, assédio moral e discriminação. **b)** Apresentação das principais convenções e tratados internacionais relacionados aos direitos humanos, igualdade racial, gênero, e pessoas com deficiência.

**Unidade 2:** Principais Leis e Normativos: **a)** Constituição da República Federativa do Brasil: Fundamentos dos direitos fundamentais e igualdade. **b)** Lei n. 8.112/1990: Regime jurídico dos servidores públicos civis. **c)** Lei n. 14.540/2023: Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Crimes contra a Dignidade Sexual. **d)** Lei n. 12.288/2010: Estatuto da Igualdade Racial e alterações em leis correlatas. **e)** Lei n. 13.146/2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **f)** Lei n. 10.741/2003: Estatuto da Pessoa Idosa. **g)** Lei n.

7.716/1989: Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. **h)** Código Penal: Crimes contra a Dignidade Sexual. **i)** Convenções e Recomendações da OIT e convenções e tratados internacionais sobre igualdade de oportunidades, discriminação e violência no trabalho.

**Unidade 3:** Políticas e Resoluções do CNJ: **a)** Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referentes à prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e discriminação, Justiça Restaurativa. **b)** Cartilha sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Poder Judiciário. **c)** Atuação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário. **d)** Modelo do TCU de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual. **e)** Movimentos Alternativos Locais e Internacionais de Combate ao Assédio Moral e Sexual.

## Módulo II – CONCEITOS

**Unidade 1:** Assédio Sexual: **a)** Definição, elementos caracterizadores e tipos de assédio sexual. **b)** Diferença entre o crime de assédio sexual e a infração administrativa de assédio sexual. **c)** Distinção entre assédio sexual e importunação sexual.

**Unidade 2:** Assédio Moral: **a)** Conceito, elementos e diferentes tipos de assédio moral. **b)** Exemplos de situações que configuram e não configuram assédio moral.

**Unidade 3:** Discriminação: **a)** Preconceito, discriminação e noções gerais. **b)** Conceito jurídico de discriminação e suas modalidades. **c)** Discriminação direta e indireta. **d)** Discriminação sexual, de gênero e racial. **e)** Racismo: conceito, formas (individual, institucional e estrutural), e diferenças entre racismo e discriminação racial. **f)** Discriminação religiosa e em razão da religião. **g)** Injúria racial e racismo: entendimento geral. **h)** Outras formas de discriminação.

## Módulo III – DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

**Unidade 1:** Prevenção e Políticas Nacionais: **a)** Política nacional de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual, moral e discriminação. **b)** Apresentação de dados de pesquisas do CNJ sobre o tema.

**Unidade 2:** Consequências e Saúde Mental: **a)** Impactos do assédio e da discriminação na saúde mental. **b)** Medidas preventivas para preservar a saúde mental dos servidores.

**Unidade 3:** Procedimentos de Denúncia e Acolhimento: **a)** Fluxo de trabalho nas Comissões de Prevenção e Enfrentamento baseado na Base Nacional do CNJ. **b)** Protocolos de acolhimento, incluindo Comunicação Não-violenta e técnicas da Justiça Restaurativa e Mediação.

## Módulo IV – ÉTICA NO LOCAL DE TRABALHO

**Unidade 1:** Ética no Ambiente de Trabalho: **a)** Conceito de ética e sua importância para a prevenção do assédio sexual, assédio moral e discriminação. **b)** Boas práticas para melhorar o ambiente de trabalho.

**Unidade 2:** Integridade e Compliance: **a)** Aplicação da Política de Integridade e Compliance no combate ao assédio sexual, moral e discriminação.

**Unidade 3:** Consequências Disciplinares e Criminais: **a)** Deveres, vedações e abrangência das leis pertinentes. **b)** Implicações disciplinares e criminais decorrentes de comportamentos de assédio sexual, assédio moral e discriminação.

### IV – Público-Alvo

Magistrados(as), Servidores(as), integrantes das comissões ou subcomitês de prevenção e enfrentamento do assédio sexual, assédio moral e da discriminação.

### V – Carga Horária total

40 horas, divididas em conteúdo da plataforma EAD *Moodle* ou ambiente similar e oficinas presenciais.

### VI – Metodologia

Deverá a Seção de Ensino a Distância disponibilizar na plataforma *Moodle* ou ambiente similar um espaço para hospedagem do material, vídeos, fórum de discussão e atividades.

**Plataforma EAD – Moodle ou ambiente similar:** **a)** Utilização da plataforma de ensino a distância - Moodle- para hospedar o conteúdo online. **b)** Disponibilização dos módulos sequencialmente, permitindo que os participantes avancem no próprio ritmo. **c)** Inclusão de atividades de verificação de aprendizado, como questionários e avaliações, para consolidar os conhecimentos adquiridos.

**Oficinas Presenciais:** **a)** Realização de sessões presenciais em locais apropriados, com datas pré-determinadas. **b)** As oficinas terão como foco a aplicação prática dos conceitos aprendidos nos módulos online. **c)** Atividades de grupo, estudos de caso, simulações e exercícios práticos serão conduzidos durante as oficinas. **d)** Possibilidade de interação direta com instrutores e colegas para discussões, esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de experiências.

**Avaliação:** **a)** Avaliações online após a conclusão de cada módulo para verificar a compreensão dos participantes. **b)** Avaliação final que abrange o conteúdo de todo o curso, tanto os módulos online quanto as oficinas presenciais.

**Suporte ao Participante:** **a)** Fornecimento de suporte técnico para questões relacionadas à plataforma EAD – *Moodle* ou ambiente similar. **b)** Canais de comunicação para esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo e a logística do curso.

**VII – Número de Vagas / Inscrições**

Total de vagas: a definir.

Banner: Será confeccionado um banner, para divulgação interna, contendo as principais informações sobre o curso, como: carga horária total, período em que será realizado, público-alvo, modalidade EAD e presencial, docente e onde como realizar a inscrição.

Modalidade de inscrição: a utilizada pelo órgão nos seus eventos de capacitação.

Registro de Presença: meio utilizado pelo órgão para seus eventos de capacitação.

**VIII – Local**

Plataforma EAD *Moodle* ou ambiente similar e oficinas presenciais (local a ser definido).

**IX – Certificação**

Emitido pelo órgão nas suas ações de capacitação mediante frequência mínima.

**X – Objetivos**

Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de:

Compreender Conceitos Fundamentais: **a)** Definir claramente os conceitos de assédio sexual, assédio moral e discriminação. **b)** Identificar exemplos de comportamentos associados a cada conceito.

Compreender Impactos e Consequências: **a)** Reconhecer as consequências físicas, emocionais e profissionais do assédio sexual, assédio moral e discriminação tanto para as vítimas quanto para o ambiente de trabalho. **b)** Compreender os prejuízos à saúde mental e bem-estar das pessoas afetadas.

Conhecer Legislação e Normativas: **a)** Adquirir conhecimento sobre as leis e regulamentos relacionados à prevenção e enfrentamento do assédio e discriminação no ambiente de trabalho, incluindo a Resolução CNJ n. 351/2020. **b)** Entender as sanções legais e disciplinares aplicáveis em casos de violações.

Identificar e Denunciar: **a)** Desenvolver habilidades para identificar comportamentos suspeitos ou indícios de assédio sexual, assédio moral e discriminação. **b)** Aprender a fazer denúncias de maneira segura e confidencial, evitando retaliações.

Conhecer Procedimentos de Investigação: **a)** Adquirir conhecimento sobre os procedimentos adequados para conduzir investigações internas em casos de assédio e discriminação. **b)** Familiarizar-se com práticas éticas e imparciais na coleta de evidências e entrevistas.

Oferecer Apoio às Vítimas: **a)** Desenvolver estratégias para oferecer apoio empático e sensível às vítimas, garantindo que se sintam ouvidas e respeitadas. **b)** Conhecer os recursos internos e externos disponíveis para auxiliar as vítimas.

Promover Prevenção e Cultura Organizacional: **a)** Aprender estratégias para promover uma cultura organizacional inclusiva, baseada no respeito mútuo e na diversidade. **b)** Conscientizar colegas e colaboradores para prevenir o surgimento de assédio e discriminação.

Comunicar de Forma Eficaz: **a)** Desenvolver habilidades de comunicação para abordar delicadamente questões relacionadas a assédio e discriminação, promovendo um diálogo aberto e construtivo. **b)** Transmitir informações claras sobre políticas e procedimentos institucionais.

Entender o Papel das Comissões: **a)** Compreender o papel e as responsabilidades das comissões no tratamento de casos de assédio e discriminação. **b)** Aprender a conduzir investigações imparciais e justas, garantindo a aplicação correta das medidas disciplinares.

Promover Desenvolvimento Pessoal e Profissional: **a)** Reconhecer a importância do respeito e da igualdade no ambiente de trabalho para o crescimento individual e o sucesso organizacional. **b)** Reforçar a ética profissional e o compromisso com um ambiente saudável e seguro para todos.

**XI – Temática**

Tecnologia da Informação

Judiciária ·

Administrativa/Gestão

Línguas ·

Responsabilidade Social

Educação ·

Saúde e Qualidade de Vida

Glossário: Administrativa/Gestão; Saúde e Qualidade de Vida

Assuntos envolvidos: legislação nacional, internacional e outras referências; conceitos; diretrizes para prevenir o assédio sexual, moral e a discriminação; procedimento de apuração de denúncias por assédio sexual, moral e por discriminação; ética no local de trabalho.

**XII – Remuneração dos docentes**

Sim ( ) Não ( )

Conforme Ato Regulamentar XX

**XIII – Ministrantes / Docentes / Carga Horária Individual**

Nome	Averbar	Remunerar	Forma de contratação

**XIV – Necessidade específicas de local, equipamento**

Local para realização das oficinas presenciais que atenda ao número de participantes.

**XV – Recursos Didáticos**

Plataforma *Moodle* ou ambiente similar.

**XVI – Informações Gerais**

Cerimonial

sim  não  a definir

Filmagem

sim  não  a definir

Transmissão simultânea:

sim  não  a definir

Cobertura de Imprensa:

sim  não  a definir

Cobertura Fotográfica:

sim  não  a definir

**XVII – Área demandante**

Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e todas as formas de Discriminação.

**XVIII – Programa Formativo**

Programa de formação inicial de magistrados

Programa de formação continuada de magistrados

Programa intercâmbio profissional de magistrados

Programa de formação inicial de servidores

Programa de formação continuada de servidores

Programa de formação de formadores

Programa de formação de gestores

**XIX – Itinerário Formativo**

SIM  NÃO

Qual:

**XX – Método de avaliação**

Avaliação de aprendizagem: serão realizadas avaliações online após a conclusão de cada módulo do curso e, ao final, será realizada uma avaliação que abrangerá todo o conteúdo do curso (módulos online e oficinas presenciais).

Avaliação de reação: será realizada pelos participantes do curso, por intermédio de formulário disponibilizado no *Moodle* ou ambiente similar.

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO N. 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.****PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO EM SITUAÇÕES DE ASSÉDIO E/OU DISCRIMINAÇÃO****A - Diretrizes Gerais e Específicas****Diretrizes gerais:**

1. Implementação de canal permanente, físico e/ou virtual, para o recebimento de notícias de assédio e discriminação, voltado ao acolhimento, à escuta, ao acompanhamento e à orientação de todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional.
2. Instalação preferencial do canal permanente na área de gestão de pessoas.
3. Possibilidade de adoção de diversas formas de canais permanentes de acesso: *e-mail* específico, contato telefônico, atendimento presencial, chat virtual, QR *code*, entre outros.
4. Espaço físico reservado, com isolamento acústico e layout inclusivo (mesas redondas e cadeiras confortáveis, todas na mesma altura, entre outras medidas).
5. Indicação, de forma clara e acolhedora e com uso de estratégia para não impedir a notícia dos fatos, do canal de atendimento presencial.
6. Apresentação dos membros da Comissão em site dos Tribunais e Seções Judiciárias, bem como das situações que configuram assédio e discriminação no ambiente de trabalho, por meio de cartilhas ilustrativas.
7. Atendimento humanizado regido, basicamente, pelas seguintes orientações: **a.** tratamento individualizado; **b.** compreensão de necessidades e particularidades da pessoa notificante e do caso concreto; **c.** prática de escuta ativa; **d.** redução de tempo de espera; **e.** transmissão de mensagens claras, em linguagem apropriada à pessoa notificante e aos seus eventuais acompanhantes, para que possam ser compreendidas; **f.** uso de linguagem não burocrática ou jurídica; **g.** permissão de presença de acompanhantes (inclusive do sindicato) e familiares; **h.** questionamento à pessoa notificante como quer ser tratada, como gostaria de ser chamada e, caso deseje, usar o nome social informado.
8. Necessidade de conhecimento sobre a comunidade LGBTQIAPN+ (compreensão de conceitos abrangidos pela sigla).
9. Atenção ao racismo estrutural, devendo ser evitada a repetição de ações, hábitos, falas e pensamentos que promovam, direta ou indiretamente, a discriminação ou a segregação racial.
10. Possibilidade de escolha, pela pessoa notificante, de membro da Comissão para a realização do atendimento.
11. Atendimento acompanhado por equipe multidisciplinar, necessariamente composta por psicólogos, se for do interesse da pessoa notificante, com estímulo à celebração de termos de cooperação técnica com universidades.
12. Apresentação de formulário de avaliação de risco à pessoa notificante, conforme modelo em anexo, para preenchimento voluntário.
13. Observância ao sigilo de dados da pessoa notificante e ao sigilo profissional.
14. A criação de espaços permanentes de escuta, tais como rodas de conversa periódicas, pode contribuir para o bom funcionamento e aprimoramento das atividades das comissões.
15. Pesquisas de clima organizacional e de assédio devem ser feitas periodicamente, com monitoramento dos atestados médicos para identificar unidade/local onde há índice maior de afastamento por doenças laborais, avaliação de desempenho dos servidores e avaliação do chefe pelos servidores.

**Diretrizes específicas:**

1. Pessoas idosas e pessoas com deficiência têm garantido por lei o direito ao atendimento presencial com prioridade em relação às demais.
2. A presença de mulheres lactantes, pessoas com filhos pequenos, pessoas ameaçadas ou em qualquer outra situação de vulnerabilidade (econômica, social, intelectual etc.) indica a necessidade de adaptação do procedimento com relação à duração dos atos, ao vocabulário utilizado, à privacidade, entre outras medidas, sendo recomendável a possibilidade de atendimento fora do horário de expediente regular, seja presencial ou por videoconferência, a critério da pessoa notificante.
3. Observância à possibilidade de utilização de tecnologia assistiva (recursos, equipamentos e serviços que podem ser utilizados por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para promover uma vida independente e a inclusão, tais como programas de computador, adaptações como rampas e elevadores, aparelhos auditivos, entre outros).

**B – Registro e encaminhamento da notícia (fluxo)**

1. Entre o recebimento da notícia e o encaminhamento para deliberação da comissão, recomenda-se prazo não superior a 30 (trinta) dias.
2. Para a apreciação de medidas urgentes, recomenda-se prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**C – Medidas urgentes**

Possibilidade de ações imediatas para preservar a saúde e a integridade física e moral das pessoas afetadas por assédio ou discriminação, inclusive com sugestão à Presidência do Tribunal ou à autoridade competente de realocação dos(as) servidores(as) envolvidos(as) para outra unidade ou deferimento de teletrabalho, condicionada à anuência da pessoa notificante.

#### **D – Colheita de declarações da pessoa notificante / escuta qualificada**

1. Na escuta ativa, todos os sentidos são utilizados para buscar compreender o que está sendo comunicado, com atenção total a quem está se manifestando. Importante, assim, não fazer outras atividades, tais como consultar o computador ou o celular, durante a conversa com outra pessoa.

2. Na escuta ativa, é importante demonstrar empatia: colocar-se no lugar da outra pessoa, compreendendo seus sentimentos e suas experiências, sem fazer julgamentos ou críticas. Importante fazer perguntas, buscar compreender inteiramente o que está sendo comunicado, bem como repetir o que entendeu, para mostrar à outra pessoa compreensão integral da mensagem.

3. A memória da pessoa notificante sobre o ocorrido pode estar comprometida, como medida de autodefesa para superar o trauma sofrido. Nesse cenário, o início da colheita das declarações deve ser apto a tranquilizá-la, esclarecendo que o objetivo do ato é reconstituir os fatos na medida do possível, identificando lembranças e lapsos existentes na memória.

4. A pessoa notificante deve se sentir livre para contar sua história da maneira que melhor lhe convier. Isso pode significar um testemunho em um formato narrativo ou pode envolver uma série de perguntas e respostas. Deve-se tomar o cuidado para não interromper o fluxo da narrativa, esperando-se um ponto apropriado para intervir.

5. A dificuldade de recontar o trauma sofrido não pode ser interpretada em desfavor da pessoa notificante, de modo a rotular o seu relato como não convincente. A falta de precisão no relato e eventual hesitação em fornecer detalhes não podem servir para desacreditar o depoimento da pessoa notificante, considerando, principalmente, as consequências negativas de longo prazo decorrentes dos abusos noticiados.

6. O depoimento dever-se-á basear em respostas a perguntas não tendenciosas, ou seja, questões isentas de suposições ou conclusões e que permitam à pessoa notificante oferecer o depoimento mais completo e objetivo possível. Evite formular perguntas de resposta múltipla, uma vez que podem obrigar a pessoa notificante a dar respostas pouco precisas caso o que lhe tenha acontecido não corresponda exatamente a nenhuma das opções. Permita que a pessoa notificante lhe conte a sua própria história, mas auxilie-a, colocando questões que ajudem a tornar o relato mais preciso.

#### **E – Informação /orientação**

1. Após a escuta, devem ser transmitidas orientações sobre como o registro da denúncia ocorre e seus possíveis desdobramentos, respeitando sempre a vontade e os limites externados pela pessoa notificante, inclusive o de apenas relatar para a comissão sem nada registrar.

2. As possíveis respostas aos questionamentos da pessoa notificante devem estar disponíveis, de imediato.

3. Sugestões que podem ser transmitidas à pessoa notificante: a. comunicar aos superiores hierárquicos, bem como, registrar a denúncia por meio dos canais disponíveis no órgão; b. evitar permanecer sozinha no mesmo local que a pessoa noticiada; c. anotar, com detalhes, todas as abordagens de caráter sexual sofridas: dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome da pessoa noticiada e de colegas que testemunharam os fatos, conteúdo das conversas e o que mais considerar necessário; d. dar visibilidade ao episódio procurando a ajuda dos colegas, principalmente daqueles que testemunharam o fato ou que são ou foram vítimas; e. reunir provas, como bilhetes, e-mails, mensagens em redes sociais, presentes e filmagens de câmeras de segurança.

4. Dentre medidas que devem estar prontamente disponíveis aos gestores estão a possibilidade de endereçamento de casos específicos com utilização de técnicas de resolução de conflitos, em especial o incentivo às abordagens de práticas restaurativas (art. 4º, III, c, da Resolução CNJ n. 351/2020).

5. Instaurado processo administrativo pelo juízo de origem ou no processo administrativo avocado pela Corregedoria, a Comissão deverá ser informada das medidas tomadas e da decisão proferida, permitindo a devolutiva, se necessário for e/ou em caso de a pessoa notificante manifestar interesse nessa providência.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

Guia Prático para Implementação com Foco em Gênero. Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário. AJUFE;

Acolhendo a Diversidade. Cartilha sobre atendimento inclusivo na Justiça Federal. JFRN;

Manual sobre Investigação Eficaz e Documentação da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU. Protocolo de Istambul;

Orientações para Prevenção e Tratamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação no Governo Federal. CGU;

Guia de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação do CJF;

Cartilha para Linguagem Cidadã. TRE-PR.



## ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO DO ASSÉDIO MORAL, DO  
ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

## PARTE I

## IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

Órgão de Registro:

Nome da pessoa notificante:

Idade:

Escolaridade:

Nacionalidade:

Nome da pessoa notificada:

Idade:

Escolaridade:

Nacionalidade:

Vínculo entre a pessoa notificante e a pessoa notificada:

Data:

## BLOCO I – SOBRE VOCÊ

1. Qual função você exerce?

- Magistrado (a)  
 Servidor (a)  
 Estagiário (a)  
 Aprendiz  
 Voluntário (a)  
 Terceirizado (a)  
 Não desejo informar

2. Em qual unidade você trabalha?

R:

- Não desejo informar

3. Há quanto tempo você trabalha na unidade?

R:

- Não desejo informar

4. Há vínculo de subordinação entre você e a pessoa notificada?

- Sim, explique brevemente  
 Não  
 Não sei  
 Não desejo informar

5. Você possui alguma deficiência ou doença degenerativa que acarretam condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental?

- Sim. Qual(is)?

Não

6. Com qual cor/raça você se identifica:

Branca

Preta

Parda

Amarela/oriental

Indígena

7. Qual o seu gênero:

Feminino

Masculino

Outro

Não desejo informar

BLOCO II - SOBRE A PESSOA NOTICIADA

1. Qual a função exercida pela pessoa noticiada?

R:

Não desejo informar

2. A pessoa noticiada tem alguma doença mental diagnosticada?

Sim e faz uso de medicação

Sim e não faz uso de medicação

Não

Não sei

3. A pessoa noticiada faz uso ou tem fácil acesso a uma arma?

Sim, usa

Tem fácil acesso

Não

Não sei

4. A pessoa noticiada já ameaçou, agrediu, assediou ou discriminou outras pessoas no ambiente de trabalho?

Sim. Especificar:

Não

Não sei

5. A pessoa noticiada já recebeu algum tipo de sanção disciplinar?

Sim. Especifique:

Não

Não sei

6. A pessoa noticiada já descumpriu alguma medida cautelar aplicada?

Sim. Especifique

Não

Não sei

## BLOCO III - SOBRE O HISTÓRICO DE ASSÉDIO E/OU DISCRIMINAÇÃO

1. A pessoa noticiada já o(a) ameaçou com a finalidade de prejudicá-lo(a) no seu ambiente de trabalho?

- Sim, por escrito
- Sim, por e-mail
- Sim, por gestos
- Sim, verbalmente
- Sim, fisicamente
- Não

2. A pessoa noticiada já praticou alguma agressão (física, verbal, psicológica, moral, sexual) contra você?

- Sim. Especificar:
- Não

3. A pessoa noticiada já praticou algum ato contra a sua dignidade sexual?

- Sim. Especificar:
- Não
- Não sei

4. A pessoa noticiante já se sentiu diminuída, ridicularizada ou humilhada por ato da pessoa noticiada no ambiente de trabalho?

- Sim. Especificar:
- Não
- Não sei

5. A pessoa noticiada o(a) persegue no ambiente de trabalho, impedindo o desenvolvimento de suas funções e/ou tentando controlar o seu dia a dia e as coisas que você faz e o contato com os(as) seus(suas) colegas de trabalho?

- Sim. Especifique:
- Não
- Não sei

6. A pessoa noticiada já teve algum destes comportamentos?

- Impediu o seu contato com os colegas de trabalho
- Perturbou, perseguiu ou vigiou você nos locais que frequenta
- Exigiu o cumprimento de tarefas desnecessárias ou exorbitantes
- Fez telefonemas, enviou mensagens pelo celular ou e-mails de forma insistente
- Teve outros comportamentos de controle sobre você. Especifique.
- Nenhum dos comportamentos acima listados

7. Você necessitou de atendimento médico/psicológico e/ou internação após as condutas descritas pelos itens anteriores?

- Sim, atendimento médico
- Sim, atendimento psicológico
- Sim, internação
- Não

8. Você já pensou em suicídio?

- Sim
- Não
- Não sei

9. Você já comunicou os fatos ao superior hierárquico ou ao órgão competente do tribunal?

- Sim. Especificar:  
 Não

10. As agressões, ameaças ou atos de discriminação antes mencionados praticados contra você se tornaram mais frequentes ou mais graves nos últimos meses?

- Sim. Especificar:  
 Não  
 Não sei

Declaro, para os fins de direito, que as informações supra são verídicas e foram prestadas por mim, \_\_\_\_\_

Assinatura da Vítima/terceiro comunicante: \_\_\_\_\_

#### PARA PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL:

- Pessoa notificante respondeu a este formulário sem ajuda profissional  
 Pessoa notificante respondeu a este formulário com auxílio profissional  
 Pessoa notificante não teve condições de responder a este formulário  
 Pessoa notificante não quis preencher o formulário  
 Terceiro comunicante respondeu a este formulário.

#### PARTE II

##### (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO POR PROFISSIONAL CAPACITADO)

1. Durante o atendimento, a pessoa notificante demonstra percepção de risco sobre sua situação? A percepção é de existência ou inexistência do risco? (por exemplo, ela diz que a pessoa notificada pode prejudicá-la profissionalmente, ou ela justifica o comportamento da pessoa notificada ou naturaliza o seu comportamento?). Anote a percepção e explique.

2. Existem outras informações relevantes com relação ao contexto ou situação da pessoa notificante e que possam indicar risco de novas situações de assédio e discriminação? Anote e explique.

3. Como a pessoa notificante se apresenta física e emocionalmente? (Tem sinais de esgotamento emocional, está tomando medicação controlada, necessita de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?) Descreva:

4. Existe o risco de a pessoa notificante tentar suicídio ou existem informações de que tenha tentado se matar?

5. A pessoa notificante ainda trabalha com a pessoa notificada ou ela tem acesso fácil ao seu local de trabalho? Explique a situação.

6. Descreva, de forma sucinta, outras circunstâncias que chamaram sua atenção e que poderão representar risco de novos episódios de assédio e/ou discriminação, a serem observadas no fluxo de atendimento.

7. Quais são os encaminhamentos sugeridos para a pessoa notificante?

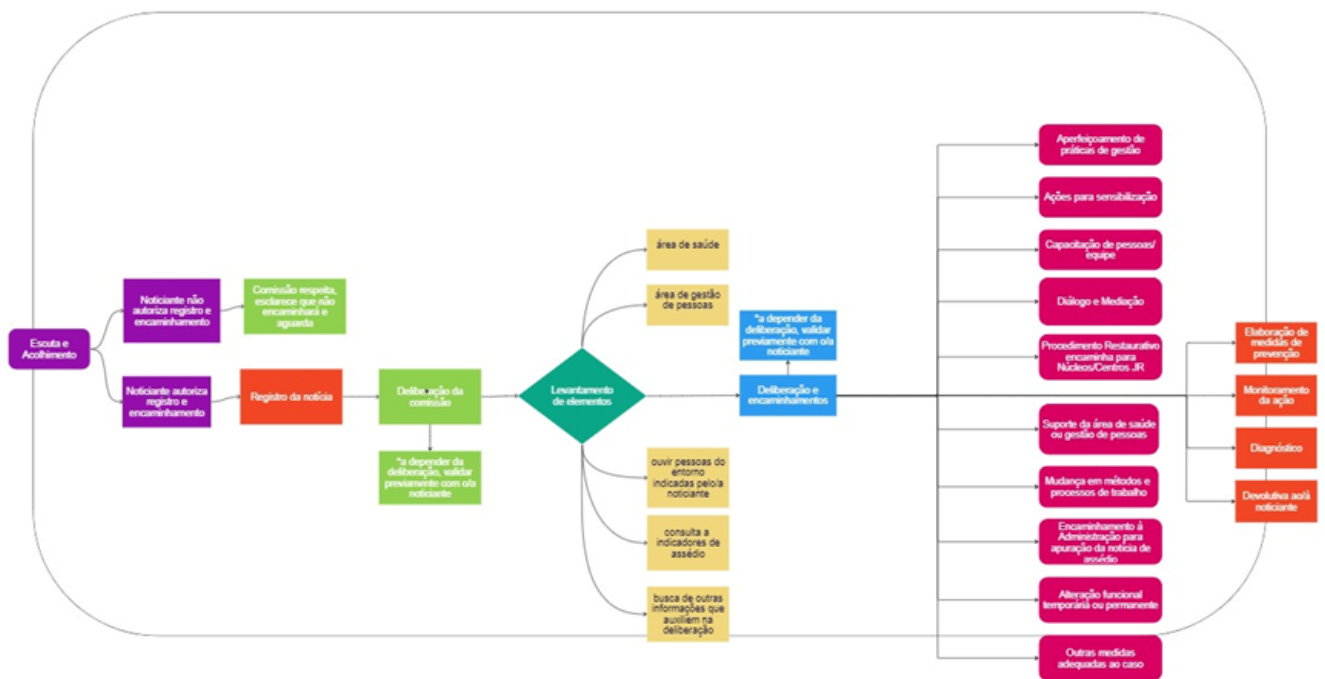
8. A pessoa notificante concordou com os encaminhamentos?

Sim ( )

Não ( ). Por que?

## ANEXO IV DA RESOLUÇÃO N. 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

## FLUXO DE TRABALHO DA COMISSÃO



## ANEXO V DA RESOLUÇÃO N. 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

## MEDIDAS PREVENTIVAS COM FOCO EM JUSTIÇA RESTAURATIVA

1. Fomento de ambientes restaurativos pelos tribunais por meio de campanhas de sensibilização em Justiça Restaurativa mediante divulgação de material sintético e pedagógico, inclusive com destaque nos sites oficiais, bem como por meio de palestras e oficinas sobre o tema.

2. Formação de facilitadores em Justiça Restaurativa para casos de assédio e discriminação, capacitando especialmente integrantes de Centros de Justiça Restaurativa, Ouvidorias, e Comissões ou Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e outros, conforme art. 13 da Res. CNJ n. 225/2016.

3. Realização de diagnóstico institucional, para identificação de locais e grupos mais vulneráveis às práticas de assédio e discriminação, com posterior oportunidade de: a) círculos de escuta nesses locais, objetivando ampliar conhecimentos sobre o normativo do CNJ, orientar sobre

fluxo norteador para relatos, compartilhar vivências e colher sugestões para as ações de enfrentamento; b) círculos temáticos no órgão, ou outras ações preventivas ou educativas, a partir das sugestões colhidas nos círculos de escuta.

4. Realização de círculos nas unidades, em apoio à gestão local, com adoção de formato circular e observância das diretrizes e princípios restaurativos, que promova, a partir de perguntas norteadoras focadas no conhecimento sobre o outro e sobre si, a conexão, interação e melhora na comunicação entre os participantes.

5. Designação de servidores e magistrados, com número mínimo por aglomerado de unidades a ser definido pelo órgão, com formação restaurativa para atuarem como colaboradores das comissões ou subcomitês de prevenção do assédio e da discriminação, principalmente no interior dos Estados.

## Secretaria Geral

### Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Alagoas

#### COMUNICADO Nº 44/2023

O Presidente da Comissão de Concurso para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Alagoas, designado por meio da Portaria Conjunta nº 02 de 09 de abril de 2019 do C. CNJ, no exercício da delegação da prática de atos referentes ao certame, conforme decisão proferida pela Presidência do C. CNJ nos autos do Pedido de Providências nº 0001488-14.2023.2.00.0000, para conhecimento geral, **COMUNICA** que foram republicados os cadernos de questões das Provas Objetivas de Seleção, em virtude de erros materiais na diagramação das alternativas das seguintes questões, que ocorreram somente nos arquivos enviados para publicação no Diário de Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça: 25, 30, 76, 84, 97 e 98 das provas do critério provimento; 79 das provas do critério remoção. Os cadernos de provas fornecidos aos candidatos na aplicação das provas em 26 e 27/08/23, bem como os cadernos de provas disponibilizados na "Área do Candidato" no site da Fundação Vunesp, não contêm erro.

**Desembargador MARCELO MARTINS BERTHE**

Presidente da Comissão de Concurso

#### GABARITOS

#### CRITÉRIO REMOÇÃO

##### Versão 1 - Remoção

1 - C	2 - D	3 - B	4 - A	5 - C	6 - B	7 - B	8 - D	9 - C	10 - C
11 - A	12 - D	13 - A	14 - B	15 - A	16 - C	17 - D	18 - B	19 - D	20 - A
21 - C	22 - D	23 - B	24 - B	25 - A	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - C
31 - B	32 - D	33 - A	34 - C	35 - B	36 - D	37 - A	38 - B	39 - C	40 - A
41 - D	42 - C	43 - D	44 - B	45 - A	46 - D	47 - C	48 - D	49 - B	50 - A
51 - D	52 - D	53 - C	54 - D	55 - A	56 - B	57 - D	58 - D	59 - C	60 - C
61 - B	62 - A	63 - D	64 - C	65 - A	66 - C	67 - D	68 - C	69 - B	70 - D
71 - A	72 - B	73 - A	74 - D	75 - C	76 - A	77 - D	78 - C	79 - A	80 - B
81 - C	82 - A	83 - D	84 - C	85 - A	86 - C	87 - B	88 - A	89 - D	90 - A
91 - A	92 - C	93 - B	94 - D	95 - A	96 - D	97 - B	98 - A	99 - C	100 - A

##### Versão 2 - Remoção

1 - D	2 - B	3 - D	4 - D	5 - B	6 - A	7 - D	8 - C	9 - A	10 - A
11 - B	12 - C	13 - C	14 - D	15 - B	16 - C	17 - A	18 - C	19 - A	20 - D
21 - B	22 - C	23 - A	24 - C	25 - D	26 - D	27 - B	28 - A	29 - C	30 - D
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - A	36 - C	37 - C	38 - B	39 - D	40 - B
41 - A	42 - C	43 - A	44 - A	45 - D	46 - C	47 - A	48 - B	49 - C	50 - A
51 - C	52 - B	53 - D	54 - A	55 - D	56 - C	57 - A	58 - B	59 - D	60 - A
61 - C	62 - D	63 - A	64 - B	65 - D	66 - A	67 - C	68 - D	69 - A	70 - B
71 - A	72 - C	73 - D	74 - C	75 - A	76 - C	77 - B	78 - B	79 - B	80 - D
81 - B	82 - C	83 - A	84 - D	85 - D	86 - B	87 - C	88 - D	89 - A	90 - C
91 - B	92 - D	93 - D	94 - A	95 - C	96 - A	97 - D	98 - B	99 - A	100 - C

**Versão 3 - Remoção**

1 - B	2 - C	3 - A	4 - C	5 - A	6 - D	7 - A	8 - B	9 - D	10 - B
11 - C	12 - B	13 - D	14 - A	15 - A	16 - B	17 - D	18 - C	19 - B	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - B	26 - B	27 - C	28 - D	29 - A	30 - A
31 - A	32 - C	33 - B	34 - D	35 - C	36 - A	37 - D	38 - C	39 - B	40 - C
41 - B	42 - B	43 - D	44 - A	45 - C	46 - A	47 - B	48 - A	49 - D	50 - C
51 - A	52 - A	53 - B	54 - D	55 - A	56 - B	57 - C	58 - C	59 - A	60 - B
61 - D	62 - B	63 - C	64 - A	65 - B	66 - D	67 - B	68 - A	69 - C	70 - B
71 - D	72 - A	73 - B	74 - C	75 - B	76 - B	77 - A	78 - D	79 - D	80 - C
81 - A	82 - D	83 - B	84 - B	85 - C	86 - C	87 - D	88 - A	89 - C	90 - B
91 - D	92 - B	93 - A	94 - C	95 - B	96 - B	97 - C	98 - D	99 - D	100 - B

**Versão 4 - Remoção**

1 - A	2 - A	3 - C	4 - B	5 - D	6 - C	7 - C	8 - A	9 - B	10 - D
11 - D	12 - A	13 - D	14 - C	15 - B	16 - D	17 - B	18 - A	19 - C	20 - C
21 - D	22 - B	23 - D	24 - A	25 - C	26 - A	27 - A	28 - C	29 - D	30 - B
31 - D	32 - B	33 - C	34 - A	35 - D	36 - B	37 - A	38 - D	39 - A	40 - D
41 - C	42 - A	43 - B	44 - C	45 - B	46 - B	47 - D	48 - C	49 - A	50 - C
51 - D	52 - B	53 - B	54 - A	55 - C	56 - D	57 - B	58 - A	59 - B	60 - D
61 - B	62 - C	63 - A	64 - D	65 - C	66 - A	67 - B	68 - B	69 - D	70 - C
71 - C	72 - D	73 - C	74 - A	75 - B	76 - D	77 - C	78 - A	79 - C	80 - A
81 - D	82 - B	83 - C	84 - A	85 - B	86 - D	87 - B	88 - A	89 - C	90 - D
91 - B	92 - A	93 - C	94 - B	95 - D	96 - C	97 - A	98 - C	99 - B	100 - D

**CRITÉRIO PROVIMENTO****Versão 1 - Provimento**

1 - B	2 - C	3 - D	4 - A	5 - C	6 - B	7 - A	8 - D	9 - A	10 - B
11 - C	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - D	17 - A	18 - C	19 - B	20 - D
21 - A	22 - D	23 - B	24 - C	25 - B	26 - D	27 - C	28 - A	29 - B	30 - A
31 - B	32 - D	33 - D	34 - C	35 - A	36 - B	37 - A	38 - B	39 - D	40 - C
41 - A	42 - D	43 - A	44 - A	45 - C	46 - B	47 - C	48 - D	49 - B	50 - A
51 - D	52 - C	53 - A	54 - C	55 - B	56 - B	57 - D	58 - A	59 - D	60 - A
61 - C	62 - B	63 - D	64 - C	65 - A	66 - B	67 - A	68 - A	69 - C	70 - C
71 - D	72 - B	73 - A	74 - A	75 - B	76 - B	77 - A	78 - C	79 - D	80 - D
81 - B	82 - C	83 - A	84 - D	85 - B	86 - A	87 - C	88 - D	89 - B	90 - A
91 - C	92 - A	93 - D	94 - A	95 - D	96 - B	97 - A	98 - C	99 - D	100 - A

**Versão 2 - Provimento**

1 - A	2 - A	3 - B	4 - C	5 - C	6 - B	7 - D	8 - A	9 - C	10 - C
11 - B	12 - B	13 - D	14 - A	15 - B	16 - C	17 - C	18 - A	19 - A	20 - D
21 - B	22 - B	23 - C	24 - A	25 - A	26 - A	27 - D	28 - B	29 - A	30 - C
31 - D	32 - B	33 - B	34 - D	35 - C	36 - A	37 - C	38 - D	39 - A	40 - A
41 - D	42 - C	43 - B	44 - C	45 - A	46 - C	47 - B	48 - B	49 - C	50 - C
51 - A	52 - D	53 - D	54 - B	55 - A	56 - C	57 - A	58 - D	59 - B	60 - C
61 - A	62 - C	63 - A	64 - B	65 - D	66 - D	67 - C	68 - C	69 - B	70 - A
71 - D	72 - C	73 - B	74 - C	75 - D	76 - A	77 - D	78 - B	79 - C	80 - A
81 - D	82 - D	83 - C	84 - B	85 - D	86 - C	87 - A	88 - C	89 - D	90 - B
91 - A	92 - B	93 - B	94 - C	95 - A	96 - D	97 - D	98 - B	99 - B	100 - B

**Versão 3 - Provimento**

1 - C	2 - D	3 - A	4 - D	5 - C	6 - A	7 - B	8 - C	9 - B	10 - A
11 - D	12 - A	13 - A	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - A
21 - B	22 - C	23 - A	24 - D	25 - C	26 - D	27 - B	28 - D	29 - A	30 - B
31 - C	32 - C	33 - A	34 - D	35 - B	36 - C	37 - C	38 - D	39 - B	40 - A
41 - D	42 - B	43 - C	44 - B	45 - D	46 - A	47 - A	48 - A	49 - D	50 - A
51 - C	52 - B	53 - B	54 - D	55 - D	56 - A	57 - C	58 - B	59 - C	60 - B
61 - B	62 - A	63 - D	64 - D	65 - B	66 - C	67 - D	68 - B	69 - A	70 - B
71 - C	72 - A	73 - D	74 - D	75 - A	76 - C	77 - B	78 - D	79 - A	80 - B
81 - C	82 - A	83 - D	84 - C	85 - A	86 - B	87 - D	88 - A	89 - D	90 - C
91 - B	92 - D	93 - C	94 - B	95 - C	96 - A	97 - B	98 - D	99 - C	100 - D

**Versão 4 - Provimento**

1 - D	2 - B	3 - C	4 - B	5 - D	6 - C	7 - A	8 - B	9 - D	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - A	16 - A	17 - B	18 - B	19 - C	20 - D
21 - A	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - A	28 - C	29 - C	30 - D
31 - B	32 - A	33 - C	34 - A	35 - C	36 - D	37 - B	38 - C	39 - B	40 - C
41 - D	42 - B	43 - A	44 - D	45 - B	46 - D	47 - D	48 - C	49 - A	50 - D
51 - B	52 - A	53 - C	54 - A	55 - D	56 - D	57 - B	58 - C	59 - A	60 - D
61 - D	62 - D	63 - B	64 - A	65 - C	66 - A	67 - B	68 - D	69 - D	70 - D
71 - A	72 - D	73 - C	74 - B	75 - C	76 - D	77 - C	78 - A	79 - B	80 - C
81 - A	82 - B	83 - D	84 - A	85 - C	86 - D	87 - B	88 - B	89 - B	90 - D
91 - A	92 - C	93 - A	94 - D	95 - B	96 - C	97 - C	98 - A	99 - A	100 - C

## Secretaria Processual

### PJE

#### INTIMAÇÃO

**N. 0003660-26.2023.2.00.0000 - PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - A: MARIA BAIA PEIXOTO VALADAO.** Adv(s).: DF59550 - RAFAEL CARDOSO VACANTI, DF42139 - MARIA CAROLINA FEITOSA DE ALBUQUERQUE TARELHO, GO32332 - RHUAN LUIZ DE FARIA. R: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - TJGO. Adv(s).: Nao Consta Advogado. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 4728 Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça Gabinete Conselheiro Mário Goulart Maia Procedimento de Controle Administrativo 0003660-26.2023.2.00.0000 Relator: Conselheiro Mário Goulart Maia Requerente: Maria Baía Peixoto Valadão Requerido: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. LEI 8935/1994. ART. 39, III. LAUDO MÉDICO. INVALIDEZ PERMANENTE. DECISÃO DE PERDA DA DELEGAÇÃO. NULIDADE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DECISÃO Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo (PCA) proposto por Maria Baía Peixoto Valadão, contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) que, no processo administrativo 202110000297468, declarou a perda da delegação do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Goiânia/GO, de titularidade da requerente, por incapacidade civil. Aduz, inicialmente, que é delegatária titular da serventia desde 19.1.1970, decorrente de habilitação em concurso público (Id 5167604, fl. 2). Assevera, todavia, que (Id 5167580): em 2021, foi instaurado o procedimento administrativo (Proad) nº 202109000296042 por força de decisão proferida pelo então Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás, em que foi determinada a adoção das medidas necessárias à apuração da capacidade civil da Requerente para exercer suas funções como delegatária do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia. diante da instauração do procedimento, foi ordenada a perícia da Requerente, como forma de apurar alegada incapacidade absoluta, na qual foi proferido o diagnóstico médico de associação à Doença de Parkinson (CID10 G20). a partir desse parecer médico, foi determinada a aposentadoria por invalidez da requerente. Entretanto, a Requerente jamais foi intimada para que lhe fosse oportunizado o contraditório sobre o laudo utilizado como documento fundamental ao deslinde do processo. mesmo sem ter sido oportunizada tal possibilidade antes da decisão de afastamento, apresentou laudo médico [...] demonstrando o caráter temporário do comprometimento cognitivo da Requerente, durante o período em que foi realizada a perícia, por conta das alterações de dosagens no tratamento com uso compassivo/experimental de derivados de fitocanabinoides, bem como de medicamento terapêutico adicional para tratamento de depressão. o Corregedor-Geral da Justiça, então, submeteu o feito à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por entender que, em razão da conclusão de que a Requerente seria incapaz para continuar exercendo a delegação registral. foi autuado o Proad nº 202110000297468, no qual o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás proferiu decisão no evento 39, declarando extinta a delegação do CRI da 2ª Circunscrição de Goiânia conferida à Requerente, por suposta invalidez. Contra essa situação, Maria Baía Peixoto Valadão registra ter interposto recurso administrativo ao Conselho Superior da Magistratura do TJGO, porém, sem êxito. Neste particular, afirma ter "sido expressamente destacado [pelo Conselho da Magistratura] que houve 'a falta de intimação sobre o laudo da perícia técnica realizada', mas, estranhamente, afastada a nulidade da decisão" (Id 5167580). Enfatiza, também, ter manejado recurso contra o Acórdão do CSMTJGO ao Órgão Especial do TJGO. Porém, improvido. Alega violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa e aponta que está na iminência de ser destituída da unidade, em razão de processo administrativo eivado de nulidades e ilegalidades. Complementarmente, defende que o ato impugnado "foi proferido por agente incompetente, sem poderes para tanto, pois a decisão era de competência originária do Conselho Superior da Magistratura, conforme o art. 26, IV, do Regimento Interno do TJGO" (Id 5167580). Liminarmente, requer a suspensão dos efeitos do decisum. No mérito, pede a declaração de nulidade da decisão, dos laudos elaborados pela Junta Médica do TJGO "e, consequentemente, seja declarada a nulidade dos demais atos do processo administrativo (sindicância e processo principal), determinando-se a realização de novo laudo pericial médico, após o fim do tratamento da Requerente com antidepressivos, que era a causa transitória que a impedia de expressar corretamente sua vontade" (Id 5167580). Em 07.06.2023, concedi medida de urgência para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TJGO (Proad 202110000297468) que declarou extinta a delegação do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia conferida à Oficial. O TJGO prestou informações sob as Ids 5173318/5190759, 5210023, 5210118 e 5248577. É o relatório. Decido. O inconformismo relatado nestes autos está relacionado com a ausência de intimação da requerente acerca do laudo pericial produzido pela Junta Médica do TJGO, no Processo Administrativo 202110000299203, que concluiu pela incapacidade civil da cartorária para continuar à frente da serventia do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Goiânia/GO. Maria Baía Peixoto Valadão sustenta ser nula a decisão do Presidente do TJGO e afirma que não teve chance de se manifestar sobre o documento produzido pela Junta, em nítida violação do art. 477, § 1º, do CPC, e dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Eis o dispositivo da decisão prolatada na origem (Id 5167601): Ante o exposto, com as amplas e consistentes informações constantes dos autos e anexados os documentos necessários ao deslinde da questão, acolho o parecer (evento 118 - PROAD nº 202110000299203), como razão de decidir, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei Estadual nº 13.800/01, e declaro extinta a delegação do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia conferida à Oficial de Registro Dra. Maria Baía Peixoto Valadão, com base no art. 39, III, da Lei nº 8.935/94, observando, ainda, o art. 3º da Portaria Conjunta nº 76/2019, em razão da invalidez daquela ilustre Oficial de Registro constatada em 18 de novembro de 2021. Decisão: 08.04.2022. A cartorária alega, ainda, que o laudo pericial retrata realidade distinta de seu quadro clínico. Na realidade, a suposta incapacidade "se tratou de situação transitória e temporária, motivada pelo tratamento de severa depressão causada e agravada pelo falecimento de seu marido e companheiro da vida toda" (Id 5167580, fl. 23). A corroborar essa narrativa, reproduz o seguinte relatório médico (Id 5167600): A Oficial destaca, também, que o falecimento de seu marido e o tratamento médico com antidepressivos causaram efeitos irrefutáveis à saúde, mas de forma transitória e temporária, não se aplicando a extinção da delegação como consequência de invalidez, "ao menos não até que se realize nova perícia em momento propício para a verificação da capacidade laborativa" (Id 5167580, fl. 26). 1. Da repercussão geral Preambularmente, ressalvo meu entendimento quanto à aplicação indistinta de precedentes a casos submetidos a



exame. Penso que os julgados prolatados por esta Casa não são construídos com o fito de vincular julgamentos futuros do Conselho Nacional de Justiça. Cada caso deve ser apreciado de maneira única. Os precedentes devem ser observados, mas não aplicados de forma vinculativa. A respeito do pensamento jurídico, a obra de Benjamin Nathan Cardozo - A Natureza do Processo e a Evolução do Direito<sup>2</sup>, nos mostra que: (5) [...] Henry Cohen (6) citava como "clássico" o trecho em que Cardozo dizia: "O tribunal não existe para o litigante individual, mas para o corpo indefinido de litigantes, cujas causas estão potencialmente envolvidas na causa específica em exame. Os danos sofridos pelos autores são apenas os símbolos algébricos dos quais o tribunal deve extrair a fórmula de justiça" Com efeito, o CNJ possui farta jurisprudência firmada no sentido de que pretensões eminentemente individuais não devem ser conhecidas. Todavia, compreendo que a ausência de repercussão geral fica bem caracterizada quando a decisão fica adstrita às peculiaridades do caso concreto e o resultado do julgamento não se estende a outras hipóteses (transindividualidade do direito). A valoração da realidade, mediante a criteriosa apreciação de seus elementos factuais, é o primeiro passo para a justiça, porque esse valor incide sobre relações concretas e da vida - sobre fatos - e não sobre as suas abstrações. Pode-se dizer que sem o conhecimento integral e ponderado dos fatos de uma questão jurídica jamais será possível expedir a seu respeito um juízo de justiça, mas apenas uma solução burocrática. A par dessas considerações, ultrapasso a natureza individual do pedido, pois voltado o PCA a examinar a necessidade de intimação de ato que, em última análise, fulmina a outorga de delegação concedida a cartorária. 2. Da possibilidade de o CNJ examinar a legalidade do ato administrativo que declarou a perda da delegação com base no art. 39, III, da Lei 8.935/94 O cerne da controvérsia deste PCA, como se percebe, reside em saber se o laudo pericial que reconhece a invalidez de cartorária e, por consequência, serve de fundamento para a decisão que declara a perda da delegação, está sujeito a questionamentos e, portanto, obriga a Administração a intimar a requerente quanto ao resultado, para eventual impugnação. A discussão quanto à possibilidade de o CNJ examinar e reconhecer a possível existência de nulidade processual em processo administrativo de averiguação da invalidez/incapacidade laboral não é nova neste Conselho. No PCA 0008822-70.2021.2.00.0000, a título ilustrativo, julgado em 8.11.2022, o Pleno do CNJ anulou justamente decisão de Presidente de Tribunal que declarou extinta a delegação outorgada a cartorário por "ausência de intimação do oficial registrador para ciência de pronunciamento da juíza diretora do foro que declarou sua incapacidade total e permanente para o exercício da função". Confira-se: RECURSO ADMINISTRATIVO NO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PROCESSO DE VERIFICAÇÃO DE INVALIDEZ DE DELEGATÁRIO. SUPPLANTADA A NATUREZA INDIVIDUAL DO PEDIDO DIANTE DAS ILEGALIDADES VERIFICADAS NO CURSO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO QUE DECLAROU A INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE DO OFICIAL DE REGISTRO. MODIFICAÇÃO DO RITO DURANTE O TRÂMITE PROCESSUAL. RESTABELECIMENTO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Recurso contra decisão monocrática que não conheceu do pedido por entender que o pleito se tratava de direito individual do delegatário quando questionou a existência de supostas ilegalidades em processo administrativo de verificação de sua invalidez. 2. Suplanta-se o entendimento quanto à ausência de repercussão geral diante das ilegalidades verificadas no curso do processo. 3. A ausência de intimação do oficial registrador para ciência de pronunciamento da juíza diretora do foro que declarou sua incapacidade total e permanente para o exercício da função constitui nulidade processual, porquanto a comunicação do ato é medida processual cogente, por ter resultado em imposição de ônus e restrição ao exercício de direito pelo delegatário, assim como dispõe o art. 40 da Lei Estadual nº 14.184/2002. 4. A decisão do Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que, monocraticamente, extinguiu a delegação do recorrente, bem como ordenou a retificação da autuação do feito em virtude de o procedimento não ostentar natureza disciplinar, acarretou prejuízos ao delegatário ao criar neste a expectativa sobre a existência de previsão legal para a apresentação de recurso. Deve-se registrar que a própria Administração Pública, representada pelo Órgão Especial do TJMG, não conheceu do apelo por ela mesma ter modificado as regras incidentes no curso do procedimento, malferindo prerrogativas processuais do recorrente. 5. A procedência do recurso é medida salutar para o restabelecimento da segurança jurídica do procedimento administrativo e para assegurar ao recorrente o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (art. 5º, inciso LV, CF). 6. Recurso conhecido e, no mérito, provido. (CNJ - RA - Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0008822-70.2021.2.00.0000 - Rel. JANE GRANZOTO - 359ª Sessão Ordinária - julgado em 08/11/2022). Nesse contexto, é indene de dúvidas a ascendência da autoridade deste Conselho para o exame do caso vertente. 3. Da ausência de judicialização da matéria Preliminarmente à incursão no objeto deste PCA, é essencial esclarecer a ausência de judicialização da matéria, questão formalmente suscitada pelo TJGO nas informações de Id 5190760, prestadas após a concessão da medida de urgência. Info TJGO Id 5190760, fl. 3/4: [...] Por outro lado, mesmo reconhecendo a presença do vício apontado na inicial do presente procedimento, decorrente da ausência da intimação da Cartorária interessada sobre o laudo pericial, mas zelando pela lealdade e transparência, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a Cartorária requerente ajuizou ação judicial visando obter a nulidade da decisão que lhe retirou a delegação do serviço extrajudicial. A referida ação tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia, sob o número 5223359-22.2023.8.09.0051, tendo sido indeferido o requerimento de concessão de tutela de urgência. Foi interposto agravo de instrumento em face daquela decisão, sendo o pedido de concessão de efeito suspensivo também indeferido e o mérito ainda não julgado. Posteriormente, foi apresentado pedido de desistência da mencionada ação judicial, ainda não apreciado pelo juízo de 1º grau. Embora noticiada a tramitação da Ação Ordinária 5223359-22.2023.8.09.0051 perante o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia/GO, não identifique o risco de decisões conflitantes entre as esferas administrativas e judicial. Isto porque, o documento cadastrado sob a Id 5244893 denota ausência de interesse no prosseguimento da ação por parte da proponente e a homologação do pedido de desistência pelo juiz condutor do processo. Diante disso, por estar o CNJ na condição de órgão de controle interno do Poder Judiciário, a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira dos tribunais e a apreciação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário (art. 103-B da CF), afasto a possível ocorrência de prévia judicialização da matéria. 4. Do mérito O exame detido dos autos aponta que a perda da delegação da cartorária tem como suporte fático e jurídico o laudo pericial elaborado pela Junta Médica do TJGO, constituída por 2 (duas) Médicas Peritas do Trabalho, complementado por 2 (duas) psicólogas peritas (Ids 5167582 e 5167592). LAUDO PSICOLÓGICO [...] V - CONCLUSÃO A partir da presente avaliação psicológica pericial, conclui-se que os resultados obtidos em relação à Sra. MARIA BAIA PEIXOTO VALADÃO são expressivos de comprometimento cognitivo grave. Os dados levantados são sugestivos de Transtorno Neurocognitivo. Sendo esta uma perícia complementar à perícia médica psiquiátrica para avaliação da capacidade laboral, reserva-se às médicas do trabalho e neurologista psiquiatra o melhor entendimento quanto ao subtipo etiológico, tratamento e prognóstico a partir daquela avaliação clínica específica associada aos achados apresentados nesta avaliação psicológica pericial, assim como aos demais exames complementares apresentados. O presente laudo apresenta-se em 08 (oito) páginas. JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO, em Goiânia, aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois (22/02/2022). Maria Baia Peixoto Valadão sustenta e defende a ausência de intimação acerca do documento pericial que lhe acarretou ônus excessivo e restrição ao exercício da delegação, além de prolatada a decisão por autoridade incompetente. Com efeito, a Lei Federal 8.935/19943 (Lei dos Cartórios) dispõe que a delegação a notário ou a oficial registrador, entre outras hipóteses, será extinta pela perda, em função do cometimento de infração disciplinar (arts. 32, IV, c/c 35), ou pela invalidez: Art. 39. Extinguir-se-á a delegação a notário ou a oficial de registro por: I - Morte; II - Aposentadoria facultativa; III - invalidez; IV - Renúncia; V - Perda, nos termos do art. 35. VI - descumprimento, comprovado, da gratuidade estabelecida na Lei no 9.534, de 10 de dezembro de 1997. § 1º Dar-se-á aposentadoria facultativa ou por invalidez nos termos da legislação previdenciária federal. § 2º Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, a autoridade competente declarará vago o respectivo serviço, designará o substituto mais antigo. In casu, examina-se a perda da delegação por invalidez, a qual se diferencia da hipótese sancionadora (arts. 32, IV, c/c 35). Logo, não há falar em "autoridade incompetente", como sustentado pela requerente, emanado pela Presidência do TJGO. Outrossim, a deliberação em comento restou apreciada pelo Conselho da Magistratura (recurso administrativo) e pelo Órgão Especial do TJGO (recurso administrativo), traduzindo manifestamente o entendimento do Tribunal. Em relação à ausência de intimação, o Acórdão do CSMTJGO (j. 1º.08.2022), reforçado pelo Acórdão do Órgão Especial do TJGO (j. 25.1.2023), assim pontuou (Id 5167597): RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA AVERIGUAÇÃO DE INVALIDEZ/INCAPACIDADE LABORAL DE TITULAR DE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. NULIDADES. INOCORRENTES. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDAMENTE OBSERVADOS. A falta de intimação sobre o laudo da perícia técnica realizada por

oficiais da Junta Médica do Tribunal de Justiça, não tem o condão de causar nulidade no procedimento e nem gerar cerceamento de defesa, se a recorrente teve acesso aos atos do processo, e houve a regular intimação dela e seus representantes sobre a decisão que adveio da prova pericial. 2. ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE, IRREVERSÍVEL E INCAPACITANTE AO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES. O Presidente do Tribunal de Justiça é a autoridade competente para proceder à declaração de vacância da serventia, pela perda da delegação, ante a extinção por invalidez, dado a ausência de menção expressa em lei. Validade/Precedentes/STF. A colocação em disponibilidade da serventia é efeito automático da declaração de vacância, sobretudo em vista da necessidade da continuidade do serviço público. RECURSO ADMINISTRATIVO CONHECIDO E DESPROVIDO. Em que pese a judiciosa argumentação expendida, julgo não estar correta a deliberação do TJGO, pois a ordem constitucional carrega consigo a ideia de que a todos é garantido o direito de questionar ato desfavorável, inclusive na seara administrativa. O art. 477, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 ratifica essa compreensão: Art. 477. O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento. § 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer. § 2º O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto: I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público; II - divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte. § 3º Se ainda houver necessidade de esclarecimentos, a parte requererá ao juiz que mande intimar o perito ou o assistente técnico a comparecer à audiência de instrução e julgamento, formulando, desde logo, as perguntas, sob forma de quesitos. § 4º O perito ou o assistente técnico será intimado por meio eletrônico, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência. Na esfera penal, a título ilustrativo, o Supremo Tribunal Federal tem a compreensão de que o direito de defesa, insculpido no art. 5º, LV4, do texto constitucional, é irrenunciável, não podendo as partes dele dispor. 'HABEAS CORPUS'. EXTRADIÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE (ART. 82, PAR. 1., DA LEI N. 6.815/80) E JUSTA CAUSA (ART. 648, I, DO CPC). RENUNCIA AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO DE EXTRADIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ESPONTANEA A JUSTIÇA DO ESTADO REQUERENTE. IMPOSSIBILIDADE. REGULARIDADE DA SITUAÇÃO PRISIONAL. PROVIDÊNCIAS. HABEAS CORPUS CONHECIDO, MAS INDEFERIDO. (HC 67775, Relator (a): PAULO BROSSARD, Tribunal Pleno, julgado em 14/12/1989, DJ 23-02-1990 PP-01236 EMENT VOL-01570-02 PP-00166, grifo nosso). Ao se resguardar em nosso ordenamento constitucional, a garantia principiológica da ampla defesa decorre justamente da rigidez constitucional dessas garantias-principiológicas-fundantes a ela inerentes, já que ela possui superioridade hierárquica normativa, sendo a fonte primeira e fundamental das leis do nosso Estado Democrático de Direito. A respeito dessa temática, o Professor José Armando da Costa, em sua obra Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar<sup>5</sup>, disserta com maestria: Tratando-se de sistema constitucional rígido como o nosso, a constituição, sendo a lei das leis, coloca-se como fonte primeira do direito processual disciplinar. Diante dela, todas as demais fontes deverão curvar-se. Essa supremacia hierárquica confere a constituição o privilégio de não poder ser contrariada pelas demais normas jurídicas. Qualquer norma ordinária que esteja em desacordo com a carta maior adquire o desqualificativo de lei inconstitucional, defeito de qualidade que mais frontalmente contamina a lei ou qualquer outro ato normativo. Norma inconstitucional não instaura o reinado da legalidade e, sim, o da ilegalidade. [...] Por oportuno, vale salientar que a promulgação de uma nova constituição não põe em derrocada a ordem jurídica constituída pela legislação ordinária anterior, devendo ser aproveitadas, pelo princípio da recepção, todas as normas legais que se encontravam em vigor, desde de que não colidam com as novas disposições constitucionais. [...] Consoante o princípio da ampla defesa, nenhuma inflição disciplinar, por mais leve que seja, poderá ser imposta sem que o respectivo procedimento apuratório assegure, ao servidor imputado, o necessário espaço para o exercício do mais irrestrito direito de defesa. (grifo nosso) Nessa ordem de ideias, oportunizar à cartorária o conhecimento prévio do laudo médico que fundamentou a decisão de invalidez permanente para o exercício da função e, por consequente, fulminou a possibilidade de a registradora prosseguir à frente da serventia, é questão principiológica e alicerce de qualquer deliberação legítima da Administração. Nada impede, inclusive, que se socorra do Poder Judiciário em sua função típica para eventual impugnação (art. 5º, XXXV, da CF). Os entendimentos sufragados pelo Superior Tribunal de Justiça corroboram esse raciocínio: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RETIFICAÇÃO DE APOSENTADORIA PELO TRIBUNAL DE CONTAS. ATO COMPOSTO. NÃO APLICABILIDADE DO ART. 54 DA LEI Nº 9.784/99. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO PROCESSO DE INVALIDAÇÃO DA APOSENTADORIA RECONHECIDA DE OFÍCIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PROVAS INEQUÍVOCAS DO VÍCIO. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. [...] 3. Não obstante, os documentos anexos aos autos comprovam, de forma inequívoca, que a retificação do ato de aposentadoria, pelo Tribunal de Contas do Estado, se deu com manifesta ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. 4. Embora o vício não tenha sido alegado pela parte prejudicada, trata-se de matéria de ordem pública, irrenunciável e assegurada no art. 5º, LV, CR/88, podendo ser reconhecida, de ofício, pelo juiz, nos termos do art. 267, § 3º, do CPC, que não se limita apenas ao processo judicial. 5. Impossibilidade jurídica do pedido de pagamento das diferenças não pagas, a título de proventos, até o ajuizamento da ação, nos termos dos enunciados nºs 269 e 271 do STF. 6. Recurso ordinário parcialmente provido para determinar o restabelecimento do pagamento dos proventos, conforme pagos, antes da edição da Portaria nº 3397/SMA/2002, sem o prejuízo de que sejam novamente revistos pela Administração Pública ou pelo Tribunal de Contas do Estado, com a observância das garantias do contraditório e da ampla defesa. (RMS n. 19.240/RJ, relator Ministro Paulo Medina, Sexta Turma, julgado em 18/12/2007, DJe de 9/6/2008, grifo nosso). Os julgados desta Casa seguem a mesma orientação: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TJMA. EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO DA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL POR SUPOSTA INCAPACIDADE PERMANENTE. ILEGALIDADE. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. RISCO DE DANO IRREPARÁVEL. LIMINAR RATIFICADA. 1. Procedimento de Controle Administrativo, com pedido liminar, em que a parte se insurge contra o acórdão do TJMA que declarou extinta a delegação do requerente da serventia extrajudicial do 1º Tabelionato de Notas de São Luís/MA, por suposta incapacidade permanente, física e mental. 2. A referida invalidez foi constatada por perícia médica realizada por profissionais não especialistas em doença mental - pneumologista e pediatra -, o que, pelo menos em tese, demonstra a ilegalidade da decisão e, conseqüentemente, a plausibilidade do direito. 3. A perda da delegação fora publicada no Diário Oficial do TJMA, em 15/02/2023, e na época do deferimento da liminar, o Tribunal estava em vias de designar um substituto, o que configuraria dano de difícil reparação ao requerente, que ficaria sem receber as verbas de natureza alimentar. 4. Liminar ratificada. (CNJ - ML - Medida Liminar em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0001450-02.2023.2.00.0000 - Rel. SIDNEY MADRUGA - 7ª Sessão Virtual de 2023 - julgado em 19/05/2023). Noutros termos, o CNJ tem a incumbência de dizer se a ausência de intimação da requerente acerca do laudo produzido pela Junta Médica e a impossibilidade de a cartorária impugnar previamente o documento de tamanho repercussão em sua vida - ato declaratório de extinção da delegação por invalidez permanente, irreversível e incapacitante ao exercício das atribuições - viola o devido processo legal e seus princípios corolários do contraditório e da ampla defesa como já mencionados. E sob esse olhar, não remanescem dúvidas de que a falha processual sucedeu e maculou o processo de declaração de extinção da delegação do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia/GO. O voto divergente prolatado pelo Desembargador Carlos Escher, no âmbito do Órgão Especial/TJGO, o qual peço vênia para transcrever os excertos abaixo, antecipa essa conclusão (Id 5167594): Data máxima vênia, sem adentrar ao mérito da questão que gira em torno da capacidade da recorrente, por outro lado, tecerei considerações relativas à matéria preliminar alegada no recurso. E considerando os fatos que emergem do contexto probatório, ousou divergir do voto do relator, em seu aspecto processual, por entender que, efetivamente, houve o cerceamento de defesa da delegatária em questão, por ofensa ao princípio do contraditório. [...] Mesmo que o caso em estudo não envolva medida sancionatória, mas simples constatação de ausência da capacidade civil, por invalidez comprovada, nos termos do inciso III do art. 39 da Lei nº 8.935/94, ainda assim a aplicação da lei especial sobre a matéria é inafastável, porque houve, de qualquer forma, a extinção da delegação. Justificável, ainda, a menção ao princípio encartado na lei Maior, relativamente ao respeito à ampla defesa e contraditório, senão vejamos: "Art. 5º (...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;" (o grifo não é original) Estabelecidas as premissas legais, na análise fático-processual da celeuma, observo que nos autos da Sindicância nº 202110000299203, no dia 24/02/2022 foi juntado o laudo ofertado pela Junta Médica deste tribunal, com a seguinte conclusão: [...] Todavia, não houve intimação da recorrente a respeito da conclusão dessa perícia, tendo sido exarada a decisão 000129/2022, calcada no

respectivo laudo, nos seguintes termos: [...] Remetido o resultado da aludida sindicância ao Conselho Superior da Magistratura, para deliberação final acerca da referida incapacidade ali, nos termos do art. 26, inciso IV, do Regimento Interno deste Sodalício, foi exarada a decisão objeto deste recurso, também lastreada na mesma perícia, da qual a sindicada não teve oportunidade de se manifestar. A despeito do fato de que houve a sua intimação posterior, após decidido o procedimento de sindicância, antes daquela decisão não foi oportunizado à pericianda se pronunciar, sobre a decisão que, diga-se, restou fundamentado, primordialmente, no laudo médico em questão, que também serviu de lastro a todas as decisões posteriores, o que faz, também, incidir a regra processual que, materializando os já mencionados princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, assim prescreve: [...] No mesmo sentido do entendimento ora apresentado, caminha a jurisprudência deste tribunal, senão vejamos: [...] Desta feita, tendo em vista que a extinção da delegação da recorrente resulta em prejuízo incontestado, não havendo o óbice do princípio do *pas de nullité sans grief*, entendo ter havido cerceamento de defesa, tal qual já decidi em outras ocasiões similares e, ainda, que não existem para excepcionar o caso presente, inclusive, devido ao risco de abertura de indesejável precedente. Ante o exposto, divergindo do ilustre Relator, apenas quanto à existência de cerceamento de defesa, acarretador da nulidade do feito a partir da apresentação do laudo, entendo que o recurso administrativo deve merecer provimento, com o acolhimento da preliminar aventada, nos termos do art. 477, § 1º, do Código de Processo Civil. É o voto divergente. (grifo nosso) Aliás, é digno de nota que após a concessão da medida liminar por este Conselheiro o próprio TJGO apresentou manifestação reconhecendo a prolação de decisão terminativa sem a observância do devido processo legal. Confira-se (Id 5190760): Eminentíssimo Conselheiro Relator, analisando com profundidade os autos do procedimento administrativo que tramitou neste Tribunal de Justiça, não tenho como negar que o vício apontado ocorreu, como bem colocado no voto divergente apresentado pelo Desembargador Carlos Escher no julgamento do recurso pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça. O Diretor do Foro da Comarca de Goiânia deixou de intimar a então pericianda ou a sua defesa sobre os termos do laudo confeccionado pela Junta Médica deste Tribunal de Justiça apontando a sua invalidez para continuar na titularidade do registro imobiliário e remeteu os autos à Corregedoria-Geral da Justiça. Em seguida, aquele Órgão Censor encaminhou os autos a esta Presidência, quando proferida a decisão atacada. Infelizmente, foi prolatada uma decisão decretando a extinção da delegação do serviço extrajudicial outorgada à requerente sem a observação do devido processo legal administrativo, em razão de não ter sido intimada a delegatária do serviço extrajudicial para manifestar sobre o laudo pericial antes de ser proferida a referida decisão. [...] Desta forma, eminentíssimo Conselheiro Relator, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, após minuciosa reanálise dos autos do procedimento administrativo, reconhece a ocorrência do vício formal apontado pela requerente e lamenta sobremaneira não ter detectado a referida nulidade anteriormente, qual seja, a ausência de intimação sobre o laudo pericial antes de ser prolatada a decisão decretando a extinção da delegação outorgada à Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia, Dra. Maria Baía Peixoto Valadão Desse modo, forçoso reconhecer a necessidade de o CNJ restabelecer a segurança jurídica para assegurar à cartorária o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (art. 5º, LV, CF). A doutrina de Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*<sup>6</sup>, ensina que o processo administrativo, nos Estados de Direito, está sujeito a cinco princípios de observância constante, a saber: o da legalidade objetiva, o da oficialidade, o do informalismo, o da verdade material e o da garantia de defesa. E sobre este - o princípio da garantia de defesa, define: *Garantia de defesa* - O princípio da garantia de defesa, entre nós, está assegurado no inciso LV, do art. 5º, da atual Constituição, juntamente com a obrigatoriedade do contraditório, como decorrência do devido processo legal, (Const. Rep., art. 5º, LIV), que tem origem no "due process of law" do direito anglo-norte-americano. Por garantia de defesa deve-se entender não só a observância do rito adequado, como a cientificação do processo ao interessado, a oportunidade para contestar a acusação, produzir prova de seu direito, acompanhar os atos da instrução e utilizar-se dos recursos cabíveis. São estes, portanto, os pontos dos autos que, inclusive, balizarão o tribunal em procedimentos análogos. Ante o exposto, julgo procedente o pedido para anular o procedimento administrativo que reconheceu a incapacidade civil da requerente e que declarou extinta a delegação do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia conferida à Oficial de Registro Maria Baía Peixoto Valadão, com base no art. 39, III, da Lei 8.935/94. Intimem-se. Publique-se nos termos do art. 140 do RICNJ. Submeto esta decisão ao Plenário do CNJ, nos termos do artigo 25, XI, do Regimento Interno do CNJ. Intimem-se. Brasília, data registrada no sistema. Mário Goulart Maia Conselheiro 1 Essa compreensão também o fiz por ocasião dos julgamentos dos PCAs 8404-06, 4493-83, 1134-57, 3446-06, PPs 9156-07, 1087-49, 8815-78 e Ato 0291-58 2 CARDOZO, Benjamin Nathan. *A natureza do processo e a evolução do direito*, Trad. De Leda Boechat Rodrigues. Editora Nacional de Direito Ltda.: 1956, III. 3 Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. 4 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; 5 COSTA, José Armando da, 1940 - *Teoria e prática do processo administrativo disciplinar*. 3. ed. - Brasília: Brasília Jurídica, 1999. p. 34-52. 6 MEIRELLES, Hely Lopes, 1917-1990. *Direito administrativo brasileiro*. 16ª ed. atual. pela Constituição de 1988. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991, p. 579-582. 34 PCA 0003660-26.2023.2.00.0000

## CRITÉRIO PROVIMENTO

### PROVA 01

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

- 01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre o ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar:
- (A) Os concursos para o ingresso na atividade serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual, de um notário e de um registrador.
  - (B) Depende dos seguintes requisitos: habilitação em concurso público de provas e títulos; nacionalidade brasileira; capacidade civil; quitação com as obrigações eleitorais e militares; diploma de bacharel em direito; verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
  - (C) Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em Direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, quinze anos de exercício em serviço notarial ou de registro.
  - (D) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de três anos.
- 02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os prepostos dos serviços notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão contratar substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, desde que autorizado pelo Juízo competente.
  - (B) Apenas na ausência do notário ou do oficial de registro, os substitutos poderão praticar todos os atos que sejam próprios da serventia.
  - (C) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
  - (D) Os escreventes, após autorização do Juiz Corregedor Permanente, poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro permitir.
- 03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:
- (A) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, sem direito de regresso.
  - (B) A responsabilidade civil depende da criminal e esta será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a fé pública.
  - (C) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil em face do notário ou oficial, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.
  - (D) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
- 04.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os direitos e deveres do notário e do oficial de registro, é correto afirmar:
- (A) É direito do notário e do oficial de registro exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
  - (B) É direito do notário e do oficial de registro admitir pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico.

- (C) É direito do notário e do oficial de registro delegar a terceiros, contratados com autorização da Corregedoria Permanente, a manutenção em ordem dos livros, papéis e documentos de sua serventia.
- (D) É dever do notário e do oficial de registro manter exclusivamente em papel o arquivo das leis, dos regulamentos, das resoluções, dos provimentos, dos regimentos, das ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade.
- 05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a fiscalização das serventias notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto a de perda da delegação.
- (B) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto as de perda da delegação e de suspensão.
- (C) A fiscalização será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, que delegará poderes aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos artigos 37 e 38 da Lei nº 8.935/1994.
- (D) O Juiz Corregedor Permanente fiscalizará os serviços extrajudiciais situados na comarca, de ofício ou atendendo à reclamação escrita dos usuários, não se admitindo reclamação verbal.
- 06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os livros administrativos dos serviços notariais e de registro públicos, é correto afirmar:
- (A) Com exceção do Livro de Visitas e Correições, a responsabilidade pela escrituração dos demais livros é exclusiva e direta do delegatário, vedada a escrituração por um preposto.
- (B) Salvo os livros previstos em lei especial, os serviços notariais e de registros públicos deverão possuir os livros de Visitas e Correições, Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e Controle de Depósito Prévio.
- (C) O Livro de Visitas e Correições será escriturado pelas competentes autoridades judiciárias fiscalizadoras, as quais ficarão responsáveis por sua guarda.
- (D) O Livro de Controle de Depósito Prévio observará o modelo usual para a forma contábil, vedada a escrituração de forma eletrônica.
- 07.** De acordo com o Provimento nº 69/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) Desde que autorizados pelos titulares delegatários, interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço, os escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro poderão executar suas tarefas fora das dependências da serventia extrajudicial, na modalidade teletrabalho, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos.
- (B) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e titulares delegatários.
- (C) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a cinquenta por cento da força de trabalho da serventia.
- (D) A implementação ou alteração do regime de teletrabalho independe de comunicação ao órgão correicional local, pois integra a independência do titular delegatário no que se refere ao gerenciamento administrativo e financeiro da serventia.
- 08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
- (A) O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, subsidiado, se necessário, pelo fundo criado pela Lei Federal nº 14.382/2022.
- (B) Os notários, pessoalmente ou por intermédio do e-Notariado, devem fornecer meios tecnológicos para o acesso das informações exclusivamente estatísticas e genéricas à Administração Pública Direta, sendo-lhes autorizado, inclusive, o envio e o repasse de dados, independentemente de disposição legal ou judicial específica.

- (C) Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá, dentre outras, adotar as medidas operacionais próprias ou de outras entidades extrajudiciais, ficando responsável pela coordenação, implantação e funcionamento do sistema.
- (D) O e-Notariado deve oferecer acesso aos dados e às informações constantes de sua base de dados para o juízo competente responsável pela fiscalização da atividade extrajudicial, para as Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal e para a Corregedoria Nacional de Justiça.

**09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a implementação e gestão do sistema e-Notariado.

- (A) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá, entre outros, estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos.
- (B) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá agir diretamente na capacitação dos notários credenciados para a emissão de certificados eletrônicos, segundo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) O Conselho Nacional de Justiça deverá, entre outros, estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento.
- (D) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá ser ressarcido dos custos pelos usuários do serviço, na forma estabelecida pelas Corregedorias Estaduais.

**10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

- (A) As autoridades judiciárias, desde que autorizadas por portaria do Conselho Nacional de Justiça, terão acesso às funcionalidades do e-Notariado, de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema.
- (B) O acesso ao e-Notariado será feito com assinatura digital, por certificado digital notariado, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 ou, quando possível, por biometria.
- (C) Os usuários externos poderão acessar o e-Notariado mediante cadastro prévio, desde que o acesso seja feito com certificado digital expedido no âmbito da ICP-Brasil, para conferir a autenticidade de ato em que tenham interesse.
- (D) Para a assinatura de atos notariais eletrônicos, poderá, a critério do tabelião, ser realizada videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico e sobre a concordância com o ato notarial.

**11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- (A) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá somente pessoal e civilmente pelos danos causados.
- (B) É vedada a distribuição de ficha-padrão para fins de reconhecimento de firma em estabelecimentos como imobiliárias e de revenda de veículos, mas é permitido o preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário.
- (C) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados.
- (D) Aos tabeliões de notas é vedado efetuar desconto de emolumentos pela lavratura de escrituras de alienação e oneração de bens imóveis, mas é permitido o pagamento de comissão a corretores para fins de captação do serviço notarial.

**12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre as escrituras públicas relativas a imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas escrituras relativas a imóveis, consignar-se-á a apresentação da certidão de inteiro teor da matrícula e a certidão de ônus reais e de ações reais e/ou pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para esse fim, será de 20 (vinte) dias.
- (B) Nas escrituras relativas a imóveis rurais, será facultativa a apresentação ao tabelião de notas do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, com a prova de quitação do Imposto Territorial Rural – ITR referente aos cinco últimos exercícios, que serão exigidos apenas no momento do Registro.

- (C) Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, quando incidente sobre o ato, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária, nos casos de imunidade, isenção ou não incidência, exceto nos casos em que a lei ou ato administrativo da Secretaria da Fazenda dispense o reconhecimento da desoneração, cuja guia física ficará arquivada pelo prazo mínimo de vinte (20) anos; após cinco (05) anos poderá ser eliminada a guia física, desde que mantida arquivada em meio eletrônico (digitalização).
- (D) Nas escrituras relativas a imóveis urbanos, serão exigidas as certidões referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel, quando houver transferência de domínio, não cabendo dispensa pelo adquirente.
- 13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre imóvel rural, é correto afirmar:
- (A) A aquisição por pessoa física estrangeira será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, se o imóvel contiver área não superior a 10 (dez) módulos.
- (B) O Tabelião não poderá, sob pena de responsabilidade, lavrar escrituras de desmembramento de imóvel rural se as áreas resultantes não forem iguais ou superiores à fração mínima de parcelamento ou módulo, o que for menor, impressa no certificado de cadastro correspondente, exceto se o imóvel alienado for destinado à anexação a outro imóvel rural confinante e desde que a área remanescente seja igual ou superior à fração mínima de parcelamento.
- (C) Não são aplicáveis ao arrendamento os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, constantes na Lei Federal nº 5.709/1971.
- (D) A pessoa física estrangeira somente poderá adquirir imóvel rural não excedente a 60 (sessenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
- 14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre lavratura de escritura de inventário e partilha, assinale a alternativa correta.
- (A) A renúncia de herdeiro não poderá constar na própria escritura de partilha, devendo ser formalizada em apartado, judicialmente ou por outra escritura pública.
- (B) O tabelião de notas poderá lavrar escritura de inventário e partilha de bens cujas partes estejam representadas por procuração lavrada por instrumento público ou particular, desde que constem poderes específicos.
- (C) Quando se tratar de partilha por direito de representação ou contemplar herdeiros da classe posterior na ordem da vocação hereditária, o tabelião de notas deverá exigir a certidão de óbito do representado ou declaração das partes, feita sob as penas da lei, informando a data e o local em que ocorreu o óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos.
- (D) A escritura pública deverá conter declaração expressa das partes e do advogado assistente ou defensor público, sob as penas da lei, de que não tramita inventário e partilha na via judicial ou, se for o caso, de que o processo está suspenso para a promoção do inventário e partilha na via extrajudicial.
- 15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o testamento cerrado, assinale a alternativa correta.
- (A) Se o apresentante testador não fizer, por iniciativa própria, a declaração de que o documento apresentado ao tabelião é o seu testamento e dá-lo como bom, firme e valioso, bem como que deseja que seja aprovado, o tabelião de notas deve recusar, de plano, a lavratura do instrumento de aprovação.
- (B) O tabelião de notas poderá ler o testamento e, se constatar alguma ilegalidade, deverá, de imediato, suspender o ato de aprovação.
- (C) Apresentado ao tabelião de notas, na presença de pelo menos duas testemunhas, este, depois de ouvir do testador ser aquele o seu testamento, e de o afirmar como bom, firme e valioso, e declarar querer seja aprovado, iniciará, imediatamente após a última palavra do texto, o instrumento de aprovação, pela forma manuscrita ou datilografada.
- (D) Antes de cerrar e coser o testamento, o tabelião de notas deverá extrair uma cópia e arquivá-la na serventia.
- 16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a escritura pública de separação e divórcio, é correto afirmar:

- (A) Por ocasião da lavratura da escritura de separação ou divórcio com partilha de bens imóveis, não compete ao tabelião de notas a exigência do comprovante do pagamento do imposto de transmissão, que será exigido por ocasião da apresentação da escritura ao registro de imóveis.
  - (B) Havendo filhos menores ou incapazes do casal, é vedada, em qualquer hipótese, a lavratura da escritura de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens.
  - (C) Havendo fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou existindo dúvida sobre a declaração de vontade, impõe-se ao tabelião de notas, após a lavratura da escritura, comunicação imediata ao Ministério Público Estadual e ao Juiz Corregedor Permanente.
  - (D) A escritura especificará, além de outros requisitos legais, o regime matrimonial de bens, os bens comuns e a partilha, quando esta não for ressalvada para momento posterior à dissolução da sociedade conjugal ou do casamento; sobre qual das partes recairá a responsabilidade por obrigações pendentes e será atribuída a titularidade de direitos e ações, nome e data de nascimento dos filhos; o prazo de duração da obrigação alimentar; condições e critérios de atualização, e, se for o caso, a sua dispensa provisória.
- 17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos relativos às transferências de embarcações, assinale a alternativa correta.
- (A) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos.
  - (B) Diferentemente do que ocorre nas transferências de bens imóveis, se o outorgante for casado, independentemente do regime de bens, será dispensável o consentimento de seu cônjuge.
  - (C) As embarcações brasileiras, inclusive as da Marinha de Guerra, serão inscritas na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário ou armador ou onde for operar a embarcação. Será facultativo o registro da propriedade no Tribunal Marítimo, se a embarcação possuir arqueação bruta superior a cem toneladas, para qualquer modalidade de navegação.
  - (D) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro poderão ser feitos por instrumento particular, independentemente do valor.
- 18.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o testador pode, desde que o faça por instrumento público perante o tabelião de notas:
- (A) reconhecer filho havido fora do casamento, bem como revogar o reconhecimento.
  - (B) instituir bem de família, mas não lhe é permitido instituir condomínio edilício, pois este só pode ser instituído por atos entre vivos
  - (C) instituir condomínio edilício, instituir a multipropriedade imobiliária, constituir servidão e nomear tutor de seus filhos.
  - (D) se houver justa causa, estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, mas não pode constituir servidão, pois esta somente pode ser constituída por ato entre vivos.
- 19.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), assinale a alternativa correta sobre o testamento público.
- (A) Não é permitido que o tabelião de notas escreva o testamento manualmente, pois a escrita manual pode dificultar a leitura da real declaração de vontade do testador.
  - (B) Após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião.
  - (C) A pessoa inteiramente surda não pode testar por instrumento público, pois é requisito essencial para validade do ato a leitura do testamento pelo tabelião para permitir que o testador verifique se as disposições testamentárias estão conforme a sua vontade.
  - (D) Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará e assinará o testamento substituindo a assinatura do testador.
- 20.** Assinale a alternativa correta.



- (A) De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ-AL), em obediência ao princípio da literalidade, todos os títulos ou documentos de dívida serão protestados somente pelos valores neles estampados, não se admitindo qualquer tipo de acréscimo como juros ou atualização monetária.
  - (B) Por se tratar de intimação ficta, o tabelião de protesto somente promoverá a intimação por edital se autorizado pelo credor apresentante do título.
  - (C) A remessa da intimação do protesto somente poderá ser realizada por portador do próprio tabelião.
  - (D) O contrato de câmbio, desde que protestado, constitui instrumento para requerer a ação executiva.
- 21.** De acordo com o Decreto-Lei nº 167/1967, assinale a alternativa correta em relação à dispensa do protesto para fins de assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.
- (A) O protesto é dispensável no caso da cédula de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural.
  - (B) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da nota promissória rural.
  - (C) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da duplicata rural.
  - (D) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural.
- 22.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Somente os títulos executivos extrajudiciais são passíveis de protesto.
  - (B) O tabelião de protesto deverá expedir a intimação ao devedor ou sacado decorridos três dias úteis, contados da protocolização.
  - (C) O prazo para o tabelião expedir certidão de protesto é de, no máximo, sete dias úteis.
  - (D) Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais, cuja emissão foi regulada pela Lei nº 13.775/2018, deverá coincidir com o domicílio do devedor, salvo convenção expressa entre as partes que demonstre a concordância inequívoca do devedor.
- 23.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.
- (A) Permite-se a tirada do protesto por falta de aceite após o vencimento da obrigação.
  - (B) É vedado o protesto por motivo de falta de pagamento de letra de câmbio contra sacado não aceitante.
  - (C) Não havendo o pagamento do título nem sustação judicial ou desistência do credor, o tabelião, se não constatar qualquer irregularidade formal, deverá tirar o protesto dentro do prazo de dez dias úteis, contados do recebimento da intimação.
  - (D) Após recebida a intimação, é permitida ao credor a desistência do procedimento do protesto somente se houver anuência do devedor.
- 24.** De acordo com o Provimento nº 86/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais quando da apresentação para protesto de títulos e documentos de dívida.
- (A) Nas localidades onde houver mais de um tabelionato de protesto, o depósito ou pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais destinados aos ofícios de distribuição devem ser feitos previamente, independentemente da data de vencimento do título ou documento de dívida.
  - (B) Nenhum valor de emolumentos será devido se houver pedido de desistência do procedimento do protesto pelo apresentante ou pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal.
  - (C) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e dos demais acréscimos legais e despesas ao tabelião ou ao serviço de distribuição, desde que o vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação.
  - (D) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio apenas dos emolumentos pertencentes ao tabelião, sendo necessário o depósito ou pagamento prévio dos acréscimos legais e das demais despesas.
- 25.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas

(CNNR-CGJ/AL), sobre a averbação da alteração do prenome, do gênero ou de ambos, à adequação da identidade de transgênero, é correto afirmar:

- (A) A alteração poderá ser desconstituída a qualquer tempo, mediante requerimento firmado pelo interessado, com firma reconhecida, apresentado ao oficial do registro civil das pessoas naturais onde o assento foi lavrado, independentemente de autorização judicial ou administrativa.
- (B) Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.
- (C) O atendimento do pedido de alteração do prenome e sexo de transgênero apresentado ao registrador depende de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou apresentação de laudo médico ou psicológico.
- (D) O requerimento será assinado pela pessoa requerente na presença do oficial de registro civil das pessoas naturais exclusivamente no local do registro de nascimento onde será realizada a averbação.

**26.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, considere as seguintes afirmações:

- I. Nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, far-se-á o assento no Livro C-Auxiliar, com os elementos adequados.
- II. Nascendo morta, far-se-á um único assento no Livro “C Auxiliar”, de registro de natimortos, podendo, a critério do declarante, ser lançado o nome do natimorto.
- III. Morrendo a criança na ocasião do parto, mas se respirou, efetuar-se-ão os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com remissões recíprocas.
- IV. Nos óbitos fetais a Declaração de Óbito (DO) somente será aceita pelo oficial do registro civil das pessoas naturais se constar que o feto tem peso corporal igual ou superior a 500 (quinhentos) gramas e/ou estatura igual ou superior a 25 (vinte e cinco) centímetros.

Estão corretas apenas

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.

**27.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), considere as seguintes afirmações sobre o registro de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais:

- I. O assento de nascimento de indígena não integrado é facultativo, e sua inscrição far-se-á no Livro “A”.
- II. O RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena – apresentado pelo declarante ou pelo próprio registrando é documento hábil para proceder ao registro civil, sempre que contiver todos os elementos necessários para o registro de nascimento.
- III. Todo o assento de nascimento de indígena realizado pelo registrador deverá ser, imediatamente, comunicado à FUNAI, para as providências necessárias ao registro administrativo, caso ainda não tenha sido feito.
- IV. Não se registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, todavia, deve o oficial do registro civil considerar a identidade étnica do registrando, que poderá ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

Estão corretas

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II, somente.

- 28.** De acordo com o Provimento nº 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a inclusão do número do CPF nos assentamentos do registro civil das pessoas naturais.
- (A) O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.
  - (B) Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o oficial adiará o registro para o dia seguinte.
  - (C) Estando o sistema indisponível, o oficial designará nova data para a lavratura do registro, intimando o interessado no ato.
  - (D) Por solicitação verbal do interessado, poderá ser averbado o número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito, lavrados em data anterior à vigência do Provimento, mediante pagamento de emolumentos correspondentes à averbação sem valor declarado.
- 29.** Assinale a alternativa correta quanto à inclusão dos nomes dos genitores, não casados entre si, no registro de nascimento.
- (A) É possível, bastando que compareça apenas o pai, independentemente de comparecimento ou declaração da genitora, desde que esteja munido do seu documento de identidade e indique o nome completo da mãe e dos avós maternos da criança.
  - (B) É possível, desde que os dois compareçam, pessoalmente ou por meio de procurador com poderes específicos, ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, para realizar o assento.
  - (C) É possível, bastando que compareça apenas a mãe, independentemente de comparecimento ou declaração do genitor, desde que esteja munida do seu documento de identidade e indique o nome completo do pai e dos avós paternos da criança.
  - (D) É possível, bastando que um dos genitores compareça e apresente procuração ou anuência, necessariamente lavrados por instrumento público, vedado o instrumento particular.
- 30.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), ao lavrar um assento de nascimento deverá o oficial de registro civil das pessoas naturais observar o seguinte:
- I. A naturalidade do registrando poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
  - II. Na hipótese de a genitora não manifestar interesse em declarar o nome do suposto pai, o Oficial colherá declaração nesse sentido, não lavrará o registro e remeterá o expediente ao Juiz com atribuição administrativa do cartório.
  - III. Não se fará qualquer referência à natureza da filiação.
- (A) Somente I e III estão corretas.
  - (B) Somente I e II estão corretas.
  - (C) Somente I está correta.
  - (D) I, II e III estão corretas.
- 31.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto do oficial do registro civil das pessoas naturais nos autos de habilitação quanto ao consentimento dos pais para o casamento de filhos menores.
- (A) Caso um dos genitores se recuse a dar seu consentimento, o outro poderá assinar o respectivo termo perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, considerando, assim, suprida a falta de consentimento daquele.
  - (B) O consentimento de pais analfabetos, para que seus filhos possam casar, dar-se-á por intermédio de procurador constituído por instrumento público, ou mediante termo de consentimento, nos autos da habilitação, subscrito pelo Oficial e por uma pessoa a rogo do analfabeto, colhendo-se a impressão digital destes na presença de duas testemunhas, qualificadas, que deverão assinar o termo.
  - (C) Se o consentimento para casar não for firmado pelos pais, perante o oficial do registro civil ou seu preposto, será

exigido o reconhecimento notarial das assinaturas por semelhança.

(D) Excepcionalmente, na hipótese em que o casamento se realizar no âmbito do projeto Justiça Itinerante não haverá necessidade de consentimento dos pais.

**32.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para alteração de regime de bens adotado em casamento civil.

(A) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Corregedor Geral da Justiça do Estado, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Corregedor Geral da Justiça do Estado onde residem os interessados.

(B) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Juiz de Paz, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juiz de Paz que celebrou o respectivo casamento.

(C) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Oficial de Registro de Imóveis, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Oficial de Registro de Imóveis onde foi lavrado o registro do respectivo casamento.

(D) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento de jurisdição voluntária, devendo o juízo competente publicar edital com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juízo da Vara de Família da respectiva comarca onde se processar a mudança.

**33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), sobre a averbação no assento de casamento do divórcio consensual, decorrente de escritura pública lavrada na forma da Lei nº 11.441/2007, assinale a alternativa correta.

(A) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde o casamento foi celebrado, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.

(B) O traslado da escritura pública de divórcio consensual deverá ser primeiramente registrado no Livro “E” do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio conjugal, e depois será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.

(C) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde os cônjuges são domiciliados, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.

(D) O traslado da escritura pública de divórcio consensual será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.

**34.** De acordo com a Lei dos Registros Públicos, é correto dizer que na lavratura de assento de óbito, o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais observará o seguinte:

(A) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada a lavratura do assento de nascimento.

(B) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada, a critério do declarante, a lavratura do assento de nascimento.

- (C) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito no Livro “A” – de registro de nascimento. (LRP, art. 77, § 1º).
- (D) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, deverá exigir autorização judicial para registrar o óbito.
- 35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa correta com respeito à adoção de menores.
- (A) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado, e concomitantemente cancelado o registro primitivo do adotado, e registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A”, na forma e exigências do art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
- (B) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude será previamente registrado no Livro “E”, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes; depois, averbado no registro original de nascimento do adotado, para efeito de seu cancelamento; e servirá de mandado para lavratura de novo registro de nascimento, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes.
- (C) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, servirá de mandado para lavratura do novo assento de nascimento do adotado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A” – de registro de nascimentos, vedado o cancelamento do registro original de nascimento do adotado.
- (D) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado no registro primitivo do adotado, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes, expedindo-se certidão com referida averbação, não sendo necessária a lavratura de novo assento de nascimento.
- 36.** De acordo com a Lei nº 6.015/1973, com relação à averbação de retificação de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais do território nacional, em vista da implementação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).
- (B) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório onde constar o assento.
- (C) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório do 1º ofício ou da subdivisão judiciária da comarca da capital, em livro especial.
- (D) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais da comarca, nas localidades onde houver mais de um cartório.
- 37.** Em relação aos títulos apresentados ao Oficial de Registro de Imóveis é correto afirmar:
- (A) Os títulos devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem, que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais, exceto os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- (B) Todos os títulos, sem exceção, devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais.
- (C) Os títulos devem ser lançados exclusivamente no Livro Especial de Controle Geral de Precedência, a cargo dos Oficiais do Registro de Imóveis, que adotarão o melhor regime interno a fim de garantir, assim, a ordem de precedência, prioridade e preferência dos direitos reais.
- (D) Os oficiais podem obstar a inscrição de títulos no Livro nº 1 – Protocolo quando se depararem com qualquer exigência fiscal ou quando ele tiver dúvida, ocasião em que a suscitará perante o juízo competente.
- 38.** De acordo com as Leis nºs 6.015/1973 e 8.935/1994, no serviço de que é titular, o Oficial Registrador não poderá praticar, pessoalmente, atos nas seguintes hipóteses:
- (A) Quando o ato for de seu interesse, de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o quarto grau.

- (B) Quando o ato for de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
  - (C) Quando o oficial se declarar suspeito, devendo declarar seu impedimento por ato de averbação lançado à margem do protocolo.
  - (D) Nos casos em que o oficial em algum momento tenha sido proprietário do imóvel.
- 39.** Da sentença no processo de dúvida poder-se-á interpor recurso. Qual a natureza e efeitos do recurso e quem está legitimado para sua a interposição?
- (A) Recurso administrativo endereçado à Corregedoria Geral de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
  - (B) Recurso à Corregedoria Nacional de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
  - (C) Recurso de apelação, com efeito meramente devolutivo. Podem recorrer o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
  - (D) Recurso de apelação, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
- 40.** Apresentada ao registrador de imóveis título judicial oriundo da Justiça do Trabalho (carta de adjudicação) o oficial, a requerimento do interessado, suscita dúvida. A denegação de acesso do título judicial e suscitação de dúvida configuram crime de desobediência?
- (A) Não. O oficial de registro pode examinar livremente os elementos intrínsecos e extrínsecos do título judicial, incursionando no que foi decidido no processo judicial e apontando os eventuais defeitos.
  - (B) Sim. Todo e qualquer título judicial deve ser registrado sem qualquer exame de elementos formais e extrínsecos do título, incorrendo no crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.
  - (C) Não. Tratando-se de título judicial, o oficial tem o dever, imposto pela Lei de Registros Públicos, de qualificar todos os títulos, seja qual for a sua origem.
  - (D) Não. O oficial de registro de imóveis jamais deve examinar os títulos judiciais. Havendo fundada dúvida acerca da legalidade, deve proceder ao registro e encaminhar certidão ao juízo competente para homologação.
- 41.** A chamada “averbação premonitória” consiste em:
- (A) Averbação no Registro de Imóveis de bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade de bens instada pelo exequente munido de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa.
  - (B) Averbação no Livro 3 (Registro Auxiliar), a requerimento expresso do interessado, a fim de produzir efeitos jurídicos em face de terceiros.
  - (C) Registros feitos na CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, nos termos de atos normativos do Conselho Nacional de Justiça.
  - (D) Inscrição preventiva de transações de bens futuros.
- 42.** Os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, devem ser registrados em qual especialidade? As sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, por qual órgão devem ser homologadas?
- (A) Registro de Imóveis, quando envolver imóveis e Supremo Tribunal Federal.
  - (B) Registro de Títulos e Documentos e Tribunal Internacional de Haia.
  - (C) Registro de Títulos e Documentos e Supremo Tribunal Federal.
  - (D) Registro de Títulos e Documentos e Superior Tribunal de Justiça.
- 43.** No Registro de Títulos e Documentos serão registrados quaisquer documentos para sua conservação. Este registro ostenta o caráter:

- (A) Facultativo.
- (B) Obrigatório.
- (C) Supletório.
- (D) Indispensável.

44. No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:

- (A) Jornais e demais publicações periódicas, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão.
- (B) Sites e domínios da Internet.
- (C) Obras e construções civis, reformas e demolições.
- (D) Sociedades empresárias, cooperativas e empresário individual.

45. De acordo com a Lei de Registros Públicos, o acesso ao conteúdo do registro facultativo para conservação

- (A) é restrito ao próprio oficial do Registro, que revelará verbalmente o conteúdo quando instado por qualquer do povo.
- (B) é restrito a qualquer interessado que manifeste seu interesse por requerimento dirigido ao Oficial.
- (C) é restrito ao requerente, à autoridade tributária ou por determinação judicial.
- (D) não é restrito, pois o acesso é amplo, geral e irrestrito, pois o Registro de Títulos e Documento é órgão de natureza pública.

#### **DIREITO CIVIL**

46. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), realizando-se o casamento no Brasil, perante a autoridade brasileira, estabelece que

- (A) no casamento de estrangeiros residentes no Brasil, será aplicada a lei de domicílio dos cônjuges quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (B) será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (C) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, poderá ser aplicada a lei brasileira ou a do domicílio do estrangeiro quanto aos impedimentos e às formalidades da celebração.
- (D) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, será aplicada a lei do primeiro domicílio conjugal quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.

47. Em relação à emancipação, é correto afirmar que

- (A) a emancipação por concessão dos pais poderá ser realizada por instrumento público ou particular.
- (B) a emancipação por concessão dos pais é revogável.
- (C) o menor sob tutela que tiver dezesseis anos completos somente poderá ser emancipado por sentença do juiz.
- (D) a emancipação por concessão dos pais depende da concordância expressa do menor para seu aperfeiçoamento.

48. Na dação em pagamento, é correto afirmar que

- (A) a prestação oferecida na dação em pagamento somente pode ser pecuniária.
- (B) a dação em pagamento não pode ser efetuada por terceiro.
- (C) havendo evicção da coisa recebida em pagamento pelo credor não há o restabelecimento da obrigação primitiva.
- (D) há necessidade de concordância do credor para o recebimento de prestação diversa da devida.

49. De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil
- (A) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
  - (B) os menores de 16 (dezesseis) anos.
  - (C) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
  - (D) os pródigos.
50. Um mês após a realização de uma escritura pública de compra e venda de bem imóvel com valor de R\$ 500.000,00, os contraentes celebraram distrato do contrato de compra e venda por instrumento particular. Nesse caso, o distrato
- (A) é nulo.
  - (B) é anulável.
  - (C) é válido.
  - (D) somente não tem validade perante terceiros.
51. A cessão de crédito realizada entre o cedente e o cessionário sem a notificação do devedor da relação obrigacional cedida é negócio jurídico
- (A) válido e ineficaz entre o cedente e cessionário.
  - (B) anulável pelo devedor da obrigação cedida.
  - (C) inválido em razão da não participação do devedor da obrigação cedida.
  - (D) válido e eficaz entre cedente e cessionário.
52. Com relação às servidões não aparentes, é correto afirmar que
- (A) o prazo de aquisição por usucapião, havendo justo título, é de dez anos.
  - (B) o prazo de aquisição por usucapião é de vinte anos.
  - (C) não são passíveis de aquisição por usucapião.
  - (D) o prazo de aquisição por usucapião é de cinco anos.
53. Não encerra propriedade resolúvel a
- (A) doação remuneratória.
  - (B) retrovenda.
  - (C) doação com cláusula de reversão.
  - (D) alienação fiduciária em garantia.
54. "A", casado e sem desconstituir o matrimônio anterior, casa-se com "B", esta última, de boa-fé, desconhecia o fato de "A" ser casado ao tempo da celebração do casamento com aquele. Desse modo, o casamento
- (A) tem validade.
  - (B) tem validade somente em relação a "B".
  - (C) padece de invalidade.
  - (D) somente será válido se houver filhos comuns de "A" e "B".
55. Com relação ao usufruto dos pais sobre os bens dos filhos menores, assinale a alternativa correta.
- (A) O usufruto sobre bens imóveis somente é constituído pelo registro no respectivo registro imobiliário.



- (B) Os bens adquiridos com os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de sua atividade profissional, estão excluídos do usufruto.
- (C) Havendo o registro de nascimento declarado pela mãe e o reconhecimento posterior da paternidade pelo pai, o qual não é casado com a mãe, o usufruto abarca os bens adquiridos antes e depois do reconhecimento da filiação.
- (D) Os bens recebidos pelo filho menor em doação pura estão excluídos do usufruto pelos pais.

**56.** Em 10.10.2022, houve a declaração judicial de vacância da herança, nesse caso,

- (A) com a declaração de vacância há incorporação definitiva da herança ao patrimônio do Estado.
- (B) os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão.
- (C) após a declaração judicial de vacância caberá a nomeação de curador.
- (D) somente após a declaração judicial de vacância serão realizadas as diligências de arrecadação dos bens da herança.

**57.** Com relação à exclusão por indignidade na sucessão, é correto afirmar que

- (A) a enumeração constante do Código Civil das causas de indignidade na sucessão é exemplificativa.
- (B) o prazo para a propositura da ação de indignidade é de três anos contados da abertura da sucessão.
- (C) não cabe direito de representação dos herdeiros do indigno na sucessão legítima.
- (D) há situação na qual o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de indignidade.

**58.** O artigo 50 do Código Civil dispõe que poderá o juiz desconsiderar a personalidade jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. A confusão patrimonial, de acordo com o Código Civil, é entendida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios e caracteriza-se por

- (A) atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- (B) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, independentemente do valor.
- (C) cumprimento pela sociedade de quaisquer obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- (D) ausência de patrimônio para saldar a obrigação.

**59.** “A”, em testamento público, deixou a metade da parte disponível de seu patrimônio ao tabelião que lavrou o testamento, instituindo-o como herdeiro. Nesse caso, a disposição testamentária em favor do tabelião é

- (A) ineficaz.
- (B) válida, competindo a este provar que o testador atuou de livre vontade.
- (C) válida, competindo eventual impugnação a algum interessado.
- (D) nula.

**60.** O primo de “A”, filho do irmão do pai de “A”, é parente de “A” em:

- (A) quarto grau.
- (B) quinto grau.
- (C) segundo grau.
- (D) terceiro grau.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**61.** Segundo as normas e os princípios previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A incompetência relativa não pode ser prorrogada.
  - (B) A competência em razão da matéria é derogável em razão da vontade das partes.
  - (C) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles houver sido sentenciado.
  - (D) O despacho de admissibilidade da petição inicial torna prevento o juízo.
- 62.** A respeito das regras de competência no direito processual civil, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado pelos Tribunais Superiores.
- (A) O foro do domicílio ou da residência do alimentante é competente para ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.
  - (B) Para ação de reconhecimento ou dissolução de união estável, é competente o domicílio do guardião do filho do incapaz.
  - (C) O princípio do duplo grau de jurisdição é expressamente previsto na Constituição Federal, podendo ser limitável por lei infraconstitucional.
  - (D) Compete à Justiça Federal Cível processar e julgar os pedidos de retificação de registro imobiliário.
- 63.** De acordo com entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da ação monitória prevista no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) é incabível ação monitória contra Fazenda Pública.
  - (B) é incabível a citação editalícia em ação monitória.
  - (C) em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
  - (D) o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para ajuizamento da ação monitória.
- 64.** Conforme expressamente previsto no rol do Código de Processo Civil, cabe o recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre
- (A) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.
  - (B) concessão do efeito devolutivo aos embargos de execução.
  - (C) incidente da desconsideração da personalidade jurídica.
  - (D) admissão de litisconsorte.

## **DIREITO PENAL**

- 65.** Funcionário público municipal, juntamente com um amigo (que não é funcionário público), em coautoria, apropriam-se de determinado bem público de que o primeiro tinha a posse em razão do cargo público por ele ocupado. Nesse caso, pode-se afirmar, corretamente, que
- (A) as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam quando elementares do crime.
  - (B) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam.
  - (C) as circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam.
  - (D) cada agente responde pelo crime próprio, conforme a sua condição pessoal.
- 66.** Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Comete crime de corrupção ativa o sujeito que, atendendo à exigência de funcionário público, entrega a este uma vantagem indevida.

- (B) Para a configuração do crime de concussão, é necessário que o sujeito ativo se valha da função que exerce ou vai exercer, ou que se prevaleça da autoridade que possui ou vai possuir.
- (C) O crime de concussão só se consuma quando ocorre prejuízo ao lesado.
- (D) Com a devolução da vantagem recebida, desnatura-se o crime de concussão.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**67.** Em relação às medidas assecuratórias, é correto afirmar que

- (A) o sequestro pode recair sobre os bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenham sido transferidos a terceiros.
- (B) o sequestro pode ser decretado pelo juiz somente antes de oferecida a denúncia ou queixa.
- (C) não se admite o sequestro de bens móveis.
- (D) a alienação do bem sequestrado sempre depende de sentença condenatória transitada em julgado.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**68.** Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- (B) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.
- (C) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a transmissão de propriedade imobiliária derivada de operação societária de incorporação independe do fato de ter a empresa atividade preponderante na área imobiliária.
- (D) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, não incide na transmissão de imóveis com valor inferior a duzentos salários mínimos.

**69.** Não tem previsão expressa no Código Tributário Nacional:

- (A) a ação consignatória em pagamento.
- (B) a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
- (C) o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- (D) o parcelamento tributário.

**70.** Não integra a definição de tributo expressa no artigo 3º do Código Tributário Nacional – CTN a prestação

- (A) pecuniária compulsória, em moeda ou valor que nela se possa exprimir.
- (B) instituída em lei.
- (C) que constitua multa ou penalidade.
- (D) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**71.** São aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária:

- (A) substantivo, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
- (B) material, temporal, substantivo, adjetivo e subjetivo.
- (C) substantivo, temporal, espacial, adjetivo e subjetivo.
- (D) material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.

- 72.** Segundo o disposto no parágrafo único do artigo 100 do Código Tributário Nacional, exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo:
- (A) a observância de atos normativos expedidos por sindicatos.
  - (B) a observância de práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
  - (C) a observância das regras de parcelamento do débito.
  - (D) a observância das regras relativas às reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.
- 73.** Segundo o Código Tributário Nacional,
- (A) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo a sua denominação e demais características formais adotadas pela lei.
  - (B) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo o seu fato gerador.
  - (C) na ausência de disposição legal expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar, a equidade.
  - (D) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária aplicará, em primeiro lugar, os princípios gerais de direito público.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

- 74.** Acerca da sociedade em comum, assinale a alternativa correta.
- (A) Nas relações entre si ou com terceiros, os sócios somente podem provar a existência da sociedade por escrito, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
  - (B) Trata-se de sociedade personificada, desde que efetuado o arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial.
  - (C) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, observado o benefício de ordem.
  - (D) Os bens e dívidas sociais confundem-se com os dos sócios, sendo vedada a constituição de patrimônio especial.
- 75.** A sociedade limitada é o tipo societário mais utilizado no Brasil. Sobre ela, assinale a alternativa correta.
- (A) É constituída por duas ou mais pessoas.
  - (B) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.
  - (C) A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social subscrito por todos os sócios.
  - (D) Há possibilidade de o sócio ceder sua quota a terceiro, independentemente da anuência dos outros, salvo previsão contratual em contrário.
- 76.** De acordo com a Lei de falência e recuperação judicial, o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada. São seus deveres na recuperação judicial:
- (A) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores.
  - (B) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.
  - (C) representar a devedora em juízo.
  - (D) diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação.

77. Nas sociedades anônimas, a assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das sociedades anônimas.

- (A) Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.
- (B) Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembleia geral, sendo-lhes vedado o direito de voz.
- (C) As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos, computados os votos em branco.
- (D) Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral; nas companhias fechadas, é vedada a participação e votação a distância.

78. "A", "B" e "C", pessoas naturais, resolvem montar uma loja de roupas na sua cidade. Fazem-no sem observar as formalidades legais; exercem-na conjuntamente, partilhando os resultados, já há dois anos. Nesse quadro, é juridicamente correto afirmar:

- (A) coletivamente, os três são considerados empresários individuais.
- (B) para regularizar a situação, deverão todos os três registrar-se como empresários individuais.
- (C) a atividade exercida pelos três pode caracterizar a existência de sociedade em comum, sem, pois, adquirir ela personalidade jurídica.
- (D) os três devem escolher um deles para ser o administrador e representante dos demais a fim de assumir a responsabilidade perante terceiros.

79. Assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade em comum e a sociedade simples somente podem ter por objeto atividade empresarial, e seus sócios só podem ser pessoas naturais de nacionalidade brasileira.
- (B) As sociedades em comum, comandita simples e sociedade simples não podem ter personalidade jurídica.
- (C) Havendo sócio incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser integralizado em dois terços do capital subscrito.
- (D) Havendo incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser inteiramente integralizado.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

80. Segundo o art. 3º da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- (A) a prevalência dos direitos humanos.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) a independência nacional.
- (D) a garantia do desenvolvimento nacional.

81. Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Ministro de Estado da Defesa.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Ministro do Tribunal de Contas da União.

82. Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente:

- (A) julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra o ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.
- (B) homologar sentença estrangeira.

- (C) julgar o Senador da República pela prática de infrações penais comuns.
- (D) processar e julgar o *habeas corpus* quando o coator for o Tribunal de Justiça estadual.

**83.** Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) registros públicos.
- (B) custas dos serviços forenses.
- (C) direito penitenciário.
- (D) procedimento em matéria processual.

**84.** Em relação ao Conselho Nacional da Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) É composto de 16 (dezesesseis) conselheiros eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- (B) Os membros do Conselho Nacional da Justiça serão nomeados pelo Presidente do Conselho Nacional da Justiça, após aprovação, por maioria absoluta, pelo Senador Federal.
- (C) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Corregedor Nacional de Justiça.
- (D) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal, exerce a função de Corregedor Nacional de Justiça.

**85.** Em relação ao tema dos precedentes vinculantes, assinale a alternativa que indica a expressão que indica uma razão que, embora tenha feito parte do voto vencedor do acórdão que fixou a tese, não terá força vinculante para casos futuros.

- (A) *Distinguishing*.
- (B) *Obter dictum*.
- (C) *Overruling*.
- (D) *Ratio decidendi*.

**86.** Trata-se de instrumento jurídico que visa à declaração de inconstitucionalidade de lei em tese:

- (A) ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) *habeas corpus*.
- (C) mandado de segurança.
- (D) ação civil pública.

**87.** A Constituição Brasileira que estendeu o direito de voto às mulheres sem restrição ao estado civil e tê-lo tornado secreto foi a de

- (A) 1937.
- (B) 1946.
- (C) 1934.
- (D) 1967.

**88.** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Trata-se de uma cláusula pétrea:

- (A) processo legislativo brasileiro.
- (B) sistema presidencialista de governo.
- (C) sistema tributário nacional.

(D) voto direto, secreto, universal e periódico.

**89.** O Superior Tribunal de Justiça é composto, no mínimo, por quantos Ministros?

- (A) 31.
- (B) 33.
- (C) 29.
- (D) 35.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**90.** O bem público sede do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, utilizado para julgamento dos recursos criminais e cíveis, é

- (A) bem de uso especial.
- (B) bem de uso comum do povo.
- (C) bem de uso público.
- (D) bem dominical.

**91.** Entidade autônoma criada por lei, dotada de personalidade de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprio, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública. Trata-se de

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) consórcio público.
- (C) autarquia.
- (D) empresa pública.

**92.** Os atos administrativos que contêm o comando geral da Administração Pública, com o objetivo de regulamentar a lei, são

- (A) atos normativos.
- (B) atos enunciativos.
- (C) atos negociais.
- (D) atos ordinatórios.

**93.** Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) a administração pública tem a faculdade de anular os atos ilegais por ela praticados.
- (B) é vedada a revogação dos atos discricionários.
- (C) os atos administrativos não podem ser fiscalizados pelo Poder Legislativo.
- (D) a administração pública deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

**94.** Se os agentes da Municipalidade de Maceió interferirem na esfera privada do cidadão para salvaguardar o interesse público primário, ocorre a hipótese de exercício do poder

- (A) de polícia.
- (B) discricionário.
- (C) vinculado.
- (D) disciplinar.

95. De acordo com a Lei de Licitações, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério e julgamento pode ser o de menor preço ou de maior desconto, é
- (A) o leilão.
  - (B) o diálogo competitivo.
  - (C) a concorrência.
  - (D) o pregão.
96. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.
- (A) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação do contrato administrativo poderá valer-se de valores jurídicos abstratos.
  - (B) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
  - (C) A responsabilidade pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas são de natureza objetiva.
  - (D) A edição de atos normativos por agente administrativo, inclusive os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.
97. Com relação à responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se tanto às pessoas jurídicas de direito público quanto às pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
  - (B) O agente público só responde regressivamente ao Estado quando, na qualidade de agente público, causa danos a terceiros por conduta dolosa.
  - (C) Em caso de culpa concorrente da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do Estado.
  - (D) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelos serviços notariais e de registro.
98. Com relação ao tema da desapropriação administrativa, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Em desapropriação, não são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.
  - (B) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros moratórios pela limitação de uso de propriedade.
  - (C) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.
  - (D) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
99. A Constituição Federal de 1988 define que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Nesse contexto, é correto afirmar que
- (A) a transferência da execução do serviço público ocorre por concessão.
  - (B) a transferência da execução do serviço público ocorre por contrato administrativo unilateral.
  - (C) a transferência da execução do serviço público ocorre por lei em sentido formal.
  - (D) a transferência da execução do serviço público ocorre por outorga.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

100. O Padre Antônio Vieira foi orador, filósofo, escritor e missionário da Companhia de Jesus. Os conhecidos Sermões são considerados obra do período
- (A) Barroco.
  - (B) Quinhentista.



(C) Arcadismo.

(D) Acadiano.

## CRITÉRIO PROVIMENTO

### PROVA 02

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

- 01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre o ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar:
- (A) Depende dos seguintes requisitos: habilitação em concurso público de provas e títulos; nacionalidade brasileira; capacidade civil; quitação com as obrigações eleitorais e militares; diploma de bacharel em direito; verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
  - (B) Os concursos para o ingresso na atividade serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual, de um notário e de um registrador.
  - (C) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de três anos.
  - (D) Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em Direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, quinze anos de exercício em serviço notarial ou de registro.
- 02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os prepostos dos serviços notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
  - (B) Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão contratar substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, desde que autorizado pelo Juízo competente.
  - (C) Os escreventes, após autorização do Juiz Corregedor Permanente, poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro permitir.
  - (D) Apenas na ausência do notário ou do oficial de registro, os substitutos poderão praticar todos os atos que sejam próprios da serventia.
- 03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:
- (A) A responsabilidade civil depende da criminal e esta será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a fé pública.
  - (B) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
  - (C) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, sem direito de regresso.
  - (D) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil em face do notário ou oficial, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.
- 04.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os direitos e deveres do notário e do oficial de registro, é correto afirmar:
- (A) É direito do notário e do oficial de registro delegar a terceiros, contratados com autorização da Corregedoria Permanente, a manutenção em ordem dos livros, papéis e documentos de sua serventia.

- (B) É dever do notário e do oficial de registro manter exclusivamente em papel o arquivo das leis, dos regulamentos, das resoluções, dos provimentos, dos regimentos, das ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade.
  - (C) É direito do notário e do oficial de registro exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
  - (D) É direito do notário e do oficial de registro admitir pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico.
- 05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a fiscalização das serventias notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto as de perda da delegação e de suspensão.
  - (B) O Juiz Corregedor Permanente fiscalizará os serviços extrajudiciais situados na comarca, de ofício ou atendendo à reclamação escrita dos usuários, não se admitindo reclamação verbal.
  - (C) A fiscalização será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, que delegará poderes aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos artigos 37 e 38 da Lei nº 8.935/1994.
  - (D) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto a de perda da delegação.
- 06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os livros administrativos dos serviços notariais e de registro públicos, é correto afirmar:
- (A) O Livro de Visitas e Correições será escriturado pelas competentes autoridades judiciárias fiscalizadoras, as quais ficarão responsáveis por sua guarda.
  - (B) Salvo os livros previstos em lei especial, os serviços notariais e de registros públicos deverão possuir os livros de Visitas e Correições, Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e Controle de Depósito Prévio.
  - (C) O Livro de Controle de Depósito Prévio observará o modelo usual para a forma contábil, vedada a escrituração de forma eletrônica.
  - (D) Com exceção do Livro de Visitas e Correições, a responsabilidade pela escrituração dos demais livros é exclusiva e direta do delegatário, vedada a escrituração por um preposto.
- 07.** De acordo com o Provimento nº 69/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e titulares delegatários.
  - (B) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a cinquenta por cento da força de trabalho da serventia.
  - (C) A implementação ou alteração do regime de teletrabalho independe de comunicação ao órgão correcional local, pois integra a independência do titular delegatário no que se refere ao gerenciamento administrativo e financeiro da serventia.
  - (D) Desde que autorizados pelos titulares delegatários, interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço, os escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro poderão executar suas tarefas fora das dependências da serventia extrajudicial, na modalidade teletrabalho, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos.
- 08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
- (A) O e-Notariado deve oferecer acesso aos dados e às informações constantes de sua base de dados para o juízo competente responsável pela fiscalização da atividade extrajudicial, para as Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal e para a Corregedoria Nacional de Justiça.

- (B) O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, subsidiado, se necessário, pelo fundo criado pela Lei Federal nº 14.382/2022.
- (C) Os notários, pessoalmente ou por intermédio do e-Notariado, devem fornecer meios tecnológicos para o acesso das informações exclusivamente estatísticas e genéricas à Administração Pública Direta, sendo-lhes autorizado, inclusive, o envio e o repasse de dados, independentemente de disposição legal ou judicial específica.
- (D) Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá, dentre outras, adotar as medidas operacionais próprias ou de outras entidades extrajudiciais, ficando responsável pela coordenação, implantação e funcionamento do sistema.

**09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a implementação e gestão do sistema e-Notariado.

- (A) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá agir diretamente na capacitação dos notários credenciados para a emissão de certificados eletrônicos, segundo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.
- (B) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá ser ressarcido dos custos pelos usuários do serviço, na forma estabelecida pelas Corregedorias Estaduais.
- (C) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá, entre outros, estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos.
- (D) O Conselho Nacional de Justiça deverá, entre outros, estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento.

**10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

- (A) Os usuários externos poderão acessar o e-Notariado mediante cadastro prévio, desde que o acesso seja feito com certificado digital expedido no âmbito da ICP-Brasil, para conferir a autenticidade de ato em que tenham interesse.
- (B) Para a assinatura de atos notariais eletrônicos, poderá, a critério do tabelião, ser realizada videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico e sobre a concordância com o ato notarial.
- (C) O acesso ao e-Notariado será feito com assinatura digital, por certificado digital notariado, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 ou, quando possível, por biometria.
- (D) As autoridades judiciárias, desde que autorizadas por portaria do Conselho Nacional de Justiça, terão acesso às funcionalidades do e-Notariado, de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema.

**11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a distribuição de ficha-padrão para fins de reconhecimento de firma em estabelecimentos como imobiliárias e de revenda de veículos, mas é permitido o preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário.
- (B) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados.
- (C) Aos tabeliães de notas é vedado efetuar desconto de emolumentos pela lavratura de escrituras de alienação e oneração de bens imóveis, mas é permitido o pagamento de comissão a corretores para fins de captação do serviço notarial.
- (D) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá somente pessoal e civilmente pelos danos causados.

**12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre as escrituras públicas relativas a imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas escrituras relativas a imóveis urbanos, serão exigidas as certidões referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel, quando houver transferência de domínio, não cabendo dispensa pelo adquirente.
- (B) Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Do-

ação, quando incidente sobre o ato, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária, nos casos de imunidade, isenção ou não incidência, exceto nos casos em que a lei ou ato administrativo da Secretaria da Fazenda dispense o reconhecimento da desoneração, cuja guia física ficará arquivada pelo prazo mínimo de vinte (20) anos; após cinco (05) anos poderá ser eliminada a guia física, desde que mantida arquivada em meio eletrônico (digitalização).

- (C) Nas escrituras relativas a imóveis rurais, será facultativa a apresentação ao tabelião de notas do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, com a prova de quitação do Imposto Territorial Rural – ITR referente aos cinco últimos exercícios, que serão exigidos apenas no momento do Registro.
- (D) Nas escrituras relativas a imóveis, consignar-se-á a apresentação da certidão de inteiro teor da matrícula e a certidão de ônus reais e de ações reais e/ou pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para esse fim, será de 20 (vinte) dias.

**13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre imóvel rural, é correto afirmar:

- (A) Não são aplicáveis ao arrendamento os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, constantes na Lei Federal nº 5.709/1971.
- (B) A pessoa física estrangeira somente poderá adquirir imóvel rural não excedente a 60 (sessenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
- (C) A aquisição por pessoa física estrangeira será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, se o imóvel contiver área não superior a 10 (dez) módulos.
- (D) O Tabelião não poderá, sob pena de responsabilidade, lavrar escrituras de desmembramento de imóvel rural se as áreas resultantes não forem iguais ou superiores à fração mínima de parcelamento ou módulo, o que for menor, impressa no certificado de cadastro correspondente, exceto se o imóvel alienado for destinado à anexação a outro imóvel rural confinante e desde que a área remanescente seja igual ou superior à fração mínima de parcelamento.

**14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre lavratura de escritura de inventário e partilha, assinale a alternativa correta.

- (A) A escritura pública deverá conter declaração expressa das partes e do advogado assistente ou defensor público, sob as penas da lei, de que não tramita inventário e partilha na via judicial ou, se for o caso, de que o processo está suspenso para a promoção do inventário e partilha na via extrajudicial.
- (B) A renúncia de herdeiro não poderá constar na própria escritura de partilha, devendo ser formalizada em apartado, judicialmente ou por outra escritura pública.
- (C) O tabelião de notas poderá lavrar escritura de inventário e partilha de bens cujas partes estejam representadas por procuração lavrada por instrumento público ou particular, desde que constem poderes específicos.
- (D) Quando se tratar de partilha por direito de representação ou contemplar herdeiros da classe posterior na ordem da vocação hereditária, o tabelião de notas deverá exigir a certidão de óbito do representado ou declaração das partes, feita sob as penas da lei, informando a data e o local em que ocorreu o óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos.

**15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o testamento cerrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Antes de cerrar e coser o testamento, o tabelião de notas deverá extrair uma cópia e arquivá-la na serventia.
- (B) Apresentado ao tabelião de notas, na presença de pelo menos duas testemunhas, este, depois de ouvir do testador ser aquele o seu testamento, e de o afirmar como bom, firme e valioso, e declarar querer seja aprovado, iniciará, imediatamente após a última palavra do texto, o instrumento de aprovação, pela forma manuscrita ou datilografada.
- (C) O tabelião de notas poderá ler o testamento e, se constatar alguma ilegalidade, deverá, de imediato, suspender o ato de aprovação.
- (D) Se o apresentante testador não fizer, por iniciativa própria, a declaração de que o documento apresentado ao tabelião é o seu testamento e dá-lo como bom, firme e valioso, bem como que deseja que seja aprovado, o tabelião de notas deve recusar, de plano, a lavratura do instrumento de aprovação.

- 16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a escritura pública de separação e divórcio, é correto afirmar:
- (A) Havendo filhos menores ou incapazes do casal, é vedada, em qualquer hipótese, a lavratura da escritura de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens.
  - (B) Por ocasião da lavratura da escritura de separação ou divórcio com partilha de bens imóveis, não compete ao tabelião de notas a exigência do comprovante do pagamento do imposto de transmissão, que será exigido por ocasião da apresentação da escritura ao registro de imóveis.
  - (C) A escritura especificará, além de outros requisitos legais, o regime matrimonial de bens, os bens comuns e a partilha, quando esta não for ressalvada para momento posterior à dissolução da sociedade conjugal ou do casamento; sobre qual das partes recairá a responsabilidade por obrigações pendentes e será atribuída a titularidade de direitos e ações, nome e data de nascimento dos filhos; o prazo de duração da obrigação alimentar; condições e critérios de atualização, e, se for o caso, a sua dispensa provisória.
  - (D) Havendo fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou existindo dúvida sobre a declaração de vontade, impõe-se ao tabelião de notas, após a lavratura da escritura, comunicação imediata ao Ministério Público Estadual e ao Juiz Corregedor Permanente.
- 17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos relativos às transferências de embarcações, assinale a alternativa correta.
- (A) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro poderão ser feitos por instrumento particular, independentemente do valor.
  - (B) As embarcações brasileiras, inclusive as da Marinha de Guerra, serão inscritas na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário ou armador ou onde for operar a embarcação. Será facultativo o registro da propriedade no Tribunal Marítimo, se a embarcação possuir arqueação bruta superior a cem toneladas, para qualquer modalidade de navegação.
  - (C) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos.
  - (D) Diferentemente do que ocorre nas transferências de bens imóveis, se o outorgante for casado, independentemente do regime de bens, será dispensável o consentimento de seu cônjuge.
- 18.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o testador pode, desde que o faça por instrumento público perante o tabelião de notas:
- (A) instituir condomínio edilício, instituir a multipropriedade imobiliária, constituir servidão e nomear tutor de seus filhos.
  - (B) se houver justa causa, estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, mas não pode constituir servidão, pois esta somente pode ser constituída por ato entre vivos.
  - (C) reconhecer filho havido fora do casamento, bem como revogar o reconhecimento.
  - (D) instituir bem de família, mas não lhe é permitido instituir condomínio edilício, pois este só pode ser instituído por atos entre vivos
- 19.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2022), assinale a alternativa correta sobre o testamento público.
- (A) Após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião.
  - (B) Não é permitido que o tabelião de notas escreva o testamento manualmente, pois a escrita manual pode dificultar a leitura da real declaração de vontade do testador.
  - (C) Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará e assinará o testamento substituindo a assinatura do testador.
  - (D) A pessoa inteiramente surda não pode testar por instrumento público, pois é requisito essencial para validade do ato a leitura do testamento pelo tabelião para permitir que o testador verifique se as disposições testamentárias

estão conforme a sua vontade.

**20.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de intimação ficta, o tabelião de protesto somente promoverá a intimação por edital se autorizado pelo credor apresentante do título.
- (B) A remessa da intimação do protesto somente poderá ser realizada por portador do próprio tabelião.
- (C) De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ-AL), em obediência ao princípio da literalidade, todos os títulos ou documentos de dívida serão protestados somente pelos valores neles estampados, não se admitindo qualquer tipo de acréscimo como juros ou atualização monetária.
- (D) O contrato de câmbio, desde que protestado, constitui instrumento para requerer a ação executiva.

**21.** De acordo com o Decreto-Lei nº 167/1967, assinale a alternativa correta em relação à dispensa do protesto para fins de assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.

- (A) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da nota promissória rural.
- (B) O protesto é dispensável no caso da cédula de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural.
- (C) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural.
- (D) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da duplicata rural.

**22.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O tabelião de protesto deverá expedir a intimação ao devedor ou sacado decorridos três dias úteis, contados da protocolização.
- (B) Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais, cuja emissão foi regulada pela Lei nº 13.775/2018, deverá coincidir com o domicílio do devedor, salvo convenção expressa entre as partes que demonstre a concordância inequívoca do devedor.
- (C) Somente os títulos executivos extrajudiciais são passíveis de protesto.
- (D) O prazo para o tabelião expedir certidão de protesto é de, no máximo, sete dias úteis.

**23.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) Não havendo o pagamento do título nem sustação judicial ou desistência do credor, o tabelião, se não constatar qualquer irregularidade formal, deverá tirar o protesto dentro do prazo de dez dias úteis, contados do recebimento da intimação.
- (B) Após recebida a intimação, é permitida ao credor a desistência do procedimento do protesto somente se houver anuência do devedor.
- (C) É vedado o protesto por motivo de falta de pagamento de letra de câmbio contra sacado não aceitante.
- (D) Permite-se a tirada do protesto por falta de aceite após o vencimento da obrigação.

**24.** De acordo com o Provimento nº 86/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais quando da apresentação para protesto de títulos e documentos de dívida.

- (A) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e dos demais acréscimos legais e despesas ao tabelião ou ao serviço de distribuição, desde que o vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação.
- (B) Nas localidades onde houver mais de um tabelionato de protesto, o depósito ou pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais destinados aos ofícios de distribuição devem ser feitos previamente, independentemente da data de vencimento do título ou documento de dívida.
- (C) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio apenas dos emolumentos pertencentes ao tabelião, sendo necessário o depósito ou pagamento prévio dos acréscimos legais e das demais despesas.
- (D) Nenhum valor de emolumentos será devido se houver pedido de desistência do procedimento do protesto pelo

apresentante ou pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal.

- 25.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a averbação da alteração do prenome, do gênero ou de ambos, à adequação da identidade de transgênero, é correto afirmar:
- (A) Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.
  - (B) A alteração poderá ser desconstituída a qualquer tempo, mediante requerimento firmado pelo interessado, com firma reconhecida, apresentado ao oficial do registro civil das pessoas naturais onde o assento foi lavrado, independentemente de autorização judicial ou administrativa.
  - (C) O requerimento será assinado pela pessoa requerente na presença do oficial de registro civil das pessoas naturais exclusivamente no local do registro de nascimento onde será realizada a averbação.
  - (D) O atendimento do pedido de alteração do prenome e sexo de transgênero apresentado ao registrador depende de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou apresentação de laudo médico ou psicológico.
- 26.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, considere as seguintes afirmações:
- I. Nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, far-se-á o assento no Livro C-Auxiliar, com os elementos adequados.
  - II. Nascendo morta, far-se-á um único assento no Livro “C Auxiliar”, de registro de natimortos, podendo, a critério do declarante, ser lançado o nome do natimorto.
  - III. Morrendo a criança na ocasião do parto, mas se respirou, efetuar-se-ão os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com remissões recíprocas.
  - IV. Nos óbitos fetais a Declaração de Óbito (DO) somente será aceita pelo oficial do registro civil das pessoas naturais se constar que o feto tem peso corporal igual ou superior a 500 (quinhentos) gramas e/ou estatura igual ou superior a 25 (vinte e cinco) centímetros.

Estão corretas apenas

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) I, II e IV.

- 27.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), considere as seguintes afirmações sobre o registro de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais:
- I. O assento de nascimento de indígena não integrado é facultativo, e sua inscrição far-se-á no Livro “A”.
  - II. O RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena – apresentado pelo declarante ou pelo próprio registrando é documento hábil para proceder ao registro civil, sempre que contiver todos os elementos necessários para o registro de nascimento.
  - III. Todo o assento de nascimento de indígena realizado pelo registrador deverá ser, imediatamente, comunicado à FUNAI, para as providências necessárias ao registro administrativo, caso ainda não tenha sido feito.
  - IV. Não se registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, todavia, deve o oficial do registro civil considerar a identidade étnica do registrando, que poderá ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

Estão corretas

- (A) I e III, somente.
- (B) I e II, somente.



(C) I, II e IV , somente.

(D) I, II, III e IV.

**28.** De acordo com o Provimento nº 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a inclusão do número do CPF nos assentamentos do registro civil das pessoas naturais.

(A) Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o oficial adiará o registro para o dia seguinte.

(B) O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.

(C) Por solicitação verbal do interessado, poderá ser averbado o número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito, lavrados em data anterior à vigência do Provimento, mediante pagamento de emolumentos correspondentes à averbação sem valor declarado.

(D) Estando o sistema indisponível, o oficial designará nova data para a lavratura do registro, intimando o interessado no ato.

**29.** Assinale a alternativa correta quanto à inclusão dos nomes dos genitores, não casados entre si, no registro de nascimento.

(A) É possível, desde que os dois compareçam, pessoalmente ou por meio de procurador com poderes específicos, ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, para realizar o assento.

(B) É possível, bastando que compareça apenas o pai, independentemente de comparecimento ou declaração da genitora, desde que esteja munido do seu documento de identidade e indique o nome completo da mãe e dos avós maternos da criança.

(C) É possível, bastando que um dos genitores compareça e apresente procuração ou anuência, necessariamente lavrados por instrumento público, vedado o instrumento particular.

(D) É possível, bastando que compareça apenas a mãe, independentemente de comparecimento ou declaração do genitor, desde que esteja munida do seu documento de identidade e indique o nome completo do pai e dos avós paternos da criança.

**30.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), ao lavrar um assento de nascimento deverá o oficial de registro civil das pessoas naturais observar o seguinte:

I. A naturalidade do registrando poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.

II. Na hipótese de a genitora não manifestar interesse em declarar o nome do suposto pai, o Oficial colherá declaração nesse sentido, não lavrará o registro e remeterá o expediente ao Juiz com atribuição administrativa do cartório.

III. Não se fará qualquer referência à natureza da filiação.

(A) Somente I está correta.

(B) I, II e III estão corretas.

(C) Somente I e III estão corretas.

(D) Somente I e II estão corretas.

**31.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto do oficial do registro civil das pessoas naturais nos autos de habilitação quanto ao consentimento dos pais para o casamento de filhos menores.

(A) Se o consentimento para casar não for firmado pelos pais, perante o oficial do registro civil ou seu preposto, será exigido o reconhecimento notarial das assinaturas por semelhança.

- (B) Caso um dos genitores se recuse a dar seu consentimento, o outro poderá assinar o respectivo termo perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, considerando, assim, suprida a falta de consentimento daquele.
- (C) Excepcionalmente, na hipótese em que o casamento se realizar no âmbito do projeto Justiça Itinerante não haverá necessidade de consentimento dos pais.
- (D) O consentimento de pais analfabetos, para que seus filhos possam casar, dar-se-á por intermédio de procurador constituído por instrumento público, ou mediante termo de consentimento, nos autos da habilitação, subscrito pelo Oficial e por uma pessoa a rogo do analfabeto, colhendo-se a impressão digital destes na presença de duas testemunhas, qualificadas, que deverão assinar o termo.

**32.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para alteração de regime de bens adotado em casamento civil.

- (A) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Oficial de Registro de Imóveis, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Oficial de Registro de Imóveis onde foi lavrado o registro do respectivo casamento.
- (B) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento de jurisdição voluntária, devendo o juízo competente publicar edital com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juízo da Vara de Família da respectiva comarca onde se processar a mudança.
- (C) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Juiz de Paz, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juiz de Paz que celebrou o respectivo casamento.
- (D) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Corregedor Geral da Justiça do Estado, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Corregedor Geral da Justiça do Estado onde residem os interessados.

**33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), sobre a averbação no assento de casamento do divórcio consensual, decorrente de escritura pública lavrada na forma da Lei nº 11.441/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) O traslado da escritura pública de divórcio consensual deverá ser primeiramente registrado no Livro “E” do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio conjugal, e depois será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.
- (B) O traslado da escritura pública de divórcio consensual será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.
- (C) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde o casamento foi celebrado, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.
- (D) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde os cônjuges são domiciliados, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.

**34.** De acordo com a Lei dos Registros Públicos, é correto dizer que na lavratura de assento de óbito, o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais observará o seguinte:

- (A) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de

nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada, a critério do declarante, a lavratura do assento de nascimento.

- (B) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada a lavratura do assento de nascimento.
- (C) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, deverá exigir autorização judicial para registrar o óbito.
- (D) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito no Livro “A” – de registro de nascimento. (LRP, art. 77, § 1º).

**35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa correta com respeito à adoção de menores.

- (A) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, servirá de mandado para lavratura do novo assento de nascimento do adotado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A” – de registro de nascimentos, vedado o cancelamento do registro original de nascimento do adotado.
- (B) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado no registro primitivo do adotado, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes, expedindo-se certidão com referida averbação, não sendo necessária a lavratura de novo assento de nascimento.
- (C) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado, e concomitantemente cancelado o registro primitivo do adotado, e registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A”, na forma e exigências do art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
- (D) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude será previamente registrado no Livro “E”, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes; depois, averbado no registro original de nascimento do adotado, para efeito de seu cancelamento; e servirá de mandado para lavratura de novo registro de nascimento, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes.

**36.** De acordo com a Lei nº 6.015/1973, com relação à averbação de retificação de registro, assinale a alternativa correta.

- (A) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório onde constar o assento.
- (B) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais do território nacional, em vista da implementação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).
- (C) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais da comarca, nas localidades onde houver mais de um cartório.
- (D) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório do 1º ofício ou da subdivisão judiciária da comarca da capital, em livro especial.

**37.** Em relação aos títulos apresentados ao Oficial de Registro de Imóveis é correto afirmar:

- (A) Os oficiais podem obstar a inscrição de títulos no Livro nº 1 – Protocolo quando se depararem com qualquer exigência fiscal ou quando ele tiver dúvida, ocasião em que a suscitará perante o juízo competente.
- (B) Os títulos devem ser lançados exclusivamente no Livro Especial de Controle Geral de Precedência, a cargo dos Oficiais do Registro de Imóveis, que adotarão o melhor regime interno a fim de garantir, assim, a ordem de precedência, prioridade e preferência dos direitos reais.
- (C) Os títulos devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem, que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais, exceto os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- (D) Todos os títulos, sem exceção, devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais.

- 38.** De acordo com as Leis nºs 6.015/1973 e 8.935/1994, no serviço de que é titular, o Oficial Registrador não poderá praticar, pessoalmente, atos nas seguintes hipóteses:
- (A) Nos casos em que o oficial em algum momento tenha sido proprietário do imóvel.
  - (B) Quando o oficial se declarar suspeito, devendo declarar seu impedimento por ato de averbação lançado à margem do protocolo.
  - (C) Quando o ato for de seu interesse, de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o quarto grau.
  - (D) Quando o ato for de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
- 39.** Da sentença no processo de dúvida poder-se-á interpor recurso. Qual a natureza e efeitos do recurso e quem está legitimado para sua interposição?
- (A) Recurso de apelação, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
  - (B) Recurso administrativo endereçado à Corregedoria Geral de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
  - (C) Recurso à Corregedoria Nacional de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
  - (D) Recurso de apelação, com efeito meramente devolutivo. Podem recorrer o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
- 40.** Apresentada ao registrador de imóveis título judicial oriundo da Justiça do Trabalho (carta de adjudicação) o oficial, a requerimento do interessado, suscita dúvida. A denegação de acesso do título judicial e suscitação de dúvida configuram crime de desobediência?
- (A) Não. Tratando-se de título judicial, o oficial tem o dever, imposto pela Lei de Registros Públicos, de qualificar todos os títulos, seja qual for a sua origem.
  - (B) Não. O oficial de registro pode examinar livremente os elementos intrínsecos e extrínsecos do título judicial, incursionando no que foi decidido no processo judicial e apontando os eventuais defeitos.
  - (C) Não. O oficial de registro de imóveis jamais deve examinar os títulos judiciais. Havendo fundada dúvida acerca da legalidade, deve proceder ao registro e encaminhar certidão ao juízo competente para homologação.
  - (D) Sim. Todo e qualquer título judicial deve ser registrado sem qualquer exame de elementos formais e extrínsecos do título, incorrendo no crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.
- 41.** A chamada “averbação premonitória” consiste em:
- (A) Averbação no Livro 3 (Registro Auxiliar), a requerimento expresso do interessado, a fim de produzir efeitos jurídicos em face de terceiros.
  - (B) Registros feitos na CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, nos termos de atos normativos do Conselho Nacional de Justiça.
  - (C) Inscrição preventiva de transações de bens futuros.
  - (D) Averbação no Registro de Imóveis de bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade de bens instada pelo exequente munido de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa.
- 42.** Os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, devem ser registrados em qual especialidade? As sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, por qual órgão devem ser homologadas?
- (A) Registro de Títulos e Documentos e Tribunal Internacional de Haia.
  - (B) Registro de Títulos e Documentos e Supremo Tribunal Federal.
  - (C) Registro de Títulos e Documentos e Superior Tribunal de Justiça.

(D) Registro de Imóveis, quando envolver imóveis e Supremo Tribunal Federal.

**43.** No Registro de Títulos e Documentos serão registrados quaisquer documentos para sua conservação. Este registro ostenta o caráter:

- (A) Obrigatório.
- (B) Facultativo.
- (C) Indispensável.
- (D) Supletório.

**44.** No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:

- (A) Obras e construções civis, reformas e demolições.
- (B) Sociedades empresárias, cooperativas e empresário individual.
- (C) Jornais e demais publicações periódicas, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão.
- (D) Sites e domínios da Internet.

**45.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, o acesso ao conteúdo do registro facultativo para conservação

- (A) é restrito ao requerente, à autoridade tributária ou por determinação judicial.
- (B) é restrito ao próprio oficial do Registro, que revelará verbalmente o conteúdo quando instado por qualquer do povo.
- (C) não é restrito, pois o acesso é amplo, geral e irrestrito, pois o Registro de Títulos e Documento é órgão de natureza pública.
- (D) é restrito a qualquer interessado que manifeste seu interesse por requerimento dirigido ao Oficial.

## **DIREITO CIVIL**

**46.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), realizando-se o casamento no Brasil, perante a autoridade brasileira, estabelece que

- (A) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, poderá ser aplicada a lei brasileira ou a do domicílio do estrangeiro quanto aos impedimentos e às formalidades da celebração.
- (B) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, será aplicada a lei do primeiro domicílio conjugal quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (C) será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (D) no casamento de estrangeiros residentes no Brasil, será aplicada a lei de domicílio dos cônjuges quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.

**47.** Em relação à emancipação, é correto afirmar que

- (A) a emancipação por concessão dos pais depende da concordância expressa do menor para seu aperfeiçoamento.
- (B) o menor sob tutela que tiver dezesseis anos completos somente poderá ser emancipado por sentença do juiz.
- (C) a emancipação por concessão dos pais é revogável.
- (D) a emancipação por concessão dos pais poderá ser realizada por instrumento público ou particular.

**48.** Na dação em pagamento, é correto afirmar que

- (A) a dação em pagamento não pode ser efetuada por terceiro.

- (B) há necessidade de concordância do credor para o recebimento de prestação diversa da devida.
- (C) a prestação oferecida na dação em pagamento somente pode ser pecuniária.
- (D) havendo evicção da coisa recebida em pagamento pelo credor não há o restabelecimento da obrigação primitiva.

**49.** De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- (B) os pródigos.
- (C) os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (D) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

**50.** Um mês após a realização de uma escritura pública de compra e venda de bem imóvel com valor de R\$ 500.000,00, os contraentes celebraram distrato do contrato de compra e venda por instrumento particular. Nesse caso, o distrato

- (A) é válido.
- (B) somente não tem validade perante terceiros.
- (C) é nulo.
- (D) é anulável.

**51.** A cessão de crédito realizada entre o cedente e o cessionário sem a notificação do devedor da relação obrigacional cedida é negócio jurídico

- (A) válido e eficaz entre cedente e cessionário.
- (B) válido e ineficaz entre o cedente e cessionário.
- (C) anulável pelo devedor da obrigação cedida.
- (D) inválido em razão da não participação do devedor da obrigação cedida.

**52.** Com relação às servidões não aparentes, é correto afirmar que

- (A) o prazo de aquisição por usucapião é de vinte anos.
- (B) o prazo de aquisição por usucapião, havendo justo título, é de dez anos.
- (C) o prazo de aquisição por usucapião é de cinco anos.
- (D) não são passíveis de aquisição por usucapião.

**53.** Não encerra propriedade resolúvel a

- (A) retrovenda.
- (B) doação com cláusula de reversão.
- (C) alienação fiduciária em garantia.
- (D) doação remuneratória.

**54.** “A”, casado e sem desconstituir o matrimônio anterior, casa-se com “B”, esta última, de boa-fé, desconhecia o fato de “A” ser casado ao tempo da celebração do casamento com aquele. Desse modo, o casamento

- (A) tem validade somente em relação a “B”.

- (B) padece de invalidez.
- (C) somente será válido se houver filhos comuns de “A” e “B”.
- (D) tem validade.

**55.** Com relação ao usufruto dos pais sobre os bens dos filhos menores, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens adquiridos com os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de sua atividade profissional, estão excluídos do usufruto.
- (B) O usufruto sobre bens imóveis somente é constituído pelo registro no respectivo registro imobiliário.
- (C) Os bens recebidos pelo filho menor em doação pura estão excluídos do usufruto pelos pais.
- (D) Havendo o registro de nascimento declarado pela mãe e o reconhecimento posterior da paternidade pelo pai, o qual não é casado com a mãe, o usufruto abarca os bens adquiridos antes e depois do reconhecimento da filiação.

**56.** Em 10.10.2022, houve a declaração judicial de vacância da herança, nesse caso,

- (A) após a declaração judicial de vacância caberá a nomeação de curador.
- (B) somente após a declaração judicial de vacância serão realizadas as diligências de arrecadação dos bens da herança.
- (C) os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão.
- (D) com a declaração de vacância há incorporação definitiva da herança ao patrimônio do Estado.

**57.** Com relação à exclusão por indignidade na sucessão, é correto afirmar que

- (A) há situação na qual o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de indignidade.
- (B) a enumeração constante do Código Civil das causas de indignidade na sucessão é exemplificativa.
- (C) o prazo para a propositura da ação de indignidade é de três anos contados da abertura da sucessão.
- (D) não cabe direito de representação dos herdeiros do indigno na sucessão legítima.

**58.** O artigo 50 do Código Civil dispõe que poderá o juiz desconsiderar a personalidade jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. A confusão patrimonial, de acordo com o Código Civil, é entendida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios e caracteriza-se por

- (A) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, independentemente do valor.
- (B) cumprimento pela sociedade de quaisquer obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- (C) ausência de patrimônio para saldar a obrigação.
- (D) atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

**59.** “A”, em testamento público, deixou a metade da parte disponível de seu patrimônio ao tabelião que lavrou o testamento, instituindo-o como herdeiro. Nesse caso, a disposição testamentária em favor do tabelião é

- (A) válida, competindo a este provar que o testador atuou de livre vontade.
- (B) nula.
- (C) ineficaz.
- (D) válida, competindo eventual impugnação a algum interessado.

60. O primo de "A", filho do irmão do pai de "A", é parente de "A" em:

- (A) segundo grau.
- (B) terceiro grau.
- (C) quarto grau.
- (D) quinto grau.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. Segundo as normas e os princípios previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles houver sido sentenciado.
- (B) O despacho de admissibilidade da petição inicial torna prevento o juízo.
- (C) A competência em razão da matéria é derogável em razão da vontade das partes.
- (D) A incompetência relativa não pode ser prorrogada.

62. A respeito das regras de competência no direito processual civil, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado pelos Tribunais Superiores.

- (A) O princípio do duplo grau de jurisdição é expressamente previsto na Constituição Federal, podendo ser limitável por lei infraconstitucional.
- (B) Compete à Justiça Federal Cível processar e julgar os pedidos de retificação de registro imobiliário.
- (C) Para ação de reconhecimento ou dissolução de união estável, é competente o domicílio do guardião do filho do incapaz.
- (D) O foro do domicílio ou da residência do alimentante é competente para ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.

63. De acordo com entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da ação monitória prevista no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para ajuizamento da ação monitória.
- (B) é incabível ação monitória contra Fazenda Pública.
- (C) é incabível a citação editalícia em ação monitória.
- (D) em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.

64. Conforme expressamente previsto no rol do Código de Processo Civil, cabe o recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre

- (A) admissão de litisconsorte.
- (B) incidente da desconsideração da personalidade jurídica.
- (C) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.
- (D) concessão do efeito devolutivo aos embargos de execução.

#### DIREITO PENAL

65. Funcionário público municipal, juntamente com um amigo (que não é funcionário público), em coautoria, apropriam-se



de determinado bem público de que o primeiro tinha a posse em razão do cargo público por ele ocupado. Nesse caso, pode-se afirmar, corretamente, que

- (A) cada agente responde pelo crime próprio, conforme a sua condição pessoal.
- (B) as circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam.
- (C) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam.
- (D) as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam quando elementares do crime.

**66.** Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Com a devolução da vantagem recebida, desnatura-se o crime de concussão.
- (B) O crime de concussão só se consuma quando ocorre prejuízo ao lesado.
- (C) Comete crime de corrupção ativa o sujeito que, atendendo à exigência de funcionário público, entrega a este uma vantagem indevida.
- (D) Para a configuração do crime de concussão, é necessário que o sujeito ativo se valha da função que exerce ou vai exercer, ou que se prevaleça da autoridade que possui ou vai possuir.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**67.** Em relação às medidas assecuratórias, é correto afirmar que

- (A) não se admite o sequestro de bens móveis.
- (B) a alienação do bem sequestrado sempre depende de sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) o sequestro pode recair sobre os bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenham sido transferidos a terceiros.
- (D) o sequestro pode ser decretado pelo juiz somente antes de oferecida a denúncia ou queixa.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**68.** Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a transmissão de propriedade imobiliária derivada de operação societária de incorporação independe do fato de ter a empresa atividade preponderante na área imobiliária.
- (B) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, não incide na transmissão de imóveis com valor inferior a duzentos salários mínimos.
- (C) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- (D) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.

**69.** Não tem previsão expressa no Código Tributário Nacional:

- (A) a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
- (B) o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- (C) o parcelamento tributário.
- (D) a ação consignatória em pagamento.

70. Não integra a definição de tributo expressa no artigo 3º do Código Tributário Nacional – CTN a prestação
- (A) que constitua multa ou penalidade.
  - (B) pecuniária compulsória, em moeda ou valor que nela se possa exprimir.
  - (C) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
  - (D) instituída em lei.
71. São aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária:
- (A) material, temporal, substantivo, adjetivo e subjetivo.
  - (B) substantivo, temporal, espacial, adjetivo e subjetivo.
  - (C) substantivo, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
  - (D) material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
72. Segundo o disposto no parágrafo único do artigo 100 do Código Tributário Nacional, exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo:
- (A) a observância das regras relativas às reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.
  - (B) a observância de atos normativos expedidos por sindicatos.
  - (C) a observância de práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
  - (D) a observância das regras de parcelamento do débito.
73. Segundo o Código Tributário Nacional,
- (A) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo o seu fato gerador.
  - (B) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo a sua denominação e demais características formais adotadas pela lei.
  - (C) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária aplicará, em primeiro lugar, os princípios gerais de direito público.
  - (D) na ausência de disposição legal expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar, a equidade.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

74. Acerca da sociedade em comum, assinale a alternativa correta.
- (A) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, observado o benefício de ordem.
  - (B) Os bens e dívidas sociais confundem-se com os dos sócios, sendo vedada a constituição de patrimônio especial.
  - (C) Nas relações entre si ou com terceiros, os sócios somente podem provar a existência da sociedade por escrito, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
  - (D) Trata-se de sociedade personificada, desde que efetuado o arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial.
75. A sociedade limitada é o tipo societário mais utilizado no Brasil.  
Sobre ela, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social subscrito por todos os sócios.
- (B) Há possibilidade de o sócio ceder sua quota a terceiro, independentemente da anuência dos outros, salvo previsão contratual em contrário.
- (C) É constituída por duas ou mais pessoas.
- (D) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.

**76.** De acordo com a Lei de falência e recuperação judicial, o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

São seus deveres na recuperação judicial:

- (A) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.
- (B) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores.
- (C) diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação.
- (D) representar a devedora em juízo.

**77.** Nas sociedades anônimas, a assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das sociedades anônimas.

- (A) Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembleia geral, sendo-lhes vedado o direito de voz.
- (B) As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos, computados os votos em branco.
- (C) Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral; nas companhias fechadas, é vedada a participação e votação a distância.
- (D) Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

**78.** “A”, “B” e “C”, pessoas naturais, resolvem montar uma loja de roupas na sua cidade. Fazem-no sem observar as formalidades legais; exercem-na conjuntamente, partilhando os resultados, já há dois anos. Nesse quadro, é juridicamente correto afirmar:

- (A) para regularizar a situação, deverão todos os três registrar-se como empresários individuais.
- (B) a atividade exercida pelos três pode caracterizar a existência de sociedade em comum, sem, pois, adquirir ela personalidade jurídica.
- (C) os três devem escolher um deles para ser o administrador e representante dos demais a fim de assumir a responsabilidade perante terceiros.
- (D) coletivamente, os três são considerados empresários individuais.

**79.** Assinale a alternativa correta.

- (A) As sociedades em comum, comandita simples e sociedade simples não podem ter personalidade jurídica.
- (B) A sociedade em comum e a sociedade simples somente podem ter por objeto atividade empresarial, e seus sócios só podem ser pessoas naturais de nacionalidade brasileira.
- (C) Havendo incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser inteiramente integralizado.
- (D) Havendo sócio incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser integralizado em dois terços do capital subscrito.

- 80.** Segundo o art. 3<sup>ª</sup> da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
- (A) a garantia do desenvolvimento nacional.
  - (B) a prevalência dos direitos humanos.
  - (C) a dignidade da pessoa humana.
  - (D) a independência nacional.
- 81.** Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de
- (A) Juiz de Direito.
  - (B) Ministro do Tribunal de Contas da União.
  - (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
  - (D) Ministro de Estado da Defesa.
- 82.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente:
- (A) homologar sentença estrangeira.
  - (B) julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra o ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.
  - (C) processar e julgar o *habeas corpus* quando o coator for o Tribunal de Justiça estadual.
  - (D) julgar o Senador da República pela prática de infrações penais comuns.
- 83.** Compete privativamente à União legislar sobre
- (A) direito penitenciário.
  - (B) procedimento em matéria processual.
  - (C) registros públicos.
  - (D) custas dos serviços forenses.
- 84.** Em relação ao Conselho Nacional da Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Os membros do Conselho Nacional da Justiça serão nomeados pelo Presidente do Conselho Nacional da Justiça, após aprovação, por maioria absoluta, pelo Senador Federal.
  - (B) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal, exerce a função de Corregedor Nacional de Justiça.
  - (C) É composto de 16 (dezesesseis) conselheiros eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
  - (D) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Corregedor Nacional de Justiça.
- 85.** Em relação ao tema dos precedentes vinculantes, assinale a alternativa que indica a expressão que indica uma razão que, embora tenha feito parte do voto vencedor do acórdão que fixou a tese, não terá força vinculante para casos futuros.
- (A) *Ratio decidendi*.
  - (B) *Overruling*.
  - (C) *Distinguishing*.
  - (D) *Obter dictum*.
- 86.** Trata-se de instrumento jurídico que visa à declaração de inconstitucionalidade de lei em tese:
- (A) mandado de segurança.

- (B) ação civil pública.
- (C) ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) *habeas corpus*.

- 87.** A Constituição Brasileira que estendeu o direito de voto às mulheres sem restrição ao estado civil e tê-lo tornado secreto foi a de
- (A) 1934.
  - (B) 1937.
  - (C) 1967.
  - (D) 1946.
- 88.** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Trata-se de uma cláusula pétrea:
- (A) sistema presidencialista de governo.
  - (B) processo legislativo brasileiro.
  - (C) voto direto, secreto, universal e periódico.
  - (D) sistema tributário nacional.
- 89.** O Superior Tribunal de Justiça é composto, no mínimo, por quantos Ministros?
- (A) 29.
  - (B) 31.
  - (C) 35.
  - (D) 33.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 90.** O bem público sede do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, utilizado para julgamento dos recursos criminais e cíveis, é
- (A) bem de uso comum do povo.
  - (B) bem de uso especial.
  - (C) bem dominical.
  - (D) bem de uso público.
- 91.** Entidade autônoma criada por lei, dotada de personalidade de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprio, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública. Trata-se de
- (A) autarquia.
  - (B) sociedade de economia mista.
  - (C) empresa pública.
  - (D) consórcio público.
- 92.** Os atos administrativos que contêm o comando geral da Administração Pública, com o objetivo de regulamentar a lei, são

- (A) atos negociais.
- (B) atos normativos.
- (C) atos ordinatórios.
- (D) atos enunciativos.

**93.** Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) é vedada a revogação dos atos discricionários.
- (B) a administração pública deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) a administração pública tem a faculdade de anular os atos ilegais por ela praticados.
- (D) os atos administrativos não podem ser fiscalizados pelo Poder Legislativo.

**94.** Se os agentes da Municipalidade de Maceió interferirem na esfera privada do cidadão para salvaguardar o interesse público primário, ocorre a hipótese de exercício do poder

- (A) discricionário.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) vinculado.

**95.** De acordo com a Lei de Licitações, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério e julgamento pode ser o de menor preço ou de maior desconto, é

- (A) o pregão.
- (B) a concorrência.
- (C) o leilão.
- (D) o diálogo competitivo.

**96.** De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas são de natureza objetiva.
- (B) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação do contrato administrativo poderá valer-se de valores jurídicos abstratos.
- (C) A edição de atos normativos por agente administrativo, inclusive os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.
- (D) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

**97.** Com relação à responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente público só responde regressivamente ao Estado quando, na qualidade de agente público, causa danos a terceiros por conduta dolosa.
- (B) Em caso de culpa concorrente da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do Estado.
- (C) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelos serviços notariais e de registro.
- (D) A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se tanto às pessoas jurídicas de direito público quanto às pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

- 98.** Com relação ao tema da desapropriação administrativa, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros moratórios pela limitação de uso de propriedade.
  - (B) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.
  - (C) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
  - (D) Em desapropriação, não são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.
- 99.** A Constituição Federal de 1988 define que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Nesse contexto, é correto afirmar que
- (A) a transferência da execução do serviço público ocorre por lei em sentido formal.
  - (B) a transferência da execução do serviço público ocorre por outorga.
  - (C) a transferência da execução do serviço público ocorre por concessão.
  - (D) a transferência da execução do serviço público ocorre por contrato administrativo unilateral.

### **CONHECIMENTOS GERAIS**

- 100.** O Padre Antônio Vieira foi orador, filósofo, escritor e missionário da Companhia de Jesus. Os conhecidos Sermões são considerados obra do período
- (A) Quinhentista.
  - (B) Barroco.
  - (C) Acadiano.
  - (D) Arcadismo.

## CRITÉRIO PROVIMENTO

### PROVA 03

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

- 01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre o ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar:
- (A) Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em Direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, quinze anos de exercício em serviço notarial ou de registro.
  - (B) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de três anos.
  - (C) Depende dos seguintes requisitos: habilitação em concurso público de provas e títulos; nacionalidade brasileira; capacidade civil; quitação com as obrigações eleitorais e militares; diploma de bacharel em direito; verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
  - (D) Os concursos para o ingresso na atividade serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual, de um notário e de um registrador.
- 02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os prepostos dos serviços notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) Apenas na ausência do notário ou do oficial de registro, os substitutos poderão praticar todos os atos que sejam próprios da serventia.
  - (B) Os escreventes, após autorização do Juiz Corregedor Permanente, poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro permitir.
  - (C) Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão contratar substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, desde que autorizado pelo Juízo competente.
  - (D) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
- 03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:
- (A) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
  - (B) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil em face do notário ou oficial, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.
  - (C) A responsabilidade civil depende da criminal e esta será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a fé pública.
  - (D) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, sem direito de regresso.
- 04.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os direitos e deveres do notário e do oficial de registro, é correto afirmar:
- (A) É dever do notário e do oficial de registro manter exclusivamente em papel o arquivo das leis, dos regulamentos, das resoluções, dos provimentos, dos regimentos, das ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade.



- (B) É direito do notário e do oficial de registro delegar a terceiros, contratados com autorização da Corregedoria Permanente, a manutenção em ordem dos livros, papéis e documentos de sua serventia.
  - (C) É direito do notário e do oficial de registro admitir pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico.
  - (D) É direito do notário e do oficial de registro exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
- 05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a fiscalização das serventias notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) O Juiz Corregedor Permanente fiscalizará os serviços extrajudiciais situados na comarca, de ofício ou atendendo à reclamação escrita dos usuários, não se admitindo reclamação verbal.
  - (B) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto a de perda da delegação.
  - (C) A fiscalização será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, que delegará poderes aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos artigos 37 e 38 da Lei nº 8.935/1994.
  - (D) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto as de perda da delegação e de suspensão.
- 06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os livros administrativos dos serviços notariais e de registro públicos, é correto afirmar:
- (A) Salvo os livros previstos em lei especial, os serviços notariais e de registros públicos deverão possuir os livros de Visitas e Correições, Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e Controle de Depósito Prévio.
  - (B) O Livro de Controle de Depósito Prévio observará o modelo usual para a forma contábil, vedada a escrituração de forma eletrônica.
  - (C) Com exceção do Livro de Visitas e Correições, a responsabilidade pela escrituração dos demais livros é exclusiva e direta do delegatário, vedada a escrituração por um preposto.
  - (D) O Livro de Visitas e Correições será escriturado pelas competentes autoridades judiciárias fiscalizadoras, as quais ficarão responsáveis por sua guarda.
- 07.** De acordo com o Provimento nº 69/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) A implementação ou alteração do regime de teletrabalho independe de comunicação ao órgão correcional local, pois integra a independência do titular delegatário no que se refere ao gerenciamento administrativo e financeiro da serventia.
  - (B) Desde que autorizados pelos titulares delegatários, interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço, os escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro poderão executar suas tarefas fora das dependências da serventia extrajudicial, na modalidade teletrabalho, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos.
  - (C) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e titulares delegatários.
  - (D) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a cinquenta por cento da força de trabalho da serventia.
- 08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
- (A) Os notários, pessoalmente ou por intermédio do e-Notariado, devem fornecer meios tecnológicos para o acesso das informações exclusivamente estatísticas e genéricas à Administração Pública Direta, sendo-lhes autorizado, inclusive, o envio e o repasse de dados, independentemente de disposição legal ou judicial específica.

- (B) Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá, dentre outras, adotar as medidas operacionais próprias ou de outras entidades extrajudiciais, ficando responsável pela coordenação, implantação e funcionamento do sistema.
- (C) O e-Notariado deve oferecer acesso aos dados e às informações constantes de sua base de dados para o juízo competente responsável pela fiscalização da atividade extrajudicial, para as Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal e para a Corregedoria Nacional de Justiça.
- (D) O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, subsidiado, se necessário, pelo fundo criado pela Lei Federal nº 14.382/2022.

**09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a implementação e gestão do sistema e-Notariado.

- (A) O Conselho Nacional de Justiça deverá, entre outros, estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento.
- (B) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá, entre outros, estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos.
- (C) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá ser ressarcido dos custos pelos usuários do serviço, na forma estabelecida pelas Corregedorias Estaduais.
- (D) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá agir diretamente na capacitação dos notários credenciados para a emissão de certificados eletrônicos, segundo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

**10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

- (A) O acesso ao e-Notariado será feito com assinatura digital, por certificado digital notariado, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 ou, quando possível, por biometria.
- (B) As autoridades judiciárias, desde que autorizadas por portaria do Conselho Nacional de Justiça, terão acesso às funcionalidades do e-Notariado, de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema.
- (C) Para a assinatura de atos notariais eletrônicos, poderá, a critério do tabelião, ser realizada videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico e sobre a concordância com o ato notarial.
- (D) Os usuários externos poderão acessar o e-Notariado mediante cadastro prévio, desde que o acesso seja feito com certificado digital expedido no âmbito da ICP-Brasil, para conferir a autenticidade de ato em que tenham interesse.

**11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- (A) Aos tabeliões de notas é vedado efetuar desconto de emolumentos pela lavratura de escrituras de alienação e oneração de bens imóveis, mas é permitido o pagamento de comissão a corretores para fins de captação do serviço notarial.
- (B) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá somente pessoal e civilmente pelos danos causados.
- (C) É vedada a distribuição de ficha-padrão para fins de reconhecimento de firma em estabelecimentos como imobiliárias e de revenda de veículos, mas é permitido o preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário.
- (D) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados.

**12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre as escrituras públicas relativas a imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, quando incidente sobre o ato, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária, nos casos

de imunidade, isenção ou não incidência, exceto nos casos em que a lei ou ato administrativo da Secretaria da Fazenda dispense o reconhecimento da desoneração, cuja guia física ficará arquivada pelo prazo mínimo de vinte (20) anos; após cinco (05) anos poderá ser eliminada a guia física, desde que mantida arquivada em meio eletrônico (digitalização).

- (B) Nas escrituras relativas a imóveis urbanos, serão exigidas as certidões referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel, quando houver transferência de domínio, não cabendo dispensa pelo adquirente.
- (C) Nas escrituras relativas a imóveis, consignar-se-á a apresentação da certidão de inteiro teor da matrícula e a certidão de ônus reais e de ações reais e/ou pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para esse fim, será de 20 (vinte) dias.
- (D) Nas escrituras relativas a imóveis rurais, será facultativa a apresentação ao tabelião de notas do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, com a prova de quitação do Imposto Territorial Rural – ITR referente aos cinco últimos exercícios, que serão exigidos apenas no momento do Registro.

**13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre imóvel rural, é correto afirmar:

- (A) O Tabelião não poderá, sob pena de responsabilidade, lavrar escrituras de desmembramento de imóvel rural se as áreas resultantes não forem iguais ou superiores à fração mínima de parcelamento ou módulo, o que for menor, impressa no certificado de cadastro correspondente, exceto se o imóvel alienado for destinado à anexação a outro imóvel rural confinante e desde que a área remanescente seja igual ou superior à fração mínima de parcelamento.
- (B) A aquisição por pessoa física estrangeira será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, se o imóvel contiver área não superior a 10 (dez) módulos.
- (C) A pessoa física estrangeira somente poderá adquirir imóvel rural não excedente a 60 (sessenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
- (D) Não são aplicáveis ao arrendamento os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, constantes na Lei Federal nº 5.709/1971.

**14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre lavratura de escritura de inventário e partilha, assinale a alternativa correta.

- (A) O tabelião de notas poderá lavrar escritura de inventário e partilha de bens cujas partes estejam representadas por procuração lavrada por instrumento público ou particular, desde que constem poderes específicos.
- (B) Quando se tratar de partilha por direito de representação ou contemplar herdeiros da classe posterior na ordem da vocação hereditária, o tabelião de notas deverá exigir a certidão de óbito do representado ou declaração das partes, feita sob as penas da lei, informando a data e o local em que ocorreu o óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos.
- (C) A escritura pública deverá conter declaração expressa das partes e do advogado assistente ou defensor público, sob as penas da lei, de que não tramita inventário e partilha na via judicial ou, se for o caso, de que o processo está suspenso para a promoção do inventário e partilha na via extrajudicial.
- (D) A renúncia de herdeiro não poderá constar na própria escritura de partilha, devendo ser formalizada em apartado, judicialmente ou por outra escritura pública.

**15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o testamento cerrado, assinale a alternativa correta.

- (A) O tabelião de notas poderá ler o testamento e, se constatar alguma ilegalidade, deverá, de imediato, suspender o ato de aprovação.
- (B) Se o apresentante testador não fizer, por iniciativa própria, a declaração de que o documento apresentado ao tabelião é o seu testamento e dá-lo como bom, firme e valioso, bem como que deseja que seja aprovado, o tabelião de notas deve recusar, de plano, a lavratura do instrumento de aprovação.
- (C) Antes de cerrar e coser o testamento, o tabelião de notas deverá extrair uma cópia e arquivá-la na serventia.
- (D) Apresentado ao tabelião de notas, na presença de pelo menos duas testemunhas, este, depois de ouvir do testador ser aquele o seu testamento, e de o afirmar como bom, firme e valioso, e declarar querer seja aprovado,

iniciará, imediatamente após a última palavra do texto, o instrumento de aprovação, pela forma manuscrita ou datilografada.

- 16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a escritura pública de separação e divórcio, é correto afirmar:
- (A) Havendo fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou existindo dúvida sobre a declaração de vontade, impõe-se ao tabelião de notas, após a lavratura da escritura, comunicação imediata ao Ministério Público Estadual e ao Juiz Corregedor Permanente.
  - (B) A escritura especificará, além de outros requisitos legais, o regime matrimonial de bens, os bens comuns e a partilha, quando esta não for ressalvada para momento posterior à dissolução da sociedade conjugal ou do casamento; sobre qual das partes recairá a responsabilidade por obrigações pendentes e será atribuída a titularidade de direitos e ações, nome e data de nascimento dos filhos; o prazo de duração da obrigação alimentar; condições e critérios de atualização, e, se for o caso, a sua dispensa provisória.
  - (C) Havendo filhos menores ou incapazes do casal, é vedada, em qualquer hipótese, a lavratura da escritura de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens.
  - (D) Por ocasião da lavratura da escritura de separação ou divórcio com partilha de bens imóveis, não compete ao tabelião de notas a exigência do comprovante do pagamento do imposto de transmissão, que será exigido por ocasião da apresentação da escritura ao registro de imóveis.
- 17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos relativos às transferências de embarcações, assinale a alternativa correta.
- (A) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos.
  - (B) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro poderão ser feitos por instrumento particular, independentemente do valor.
  - (C) Diferentemente do que ocorre nas transferências de bens imóveis, se o outorgante for casado, independentemente do regime de bens, será dispensável o consentimento de seu cônjuge.
  - (D) As embarcações brasileiras, inclusive as da Marinha de Guerra, serão inscritas na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário ou armador ou onde for operar a embarcação. Será facultativo o registro da propriedade no Tribunal Marítimo, se a embarcação possuir arqueação bruta superior a cem toneladas, para qualquer modalidade de navegação.
- 18.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o testador pode, desde que o faça por instrumento público perante o tabelião de notas:
- (A) se houver justa causa, estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, mas não pode constituir servidão, pois esta somente pode ser constituída por ato entre vivos.
  - (B) instituir bem de família, mas não lhe é permitido instituir condomínio edilício, pois este só pode ser instituído por atos entre vivos
  - (C) instituir condomínio edilício, instituir a multipropriedade imobiliária, constituir servidão e nomear tutor de seus filhos.
  - (D) reconhecer filho havido fora do casamento, bem como revogar o reconhecimento.
- 19.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2022), assinale a alternativa correta sobre o testamento público.
- (A) A pessoa inteiramente surda não pode testar por instrumento público, pois é requisito essencial para validade do ato a leitura do testamento pelo tabelião para permitir que o testador verifique se as disposições testamentárias estão conforme a sua vontade.
  - (B) Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará e assinará o testamento

substituindo a assinatura do testador.

- (C) Não é permitido que o tabelião de notas escreva o testamento manualmente, pois a escrita manual pode dificultar a leitura da real declaração de vontade do testador.
- (D) Após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião.

**20.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato de câmbio, desde que protestado, constitui instrumento para requerer a ação executiva.
- (B) De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ-AL), em obediência ao princípio da literalidade, todos os títulos ou documentos de dívida serão protestados somente pelos valores neles estampados, não se admitindo qualquer tipo de acréscimo como juros ou atualização monetária.
- (C) Por se tratar de intimação ficta, o tabelião de protesto somente promoverá a intimação por edital se autorizado pelo credor apresentante do título.
- (D) A remessa da intimação do protesto somente poderá ser realizada por portador do próprio tabelião.

**21.** De acordo com o Decreto-Lei nº 167/1967, assinale a alternativa correta em relação à dispensa do protesto para fins de assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.

- (A) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural.
- (B) O protesto é dispensável no caso da cédula de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural.
- (C) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da nota promissória rural.
- (D) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da duplicata rural.

**22.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para o tabelião expedir certidão de protesto é de, no máximo, sete dias úteis.
- (B) Somente os títulos executivos extrajudiciais são passíveis de protesto.
- (C) Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais, cuja emissão foi regulada pela Lei nº 13.775/2018, deverá coincidir com o domicílio do devedor, salvo convenção expressa entre as partes que demonstre a concordância inequívoca do devedor.
- (D) O tabelião de protesto deverá expedir a intimação ao devedor ou sacado decorridos três dias úteis, contados da protocolização.

**23.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado o protesto por motivo de falta de pagamento de letra de câmbio contra sacado não aceitante.
- (B) Permite-se a tirada do protesto por falta de aceite após o vencimento da obrigação.
- (C) Após recebida a intimação, é permitida ao credor a desistência do procedimento do protesto somente se houver anuência do devedor.
- (D) Não havendo o pagamento do título nem sustação judicial ou desistência do credor, o tabelião, se não constatar qualquer irregularidade formal, deverá tirar o protesto dentro do prazo de dez dias úteis, contados do recebimento da intimação.

**24.** De acordo com o Provimento nº 86/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais quando da apresentação para protesto de títulos e documentos de dívida.

- (A) Nenhum valor de emolumentos será devido se houver pedido de desistência do procedimento do protesto pelo apresentante ou pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal.

- (B) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio apenas dos emolumentos pertencentes ao tabelião, sendo necessário o depósito ou pagamento prévio dos acréscimos legais e das demais despesas.
- (C) Nas localidades onde houver mais de um tabelionato de protesto, o depósito ou pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais destinados aos ofícios de distribuição devem ser feitos previamente, independentemente da data de vencimento do título ou documento de dívida.
- (D) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e dos demais acréscimos legais e despesas ao tabelião ou ao serviço de distribuição, desde que o vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação.

**25.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a averbação da alteração do prenome, do gênero ou de ambos, à adequação da identidade de transgênero, é correto afirmar:

- (A) O requerimento será assinado pela pessoa requerente na presença do oficial de registro civil das pessoas naturais exclusivamente no local do registro de nascimento onde será realizada a averbação.
- (B) O atendimento do pedido de alteração do prenome e sexo de transgênero apresentado ao registrador depende de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou apresentação de laudo médico ou psicológico.
- (C) Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.
- (D) A alteração poderá ser desconstituída a qualquer tempo, mediante requerimento firmado pelo interessado, com firma reconhecida, apresentado ao oficial do registro civil das pessoas naturais onde o assento foi lavrado, independentemente de autorização judicial ou administrativa.

**26.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, considere as seguintes afirmações:

- I. Nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, far-se-á o assento no Livro C-Auxiliar, com os elementos adequados.
- II. Nascendo morta, far-se-á um único assento no Livro “C Auxiliar”, de registro de natimortos, podendo, a critério do declarante, ser lançado o nome do natimorto.
- III. Morrendo a criança na ocasião do parto, mas se respirou, efetuar-se-ão os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com remissões recíprocas.
- IV. Nos óbitos fetais a Declaração de Óbito (DO) somente será aceita pelo oficial do registro civil das pessoas naturais se constar que o feto tem peso corporal igual ou superior a 500 (quinhentos) gramas e/ou estatura igual ou superior a 25 (vinte e cinco) centímetros.

Estão corretas apenas

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

**27.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), considere as seguintes afirmações sobre o registro de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais:

- I. O assento de nascimento de indígena não integrado é facultativo, e sua inscrição far-se-á no Livro “A”.
- II. O RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena – apresentado pelo declarante ou pelo próprio registrando é documento hábil para proceder ao registro civil, sempre que contiver todos os elementos necessários para o registro de nascimento.
- III. Todo o assento de nascimento de indígena realizado pelo registrador deverá ser, imediatamente, comunicado à FUNAI, para as providências necessárias ao registro administrativo, caso ainda não tenha sido feito.

- IV. Não se registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, todavia, deve o oficial do registro civil considerar a identidade étnica do registrando, que poderá ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

Estão corretas

- (A) I e II, somente.  
(B) I, II, III e IV.  
(C) I e III, somente.  
(D) I, II e IV, somente.

- 28.** De acordo com o Provimento nº 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a inclusão do número do CPF nos assentamentos do registro civil das pessoas naturais.

- (A) Estando o sistema indisponível, o oficial designará nova data para a lavratura do registro, intimando o interessado no ato.  
(B) Por solicitação verbal do interessado, poderá ser averbado o número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito, lavrados em data anterior à vigência do Provimento, mediante pagamento de emolumentos correspondentes à averbação sem valor declarado.  
(C) Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o oficial adiará o registro para o dia seguinte.  
(D) O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.

- 29.** Assinale a alternativa correta quanto à inclusão dos nomes dos genitores, não casados entre si, no registro de nascimento.

- (A) É possível, desde que os dois compareçam, pessoalmente ou por meio de procurador com poderes específicos, ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, para realizar o assento.  
(B) É possível, bastando que compareça apenas a mãe, independentemente de comparecimento ou declaração do genitor, desde que esteja munida do seu documento de identidade e indique o nome completo do pai e dos avós paternos da criança.  
(C) É possível, bastando que um dos genitores compareça e apresente procuração ou anuência, necessariamente lavrados por instrumento público, vedado o instrumento particular.  
(D) É possível, bastando que compareça apenas o pai, independentemente de comparecimento ou declaração da genitora, desde que esteja munido do seu documento de identidade e indique o nome completo da mãe e dos avós maternos da criança.

- 30.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), ao lavrar um assento de nascimento deverá o oficial de registro civil das pessoas naturais observar o seguinte:

- I. A naturalidade do registrando poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.  
II. Na hipótese de a genitora não manifestar interesse em declarar o nome do suposto pai, o Oficial colherá declaração nesse sentido, não lavrará o registro e remeterá o expediente ao Juiz com atribuição administrativa do cartório.  
III. Não se fará qualquer referência à natureza da filiação.

- (A) Somente I e II estão corretas.  
(B) Somente I e III estão corretas.  
(C) I, II e III estão corretas.

(D) Somente I está correta.

**31.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto do oficial do registro civil das pessoas naturais nos autos de habilitação quanto ao consentimento dos pais para o casamento de filhos menores.

(A) Excepcionalmente, na hipótese em que o casamento se realizar no âmbito do projeto Justiça Itinerante não haverá necessidade de consentimento dos pais.

(B) Se o consentimento para casar não for firmado pelos pais, perante o oficial do registro civil ou seu preposto, será exigido o reconhecimento notarial das assinaturas por semelhança.

(C) O consentimento de pais analfabetos, para que seus filhos possam casar, dar-se-á por intermédio de procurador constituído por instrumento público, ou mediante termo de consentimento, nos autos da habilitação, subscrito pelo Oficial e por uma pessoa a rogo do analfabeto, colhendo-se a impressão digital destes na presença de duas testemunhas, qualificadas, que deverão assinar o termo.

(D) Caso um dos genitores se recuse a dar seu consentimento, o outro poderá assinar o respectivo termo perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, considerando, assim, suprida a falta de consentimento daquele.

**32.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para alteração de regime de bens adotado em casamento civil.

(A) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Juiz de Paz, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juiz de Paz que celebrou o respectivo casamento.

(B) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Corregedor Geral da Justiça do Estado, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Corregedor Geral da Justiça do Estado onde residem os interessados.

(C) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento de jurisdição voluntária, devendo o juízo competente publicar edital com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juízo da Vara de Família da respectiva comarca onde se processar a mudança.

(D) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Oficial de Registro de Imóveis, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Oficial de Registro de Imóveis onde foi lavrado o registro do respectivo casamento.

**33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), sobre a averbação no assento de casamento do divórcio consensual, decorrente de escritura pública lavrada na forma da Lei nº 11.441/2007, assinale a alternativa correta.

(A) O traslado da escritura pública de divórcio consensual será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.

(B) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde os cônjuges são domiciliados, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.

(C) O traslado da escritura pública de divórcio consensual deverá ser primeiramente registrado no Livro “E” do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio conjugal, e depois será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.



(D) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde o casamento foi celebrado, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.

**34.** De acordo com a Lei dos Registros Públicos, é correto dizer que na lavratura de assento de óbito, o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais observará o seguinte:

(A) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, deverá exigir autorização judicial para registrar o óbito.

(B) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada, a critério do declarante, a lavratura do assento de nascimento.

(C) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada a lavratura do assento de nascimento.

(D) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito no Livro “A” – de registro de nascimento. (LRP, art. 77, § 1º).

**35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa correta com respeito à adoção de menores.

(A) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude será previamente registrado no Livro “E”, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes; depois, averbado no registro original de nascimento do adotado, para efeito de seu cancelamento; e servirá de mandado para lavratura de novo registro de nascimento, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes.

(B) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado, e concomitantemente cancelado o registro primitivo do adotado, e registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A”, na forma e exigências do art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

(C) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado no registro primitivo do adotado, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes, expedindo-se certidão com referida averbação, não sendo necessária a lavratura de novo assento de nascimento.

(D) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, servirá de mandado para lavratura do novo assento de nascimento do adotado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A” – de registro de nascimentos, vedado o cancelamento do registro original de nascimento do adotado.

**36.** De acordo com a Lei nº 6.015/1973, com relação à averbação de retificação de registro, assinale a alternativa correta.

(A) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais da comarca, nas localidades onde houver mais de um cartório.

(B) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório do 1º ofício ou da subdivisão judiciária da comarca da capital, em livro especial.

(C) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório onde constar o assento.

(D) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais do território nacional, em vista da implementação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).

**37.** Em relação aos títulos apresentados ao Oficial de Registro de Imóveis é correto afirmar:

(A) Todos os títulos, sem exceção, devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais.

- (B) Os oficiais podem obstar a inscrição de títulos no Livro nº 1 – Protocolo quando se depararem com qualquer exigência fiscal ou quando ele tiver dúvida, ocasião em que a suscitará perante o juízo competente.
  - (C) Os títulos devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem, que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais, exceto os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
  - (D) Os títulos devem ser lançados exclusivamente no Livro Especial de Controle Geral de Precedência, a cargo dos Oficiais do Registro de Imóveis, que adotarão o melhor regime interno a fim de garantir, assim, a ordem de precedência, prioridade e preferência dos direitos reais.
- 38.** De acordo com as Leis nºs 6.015/1973 e 8.935/1994, no serviço de que é titular, o Oficial Registrador não poderá praticar, pessoalmente, atos nas seguintes hipóteses:
- (A) Quando o oficial se declarar suspeito, devendo declarar seu impedimento por ato de averbação lançado à margem do protocolo.
  - (B) Quando o ato for de seu interesse, de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o quarto grau.
  - (C) Nos casos em que o oficial em algum momento tenha sido proprietário do imóvel.
  - (D) Quando o ato for de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
- 39.** Da sentença no processo de dúvida poder-se-á interpor recurso. Qual a natureza e efeitos do recurso e quem está legitimado para sua interposição?
- (A) Recurso de apelação, com efeito meramente devolutivo. Podem recorrer o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
  - (B) Recurso de apelação, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
  - (C) Recurso administrativo endereçado à Corregedoria Geral de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
  - (D) Recurso à Corregedoria Nacional de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
- 40.** Apresentada ao registrador de imóveis título judicial oriundo da Justiça do Trabalho (carta de adjudicação) o oficial, a requerimento do interessado, suscita dúvida. A denegação de acesso do título judicial e suscitação de dúvida configuram crime de desobediência?
- (A) Não. Tratando-se de título judicial, o oficial tem o dever, imposto pela Lei de Registros Públicos, de qualificar todos os títulos, seja qual for a sua origem.
  - (B) Não. O oficial de registro de imóveis jamais deve examinar os títulos judiciais. Havendo fundada dúvida acerca da legalidade, deve proceder ao registro e encaminhar certidão ao juízo competente para homologação.
  - (C) Sim. Todo e qualquer título judicial deve ser registrado sem qualquer exame de elementos formais e extrínsecos do título, incorrendo no crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.
  - (D) Não. O oficial de registro pode examinar livremente os elementos intrínsecos e extrínsecos do título judicial, incursionando no que foi decidido no processo judicial e apontando os eventuais defeitos.
- 41.** A chamada “averbação premonitória” consiste em:
- (A) Registros feitos na CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, nos termos de atos normativos do Conselho Nacional de Justiça.
  - (B) Inscrição preventiva de transações de bens futuros.
  - (C) Averbação no Livro 3 (Registro Auxiliar), a requerimento expresso do interessado, a fim de produzir efeitos jurídicos em face de terceiros.

- (D) Averbação no Registro de Imóveis de bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade de bens instada pelo exequente munido de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa.
42. Os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, devem ser registrados em qual especialidade? As sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, por qual órgão devem ser homologadas?
- (A) Registro de Títulos e Documentos e Supremo Tribunal Federal.
- (B) Registro de Títulos e Documentos e Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Registro de Imóveis, quando envolver imóveis e Supremo Tribunal Federal.
- (D) Registro de Títulos e Documentos e Tribunal Internacional de Haia.
43. No Registro de Títulos e Documentos serão registrados quaisquer documentos para sua conservação. Este registro ostenta o caráter:
- (A) Supletório.
- (B) Indispensável.
- (C) Facultativo.
- (D) Obrigatório.
44. No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:
- (A) Sites e domínios da Internet.
- (B) Jornais e demais publicações periódicas, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão.
- (C) Sociedades empresárias, cooperativas e empresário individual.
- (D) Obras e construções civis, reformas e demolições.
45. De acordo com a Lei de Registros Públicos, o acesso ao conteúdo do registro facultativo para conservação
- (A) é restrito a qualquer interessado que manifeste seu interesse por requerimento dirigido ao Oficial.
- (B) não é restrito, pois o acesso é amplo, geral e irrestrito, pois o Registro de Títulos e Documento é órgão de natureza pública.
- (C) é restrito ao próprio oficial do Registro, que revelará verbalmente o conteúdo quando instado por qualquer do povo.
- (D) é restrito ao requerente, à autoridade tributária ou por determinação judicial.

## DIREITO CIVIL

46. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), realizando-se o casamento no Brasil, perante a autoridade brasileira, estabelece que
- (A) será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (B) no casamento de estrangeiros residentes no Brasil, será aplicada a lei de domicílio dos cônjuges quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (C) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, será aplicada a lei do primeiro domicílio conjugal quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (D) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, poderá ser aplicada a lei brasileira ou a do domicílio

do estrangeiro quanto aos impedimentos e às formalidades da celebração.

**47.** Em relação à emancipação, é correto afirmar que

- (A) o menor sob tutela que tiver dezesseis anos completos somente poderá ser emancipado por sentença do juiz.
- (B) a emancipação por concessão dos pais poderá ser realizada por instrumento público ou particular.
- (C) a emancipação por concessão dos pais depende da concordância expressa do menor para seu aperfeiçoamento.
- (D) a emancipação por concessão dos pais é revogável.

**48.** Na dação em pagamento, é correto afirmar que

- (A) há necessidade de concordância do credor para o recebimento de prestação diversa da devida.
- (B) havendo evicção da coisa recebida em pagamento pelo credor não há o restabelecimento da obrigação primitiva.
- (C) a dação em pagamento não pode ser efetuada por terceiro.
- (D) a prestação oferecida na dação em pagamento somente pode ser pecuniária.

**49.** De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) os pródigos.
- (B) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- (C) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (D) os menores de 16 (dezesseis) anos.

**50.** Um mês após a realização de uma escritura pública de compra e venda de bem imóvel com valor de R\$ 500.000,00, os contraentes celebraram distrato do contrato de compra e venda por instrumento particular. Nesse caso, o distrato

- (A) é nulo.
- (B) somente não tem validade perante terceiros.
- (C) é anulável.
- (D) é válido.

**51.** A cessão de crédito realizada entre o cedente e o cessionário sem a notificação do devedor da relação obrigacional cedida é negócio jurídico

- (A) anulável pelo devedor da obrigação cedida.
- (B) inválido em razão da não participação do devedor da obrigação cedida.
- (C) válido e eficaz entre cedente e cessionário.
- (D) válido e ineficaz entre o cedente e cessionário.

**52.** Com relação às servidões não aparentes, é correto afirmar que

- (A) o prazo de aquisição por usucapião é de cinco anos.
- (B) não são passíveis de aquisição por usucapião.

- (C) o prazo de aquisição por usucapião, havendo justo título, é de dez anos.
- (D) o prazo de aquisição por usucapião é de vinte anos.

**53.** Não encerra propriedade resolúvel a

- (A) alienação fiduciária em garantia.
- (B) doação remuneratória.
- (C) retrovenda.
- (D) doação com cláusula de reversão.

**54.** “A”, casado e sem desconstituir o matrimônio anterior, casa-se com “B”, esta última, de boa-fé, desconhecia o fato de “A” ser casado ao tempo da celebração do casamento com aquele. Desse modo, o casamento

- (A) somente será válido se houver filhos comuns de “A” e “B”.
- (B) tem validade.
- (C) tem validade somente em relação a “B”.
- (D) padece de invalidade.

**55.** Com relação ao usufruto dos pais sobre os bens dos filhos menores, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo o registro de nascimento declarado pela mãe e o reconhecimento posterior da paternidade pelo pai, o qual não é casado com a mãe, o usufruto abarca os bens adquiridos antes e depois do reconhecimento da filiação.
- (B) Os bens recebidos pelo filho menor em doação pura estão excluídos do usufruto pelos pais.
- (C) O usufruto sobre bens imóveis somente é constituído pelo registro no respectivo registro imobiliário.
- (D) Os bens adquiridos com os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de sua atividade profissional, estão excluídos do usufruto.

**56.** Em 10.10.2022, houve a declaração judicial de vacância da herança, nesse caso,

- (A) os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão.
- (B) com a declaração de vacância há incorporação definitiva da herança ao patrimônio do Estado.
- (C) somente após a declaração judicial de vacância serão realizadas as diligências de arrecadação dos bens da herança.
- (D) após a declaração judicial de vacância caberá a nomeação de curador.

**57.** Com relação à exclusão por indignidade na sucessão, é correto afirmar que

- (A) o prazo para a propositura da ação de indignidade é de três anos contados da abertura da sucessão.
- (B) não cabe direito de representação dos herdeiros do indigno na sucessão legítima.
- (C) há situação na qual o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de indignidade.
- (D) a enumeração constante do Código Civil das causas de indignidade na sucessão é exemplificativa.

**58.** O artigo 50 do Código Civil dispõe que poderá o juiz desconsiderar a personalidade jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. A confusão patrimonial, de acordo com o Código Civil, é entendida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios e caracteri-

za-se por

- (A) ausência de patrimônio para saldar a obrigação.
- (B) atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- (C) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, independentemente do valor.
- (D) cumprimento pela sociedade de quaisquer obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.

59. “A”, em testamento público, deixou a metade da parte disponível de seu patrimônio ao tabelião que lavrou o testamento, instituindo-o como herdeiro. Nesse caso, a disposição testamentária em favor do tabelião é

- (A) válida, competindo eventual impugnação a algum interessado.
- (B) ineficaz.
- (C) nula.
- (D) válida, competindo a este provar que o testador atuou de livre vontade.

60. O primo de “A”, filho do irmão do pai de “A”, é parente de “A” em:

- (A) terceiro grau.
- (B) quarto grau.
- (C) quinto grau.
- (D) segundo grau.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

61. Segundo as normas e os princípios previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O despacho de admissibilidade da petição inicial torna prevento o juízo.
- (B) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles houver sido sentenciado.
- (C) A incompetência relativa não pode ser prorrogada.
- (D) A competência em razão da matéria é derogável em razão da vontade das partes.

62. A respeito das regras de competência no direito processual civil, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado pelos Tribunais Superiores.

- (A) Para ação de reconhecimento ou dissolução de união estável, é competente o domicílio do guardião do filho do incapaz.
- (B) O foro do domicílio ou da residência do alimentante é competente para ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.
- (C) Compete à Justiça Federal Cível processar e julgar os pedidos de retificação de registro imobiliário.
- (D) O princípio do duplo grau de jurisdição é expressamente previsto na Constituição Federal, podendo ser limitável por lei infraconstitucional.

63. De acordo com entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da ação monitória prevista no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) é incabível a citação editalícia em ação monitória.
- (B) em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao ne-

gócio jurídico subjacente à emissão da cédula.

(C) é incabível ação monitória contra Fazenda Pública.

(D) o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para ajuizamento da ação monitória.

**64.** Conforme expressamente previsto no rol do Código de Processo Civil, cabe o recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre

(A) concessão do efeito devolutivo aos embargos de execução.

(B) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.

(C) admissão de litisconsorte.

(D) incidente da desconsideração da personalidade jurídica.

### **DIREITO PENAL**

**65.** Funcionário público municipal, juntamente com um amigo (que não é funcionário público), em coautoria, apropriam-se de determinado bem público de que o primeiro tinha a posse em razão do cargo público por ele ocupado. Nesse caso, pode-se afirmar, corretamente, que

(A) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam.

(B) as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam quando elementares do crime.

(C) cada agente responde pelo crime próprio, conforme a sua condição pessoal.

(D) as circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam.

**66.** Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

(A) O crime de concussão só se consuma quando ocorre prejuízo ao lesado.

(B) Com a devolução da vantagem recebida, desnatura-se o crime de concussão.

(C) Para a configuração do crime de concussão, é necessário que o sujeito ativo se valha da função que exerce ou vai exercer, ou que se prevaleça da autoridade que possui ou vai possuir.

(D) Comete crime de corrupção ativa o sujeito que, atendendo à exigência de funcionário público, entrega a este uma vantagem indevida.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**67.** Em relação às medidas assecuratórias, é correto afirmar que

(A) o sequestro pode ser decretado pelo juiz somente antes de oferecida a denúncia ou queixa.

(B) não se admite o sequestro de bens móveis.

(C) a alienação do bem sequestrado sempre depende de sentença condenatória transitada em julgado.

(D) o sequestro pode recair sobre os bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenham sido transferidos a terceiros.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**68.** Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

(A) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.

(B) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

- (C) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, não incide na transmissão de imóveis com valor inferior a duzentos salários mínimos.
- (D) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a transmissão de propriedade imobiliária derivada de operação societária de incorporação independe do fato de ter a empresa atividade preponderante na área imobiliária.

**69.** Não tem previsão expressa no Código Tributário Nacional:

- (A) o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- (B) o parcelamento tributário.
- (C) a ação consignatória em pagamento.
- (D) a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

**70.** Não integra a definição de tributo expressa no artigo 3º do Código Tributário Nacional – CTN a prestação

- (A) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (B) que constitua multa ou penalidade.
- (C) instituída em lei.
- (D) pecuniária compulsória, em moeda ou valor que nela se possa exprimir.

**71.** São aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária:

- (A) substantivo, temporal, espacial, adjetivo e subjetivo.
- (B) substantivo, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
- (C) material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
- (D) material, temporal, substantivo, adjetivo e subjetivo.

**72.** Segundo o disposto no parágrafo único do artigo 100 do Código Tributário Nacional, exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo:

- (A) a observância de práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- (B) a observância das regras de parcelamento do débito.
- (C) a observância das regras relativas às reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.
- (D) a observância de atos normativos expedidos por sindicatos.

**73.** Segundo o Código Tributário Nacional,

- (A) na ausência de disposição legal expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar, a equidade.
- (B) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária aplicará, em primeiro lugar, os princípios gerais de direito público.
- (C) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo o seu fato gerador.
- (D) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo a sua denominação e demais características formais adotadas pela lei.

#### **DIREITO EMPRESARIAL**

**74.** Acerca da sociedade em comum, assinale a alternativa correta.



- (A) Trata-se de sociedade personificada, desde que efetuado o arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial.
- (B) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, observado o benefício de ordem.
- (C) Os bens e dívidas sociais confundem-se com os dos sócios, sendo vedada a constituição de patrimônio especial.
- (D) Nas relações entre si ou com terceiros, os sócios somente podem provar a existência da sociedade por escrito, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

**75.** A sociedade limitada é o tipo societário mais utilizado no Brasil.

Sobre ela, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.
- (B) É constituída por duas ou mais pessoas.
- (C) Há possibilidade de o sócio ceder sua quota a terceiro, independentemente da anuência dos outros, salvo previsão contratual em contrário.
- (D) A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social subscrito por todos os sócios.

**76.** De acordo com a Lei de falência e recuperação judicial, o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

São seus deveres na recuperação judicial:

- (A) representar a devedora em juízo.
- (B) diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação.
- (C) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.
- (D) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores.

**77.** Nas sociedades anônimas, a assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das sociedades anônimas.

- (A) Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral; nas companhias fechadas, é vedada a participação e votação a distância.
- (B) Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.
- (C) Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembleia geral, sendo-lhes vedado o direito de voz.
- (D) As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos, computados os votos em branco.

**78.** “A”, “B” e “C”, pessoas naturais, resolvem montar uma loja de roupas na sua cidade. Fazem-no sem observar as formalidades legais; exercem-na conjuntamente, partilhando os resultados, já há dois anos. Nesse quadro, é juridicamente correto afirmar:

- (A) os três devem escolher um deles para ser o administrador e representante dos demais a fim de assumir a responsabilidade perante terceiros.
- (B) coletivamente, os três são considerados empresários individuais.
- (C) para regularizar a situação, deverão todos os três registrar-se como empresários individuais.
- (D) a atividade exercida pelos três pode caracterizar a existência de sociedade em comum, sem, pois, adquirir ela personalidade jurídica.

79. Assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser inteiramente integralizado.
- (B) Havendo sócio incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser integralizado em dois terços do capital subscrito.
- (C) As sociedades em comum, comandita simples e sociedade simples não podem ter personalidade jurídica.
- (D) A sociedade em comum e a sociedade simples somente podem ter por objeto atividade empresarial, e seus sócios só podem ser pessoas naturais de nacionalidade brasileira.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

80. Segundo o art. 3º da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- (A) a independência nacional.
- (B) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (C) a prevalência dos direitos humanos.
- (D) a dignidade da pessoa humana.

81. Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Tribunal de Contas da União.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Ministro de Estado da Defesa.
- (D) Juiz de Direito.

82. Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente:

- (A) julgar o Senador da República pela prática de infrações penais comuns.
- (B) processar e julgar o *habeas corpus* quando o coator for o Tribunal de Justiça estadual.
- (C) julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra o ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.
- (D) homologar sentença estrangeira.

83. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) custas dos serviços forenses.
- (B) direito penitenciário.
- (C) procedimento em matéria processual.
- (D) registros públicos.

84. Em relação ao Conselho Nacional da Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Corregedor Nacional de Justiça.
- (B) É composto de 16 (dezesesseis) conselheiros eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- (C) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal, exerce a função de Corregedor Nacional de Justiça.
- (D) Os membros do Conselho Nacional da Justiça serão nomeados pelo Presidente do Conselho Nacional da Justiça, após aprovação, por maioria absoluta, pelo Senador Federal.

85. Em relação ao tema dos precedentes vinculantes, assinale a alternativa que indica a expressão que indica uma razão que, embora tenha feito parte do voto vencedor do acórdão que fixou a tese, não terá força vinculante para casos futuros.

- (A) *Obter dictum.*
- (B) *Distinguishing.*
- (C) *Ratio decidendi.*
- (D) *Overruling.*

**86.** Trata-se de instrumento jurídico que visa à declaração de inconstitucionalidade de lei em tese:

- (A) *habeas corpus.*
- (B) ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) ação civil pública.
- (D) mandado de segurança.

**87.** A Constituição Brasileira que estendeu o direito de voto às mulheres sem restrição ao estado civil e tê-lo tornado secreto foi a de

- (A) 1946.
- (B) 1967.
- (C) 1937.
- (D) 1934.

**88.** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Trata-se de uma cláusula pétrea:

- (A) voto direto, secreto, universal e periódico.
- (B) sistema tributário nacional.
- (C) sistema presidencialista de governo.
- (D) processo legislativo brasileiro.

**89.** O Superior Tribunal de Justiça é composto, no mínimo, por quantos Ministros?

- (A) 35.
- (B) 29.
- (C) 31.
- (D) 33.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**90.** O bem público sede do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, utilizado para julgamento dos recursos criminais e cíveis, é

- (A) bem dominical.
- (B) bem de uso público.
- (C) bem de uso especial.
- (D) bem de uso comum do povo.

**91.** Entidade autônoma criada por lei, dotada de personalidade de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprio, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública. Trata-se de

- (A) empresa pública.
- (B) autarquia.
- (C) consórcio público.
- (D) sociedade de economia mista.

**92.** Os atos administrativos que contêm o comando geral da Administração Pública, com o objetivo de regulamentar a lei, são

- (A) atos ordinatórios.
- (B) atos negociais.
- (C) atos enunciativos.
- (D) atos normativos.

**93.** Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) os atos administrativos não podem ser fiscalizados pelo Poder Legislativo.
- (B) a administração pública tem a faculdade de anular os atos ilegais por ela praticados.
- (C) a administração pública deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) é vedada a revogação dos atos discricionários.

**94.** Se os agentes da Municipalidade de Maceió interferirem na esfera privada do cidadão para salvaguardar o interesse público primário, ocorre a hipótese de exercício do poder

- (A) vinculado.
- (B) de polícia.
- (C) disciplinar.
- (D) discricionário.

**95.** De acordo com a Lei de Licitações, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério e julgamento pode ser o de menor preço ou de maior desconto, é

- (A) o diálogo competitivo.
- (B) o leilão.
- (C) o pregão.
- (D) a concorrência.

**96.** De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

- (A) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- (B) A edição de atos normativos por agente administrativo, inclusive os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.
- (C) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação do contrato administrativo poderá valer-se de valores jurídicos abstratos.
- (D) A responsabilidade pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas são de natureza objetiva.

97. Com relação à responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelos serviços notariais e de registro.
  - (B) A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se tanto às pessoas jurídicas de direito público quanto às pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
  - (C) O agente público só responde regressivamente ao Estado quando, na qualidade de agente público, causa danos a terceiros por conduta dolosa.
  - (D) Em caso de culpa concorrente da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do Estado.
98. Com relação ao tema da desapropriação administrativa, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (A) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
  - (B) Em desapropriação, não são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.
  - (C) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros moratórios pela limitação de uso de propriedade.
  - (D) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.
99. A Constituição Federal de 1988 define que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Nesse contexto, é correto afirmar que
- (A) a transferência da execução do serviço público ocorre por contrato administrativo unilateral.
  - (B) a transferência da execução do serviço público ocorre por concessão.
  - (C) a transferência da execução do serviço público ocorre por outorga.
  - (D) a transferência da execução do serviço público ocorre por lei em sentido formal.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

100. O Padre Antônio Vieira foi orador, filósofo, escritor e missionário da Companhia de Jesus. Os conhecidos Sermões são considerados obra do período
- (A) Arcadismo.
  - (B) Acadiano.
  - (C) Quinhentista.
  - (D) Barroco.

## CRITÉRIO PROVIMENTO

### PROVA 04

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

- 01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre o ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar:
- (A) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de três anos.
  - (B) Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em Direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, quinze anos de exercício em serviço notarial ou de registro.
  - (C) Os concursos para o ingresso na atividade serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual, de um notário e de um registrador.
  - (D) Depende dos seguintes requisitos: habilitação em concurso público de provas e títulos; nacionalidade brasileira; capacidade civil; quitação com as obrigações eleitorais e militares; diploma de bacharel em direito; verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
- 02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os prepostos dos serviços notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) Os escreventes, após autorização do Juiz Corregedor Permanente, poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro permitir.
  - (B) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
  - (C) Apenas na ausência do notário ou do oficial de registro, os substitutos poderão praticar todos os atos que sejam próprios da serventia.
  - (D) Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão contratar substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, desde que autorizado pelo Juízo competente.
- 03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:
- (A) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil em face do notário ou oficial, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial.
  - (B) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, sem direito de regresso.
  - (C) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
  - (D) A responsabilidade civil depende da criminal e esta será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a fé pública.
- 04.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, sobre os direitos e deveres do notário e do oficial de registro, é correto afirmar:
- (A) É direito do notário e do oficial de registro admitir pagamento dos emolumentos, das custas e das despesas por meio eletrônico.

- (B) É direito do notário e do oficial de registro exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia.
  - (C) É dever do notário e do oficial de registro manter exclusivamente em papel o arquivo das leis, dos regulamentos, das resoluções, dos provimentos, dos regimentos, das ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade.
  - (D) É direito do notário e do oficial de registro delegar a terceiros, contratados com autorização da Corregedoria Permanente, a manutenção em ordem dos livros, papéis e documentos de sua serventia.
- 05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a fiscalização das serventias notariais e de registro, é correto afirmar:
- (A) O Juiz Corregedor Permanente fiscalizará os serviços extrajudiciais situados na comarca, de ofício ou atendendo à reclamação escrita dos usuários, não se admitindo reclamação verbal.
  - (B) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto as de perda da delegação e de suspensão.
  - (C) Caberá aos Juízes Corregedores Permanentes instaurar processo administrativo pela prática de infrações disciplinares pelos notários e registradores e impor as penas previstas no artigo 32 da Lei nº 8.935/1994, exceto a de perda da delegação.
  - (D) A fiscalização será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, que delegará poderes aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos artigos 37 e 38 da Lei nº 8.935/1994.
- 06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os livros administrativos dos serviços notariais e de registro públicos, é correto afirmar:
- (A) O Livro de Controle de Depósito Prévio observará o modelo usual para a forma contábil, vedada a escrituração de forma eletrônica.
  - (B) O Livro de Visitas e Correições será escriturado pelas competentes autoridades judiciárias fiscalizadoras, as quais ficarão responsáveis por sua guarda.
  - (C) Salvo os livros previstos em lei especial, os serviços notariais e de registros públicos deverão possuir os livros de Visitas e Correições, Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e Controle de Depósito Prévio.
  - (D) Com exceção do Livro de Visitas e Correições, a responsabilidade pela escrituração dos demais livros é exclusiva e direta do delegatário, vedada a escrituração por um preposto.
- 07.** De acordo com o Provimento nº 69/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) Desde que autorizados pelos titulares delegatários, interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço, os escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro poderão executar suas tarefas fora das dependências da serventia extrajudicial, na modalidade teletrabalho, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos.
  - (B) A implementação ou alteração do regime de teletrabalho independe de comunicação ao órgão correcional local, pois integra a independência do titular delegatário no que se refere ao gerenciamento administrativo e financeiro da serventia.
  - (C) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a cinquenta por cento da força de trabalho da serventia.
  - (D) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e titulares delegatários.
- 08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
- (A) Para a implementação e gestão do sistema e-Notariado, o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá,

dentre outras, adotar as medidas operacionais próprias ou de outras entidades extrajudiciais, ficando responsável pela coordenação, implantação e funcionamento do sistema.

- (B) O e-Notariado deve oferecer acesso aos dados e às informações constantes de sua base de dados para o juízo competente responsável pela fiscalização da atividade extrajudicial, para as Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal e para a Corregedoria Nacional de Justiça.
- (C) O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, subsidiado, se necessário, pelo fundo criado pela Lei Federal nº 14.382/2022.
- (D) Os notários, pessoalmente ou por intermédio do e-Notariado, devem fornecer meios tecnológicos para o acesso das informações exclusivamente estatísticas e genéricas à Administração Pública Direta, sendo-lhes autorizado, inclusive, o envio e o repasse de dados, independentemente de disposição legal ou judicial específica.

**09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a implementação e gestão do sistema e-Notariado.

- (A) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal poderá ser ressarcido dos custos pelos usuários do serviço, na forma estabelecida pelas Corregedorias Estaduais.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça deverá, entre outros, estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos de segurança referentes a assinaturas eletrônicas, certificados digitais e emissão de atos notariais eletrônicos e outros aspectos tecnológicos atinentes ao seu bom funcionamento.
- (C) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá agir diretamente na capacitação dos notários credenciados para a emissão de certificados eletrônicos, segundo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal deverá, entre outros, estabelecer critérios e normas técnicas para a seleção dos tabelionatos de notas autorizados a emitir certificados eletrônicos para a lavratura de atos notariais eletrônicos.

**10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

- (A) Para a assinatura de atos notariais eletrônicos, poderá, a critério do tabelião, ser realizada videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico e sobre a concordância com o ato notarial.
- (B) Os usuários externos poderão acessar o e-Notariado mediante cadastro prévio, desde que o acesso seja feito com certificado digital expedido no âmbito da ICP-Brasil, para conferir a autenticidade de ato em que tenham interesse.
- (C) As autoridades judiciárias, desde que autorizadas por portaria do Conselho Nacional de Justiça, terão acesso às funcionalidades do e-Notariado, de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema.
- (D) O acesso ao e-Notariado será feito com assinatura digital, por certificado digital notariado, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 ou, quando possível, por biometria.

**11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- (A) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá pessoal, penal e civilmente pelos danos causados.
- (B) Aos tabeliões de notas é vedado efetuar desconto de emolumentos pela lavratura de escrituras de alienação e oneração de bens imóveis, mas é permitido o pagamento de comissão a corretores para fins de captação do serviço notarial.
- (C) O tabelião que infringir os deveres de sua função responderá somente pessoal e civilmente pelos danos causados.
- (D) É vedada a distribuição de ficha-padrão para fins de reconhecimento de firma em estabelecimentos como imobiliárias e de revenda de veículos, mas é permitido o preenchimento por pessoas não vinculadas ao delegatário.

**12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre as escrituras públicas relativas a imóveis, assinale a alternativa correta.



- (A) Nas escrituras relativas a imóveis rurais, será facultativa a apresentação ao tabelião de notas do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, com a prova de quitação do Imposto Territorial Rural – ITR referente aos cinco últimos exercícios, que serão exigidos apenas no momento do Registro.
  - (B) Nas escrituras relativas a imóveis, consignar-se-á a apresentação da certidão de inteiro teor da matrícula e a certidão de ônus reais e de ações reais e/ou pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para esse fim, será de 20 (vinte) dias.
  - (C) Nas escrituras relativas a imóveis consignar-se-á o pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, quando incidente sobre o ato, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária, nos casos de imunidade, isenção ou não incidência, exceto nos casos em que a lei ou ato administrativo da Secretaria da Fazenda dispense o reconhecimento da desoneração, cuja guia física ficará arquivada pelo prazo mínimo de vinte (20) anos; após cinco (05) anos poderá ser eliminada a guia física, desde que mantida arquivada em meio eletrônico (digitalização).
  - (D) Nas escrituras relativas a imóveis urbanos, serão exigidas as certidões referentes aos tributos incidentes sobre o imóvel, quando houver transferência de domínio, não cabendo dispensa pelo adquirente.
- 13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre imóvel rural, é correto afirmar:
- (A) A pessoa física estrangeira somente poderá adquirir imóvel rural não excedente a 60 (sessenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
  - (B) O Tabelião não poderá, sob pena de responsabilidade, lavrar escrituras de desmembramento de imóvel rural se as áreas resultantes não forem iguais ou superiores à fração mínima de parcelamento ou módulo, o que for menor, impressa no certificado de cadastro correspondente, exceto se o imóvel alienado for destinado à anexação a outro imóvel rural confinante e desde que a área remanescente seja igual ou superior à fração mínima de parcelamento.
  - (C) Não são aplicáveis ao arrendamento os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, constantes na Lei Federal nº 5.709/1971.
  - (D) A aquisição por pessoa física estrangeira será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, se o imóvel contiver área não superior a 10 (dez) módulos.
- 14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre lavratura de escritura de inventário e partilha, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando se tratar de partilha por direito de representação ou contemplar herdeiros da classe posterior na ordem da vocação hereditária, o tabelião de notas deverá exigir a certidão de óbito do representado ou declaração das partes, feita sob as penas da lei, informando a data e o local em que ocorreu o óbito do representado e dos herdeiros pré-mortos.
  - (B) O tabelião de notas poderá lavrar escritura de inventário e partilha de bens cujas partes estejam representadas por procuração lavrada por instrumento público ou particular, desde que constem poderes específicos.
  - (C) A renúncia de herdeiro não poderá constar na própria escritura de partilha, devendo ser formalizada em apartado, judicialmente ou por outra escritura pública.
  - (D) A escritura pública deverá conter declaração expressa das partes e do advogado assistente ou defensor público, sob as penas da lei, de que não tramita inventário e partilha na via judicial ou, se for o caso, de que o processo está suspenso para a promoção do inventário e partilha na via extrajudicial.
- 15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o testamento cerrado, assinale a alternativa correta.
- (A) Apresentado ao tabelião de notas, na presença de pelo menos duas testemunhas, este, depois de ouvir do testador ser aquele o seu testamento, e de o afirmar como bom, firme e valioso, e declarar querer seja aprovado, iniciará, imediatamente após a última palavra do texto, o instrumento de aprovação, pela forma manuscrita ou datilografada.
  - (B) Antes de cerrar e coser o testamento, o tabelião de notas deverá extrair uma cópia e arquivá-la na serventia.
  - (C) Se o apresentante testador não fizer, por iniciativa própria, a declaração de que o documento apresentado ao tabelião é o seu testamento e dá-lo como bom, firme e valioso, bem como que deseja que seja aprovado, o ta-

belião de notas deve recusar, de plano, a lavratura do instrumento de aprovação.

- (D) O tabelião de notas poderá ler o testamento e, se constatar alguma ilegalidade, deverá, de imediato, suspender o ato de aprovação.

**16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a escritura pública de separação e divórcio, é correto afirmar:

- (A) A escritura especificará, além de outros requisitos legais, o regime matrimonial de bens, os bens comuns e a partilha, quando esta não for ressalvada para momento posterior à dissolução da sociedade conjugal ou do casamento; sobre qual das partes recairá a responsabilidade por obrigações pendentes e será atribuída a titularidade de direitos e ações, nome e data de nascimento dos filhos; o prazo de duração da obrigação alimentar; condições e critérios de atualização, e, se for o caso, a sua dispensa provisória.
- (B) Havendo fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou existindo dúvida sobre a declaração de vontade, impõe-se ao tabelião de notas, após a lavratura da escritura, comunicação imediata ao Ministério Público Estadual e ao Juiz Corregedor Permanente.
- (C) Por ocasião da lavratura da escritura de separação ou divórcio com partilha de bens imóveis, não compete ao tabelião de notas a exigência do comprovante do pagamento do imposto de transmissão, que será exigido por ocasião da apresentação da escritura ao registro de imóveis.
- (D) Havendo filhos menores ou incapazes do casal, é vedada, em qualquer hipótese, a lavratura da escritura de conversão da separação judicial em divórcio consensual, com ou sem partilha de bens.

**17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos relativos às transferências de embarcações, assinale a alternativa correta.

- (A) Diferentemente do que ocorre nas transferências de bens imóveis, se o outorgante for casado, independentemente do regime de bens, será dispensável o consentimento de seu cônjuge.
- (B) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro serão feitos por escritura pública, se na comarca não existir tabelionato privativo de contratos marítimos.
- (C) Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro poderão ser feitos por instrumento particular, independentemente do valor.
- (D) As embarcações brasileiras, inclusive as da Marinha de Guerra, serão inscritas na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário ou armador ou onde for operar a embarcação. Será facultativo o registro da propriedade no Tribunal Marítimo, se a embarcação possuir arqueação bruta superior a cem toneladas, para qualquer modalidade de navegação.

**18.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o testador pode, desde que o faça por instrumento público perante o tabelião de notas:

- (A) instituir bem de família, mas não lhe é permitido instituir condomínio edilício, pois este só pode ser instituído por atos entre vivos
- (B) instituir condomínio edilício, instituir a multipropriedade imobiliária, constituir servidão e nomear tutor de seus filhos.
- (C) se houver justa causa, estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, mas não pode constituir servidão, pois esta somente pode ser constituída por ato entre vivos.
- (D) reconhecer filho havido fora do casamento, bem como revogar o reconhecimento.

**19.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2022), assinale a alternativa correta sobre o testamento público.

- (A) Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará e assinará o testamento substituindo a assinatura do testador.
- (B) A pessoa inteiramente surda não pode testar por instrumento público, pois é requisito essencial para validade do

ato a leitura do testamento pelo tabelião para permitir que o testador verifique se as disposições testamentárias estão conforme a sua vontade.

- (C) Após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião.
- (D) Não é permitido que o tabelião de notas escreva o testamento manualmente, pois a escrita manual pode dificultar a leitura da real declaração de vontade do testador.

**20.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A remessa da intimação do protesto somente poderá ser realizada por portador do próprio tabelião.
- (B) De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ-AL), em obediência ao princípio da literalidade, todos os títulos ou documentos de dívida serão protestados somente pelos valores neles estampados, não se admitindo qualquer tipo de acréscimo como juros ou atualização monetária.
- (C) Por se tratar de intimação ficta, o tabelião de protesto somente promoverá a intimação por edital se autorizado pelo credor apresentante do título.
- (D) O contrato de câmbio, desde que protestado, constitui instrumento para requerer a ação executiva.

**21.** De acordo com o Decreto-Lei nº 167/1967, assinale a alternativa correta em relação à dispensa do protesto para fins de assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.

- (A) O protesto é dispensável no caso da cédula de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural.
- (B) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural.
- (C) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da duplicata rural.
- (D) O protesto é dispensável somente no caso da cédula de crédito rural e da nota promissória rural.

**22.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais, cuja emissão foi regulada pela Lei nº 13.775/2018, deverá coincidir com o domicílio do devedor, salvo convenção expressa entre as partes que demonstre a concordância inequívoca do devedor.
- (B) O prazo para o tabelião expedir certidão de protesto é de, no máximo, sete dias úteis.
- (C) O tabelião de protesto deverá expedir a intimação ao devedor ou sacado decorridos três dias úteis, contados da protocolização.
- (D) Somente os títulos executivos extrajudiciais são passíveis de protesto.

**23.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) Após recebida a intimação, é permitida ao credor a desistência do procedimento do protesto somente se houver anuência do devedor.
- (B) Não havendo o pagamento do título nem sustação judicial ou desistência do credor, o tabelião, se não constatar qualquer irregularidade formal, deverá tirar o protesto dentro do prazo de dez dias úteis, contados do recebimento da intimação.
- (C) Permite-se a tirada do protesto por falta de aceite após o vencimento da obrigação.
- (D) É vedado o protesto por motivo de falta de pagamento de letra de câmbio contra sacado não aceitante.

**24.** De acordo com o Provimento nº 86/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais quando da apresentação para protesto de títulos e documentos de dívida.

- (A) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio apenas dos emolumentos pertencentes ao tabelião, sendo necessário o depósito ou pagamento prévio dos

acréscimos legais e das demais despesas.

- (B) A apresentação para protesto feita por qualquer pessoa física independe de depósito ou pagamento prévio dos emolumentos e dos demais acréscimos legais e despesas ao tabelião ou ao serviço de distribuição, desde que o vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação.
- (C) Nenhum valor de emolumentos será devido se houver pedido de desistência do procedimento do protesto pelo apresentante ou pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal.
- (D) Nas localidades onde houver mais de um tabelionato de protesto, o depósito ou pagamento dos emolumentos e demais acréscimos legais destinados aos ofícios de distribuição devem ser feitos previamente, independentemente da data de vencimento do título ou documento de dívida.

**25.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre a averbação da alteração do prenome, do gênero ou de ambos, à adequação da identidade de transgênero, é correto afirmar:

- (A) O atendimento do pedido de alteração do prenome e sexo de transgênero apresentado ao registrador depende de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou apresentação de laudo médico ou psicológico.
- (B) O requerimento será assinado pela pessoa requerente na presença do oficial de registro civil das pessoas naturais exclusivamente no local do registro de nascimento onde será realizada a averbação.
- (C) Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.
- (D) A alteração poderá ser desconstituída a qualquer tempo, mediante requerimento firmado pelo interessado, com firma reconhecida, apresentado ao oficial do registro civil das pessoas naturais onde o assento foi lavrado, independentemente de autorização judicial ou administrativa.

**26.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, considere as seguintes afirmações:

- I. Nascendo morta a criança, ou morrendo na ocasião do parto, far-se-á o assento no Livro C-Auxiliar, com os elementos adequados.
- II. Nascendo morta, far-se-á um único assento no Livro “C Auxiliar”, de registro de natimortos, podendo, a critério do declarante, ser lançado o nome do natimorto.
- III. Morrendo a criança na ocasião do parto, mas se respirou, efetuar-se-ão os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com remissões recíprocas.
- IV. Nos óbitos fetais a Declaração de Óbito (DO) somente será aceita pelo oficial do registro civil das pessoas naturais se constar que o feto tem peso corporal igual ou superior a 500 (quinhentos) gramas e/ou estatura igual ou superior a 25 (vinte e cinco) centímetros.

Estão corretas apenas

- (A) I, II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e II.

**27.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), considere as seguintes afirmações sobre o registro de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais:

- I. O assento de nascimento de indígena não integrado é facultativo, e sua inscrição far-se-á no Livro “A”.
- II. O RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena – apresentado pelo declarante ou pelo próprio registrando é documento hábil para proceder ao registro civil, sempre que contiver todos os elementos necessários para o registro de nascimento.
- III. Todo o assento de nascimento de indígena realizado pelo registrador deverá ser, imediatamente, comunicado à FUNAI, para as providências necessárias ao registro administrativo, caso ainda não tenha sido feito.

- IV. Não se registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, todavia, deve o oficial do registro civil considerar a identidade étnica do registrando, que poderá ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

Estão corretas

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV , somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.

**28.** De acordo com o Provimento nº 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a inclusão do número do CPF nos assentamentos do registro civil das pessoas naturais.

- (A) Por solicitação verbal do interessado, poderá ser averbado o número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito, lavrados em data anterior à vigência do Provimento, mediante pagamento de emolumentos correspondentes à averbação sem valor declarado.
- (B) Estando o sistema indisponível, o oficial designará nova data para a lavratura do registro, intimando o interessado no ato.
- (C) O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.
- (D) Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o oficial adiará o registro para o dia seguinte.

**29.** Assinale a alternativa correta quanto à inclusão dos nomes dos genitores, não casados entre si, no registro de nascimento.

- (A) É possível, bastando que compareça apenas a mãe, independentemente de comparecimento ou declaração do genitor, desde que esteja munida do seu documento de identidade e indique o nome completo do pai e dos avós paternos da criança.
- (B) É possível, bastando que um dos genitores compareça e apresente procuração ou anuência, necessariamente lavrados por instrumento público, vedado o instrumento particular.
- (C) É possível, desde que os dois compareçam, pessoalmente ou por meio de procurador com poderes específicos, ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, para realizar o assento.
- (D) É possível, bastando que compareça apenas o pai, independentemente de comparecimento ou declaração da genitora, desde que esteja munido do seu documento de identidade e indique o nome completo da mãe e dos avós maternos da criança.

**30.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), ao lavrar um assento de nascimento deverá o oficial de registro civil das pessoas naturais observar o seguinte:

- I. A naturalidade do registrando poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- II. Na hipótese de a genitora não manifestar interesse em declarar o nome do suposto pai, o Oficial colherá declaração nesse sentido, não lavrará o registro e remeterá o expediente ao Juiz com atribuição administrativa do cartório.
- III. Não se fará qualquer referência à natureza da filiação.

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) Somente I está correta.
- (C) Somente I e II estão corretas.

(D) Somente I e III estão corretas.

- 31.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto do oficial do registro civil das pessoas naturais nos autos de habilitação quanto ao consentimento dos pais para o casamento de filhos menores.
- (A) Excepcionalmente, na hipótese em que o casamento se realizar no âmbito do projeto Justiça Itinerante não haverá necessidade de consentimento dos pais.
  - (B) O consentimento de pais analfabetos, para que seus filhos possam casar, dar-se-á por intermédio de procurador constituído por instrumento público, ou mediante termo de consentimento, nos autos da habilitação, subscrito pelo Oficial e por uma pessoa a rogo do analfabeto, colhendo-se a impressão digital destes na presença de duas testemunhas, qualificadas, que deverão assinar o termo.
  - (C) Caso um dos genitores se recuse a dar seu consentimento, o outro poderá assinar o respectivo termo perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, considerando, assim, suprida a falta de consentimento daquele.
  - (D) Se o consentimento para casar não for firmado pelos pais, perante o oficial do registro civil ou seu preposto, será exigido o reconhecimento notarial das assinaturas por semelhança.
- 32.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para alteração de regime de bens adotado em casamento civil.
- (A) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento de jurisdição voluntária, devendo o juízo competente publicar edital com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juízo da Vara de Família da respectiva comarca onde se processar a mudança.
  - (B) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Oficial de Registro de Imóveis, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Oficial de Registro de Imóveis onde foi lavrado o registro do respectivo casamento.
  - (C) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Corregedor Geral da Justiça do Estado, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Corregedor Geral da Justiça do Estado onde residem os interessados.
  - (D) A alteração do regime de bens do casamento decorrerá de pedido manifestado por ambos os cônjuges, em procedimento administrativo perante o Juiz de Paz, devendo ser publicado edital com prazo de 30 (trinta) dias, em jornal de grande circulação, a fim de imprimir a devida publicidade à mudança, visando resguardar direitos de terceiros. A modificação do regime de bens é de competência do Juiz de Paz que celebrou o respectivo casamento.
- 33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), sobre a averbação no assento de casamento do divórcio consensual, decorrente de escritura pública lavrada na forma da Lei nº 11.441/2007, assinale a alternativa correta.
- (A) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde os cônjuges são domiciliados, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.
  - (B) O traslado da escritura pública de divórcio consensual, contendo o “visto” do Juiz de Direito da Comarca onde o casamento foi celebrado, será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária.
  - (C) O traslado da escritura pública de divórcio consensual será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.
  - (D) O traslado da escritura pública de divórcio consensual deverá ser primeiramente registrado no Livro “E” do Ofício

do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio conjugal, e depois será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial e de audiência do Ministério Público.

- 34.** De acordo com a Lei dos Registros Públicos, é correto dizer que na lavratura de assento de óbito, o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais observará o seguinte:
- (A) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito no Livro “A” – de registro de nascimento. (LRP, art. 77, § 1º).
  - (B) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, deverá exigir autorização judicial para registrar o óbito.
  - (C) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada, a critério do declarante, a lavratura do assento de nascimento.
  - (D) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento. Em caso negativo deverá lavrar o assento de óbito no Livro “C Auxiliar”, dispensada a lavratura do assento de nascimento.
- 35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR – CGJ/AL), assinale a alternativa correta com respeito à adoção de menores.
- (A) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado no registro primitivo do adotado, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes, expedindo-se certidão com referida averbação, não sendo necessária a lavratura de novo assento de nascimento.
  - (B) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, servirá de mandado para lavratura do novo assento de nascimento do adotado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A” – de registro de nascimentos, vedado o cancelamento do registro original de nascimento do adotado.
  - (C) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude, será averbado, e concomitantemente cancelado o registro primitivo do adotado, e registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes, no Livro “A”, na forma e exigências do art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
  - (D) O ato constitutivo da adoção de menores, emanado de decisão judicial do Juizado da Infância e da Juventude será previamente registrado no Livro “E”, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de domicílio dos adotantes; depois, averbado no registro original de nascimento do adotado, para efeito de seu cancelamento; e servirá de mandado para lavratura de novo registro de nascimento, onde serão consignados os nomes dos pais adotantes, bem como os nomes de seus ascendentes.
- 36.** De acordo com a Lei nº 6.015/1973, com relação à averbação de retificação de registro, assinale a alternativa correta.
- (A) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório do 1º ofício ou da subdivisão judiciária da comarca da capital, em livro especial.
  - (B) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais da comarca, nas localidades onde houver mais de um cartório.
  - (C) Será feita por qualquer oficial de registro civil das pessoas naturais do território nacional, em vista da implementação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).
  - (D) Será feita apenas pelo oficial de registro civil das pessoas naturais do cartório onde constar o assento.
- 37.** Em relação aos títulos apresentados ao Oficial de Registro de Imóveis é correto afirmar:
- (A) Os títulos devem ser lançados exclusivamente no Livro Especial de Controle Geral de Precedência, a cargo dos Oficiais do Registro de Imóveis, que adotarão o melhor regime interno a fim de garantir, assim, a ordem de pre-

cedência, prioridade e preferência dos direitos reais.

- (B) Os títulos devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem, que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais, exceto os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- (C) Os oficiais podem obstar a inscrição de títulos no Livro nº 1 – Protocolo quando se depararem com qualquer exigência fiscal ou quando ele tiver dúvida, ocasião em que a suscitará perante o juízo competente.
- (D) Todos os títulos, sem exceção, devem ser lançados no Livro nº 1 – Protocolo, com o respectivo número de ordem que determinará a prioridade do título e a preferência dos direitos reais.

**38.** De acordo com as Leis nºs 6.015/1973 e 8.935/1994, no serviço de que é titular, o Oficial Registrador não poderá praticar, pessoalmente, atos nas seguintes hipóteses:

- (A) Quando o ato for de seu interesse, de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o quarto grau.
- (B) Nos casos em que o oficial em algum momento tenha sido proprietário do imóvel.
- (C) Quando o ato for de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
- (D) Quando o oficial se declarar suspeito, devendo declarar seu impedimento por ato de averbação lançado à margem do protocolo.

**39.** Da sentença no processo de dúvida poder-se-á interpor recurso. Qual a natureza e efeitos do recurso e quem está legitimado para sua interposição?

- (A) Recurso à Corregedoria Nacional de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.
- (B) Recurso de apelação, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
- (C) Recurso de apelação, com efeito meramente devolutivo. Podem recorrer o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
- (D) Recurso administrativo endereçado à Corregedoria Geral de Justiça, com efeitos devolutivo e suspensivo. Podem recorrer o interessado, o Ministério Público e o apresentante.

**40.** Apresentada ao registrador de imóveis título judicial oriundo da Justiça do Trabalho (carta de adjudicação) o oficial, a requerimento do interessado, suscita dúvida. A denegação de acesso do título judicial e suscitação de dúvida configuram crime de desobediência?

- (A) Sim. Todo e qualquer título judicial deve ser registrado sem qualquer exame de elementos formais e extrínsecos do título, incorrendo no crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.
- (B) Não. O oficial de registro de imóveis jamais deve examinar os títulos judiciais. Havendo fundada dúvida acerca da legalidade, deve proceder ao registro e encaminhar certidão ao juízo competente para homologação.
- (C) Não. Tratando-se de título judicial, o oficial tem o dever, imposto pela Lei de Registros Públicos, de qualificar todos os títulos, seja qual for a sua origem.
- (D) Não. O oficial de registro pode examinar livremente os elementos intrínsecos e extrínsecos do título judicial, incursionando no que foi decidido no processo judicial e apontando os eventuais defeitos.

**41.** A chamada “averbação premonitória” consiste em:

- (A) Inscrição preventiva de transações de bens futuros.
- (B) Registros feitos na CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, nos termos de atos normativos do Conselho Nacional de Justiça.



- (C) Averbação no Livro 3 (Registro Auxiliar), a requerimento expresso do interessado, a fim de produzir efeitos jurídicos em face de terceiros.
- (D) Averbação no Registro de Imóveis de bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade de bens instada pelo exequente munido de certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa.
- 42.** Os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, devem ser registrados em qual especialidade? As sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, por qual órgão devem ser homologadas?
- (A) Registro de Imóveis, quando envolver imóveis e Supremo Tribunal Federal.
- (B) Registro de Títulos e Documentos e Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Registro de Títulos e Documentos e Tribunal Internacional de Haia.
- (D) Registro de Títulos e Documentos e Supremo Tribunal Federal.
- 43.** No Registro de Títulos e Documentos serão registrados quaisquer documentos para sua conservação. Este registro ostenta o caráter:
- (A) Facultativo.
- (B) Supletório.
- (C) Obrigatório.
- (D) Indispensável.
- 44.** No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:
- (A) Sociedades empresárias, cooperativas e empresário individual.
- (B) Obras e construções civis, reformas e demolições.
- (C) Sites e domínios da Internet.
- (D) Jornais e demais publicações periódicas, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão.
- 45.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, o acesso ao conteúdo do registro facultativo para conservação
- (A) não é restrito, pois o acesso é amplo, geral e irrestrito, pois o Registro de Títulos e Documento é órgão de natureza pública.
- (B) é restrito ao requerente, à autoridade tributária ou por determinação judicial.
- (C) é restrito a qualquer interessado que manifeste seu interesse por requerimento dirigido ao Oficial.
- (D) é restrito ao próprio oficial do Registro, que revelará verbalmente o conteúdo quando instado por qualquer do povo.

## DIREITO CIVIL

- 46.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), realizando-se o casamento no Brasil, perante a autoridade brasileira, estabelece que
- (A) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, será aplicada a lei do primeiro domicílio conjugal quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.
- (B) no casamento de brasileiro e estrangeiro residentes no Brasil, poderá ser aplicada a lei brasileira ou a do domicílio do estrangeiro quanto aos impedimentos e às formalidades da celebração.
- (C) no casamento de estrangeiros residentes no Brasil, será aplicada a lei de domicílio dos cônjuges quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.

(D) será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos e formalidades da celebração.

**47.** Em relação à emancipação, é correto afirmar que

- (A) a emancipação por concessão dos pais é revogável.
- (B) a emancipação por concessão dos pais depende da concordância expressa do menor para seu aperfeiçoamento.
- (C) a emancipação por concessão dos pais poderá ser realizada por instrumento público ou particular.
- (D) o menor sob tutela que tiver dezesseis anos completos somente poderá ser emancipado por sentença do juiz.

**48.** Na dação em pagamento, é correto afirmar que

- (A) havendo evicção da coisa recebida em pagamento pelo credor não há o restabelecimento da obrigação primitiva.
- (B) a prestação oferecida na dação em pagamento somente pode ser pecuniária.
- (C) há necessidade de concordância do credor para o recebimento de prestação diversa da devida.
- (D) a dação em pagamento não pode ser efetuada por terceiro.

**49.** De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (B) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) os pródigos.
- (D) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

**50.** Um mês após a realização de uma escritura pública de compra e venda de bem imóvel com valor de R\$ 500.000,00, os contraentes celebraram distrato do contrato de compra e venda por instrumento particular. Nesse caso, o distrato

- (A) é anulável.
- (B) é válido.
- (C) somente não tem validade perante terceiros.
- (D) é nulo.

**51.** A cessão de crédito realizada entre o cedente e o cessionário sem a notificação do devedor da relação obrigacional cedida é negócio jurídico

- (A) inválido em razão da não participação do devedor da obrigação cedida.
- (B) válido e eficaz entre cedente e cessionário.
- (C) válido e ineficaz entre o cedente e cessionário.
- (D) anulável pelo devedor da obrigação cedida.

**52.** Com relação às servidões não aparentes, é correto afirmar que

- (A) não são passíveis de aquisição por usucapião.
- (B) o prazo de aquisição por usucapião é de cinco anos.

- (C) o prazo de aquisição por usucapião é de vinte anos.
- (D) o prazo de aquisição por usucapião, havendo justo título, é de dez anos.

**53.** Não encerra propriedade resolúvel a

- (A) doação com cláusula de reversão.
- (B) alienação fiduciária em garantia.
- (C) doação remuneratória.
- (D) retrovenda.

**54.** “A”, casado e sem desconstituir o matrimônio anterior, casa-se com “B”, esta última, de boa-fé, desconhecia o fato de “A” ser casado ao tempo da celebração do casamento com aquele. Desse modo, o casamento

- (A) padece de invalidade.
- (B) somente será válido se houver filhos comuns de “A” e “B”.
- (C) tem validade.
- (D) tem validade somente em relação a “B”.

**55.** Com relação ao usufruto dos pais sobre os bens dos filhos menores, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens recebidos pelo filho menor em doação pura estão excluídos do usufruto pelos pais.
- (B) Havendo o registro de nascimento declarado pela mãe e o reconhecimento posterior da paternidade pelo pai, o qual não é casado com a mãe, o usufruto abarca os bens adquiridos antes e depois do reconhecimento da filiação.
- (C) O usufruto sobre bens imóveis somente é constituído pelo registro no respectivo registro imobiliário.
- (D) Os bens adquiridos com os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de sua atividade profissional, estão excluídos do usufruto.

**56.** Em 10.10.2022, houve a declaração judicial de vacância da herança, nesse caso,

- (A) somente após a declaração judicial de vacância serão realizadas as diligências de arrecadação dos bens da herança.
- (B) após a declaração judicial de vacância caberá a nomeação de curador.
- (C) com a declaração de vacância há incorporação definitiva da herança ao patrimônio do Estado.
- (D) os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão.

**57.** Com relação à exclusão por indignidade na sucessão, é correto afirmar que

- (A) não cabe direito de representação dos herdeiros do indigno na sucessão legítima.
- (B) há situação na qual o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de indignidade.
- (C) a enumeração constante do Código Civil das causas de indignidade na sucessão é exemplificativa.
- (D) o prazo para a propositura da ação de indignidade é de três anos contados da abertura da sucessão.

**58.** O artigo 50 do Código Civil dispõe que poderá o juiz desconsiderar a personalidade jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. A confusão patrimonial, de acordo com o Código Civil, é entendida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios e caracteriza-se por

- (A) cumprimento pela sociedade de quaisquer obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- (B) ausência de patrimônio para saldar a obrigação.
- (C) atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- (D) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, independentemente do valor.

59. "A", em testamento público, deixou a metade da parte disponível de seu patrimônio ao tabelião que lavrou o testamento, instituindo-o como herdeiro. Nesse caso, a disposição testamentária em favor do tabelião é

- (A) nula.
- (B) válida, competindo eventual impugnação a algum interessado.
- (C) válida, competindo a este provar que o testador atuou de livre vontade.
- (D) ineficaz.

60. O primo de "A", filho do irmão do pai de "A", é parente de "A" em:

- (A) quinto grau.
- (B) segundo grau.
- (C) terceiro grau.
- (D) quarto grau.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

61. Segundo as normas e os princípios previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência em razão da matéria é derogável em razão da vontade das partes.
- (B) A incompetência relativa não pode ser prorrogada.
- (C) O despacho de admissibilidade da petição inicial torna prevento o juízo.
- (D) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles houver sido sentenciado.

62. A respeito das regras de competência no direito processual civil, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado pelos Tribunais Superiores.

- (A) Compete à Justiça Federal Cível processar e julgar os pedidos de retificação de registro imobiliário.
- (B) O princípio do duplo grau de jurisdição é expressamente previsto na Constituição Federal, podendo ser limitável por lei infraconstitucional.
- (C) O foro do domicílio ou da residência do alimentante é competente para ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.
- (D) Para ação de reconhecimento ou dissolução de união estável, é competente o domicílio do guardião do filho do incapaz.

63. De acordo com entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da ação monitória prevista no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- (B) o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para ajuizamento da ação monitória.

- (C) é incabível ação monitória contra Fazenda Pública.
- (D) é incabível a citação editalícia em ação monitória.

64. Conforme expressamente previsto no rol do Código de Processo Civil, cabe o recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre
- (A) incidente da desconsideração da personalidade jurídica.
  - (B) admissão de litisconsorte.
  - (C) concessão do efeito devolutivo aos embargos de execução.
  - (D) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.

### **DIREITO PENAL**

65. Funcionário público municipal, juntamente com um amigo (que não é funcionário público), em coautoria, apropriam-se de determinado bem público de que o primeiro tinha a posse em razão do cargo público por ele ocupado. Nesse caso, pode-se afirmar, corretamente, que
- (A) as circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam.
  - (B) cada agente responde pelo crime próprio, conforme a sua condição pessoal.
  - (C) as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam quando elementares do crime.
  - (D) as circunstâncias de caráter pessoal sempre se comunicam.
66. Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Para a configuração do crime de concussão, é necessário que o sujeito ativo se valha da função que exerce ou vai exercer, ou que se prevaleça da autoridade que possui ou vai possuir.
  - (B) Comete crime de corrupção ativa o sujeito que, atendendo à exigência de funcionário público, entrega a este uma vantagem indevida.
  - (C) Com a devolução da vantagem recebida, desnatura-se o crime de concussão.
  - (D) O crime de concussão só se consuma quando ocorre prejuízo ao lesado.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

67. Em relação às medidas assecuratórias, é correto afirmar que
- (A) a alienação do bem sequestrado sempre depende de sentença condenatória transitada em julgado.
  - (B) o sequestro pode recair sobre os bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenham sido transferidos a terceiros.
  - (C) o sequestro pode ser decretado pelo juiz somente antes de oferecida a denúncia ou queixa.
  - (D) não se admite o sequestro de bens móveis.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

68. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.
- (A) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, não incide na transmissão de imóveis com valor inferior a duzentos salários mínimos.

- (B) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a transmissão de propriedade imobiliária derivada de operação societária de incorporação independe do fato de ter a empresa atividade preponderante na área imobiliária.
- (C) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.
- (D) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

**69.** Não tem previsão expressa no Código Tributário Nacional:

- (A) o parcelamento tributário.
- (B) a ação consignatória em pagamento.
- (C) a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
- (D) o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

**70.** Não integra a definição de tributo expressa no artigo 3º do Código Tributário Nacional – CTN a prestação

- (A) instituída em lei.
- (B) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (C) pecuniária compulsória, em moeda ou valor que nela se possa exprimir.
- (D) que constitua multa ou penalidade.

**71.** São aspectos (ou critérios) da regra matriz de incidência tributária:

- (A) material, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.
- (B) substantivo, temporal, espacial, adjetivo e subjetivo.
- (C) material, temporal, substantivo, adjetivo e subjetivo.
- (D) substantivo, temporal, espacial, quantitativo e subjetivo.

**72.** Segundo o disposto no parágrafo único do artigo 100 do Código Tributário Nacional, exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo:

- (A) a observância das regras de parcelamento do débito.
- (B) a observância das regras relativas às reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.
- (C) a observância de atos normativos expedidos por sindicatos.
- (D) a observância de práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

**73.** Segundo o Código Tributário Nacional,

- (A) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária aplicará, em primeiro lugar, os princípios gerais de direito público.
- (B) na ausência de disposição legal expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em primeiro lugar, a equidade.
- (C) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo a sua denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- (D) é irrelevante para qualificar a natureza específica do tributo o seu fato gerador.

## DIREITO EMPRESARIAL

74. Acerca da sociedade em comum, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens e dívidas sociais confundem-se com os dos sócios, sendo vedada a constituição de patrimônio especial.
- (B) Nas relações entre si ou com terceiros, os sócios somente podem provar a existência da sociedade por escrito, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- (C) Trata-se de sociedade personificada, desde que efetuado o arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial.
- (D) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, observado o benefício de ordem.

75. A sociedade limitada é o tipo societário mais utilizado no Brasil.

Sobre ela, assinale a alternativa correta.

- (A) Há possibilidade de o sócio ceder sua quota a terceiro, independentemente da anuência dos outros, salvo previsão contratual em contrário.
- (B) A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social subscrito por todos os sócios.
- (C) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.
- (D) É constituída por duas ou mais pessoas.

76. De acordo com a Lei de falência e recuperação judicial, o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

São seus deveres na recuperação judicial:

- (A) diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação.
- (B) representar a devedora em juízo.
- (C) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores.
- (D) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.

77. Nas sociedades anônimas, a assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das sociedades anônimas.

- (A) As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos, computados os votos em branco.
- (B) Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral; nas companhias fechadas, é vedada a participação e votação a distância.
- (C) Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.
- (D) Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembleia geral, sendo-lhes vedado o direito de voz.

78. "A", "B" e "C", pessoas naturais, resolvem montar uma loja de roupas na sua cidade. Fazem-no sem observar as formalidades legais; exercem-na conjuntamente, partilhando os resultados, já há dois anos. Nesse quadro, é juridicamente correto afirmar:

- (A) a atividade exercida pelos três pode caracterizar a existência de sociedade em comum, sem, pois, adquirir ela personalidade jurídica.
- (B) os três devem escolher um deles para ser o administrador e representante dos demais a fim de assumir a res-

ponsabilidade perante terceiros.

(C) coletivamente, os três são considerados empresários individuais.

(D) para regularizar a situação, deverão todos os três registrar-se como empresários individuais.

**79.** Assinale a alternativa correta.

(A) Havendo sócio incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser integralizado em dois terços do capital subscrito.

(B) Havendo incapaz na sociedade empresária, deverá o capital social ser inteiramente integralizado.

(C) A sociedade em comum e a sociedade simples somente podem ter por objeto atividade empresarial, e seus sócios só podem ser pessoas naturais de nacionalidade brasileira.

(D) As sociedades em comum, comandita simples e sociedade simples não podem ter personalidade jurídica.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**80.** Segundo o art. 3º da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(A) a dignidade da pessoa humana.

(B) a independência nacional.

(C) a garantia do desenvolvimento nacional.

(D) a prevalência dos direitos humanos.

**81.** Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

(A) Ministro de Estado da Defesa.

(B) Juiz de Direito.

(C) Ministro do Tribunal de Contas da União.

(D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

**82.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente:

(A) processar e julgar o *habeas corpus* quando o coator for o Tribunal de Justiça estadual.

(B) julgar o Senador da República pela prática de infrações penais comuns.

(C) homologar sentença estrangeira.

(D) julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra o ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.

**83.** Compete privativamente à União legislar sobre

(A) procedimento em matéria processual.

(B) direito penitenciário.

(C) custas dos serviços forenses.

(D) registros públicos.

**84.** Em relação ao Conselho Nacional da Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal, exerce a função de Corregedor Nacional de Justiça.

(B) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Corregedor Nacional de Justiça.

(C) Os membros do Conselho Nacional da Justiça serão nomeados pelo Presidente do Conselho Nacional da Justiça, após aprovação, por maioria absoluta, pelo Senador Federal.



- (D) É composto de 16 (dezesesseis) conselheiros eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
85. Em relação ao tema dos precedentes vinculantes, assinale a alternativa que indica a expressão que indica uma razão que, embora tenha feito parte do voto vencedor do acórdão que fixou a tese, não terá força vinculante para casos futuros.
- (A) *Overruling*.
  - (B) *Ratio decidendi*.
  - (C) *Obiter dictum*.
  - (D) *Distinguishing*.
86. Trata-se de instrumento jurídico que visa à declaração de inconstitucionalidade de lei em tese:
- (A) ação civil pública.
  - (B) mandado de segurança.
  - (C) *habeas corpus*.
  - (D) ação direta de inconstitucionalidade.
87. A Constituição Brasileira que estendeu o direito de voto às mulheres sem restrição ao estado civil e tê-lo tornado secreto foi a de
- (A) 1967.
  - (B) 1934.
  - (C) 1946.
  - (D) 1937.
88. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Trata-se de uma cláusula pétrea:
- (A) sistema tributário nacional.
  - (B) voto direto, secreto, universal e periódico.
  - (C) processo legislativo brasileiro.
  - (D) sistema presidencialista de governo.
89. O Superior Tribunal de Justiça é composto, no mínimo, por quantos Ministros?
- (A) 35.
  - (B) 33.
  - (C) 29.
  - (D) 31.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

90. O bem público sede do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, utilizado para julgamento dos recursos criminais e cíveis, é
- (A) bem de uso público.
  - (B) bem dominical.
  - (C) bem de uso comum do povo.

(D) bem de uso especial.

- 91.** Entidade autônoma criada por lei, dotada de personalidade de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprio, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública. Trata-se de
- (A) autarquia.
  - (B) empresa pública.
  - (C) sociedade de economia mista.
  - (D) consórcio público.
- 92.** Os atos administrativos que contêm o comando geral da Administração Pública, com o objetivo de regulamentar a lei, são
- (A) atos enunciativos.
  - (B) atos ordinatórios.
  - (C) atos normativos.
  - (D) atos negociais.
- 93.** Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar:
- (A) a administração pública deve anular os atos ilegais que praticar e pode revogar seus atos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
  - (B) os atos administrativos não podem ser fiscalizados pelo Poder Legislativo.
  - (C) é vedada a revogação dos atos discricionários.
  - (D) a administração pública tem a faculdade de anular os atos ilegais por ela praticados.
- 94.** Se os agentes da Municipalidade de Maceió interferirem na esfera privada do cidadão para salvaguardar o interesse público primário, ocorre a hipótese de exercício do poder
- (A) disciplinar.
  - (B) vinculado.
  - (C) discricionário.
  - (D) de polícia.
- 95.** De acordo com a Lei de Licitações, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério e julgamento pode ser o de menor preço ou de maior desconto, é
- (A) a concorrência.
  - (B) o pregão.
  - (C) o diálogo competitivo.
  - (D) o leilão.
- 96.** De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.
- (A) A edição de atos normativos por agente administrativo, inclusive os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.
  - (B) A responsabilidade pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas são de natureza objetiva.
  - (C) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do

gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

- (D) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação do contrato administrativo poderá valer-se de valores jurídicos abstratos.

**97.** Com relação à responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de culpa concorrente da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do Estado.  
(B) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelos serviços notariais e de registro.  
(C) A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se tanto às pessoas jurídicas de direito público quanto às pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.  
(D) O agente público só responde regressivamente ao Estado quando, na qualidade de agente público, causa danos a terceiros por conduta dolosa.

**98.** Com relação ao tema da desapropriação administrativa, assinale a alternativa correta, de acordo com entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.  
(B) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.  
(C) Em desapropriação, não são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.  
(D) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros moratórios pela limitação de uso de propriedade.

**99.** A Constituição Federal de 1988 define que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a transferência da execução do serviço público ocorre por outorga.  
(B) a transferência da execução do serviço público ocorre por lei em sentido formal.  
(C) a transferência da execução do serviço público ocorre por contrato administrativo unilateral.  
(D) a transferência da execução do serviço público ocorre por concessão.

### CONHECIMENTOS GERAIS

**100.** O Padre Antônio Vieira foi orador, filósofo, escritor e missionário da Companhia de Jesus. Os conhecidos Sermões são considerados obra do período

- (A) Acadiano.  
(B) Arcadismo.  
(C) Barroco.  
(D) Quinhentista.

## CRITÉRIO REMOÇÃO

### PROVA 01

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

**01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado, por período determinado, o exercício da atividade notarial e de registro.
- (B) os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- (C) os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- (D) o atendimento ao público dos serviços notariais e de registro será, no mínimo, de quatro horas diárias.

**02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) aos tabeliães de notas compete com exclusividade: lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos e aprovar os particulares; lavrar atas notariais; reconhecer firmas; autenticar cópias.
- (B) é autorizada a exigência de testemunhas em razão de o ato envolver pessoa com deficiência.
- (C) é facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, mesmo que acarrete ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.
- (D) aos notários compete: formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; autenticar fatos.

**03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) é livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio, exceto no caso de lavratura de escritura de inventário.
- (B) os tabeliães de notas estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas, respeitados os requisitos de forma previstos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- (C) o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.
- (D) no ato eletrônico, o tabelião de notas pode se valer de assinatura simples para subscrever.

**04.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) os contratos de trabalho serão celebrados livremente entre os titulares dos serviços notariais e de registro com os seus prepostos, descabendo ao Juiz Corregedor Permanente sua homologação, bastando àqueles o dever de comunicar o nome do empregado e sua qualificação.
- (B) os atos praticados pelos auxiliares dos serviços notariais e de registro são de responsabilidade do Estado e subsidiariamente do titular.
- (C) o titular do serviço notarial e de registro deverá indicar, no máximo, dois substitutos, os quais poderão praticar, simultaneamente com o titular, todos os atos da serventia.

(D) dentre os substitutos indicados pelo titular, dois deles serão designados para responder pela serventia, os quais agirão concomitante e conjuntamente nas ausências e impedimentos do titular.

**05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

(A) a comprovação, pelo notário ou registrador, de regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias é condição para expedição do ato de aposentadoria, mas não para a renúncia à delegação.

(B) o ingresso na atividade notarial e de registro dá-se por delegação do Poder Executivo, através de concurso público realizado na forma da lei.

(C) os Serviços Notariais e de Registros devem possuir telefone, com a denominação do Serviço e o nome do titular, e garantir, permanentemente, meios para contato direto com os responsáveis e prepostos de forma imediata. Sempre que houver mudança no endereço ou no número do telefone ou de meios de contato do Serviço, o fato deve ser comunicado à Corregedoria-Geral da Justiça e à Direção do Foro local.

(D) incumbe aos notários e oficiais de registro praticar, desde que com autorização do Juiz Corregedor Permanente, todos os atos necessários à organização e execução dos serviços, ficando responsáveis pela manutenção dos sistemas informatizados.

**06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

(A) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato de delegação, para que o titular dos serviços notariais e de registro negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.

(B) o notário e o registrador têm o dever de transmitir ao seu sucessor os livros, papéis, registros, banco de dados e programas de informática instalados, bem como a senha e dados necessários ao acesso de tais programas, garantindo a continuidade da prestação do serviço de forma adequada e sem interrupção.

(C) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato da designação, para que o responsável interino negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.

(D) as Serventias Extrajudiciais estão desobrigadas de darem visibilidade à integração de seus atos normativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

**07.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

(A) é permitida a cobrança de valores do consumidor final relativamente aos serviços prestados pelas centrais registras e notariais.

(B) os notários e registradores têm direito à percepção dos emolumentos, fixados no Código de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, pelos atos praticados, os quais serão pagos pelo interessado na forma da lei, exceto quando constar expressamente a dispensa em mandado ou certidão judicial, em razão do deferimento da Assistência Judiciária Gratuita.

(C) em relação ao direito do interessado à isenção dos emolumentos, os notários e registradores, após verificação da existência, no título judicial, de menção à condição de beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, solicitarão autorização ao Juiz competente para que seja concedida a gratuidade do ato notarial e/ou registral em questão.

(D) em nenhuma hipótese haverá isenção dos emolumentos pelos atos que os notários e registradores praticarem.

**08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) Para fins do Provimento, considera-se certificado digital notariado a identidade digital de uma pessoa física ou jurídica, identificada presencialmente por um notário ou registrador a quem se atribui fé pública.

(B) Para fins do Provimento, considera-se assinatura eletrônica notariada qualquer forma de verificação de autoria, integridade e autenticidade de um documento eletrônico realizada por um notário, ou registrador, atribuindo fé pública.

(C) Para fins do Provimento, considera-se assinatura digital um resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave pública e que pode ser verificado com o uso de chave privada, cujo certificado seja con-

forme a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 ou qualquer outra tecnologia autorizada pela lei.

- (D) O Provimento estabelece normas gerais sobre a prática de atos notariais eletrônicos em todos os tabelionatos de notas do país.

**09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins do Provimento, considera-se videoconferência notarial um ato realizado pelo notário, que ofereça prova ou informação sobre um ato, fato ou negócio.
- (B) Para fins do Provimento, considera-se ato notarial eletrônico um ato realizado pelo notário para verificação da livre manifestação da vontade das partes em relação ao ato notarial lavrado.
- (C) Para fins do Provimento, considera-se biometria: dado ou conjunto de informações biológicas de uma pessoa, que possibilita ao tabelião confirmar a identidade e a sua presença, em ato notarial ou autenticação em ato particular.
- (D) Para fins do Provimento, considera-se documento físico a peça escrita, exclusivamente, em suporte papel que ofereça prova sobre um ato, fato ou negócio.

**10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, interligar os notários e registradores, permitindo a prática de atos notariais eletrônicos, o intercâmbio de documentos e o tráfego de informações e dados.
- (B) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, delegar ao Poder Judiciário Estadual a obrigação de aprimorar tecnologias e processos para viabilizar o serviço notarial em meio eletrônico.
- (C) Com o Provimento foi instituído o Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, disponibilizado na internet pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, dotado de infraestrutura tecnológica necessária à atuação notarial eletrônica.
- (D) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, implantar, em âmbito nacional, um sistema flexível e não padronizado de elaboração de atos notariais eletrônicos, possibilitando a solicitação de atos, certidões e a realização de convênios com interessados.

**11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta a respeito do reconhecimento de firma e a respeito da ficha-padrão.

- (A) O registro de firmas, para fins de reconhecimento, far-se-á através de fichas, e os tabeliões de notas poderão extrair, a expensas dos interessados, cópia reprográfica do documento de identidade apresentado para preenchimento da ficha-padrão e aquelas serão devidamente arquivadas, a fim de possibilitar os atos de comparar e verificar.
- (B) O reconhecimento de firma somente poderá ser feito em documento escrito em língua portuguesa, vedado o reconhecimento em documento redigido em idioma estrangeiro.
- (C) Para a abertura da ficha-padrão, os tabeliões de notas deverão exigir, obrigatoriamente, apresentação de certidão de nascimento e/ou casamento atualizada de 30 dias para se comprovar o estado civil.
- (D) A pedido expresso e formal da parte, o tabelião de notas poderá datar retroativamente o ato de reconhecimento de firma, desde que o pedido formalizado da parte fique arquivado na serventia.

**12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos passíveis de serem realizados pelos tabeliões de notas, assinale alternativa correta.

- (A) É vedado aos tabeliões de notas realizar gestões e diligências convenientes ao preparo dos atos notariais, sendo, contudo, autorizadas as gestões e diligências necessárias.
- (B) Compete ao tabelião de notas, se autorizado por portaria específica do órgão correcional, efetuar a autenticação eletrônica ou decorrente de qualquer meio digital e/ou de sistema de computação e de microfilmagem.
- (C) Compete ao tabelião de notas e ao tabelião de protesto lavrar atas notariais.
- (D) Compete ao tabelião de notas, dentre outros, autenticar fatos por certificação digital, reconhecimento de firma digital impressa, reconhecimento de servidor, reconhecimento de página eletrônica segura, registro de assinatura eletrônica, registro e reconhecimento de chancela mecânica ou eletrônica.

**13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) os Livros de Contratos, Hipotecas e Quitações, Compra e Venda, Transmissões, Procurações, Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e documentos de representação legais e Ata notarial poderão ser desdobrados em séries, até o máximo necessário estipulado pelo tabelião, para uso simultâneo, aditando-se ao respectivo número as letras iniciais do alfabeto.
  - (B) é vedada a adoção de livros de folhas soltas para testamento.
  - (C) a Consolidação Normativa Notarial e Registral – CNNR constitui-se em livro facultativo da serventia de notas.
  - (D) para lavratura dos atos, o tabelião de notas poderá adotar livro de folhas soltas ou livro tradicional, sendo vedada a utilização de ambos simultaneamente.
- 14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), em relação ao combate à lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.
- (A) A Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas criará e manterá o Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN, que reunirá as informações previstas em lei, além de outros dados que entender necessários, de todas as pessoas cadastradas e qualificadas pelos notários, sejam ou não partes em ato notarial.
  - (B) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal é auxiliador da Corregedoria-Geral da Justiça, como órgão de supervisão auxiliar, na organização e orientação dos notários, que divulgará instruções técnicas complementares para o devido cumprimento pelos tabeliões de notas.
  - (C) Os dados para a formação e atualização da base nacional do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN serão fornecidos pelos próprios notários de forma sincronizada e com periodicidade bimestral, no máximo.
  - (D) Nos atos notariais que praticar, o tabelião de notas poderá, a seu critério, qualificar a parte comparecente nos exatos termos do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN.
- 15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao Sistema Eletrônico de Apostilamento – APOSTIL, assinale a alternativa correta.
- (A) O Sistema APOSTIL é disponibilizado, gratuitamente, pelo Conselho Nacional de Justiça, dotado de infraestrutura tecnológica necessária para a confecção, consulta e aposição de apostila, em documento público brasileiro.
  - (B) É facultativo o uso de certificado digital, de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
  - (C) Serão considerados válidos os apostilamentos realizados fora do Sistema APOSTIL, desde que homologados pelo Ministério da Justiça.
  - (D) Serão considerados inválidos os apostilamentos realizados até o dia 03 de agosto de 2020, fora do sistema APOSTIL, os quais deverão ser refeitos pelo novo sistema.
- 16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.
- (A) Sendo confeccionada por tabelião de notas, as públicas formas não necessitarão ser conferidas e concertadas por outro tabelião de notas.
  - (B) É permitido aos tabeliões de notas a lavratura, sob a forma de instrumento particular, de atos estranhos às suas atribuições previstos na Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas.
  - (C) Dentre outros atos, compete, com exclusividade, aos tabeliões de notas confeccionar, conferir e concertar públicas formas.
  - (D) Apenas na ausência do titular do serviço notarial, os atos de competência do tabelião poderão ser praticados pelos substitutos do tabelionato, vedada a prática de atos, simultaneamente, pelo tabelião e pelos substitutos.
- 17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), a respeito da atividade notarial, assinale a alternativa correta.
- (A) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, nos negócios imobiliários, a responsabilidade pela apreciação da prova dominial é dos advogados das partes.
  - (B) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes ao ato notarial, mas não é responsabilidade do tabelião de notas a assessoria e orientação das partes, que só podem ser feitas por advogados.
  - (C) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, na compra e venda de imóveis, a

responsabilidade pela apreciação da prova dominial é do(s) adquirente(s).

(D) Integra a atividade notarial avaliar a identidade, capacidade, apresentação e representação legal das partes.

**18.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

(A) Cumpre ao Poder Judiciário prover ao tabelião fichário de cartões padronizados de autógrafos para fins de reconhecimento de firma.

(B) Cumpre ao tabelião de notas remeter, logo após sua investidura, aos órgãos e serviços públicos delegados, ficha com sua assinatura e sinal público, incumbindo igual obrigação aos seus substitutos.

(C) Na redação de escritura de compra e venda, o tabelião de notas ficará vinculado à minuta eventualmente apresentada pelas partes, não podendo alterá-la nas partes essenciais do negócio jurídico, apenas adaptá-la ao jargão e praxe notariais.

(D) Cumpre ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal exigir que o tabelião informe, acerca de cada ato lavrado, o pagamento dos impostos devidos em atos notariais e circunstanciar o recolhimento, de conformidade com as leis respectivas, a fim de facilitar a fiscalização dos recolhimentos feitos às fazendas estadual e municipais.

**19.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

(A) O tabelião não está obrigado a manter sigilo sobre as confidências dos interessados feitas à margem das manifestações de vontade das partes no negócio jurídico por ele instrumentalizado.

(B) O tabelião de notas somente poderá exercer suas funções dentro dos limites do território do Estado de Alagoas ou do indicado no ato da delegação das funções.

(C) Constitui obrigação do tabelião de notas requerer e/ou realizar, ante repartições públicas em geral e registros públicos, as gestões e diligências convenientes ou necessárias à validade e eficácia dos atos notariais.

(D) É livre às partes, independentemente do seu domicílio ou do lugar da situação dos bens objeto do ato ou negócio, a escolha do tabelião de notas de sua confiança.

**20.** Apontado um título para protesto,

(A) sempre será possível a desistência do procedimento antes do registro do protesto.

(B) ao credor é vedada a desistência do procedimento, sem autorização do devedor.

(C) é permitida a desistência do procedimento apenas se o vencimento do título tiver ocorrido há menos de trinta dias.

(D) é permitida a desistência do procedimento apenas na hipótese de o devedor não haver recebido a intimação.

**21.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, o protesto do cheque

(A) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do local do pagamento.

(B) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do emitente.

(C) poderá ser lavrado no tabelionato do local do pagamento ou do domicílio do emitente, a critério do apresentante credor.

(D) poderá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do apresentante credor.

**22.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), apresentada para protesto uma nota promissória, o tabelião

(A) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, apenas se o protesto for para fins de falência.

(B) deverá, para a remessa da intimação, ficar adstrito apenas ao endereço que constar no título.

(C) ficará obrigado a intimar o devedor por edital, se o endereço declarado pelo apresentante divergir do existente no título.

(D) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, mesmo que seja diferente do existente no título.



**23.** Assinale a alternativa correta sobre o cancelamento do protesto.

- (A) Somente é permitido por ordem judicial.
- (B) É permitido mediante a apresentação do documento protestado.
- (C) Não incidem emolumentos, se o devedor for pessoa física.
- (D) Pode ser requerido ao tabelião apenas pelo devedor.

**24.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Em nenhuma hipótese é permitida a expedição de certidão de protesto cancelado.
- (B) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá fornecer certidão individual de protestos não cancelados.
- (C) Certidão do livro protocolo somente poderá ser expedida após o registro do protesto.
- (D) É vedado o fornecimento, a qualquer pessoa, de cópias de documentos arquivados relativos a protestos não cancelados, exceto se o requerente for o devedor.

**25.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (B) Somente os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (C) O estado de pobreza para obtenção de lavratura de assento de óbito será comprovado por declaração assinada por duas testemunhas.
- (D) Para fins de assento de registro civil de nascimento, a falsidade da declaração de pobreza ensejará a responsabilidade civil e criminal das testemunhas que assim declararam.

**26.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar serviços como correspondentes bancários em localidades onde não haja agência bancária.
- (B) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- (C) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio, em credenciamento ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas.
- (D) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

**27.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, o Juiz de Paz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.
- (B) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade policial local, a qual, ouvindo o acusado, decidirá, dentro de cinco (5) dias, sobre a abertura de inquérito policial.
- (C) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, a autoridade policial que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação, ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.
- (D) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.

**28.** Com relação à união estável, é correto afirmar:

- (A) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- (B) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
- (C) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- (D) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.

**29.** No caso da conversão da união estável em casamento, ocorrendo o falecimento de um dos companheiros no curso do procedimento de habilitação perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, este deverá:

- (A) arquivar os autos do procedimento.
- (B) lavrar o assento de conversão de união estável em casamento, se estiver em termos o pedido.
- (C) notificar o companheiro sobrevivente e os herdeiros do falecido.
- (D) encaminhar o procedimento para o Juiz Corregedor da serventia, após manifestação do Ministério Público.

**30.** Considerada a orientação normativa emanada da Corregedoria Nacional de Justiça no Provimento nº 37, de 07/07/2014, com as alterações introduzidas pelo Provimento nº 141, de 16/03/2023, no caso de requerimento de conversão da união estável em casamento, havendo suspeitas de falsidade da declaração ou de fraude, o registrador deverá:

- (A) promover suscitação de dúvida dentro do prazo de 15 (quinze) dias da decisão, nos termos dos artigos 198 e 296 da Lei nº 6.015, de 1973, para apreciação pelo Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório.
- (B) encaminhar os autos para a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão que expediu o Provimento.
- (C) decidir fundamentadamente o pedido e arquivar os autos do procedimento.
- (D) decidir fundamentadamente o pedido e encaminhar os autos do procedimento para o Ministério Público.

**31.** A respeito da retificação administrativa de assentamento, realizada mediante requerimento ao Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que:

- (A) a retificação deverá ser requerida pelo interessado ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil, com assistência de advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, mediante petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas.
- (B) o oficial retificará o registro de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, no caso de ausência de indicação no assento do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, baseando-se apenas na Declaração de Nascido Vivo – DNV emitida por hospital.
- (C) o processo de retificação correrá em uma das varas cíveis da Comarca e, após decisão judicial transitada em julgado, será entregue à parte para ser apresentado no cartório do registro civil onde foi feito o assento objeto da retificação.
- (D) se a retificação decorrer de erro na transposição dos elementos constantes da Declaração de Nascido Vivo (DNV), os emolumentos devidos pela averbação serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

**32.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A escritura de emancipação concedida pelos pais deverá ser lavrada no cartório do 1º Ofício de Notas de cada comarca, em livro especial, em relação aos menores nela domiciliados.
- (B) A emancipação voluntária prevista no artigo 5º, parágrafo único, I, do Código Civil brasileiro, ocorre por mera liberalidade dos pais, ou seja, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, podendo ser feita por instrumento público ou particular, com duas testemunhas.
- (C) Se a emancipação concedida pelos pais for feita mediante escritura pública notarial, estará dispensada de registro

no cartório do registro civil das pessoas naturais, bastando sua averbação no assento de nascimento do emancipado.

- (D) A emancipação por concessão dos pais será registrada em livro especial do cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca, ou no 1º, se houver mais de um, com relação aos menores nela domiciliados, mediante instrumento público notarial, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver 16 anos completos.

**33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o registro de nascimento de nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros que estão a serviço diplomático de seu país, é correto afirmar:

- (A) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro “E” do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: “O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea “a”, *in fine*, da Constituição Federal.”
- (B) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros, e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro “A” do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade onde ocorrer o parto, ou da residência da mãe, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: “O registrando possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea “a”, *in fine*, da Constituição Federal.”
- (C) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço diplomático de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente na representação diplomática do país de nacionalidade dos pais.
- (D) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente no registro civil do país de nacionalidade dos pais.

**34.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação às assinaturas das partes nos assentos do registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Nessa hipótese, o oficial de registro civil das pessoas naturais deverá certificar sob sua fé pública que fez a leitura do inteiro teor do assento respectivo para o declarante.
- (B) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Assinarão também o ato três testemunhas, além daquela que firma a rogo.
- (C) Se os declarantes ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquelas, à margem do assento. Assinarão também o ato duas testemunhas, além daquela que firma a rogo.
- (D) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento, sendo desnecessária a assinatura de testemunhas.

**35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o casamento religioso para efeitos civis, assinale a alternativa correta.

- (A) Realizada a cerimônia religiosa e requerido o registro do casamento religioso para efeitos civis, o oficial do registro civil das pessoas naturais deverá efetuar o registro solicitado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento.
- (B) Os nubentes habilitados previamente para o casamento poderão pedir ao oficial do registro civil das pessoas naturais que lhes forneça a respectiva certidão para se casarem perante autoridade religiosa.
- (C) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, não poderá ser registrado perante o oficial do registro civil das pessoas naturais em nenhuma hipótese.

(D) Realizado o casamento perante autoridade religiosa, qualquer interessado poderá, apresentando a respectiva certidão de casamento religioso, solicitar ao oficial do registro civil das pessoas naturais o registro do casamento religioso para efeitos civis, desde que o faça dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da cerimônia religiosa.

**36.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao registro de nascimento de crianças geradas por reprodução assistida, considere as seguintes afirmações:

- I. O assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Livro A, independentemente de prévia autorização judicial.
- II. Na hipótese de reprodução assistida *post mortem* deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica do falecido ou falecida para uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- III. O oficial de registro civil das pessoas naturais, a seu critério, poderá recusar efetuar o registro de nascimento e emitir a respectiva certidão de filhos havidos por técnica de reprodução assistida.
- IV. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora temporária do útero, esclarecendo a questão da filiação.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I.
- (B) somente I e III.
- (C) somente I e II.
- (D) somente I, II e IV.

**37.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), na escrituração do Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

- (A) deve ser lavrado, ao final do expediente diário, o termo de encerramento do Livro de Protocolo, no qual será mencionado o número de títulos protocolizados e de ocorrências. O termo de encerramento será lavrado diariamente, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento. É dispensável lavrar-se termo diário de abertura do Protocolo.
- (B) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, não há necessidade de lavratura de termo de encerramento do protocolo.
- (C) quando o Livro de Protocolo for escriturado por sistema informatizado, não serão lavrados o termo de abertura do protocolo na abertura do expediente diário e o termo de encerramento do protocolo ao final do expediente.
- (D) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, será lavrado o termo de encerramento, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento.

**38.** Dentre as obrigações atribuídas ao oficial de registro de imóveis no registro da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) Mensalmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (B) Trimestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao órgão competente do Poder Executivo Federal relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (C) Semestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (D) Trimestralmente, o oficial remeterá à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

ções de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

- 39.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento de lançamento dos títulos no Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:
- (A) será prestado atendimento prioritário na prenotação de títulos às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, com o imediato lançamento do título no Livro nº 1 – Protocolo.
  - (B) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo.
  - (C) para o apontamento de títulos não haverá atendimento prioritário, assegurado ao beneficiário a pronta informação quanto aos procedimentos adotados na serventia.
  - (D) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo, quando se tratar de interesse da Fazenda Pública.
- 40.** Sobre o Código Nacional de Matrícula – CNM, é correto afirmar:
- (A) o Código Nacional de Matrícula – CNM corresponderá a uma numeração única para as matrículas do registro de imóveis, em âmbito nacional.
  - (B) os oficiais de registro de imóveis, no prazo máximo de 1 (um) ano, contado do início do funcionamento do Programa Gerador e Verificador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), deverão averbar a renumeração em todas as matrículas existentes com o número do Código Nacional de Matrícula – CNM, ato pelo qual serão devidos emolumentos.
  - (C) o Código Nacional de Matrícula (CNM) poderá ser reutilizado quando se referir a matrícula cancelada ou anulada, e essa circunstância constará nas informações do Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), em campo próprio.
  - (D) o Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM) é disponibilizado gratuitamente pela Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) para ser consultado por qualquer pessoa, sem custos e independentemente de requisição ou cadastramento prévio, para verificação da validade e autenticidade dos Códigos Nacionais de Matrícula e da situação atual da matrícula.
- 41.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, com relação à vigência da prenotação de títulos em geral no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.
- (A) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
  - (B) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
  - (C) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
  - (D) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- 42.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento para registro de sociedade simples, tanto na sua forma típica quanto adotando-se uma das formas das sociedades empresárias, as firmas dos sócios no contrato social respectivo somente serão aceitas se:
- (A) estiverem assinadas, dispensado o reconhecimento de firmas em tabelião de notas.
  - (B) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por semelhança.
  - (C) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por autenticidade.
  - (D) o contrato estiver visado por advogado, hipótese em que se dispensa o reconhecimento das firmas dos sócios por tabelião de notas.

43. Para aquisição de personalidade jurídica, o partido político deverá registrar seu estatuto
- (A) nos anais do Congresso Nacional.
  - (B) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
  - (C) no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
  - (D) no registro civil de pessoas jurídicas.
44. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta quanto à notificação extrajudicial feita pelo oficial do registro de títulos e documentos.
- (A) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
  - (B) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
  - (C) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
  - (D) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
45. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no caso de transferência de sede da pessoa jurídica para outra comarca ou para a Junta Comercial do Estado de Alagoas, será observada a seguinte sequência de atos:
- (A) promover-se-á, primeiramente, a averbação de transferência na comarca de origem e, posteriormente, a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial.
  - (B) promover-se-á, primeiramente, a inscrição dos atos no registro de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, posteriormente, a averbação de transferência na comarca de origem.
  - (C) as inscrições dos atos no registro civil das pessoas jurídicas da comarca de origem e no da nova sede ou na Junta Comercial do Estado podem ser feitas simultaneamente.
  - (D) promover-se-á a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, facultativamente, a averbação de transferência na comarca de origem.

#### **DIREITO CIVIL**

46. O juiz declarará a ausência de pessoa que desapareça do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Sobre a ausência, é correto afirmar que
- (A) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
  - (B) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
  - (C) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito com o trânsito em julgado; mas, com a publicação pela imprensa, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.
  - (D) não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente.
47. Na representação, na falta de autorização legal ou do representado, o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo é:
- (A) nulo.

- (B) válido.
- (C) anulável.
- (D) inexistente.

**48.** Com relação à mora, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo havendo dia certo para vencimento da obrigação de dívida líquida, a configuração da mora depende da notificação do devedor.
- (B) Não há o instituto da mora do credor.
- (C) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir de sua citação em ação judicial.
- (D) A purgação da mora pode ser efetuada por terceiro.

**49.** Quanto aos vícios redibitórios previstos no Código Civil, é correto afirmar que

- (A) o vício deve ser aparente e conhecido.
- (B) ocorre sua aplicação nas doações onerosas.
- (C) se o alienante conhecia o vício da coisa, tão somente restituirá o valor recebido.
- (D) têm aplicação, por exceção, aos vícios surgidos posteriormente à tradição da coisa.

**50.** O empréstimo gratuito de uma específica garrafa de vinho fechada para decoração de uma festa de casamento, pactuada sua devolução intacta após a comemoração, é:

- (A) contrato de comodato.
- (B) contrato de mútuo.
- (C) contrato de locação.
- (D) contrato de depósito irregular.

**51.** Salvo pactuado diversamente pelas partes, o pagamento das despesas com a realização de escritura pública de compra e venda de bem imóvel

- (A) será dividido de forma igualitária entre comprador e vendedor.
- (B) caberá ao vendedor.
- (C) será deduzido do preço da compra e venda.
- (D) caberá ao comprador.

**52.** A situação do locatário que paga aluguel e, notificado pelo locador à devolução do imóvel em trinta dias, não o restitui nesse prazo, permanecendo no imóvel sem a prática de qualquer ato, encerra

- (A) posse clandestina.
- (B) posse violenta.
- (C) interservação da posse.
- (D) posse precária.

**53.** Havendo três unidades sobrepostas (construção-base, primeira laje e segunda laje), a cessão da superfície de sua construção pelo titular do direito real de segunda laje para instituição de um sucessivo direito de laje

- (A) não necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
- (B) necessita somente de autorização expressa do titular da construção-base.
- (C) necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.

- (D) necessita somente de autorização expressa do titular da primeira laje.
- 54.** Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de
- (A) quatro testemunhas.
  - (B) duas testemunhas.
  - (C) cinco testemunhas.
  - (D) seis testemunhas.
- 55.** Sobre a interpretação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que lhe deve ser atribuído o sentido que
- (A) corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
  - (B) estabelecer que os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
  - (C) corresponder àquela que seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas exclusivamente as informações disponíveis no momento de seu descumprimento.
  - (D) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
- 56.** “A”, solteiro, faleceu sem deixar filhos, deixando o irmão “B”, sendo que seus pais faleceram antes de “A”. Na linha ascendente, “A” deixou os avós maternos e a avó paterna. Nesse caso,
- (A) a herança caberá integralmente ao irmão “B”.
  - (B) os avós maternos recebem metade da herança e outra metade caberá à avó paterna.
  - (C) os avós maternos, a avó paterna e o irmão “B” recebem cada um a quarta parte da herança.
  - (D) os avós maternos e a avó paterna recebem cada um a terça parte da herança.
- 57.** Ocorrendo dação em pagamento e extinção da obrigação principal que era garantida por fiança, na hipótese de subsequente perda do bem dado pelo devedor por força de evicção,
- (A) não há extinção do contrato de fiança.
  - (B) há extinção e posterior restabelecimento do contrato de fiança.
  - (C) o contrato de fiança permanece somente se houver sido convencionado o afastamento do benefício de ordem.
  - (D) há extinção do contrato de fiança.
- 58.** A cessão de crédito constitui uma das formas de transmissão das obrigações. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que
- (A) o devedor pode opor ao cedente todas as exceções que lhe competirem, mas ao cessionário pode opor apenas aquelas que veio a ter conhecimento depois da cessão.
  - (B) os acessórios de um crédito, como regra, não estão abrangidos pela cessão de crédito.
  - (C) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor independentemente de sua notificação.
  - (D) a cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se constar do instrumento da obrigação.
- 59.** Assinale a alternativa correta sobre a cláusula penal.
- (A) Quando a cláusula penal for estipulada para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, poderá o devedor escolher a satisfação da pena cominada ou o desempenho da obrigação principal.
  - (B) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação deve referir-se somente à inexecução completa da obrigação.
  - (C) No caso de obrigação divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.



(D) Todos os devedores incorrerão na pena, que poderá ser demandada integralmente de um deles, independentemente de culpa, por se tratar de obrigação solidária.

**60.** São pessoas jurídicas de direito privado:

- (A) as sociedades em comum.
- (B) os empresários individuais.
- (C) os partidos políticos.
- (D) as sociedades limitadas, exceto aquelas constituídas por apenas uma pessoa.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**61.** O princípio processual introduzido no Código de Processo Civil que prevê deverem as partes do processo influir de maneira satisfatória para que se obtenha em tempo hábil uma decisão de mérito justa e eficaz é o princípio

- (A) da boa-fé processual.
- (B) da cooperação.
- (C) do devido processo legal.
- (D) da ampla defesa.

**62.** De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado

- (A) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- (B) reconhecer a existência de coisa julgada.
- (C) homologar a desistência da ação.
- (D) reconhecer a existência da perempção.

**63.** A petição inicial, na fase de conhecimento, é o primeiro ato de postulação das partes, tendo influência na prolação da sentença ao final da lide pelo magistrado, observado o princípio da congruência. Caso a petição inicial não preencha os requisitos legais, deve o juiz determinar que o autor a complete, ou a emende, sob pena de indeferimento, no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 48 horas.
- (D) 15 dias.

**64.** A respeito da matéria de competência absoluta no âmbito do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser arguida por meio de exceção de incompetência.
- (B) Pode ser modificada por conexão ou continência.
- (C) Pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo juiz.
- (D) Pode ser alterada pela vontade das partes.

#### **DIREITO PENAL**

**65.** A respeito da prescrição retroativa, que decorre da pena aplicada em concreto na sentença, é correto afirmar que

- (A) extingue a pretensão punitiva do Estado.
- (B) extingue a pretensão executória do Estado.
- (C) pode ser decretada ainda que o órgão acusatório interponha recurso de apelação objetivando o aumento da pena.

(D) pode ter como termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

66. Ocorre crime continuado quando

- (A) o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (B) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (C) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, em condições de tempo, lugar, maneira e modo de execução semelhantes.
- (D) a consumação de um crime prolonga-se no tempo.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

67. A respeito da confissão, enquanto meio de prova no processo penal, é correto afirmar:

- (A) o silêncio do acusado, conquanto não importe em confissão, pode constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- (B) é qualificada quando feita pelo advogado em alegações finais.
- (C) tem valor absoluto, já que a admissão dos fatos pelo acusado tem o efeito de afastar qualquer prova que tenha sido produzida em sentido contrário.
- (D) é retratável e divisível.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

68. A respeito do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), é correto afirmar:

- (A) segundo o Código Tributário Nacional, incide no momento do desembolso dos valores devidos na transação, mas excetuam-se vendas a prazo, quando ocorre no momento do pagamento da primeira parcela.
- (B) no caso de arrematação em hasta pública em razão de processo judicial de execução, ocorre no momento da distribuição do feito.
- (C) o Supremo Tribunal Federal fixou tese (Tema 1124), posteriormente cancelada, em que reafirmava jurisprudência sedimentada, estabelecendo que o ITBI só é devido quando da transferência de propriedade imobiliária, efetivada mediante o registro em cartório.
- (D) em caso de transmissão não onerosa, ele ocorre na data da assinatura de doação.

69. Da jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, é possível concluir que

- (A) o ICMS incide sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.
- (B) o ISS pode incidir sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.
- (C) o ICMS incide sobre operações que envolvam *software* sob encomenda.
- (D) o ICMS e o ISS podem incidir sobre operações que envolvam *softwares*, sendo possível descontar o valor da base de cálculo do ICMS devido da base de cálculo do ISS.

70. Sobre o tema de repercussão geral em que se discutia a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, o STF

- (A) decidiu que não é inconstitucional a inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (B) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS efetivamente recolhido.
- (C) reputou a questão como infraconstitucional.
- (D) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS destacado na nota final.

71. A respeito da coisa julgada em matéria tributária, assinale a alternativa correta.
- (A) As decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.
  - (B) As decisões do STF em sede de repercussão geral não impactam automaticamente a coisa julgada que tenha se formado, mesmo nas relações jurídicas de trato sucessivo.
  - (C) As decisões proferidas em ação direta, em sede de repercussão geral ou em controle incidental interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade e a anterioridade anual, conforme a natureza do tributo.
  - (D) o STF não admitiu o tema sobre a eventual interrupção dos efeitos temporais das decisões transitadas em julgado em matéria tributária, por reputá-lo questão infraconstitucional.
72. Com relação à responsabilidade tributária de sócio na dissolução irregular de empresa, segundo o entendimento do STJ fixado em teses no âmbito de recursos repetitivos,
- (A) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que ocorreu o fato gerador, ainda que não tenha agido com excesso de poderes ou infringido a lei na data deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.
  - (B) o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorreu o fato gerador.
  - (C) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, desde que, concomitantemente, tenha exercido poderes de administração na data em que ocorreu o fato gerador e na data da dissolução irregular deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.
  - (D) a mera dissolução irregular não pode gerar presunção relativa de responsabilidade do sócio com poderes de administração.
73. Quanto à matéria constante da confissão de dívida em parcelamento tributário, é correto afirmar que, segundo o Superior Tribunal de Justiça,
- (A) a confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos, e a matéria de fato pode ser invalidada quando ocorre defeito causador de nulidade do ato jurídico.
  - (B) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária quanto aos seus aspectos jurídicos, mas os aspectos fáticos são passíveis de questionamento.
  - (C) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, seja quanto aos aspectos jurídicos ou fáticos, ressalvados os casos de culpa da Administração.
  - (D) não há relação entre a confissão de dívida em parcelamento tributário com a possibilidade de questionamento da obrigação tributária.

#### **DIREITO EMPRESARIAL**

74. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, por instrumento particular ou público, sendo correto afirmar que
- (A) a única hipótese de não estabelecer o objeto social será na constituição de sociedade anônima.
  - (B) é possível não especificar o objeto no contrato social, desde que conste ser atividade lucrativa e nele esteja expressamente vedada a existência de prejuízo.
  - (C) é possível estabelecer que alguns sócios não participem dos lucros, mas apenas das perdas.
  - (D) deverá mencionar, dentre outros, necessariamente, objeto, sede e prazo de duração da sociedade.
75. É característica da sociedade cooperativa:
- (A) concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, com limitação de

número máximo de dez administradores.

- (B) possibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros, estranhos à sociedade.
- (C) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
- (D) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, na hipótese de a sociedade não ter capital e, caso o tenha, o direito de voto observará sua participação no capital social.

**76.** “A”, empresário individual, casado, pretende alienar o imóvel de sua propriedade em que está a loja com que exerce seu comércio de artigos eletrônicos.

Pode-se afirmar, corretamente, à luz do Código Civil, que

- (A) ele poderá, sem necessidade de outorga conjugal, alienar o imóvel, desde que o bem integre o patrimônio da empresa.
- (B) ele está dispensado da outorga conjugal, se o valor do imóvel for de até cinco mil salários-mínimos.
- (C) ele está dispensado da outorga conjugal por ser pessoa jurídica.
- (D) ele precisa de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.

**77.** Assinale a alternativa correta acerca da administração da sociedade limitada.

- (A) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração; se o termo não for assinado nos sessenta dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.
- (B) A administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiriram essa qualidade.
- (C) A renúncia de administrador torna-se eficaz em relação à sociedade após a averbação e publicação respectivas.
- (D) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.

**78.** Assinale a alternativa correta acerca das sociedades anônimas.

- (A) Os acionistas controladores sempre têm responsabilidade integral, e os demais acionistas, porque impossível sua identificação, não têm qualquer responsabilidade pelo passivo social.
- (B) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são ilimitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem pagar aos credores o valor do prejuízo causado, com direito de regresso contra os diretores.
- (C) Terão o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- (D) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são limitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem os acionistas controladores pagar aos credores o valor de cotação da ação em bolsa.

**79.** “A” e “B” resolvem constituir uma sociedade apenas e tão somente para promover a realização de um único empreendimento imobiliário na sua cidade, a acontecer no mês de dezembro vindouro.

A respeito desse projeto, é correto afirmar que

- (A) nada obsta, pois uma sociedade empresária pode ter como objeto a realização de um negócio determinado.
- (B) não é possível, pois o prazo de duração mínimo de uma sociedade empresária é de três anos.
- (C) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em comum.
- (D) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em nome coletivo.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**80.** Sobre o princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar:

- (A) o controle jurisdicional da demora de ato da Administração é considerado invasão indevida do mérito administrativo.
- (B) foi incluído expressamente na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/2004.
- (C) não há previsão constitucional de garantia de meios que assegurem a celeridade do processo.
- (D) é inadequada a ação constitucional do mandado de segurança para garantir a sua aplicação em casos concretos.

**81.** A respeito do caráter vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Decisões de mérito em ADI vinculam o Poder Judiciário, mas a Administração Pública só está vinculada se for parte na demanda.
- (B) Decisões proferidas em sede de controle incidental de constitucionalidade vinculam a Administração Pública.
- (C) Súmulas Vinculantes também obrigam a Administração Pública.
- (D) Súmulas (não vinculantes) de Tribunais Superiores não são de observação obrigatória pelos Tribunais de Segunda Instância e magistrados de primeiro grau.

**82.** Com relação à modulação dos efeitos de decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) o Tribunal já decidiu que os efeitos de algumas decisões seriam produzidos apenas a partir de momento futuro, como, por exemplo, o início do exercício seguinte.
- (B) o Tribunal nunca distingue ações futuras de ações já propostas quando da modulação de efeitos.
- (C) quando há alteração de jurisprudência sedimentada no Tribunal, é obrigatória a modulação dos efeitos.
- (D) no caso de questões tributárias, ainda que modulados os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, a procedência da ação de repetição de indébito futura é garantida.

**83.** Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) A iniciativa das emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
- (B) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, e a emenda havida por prejudicada somente poderá ser novamente proposta por mais uma vez, na mesma sessão legislativa.
- (C) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um e meio por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (D) não será objeto de deliberação e proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais.

**84.** Segundo o texto da Constituição Federal, é vedada a edição de medidas provisórias

- (A) sobre matéria relativa a direito penal, processual penal, civil e processual civil.
- (B) já disciplinada em projeto de lei rejeitado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- (C) que visem à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- (D) sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, carreira e à garantia de seus Membros.

**85.** Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) entre as matérias de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal incluem-se a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (C) entre os legitimados para propor a revisão ou cancelamento de súmula vinculante estão os Governadores e os Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados.
- (D) o Presidente da República e os governadores dos Estados e do Distrito Federal deverão ser previamente ouvidos nas ações diretas de inconstitucionalidade.

**86.** Nas disposições relativas à política urbana, a Constituição Federal

- (A) obriga o Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de sanções previstas sucessivamente em seu texto.
- (B) a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas em lei federal.
- (C) prevê a aquisição de domínio de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados por aquele que a possuir como sua, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização com títulos da dívida pública.

**87.** Segundo o texto da Constituição Federal, é facultado

- (A) ao Estado fomentar práticas desportivas formais e informais, como direito de cada um.
- (B) aos Estados e ao Distrito Federal vincular fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.
- (C) ao Estado assegurar ao jovem o direito ao lazer, à profissionalização e à cultura, entre outras prerrogativas.
- (D) ao Estado garantir a saúde também por meio de políticas econômicas que visem à redução de risco de doenças.

**88.** Segundo a Constituição Federal,

- (A) é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (B) são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições, desde que previstos em lei.
- (C) os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, sem intervenção do Ministério Público nos atos do processo.
- (D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes em compartilhamento com a União.

**89.** Segundo o texto da Constituição Federal, é garantido(a)

- (A) a plena liberdade de associação para fins lícitos, autorizada a de caráter paramilitar nos termos da lei e pelo tempo que esta fixar.
- (B) a criação de associações e a de cooperativas, que independem de autorização, permitida a interferência estatal nos termos da lei.
- (C) a livre manifestação do pensamento, autorizado o anonimato, se houver previsão expressa em lei.

- (D) aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**90.** Sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a Constituição Federal, incluem-se, entre os meios ou formas de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, o tombamento e a desapropriação.
- (B) O proprietário de bem tombado tem a obrigação legal de conservá-lo e preservá-lo ou, na ausência de meios, colocá-lo à venda por valor correspondente a, no máximo, 80% de seu valor venal.
- (C) A servidão ou limitação administrativa que impede imóveis vizinhos ao imóvel tombado de efetivar construção que lhe impeça ou restrinja a visibilidade depende de transcrição no Registro de Imóveis.
- (D) O tombamento voluntário requerido pelo proprietário dispensa a oitiva de órgão técnico para que se determine a inscrição no livro do Tombo e a transcrição no Registro de Imóveis.

**91.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Órgãos públicos são unidades que agregam atribuições exercidas pelos agentes públicos integrantes, objetivando expressar a vontade do Estado.
- (B) Atos administrativos vinculados são aqueles em que a Administração pode escolher ou decidir no caso concreto segundo critérios de conveniência e oportunidade.
- (C) Investidura é o ato que investe o servidor público no cargo ou emprego, mas não em função, não abrangendo a posse, mas o exercício.
- (D) A condenação na esfera penal não repercute na esfera administrativa.

**92.** Sobre o processo administrativo brasileiro, é correto afirmar:

- (A) A regra é que incidam custas processuais, mas é garantida a gratuidade às pessoas que sejam hipossuficientes, não havendo, todavia, sucumbência em honorários advocatícios.
- (B) É possível a exigência de depósito para a interposição de recurso.
- (C) Instaura-se de ofício ou mediante pedido e o seu resultado pode ser contestado pelo cidadão interessado perante o Poder Judiciário.
- (D) Não pode ser instaurado de ofício em razão do princípio da inércia.

**93.** Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) a reparação do dano exige a propositura de ação judicial contra a pessoa jurídica de Direito Público, resguardado o direito de regresso contra o agente causador do dano
- (B) se incluem entre as suas causas excludentes a força maior e a culpa exclusiva da vítima.
- (C) prescreve em três anos a ação de indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- (D) a doutrina administrativista não diverge sobre a responsabilidade por omissão, afirmando ser esta sempre subjetiva.

**94.** Sobre controle dos atos administrativos, é correto afirmar que é

- (A) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e ocorrerá somente por provocação.
- (B) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade dos atos, mas não o seu mérito, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (C) efetivado pelo Poder Judiciário sobre os atos da Administração, ao fiscalizar e corrigir a sua atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (D) o poder da Administração de fiscalizar e corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos,

e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.

- 95.** Sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) a atual legislação prevê que, na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades.
  - (B) a vigente legislação não exige dolo para configuração do ato de improbidade administrativa.
  - (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, o novo regime prescricional previsto na lei que dispõe sobre improbidade administrativa é retroativo, aplicando-se os novos marcos temporais com efeito *ex tunc*.
  - (D) segundo o Supremo Tribunal Federal, a revogação da modalidade culposa tem eficácia durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
- 96.** De acordo com a Lei nº 8.666/1993, entre os objetivos da licitação está
- (A) promover do desenvolvimento regional sustentável.
  - (B) promover o empreendedorismo.
  - (C) incentivar a inovação tecnológica.
  - (D) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- 97.** Segundo o artigo 37, § 4º da Constituição Federal, a prática de ato de improbidade administrativa acarreta
- (A) a perda dos direitos políticos.
  - (B) o ressarcimento ao erário.
  - (C) a suspensão da função pública.
  - (D) a impossibilidade de prestar concurso público.
- 98.** De acordo com o Provimento nº 77/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a designação de responsável interino pelo expediente.
- (A) A designação deverá recair no substituto mais antigo que exerça a substituição no momento da declaração da vacância.
  - (B) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente pode recair sobre parente em linha colateral até o terceiro grau, mas não pode sobre parente em linha reta até o terceiro grau.
  - (C) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre pessoa condenada em decisão, com trânsito em julgado ou proferida por órgão colegiado, apenas na hipótese de crime contra a administração pública.
  - (D) Declarada a vacância da serventia extrajudicial, a Corregedoria Nacional de Justiça designará o substituto mais antigo para responder interinamente pelo expediente.
- 99.** A Lei nº 8.935/1994 prevê as hipóteses de infrações disciplinares e penalidades aos titulares dos serviços notariais e de registro. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) As penas disciplinares previstas são advertência, multa, suspensão e perda de delegação.
  - (B) A perda de delegação decorre somente de sentença judicial transitada em julgado.
  - (C) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro constitui infração disciplinar.
  - (D) A pena de suspensão cabe em caso de reincidência ou de infração que não configure caso mais grave.



## CONHECIMENTOS GERAIS

100. A música "Alegria, Alegria", de Caetano Veloso, inscreve-se no movimento
- (A) Tropicalista.
  - (B) Dadaísta.
  - (C) Pós-moderno.
  - (D) Surrealista.

## **CRITÉRIO REMOÇÃO**

### **PROVA 02**

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

**01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- (B) o atendimento ao público dos serviços notariais e de registro será, no mínimo, de quatro horas diárias.
- (C) notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado, por período determinado, o exercício da atividade notarial e de registro.
- (D) os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

**02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) é facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, mesmo que acarrete ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.
- (B) aos notários compete: formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; autenticar fatos.
- (C) aos tabeliães de notas compete com exclusividade: lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos e aprovar os particulares; lavrar atas notariais; reconhecer firmas; autenticar cópias.
- (D) é autorizada a exigência de testemunhas em razão de o ato envolver pessoa com deficiência.

**03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.
- (B) é livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio, exceto no caso de lavratura de escritura de inventário.
- (C) no ato eletrônico, o tabelião de notas pode se valer de assinatura simples para subscrever.
- (D) os tabeliães de notas estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas, respeitados os requisitos de forma previstos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

**04.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) os atos praticados pelos auxiliares dos serviços notariais e de registro são de responsabilidade do Estado e subsidiariamente do titular.
- (B) o titular do serviço notarial e de registro deverá indicar, no máximo, dois substitutos, os quais poderão praticar, simultaneamente com o titular, todos os atos da serventia.
- (C) dentre os substitutos indicados pelo titular, dois deles serão designados para responder pela serventia, os quais agirão concomitante e conjuntamente nas ausências e impedimentos do titular.
- (D) os contratos de trabalho serão celebrados livremente entre os titulares dos serviços notariais e de registro com os

seus prepostos, descabendo ao Juiz Corregedor Permanente sua homologação, bastando àqueles o dever de comunicar o nome do empregado e sua qualificação.

- 05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) o ingresso na atividade notarial e de registro dá-se por delegação do Poder Executivo, através de concurso público realizado na forma da lei.
  - (B) os Serviços Notariais e de Registros devem possuir telefone, com a denominação do Serviço e o nome do titular, e garantir, permanentemente, meios para contato direto com os responsáveis e prepostos de forma imediata. Sempre que houver mudança no endereço ou no número do telefone ou de meios de contato do Serviço, o fato deve ser comunicado à Corregedoria-Geral da Justiça e à Direção do Foro local.
  - (C) incumbe aos notários e oficiais de registro praticar, desde que com autorização do Juiz Corregedor Permanente, todos os atos necessários à organização e execução dos serviços, ficando responsáveis pela manutenção dos sistemas informatizados.
  - (D) a comprovação, pelo notário ou registrador, de regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias é condição para expedição do ato de aposentadoria, mas não para a renúncia à delegação.
- 06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) o notário e o registrador têm o dever de transmitir ao seu sucessor os livros, papéis, registros, banco de dados e programas de informática instalados, bem como a senha e dados necessários ao acesso de tais programas, garantindo a continuidade da prestação do serviço de forma adequada e sem interrupção.
  - (B) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato de delegação, para que o titular dos serviços notariais e de registro negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.
  - (C) as Serventias Extrajudiciais estão desobrigadas de darem visibilidade à integração de seus atos normativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).
  - (D) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato da designação, para que o responsável interino negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.
- 07.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) em relação ao direito do interessado à isenção dos emolumentos, os notários e registradores, após verificação da existência, no título judicial, de menção à condição de beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, solicitarão autorização ao Juiz competente para que seja concedida a gratuidade do ato notarial e/ou registral em questão.
  - (B) em nenhuma hipótese haverá isenção dos emolumentos pelos atos que os notários e registradores praticarem.
  - (C) é permitida a cobrança de valores do consumidor final relativamente aos serviços prestados pelas centrais registras e notariais.
  - (D) os notários e registradores têm direito à percepção dos emolumentos, fixados no Código de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, pelos atos praticados, os quais serão pagos pelo interessado na forma da lei, exceto quando constar expressamente a dispensa em mandado ou certidão judicial, em razão do deferimento da Assistência Judiciária Gratuita.
- 08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Para fins do Provimento, considera-se assinatura eletrônica notarializada qualquer forma de verificação de autoria, integridade e autenticidade de um documento eletrônico realizada por um notário, ou registrador, atribuindo fé pública.
  - (B) Para fins do Provimento, considera-se certificado digital notarializado a identidade digital de uma pessoa física ou jurídica, identificada presencialmente por um notário ou registrador a quem se atribui fé pública.
  - (C) O Provimento estabelece normas gerais sobre a prática de atos notariais eletrônicos em todos os tabelionatos de

notas do país.

- (D) Para fins do Provimento, considera-se assinatura digital um resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave pública e que pode ser verificado com o uso de chave privada, cujo certificado seja conforme a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 ou qualquer outra tecnologia autorizada pela lei.

**09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins do Provimento, considera-se biometria: dado ou conjunto de informações biológicas de uma pessoa, que possibilita ao tabelião confirmar a identidade e a sua presença, em ato notarial ou autenticação em ato particular.
- (B) Para fins do Provimento, considera-se videoconferência notarial um ato realizado pelo notário, que ofereça prova ou informação sobre um ato, fato ou negócio.
- (C) Para fins do Provimento, considera-se documento físico a peça escrita, exclusivamente, em suporte papel que ofereça prova sobre um ato, fato ou negócio.
- (D) Para fins do Provimento, considera-se ato notarial eletrônico um ato realizado pelo notário para verificação da livre manifestação da vontade das partes em relação ao ato notarial lavrado.

**10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Com o Provimento foi instituído o Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, disponibilizado na internet pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, dotado de infraestrutura tecnológica necessária à atuação notarial eletrônica.
- (B) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, interligar os notários e registradores, permitindo a prática de atos notariais eletrônicos, o intercâmbio de documentos e o tráfego de informações e dados.
- (C) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, implantar, em âmbito nacional, um sistema flexível e não padronizado de elaboração de atos notariais eletrônicos, possibilitando a solicitação de atos, certidões e a realização de convênios com interessados.
- (D) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, delegar ao Poder Judiciário Estadual a obrigação de aprimorar tecnologias e processos para viabilizar o serviço notarial em meio eletrônico.

**11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta a respeito do reconhecimento de firma e a respeito da ficha-padrão.

- (A) Para a abertura da ficha-padrão, os tabeliões de notas deverão exigir, obrigatoriamente, apresentação de certidão de nascimento e/ou casamento atualizada de 30 dias para se comprovar o estado civil.
- (B) O registro de firmas, para fins de reconhecimento, far-se-á através de fichas, e os tabeliões de notas poderão extrair, a expensas dos interessados, cópia reprográfica do documento de identidade apresentado para preenchimento da ficha-padrão e aquelas serão devidamente arquivadas, a fim de possibilitar os atos de comparar e verificar.
- (C) A pedido expresso e formal da parte, o tabelião de notas poderá datar retroativamente o ato de reconhecimento de firma, desde que o pedido formalizado da parte fique arquivado na serventia.
- (D) O reconhecimento de firma somente poderá ser feito em documento escrito em língua portuguesa, vedado o reconhecimento em documento redigido em idioma estrangeiro.

**12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos passíveis de serem realizados pelos tabeliões de notas, assinale alternativa correta.

- (A) Compete ao tabelião de notas, se autorizado por portaria específica do órgão correcional, efetuar a autenticação eletrônica ou decorrente de qualquer meio digital e/ou de sistema de computação e de microfilmagem.
- (B) Compete ao tabelião de notas e ao tabelião de protesto lavrar atas notariais.
- (C) Compete ao tabelião de notas, dentre outros, autenticar fatos por certificação digital, reconhecimento de firma digital impressa, reconhecimento de servidor, reconhecimento de página eletrônica segura, registro de assinatura eletrônica, registro e reconhecimento de chancela mecânica ou eletrônica.
- (D) É vedado aos tabeliões de notas realizar gestões e diligências convenientes ao preparo dos atos notariais, sendo, contudo, autorizadas as gestões e diligências necessárias.

- 13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) a Consolidação Normativa Notarial e Registral – CNNR constitui-se em livro facultativo da serventia de notas.
  - (B) para lavratura dos atos, o tabelião de notas poderá adotar livro de folhas soltas ou livro tradicional, sendo vedada a utilização de ambos simultaneamente.
  - (C) os Livros de Contratos, Hipotecas e Quitações, Compra e Venda, Transmissões, Procurações, Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e documentos de representação legais e Ata notarial poderão ser desdobrados em séries, até o máximo necessário estipulado pelo tabelião, para uso simultâneo, aditando-se ao respectivo número as letras iniciais do alfabeto.
  - (D) é vedada a adoção de livros de folhas soltas para testamento.
- 14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), em relação ao combate à lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Os dados para a formação e atualização da base nacional do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN serão fornecidos pelos próprios notários de forma sincronizada e com periodicidade bimestral, no máximo.
  - (B) A Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas criará e manterá o Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN, que reunirá as informações previstas em lei, além de outros dados que entender necessários, de todas as pessoas cadastradas e qualificadas pelos notários, sejam ou não partes em ato notarial.
  - (C) Nos atos notariais que praticar, o tabelião de notas poderá, a seu critério, qualificar a parte comparecente nos exatos termos do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN.
  - (D) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal é auxiliador da Corregedoria-Geral da Justiça, como órgão de supervisão auxiliar, na organização e orientação dos notários, que divulgará instruções técnicas complementares para o devido cumprimento pelos tabeliões de notas.
- 15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao Sistema Eletrônico de Apostilamento – APOSTIL, assinale a alternativa correta.
- (A) É facultativo o uso de certificado digital, de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
  - (B) O Sistema APOSTIL é disponibilizado, gratuitamente, pelo Conselho Nacional de Justiça, dotado de infraestrutura tecnológica necessária para a confecção, consulta e aposição de apostila, em documento público brasileiro.
  - (C) Serão considerados inválidos os apostilamentos realizados até o dia 03 de agosto de 2020, fora do sistema APOSTIL, os quais deverão ser refeitos pelo novo sistema.
  - (D) Serão considerados válidos os apostilamentos realizados fora do Sistema APOSTIL, desde que homologados pelo Ministério da Justiça.
- 16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.
- (A) É permitido aos tabeliões de notas a lavratura, sob a forma de instrumento particular, de atos estranhos às suas atribuições previstos na Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas.
  - (B) Apenas na ausência do titular do serviço notarial, os atos de competência do tabelião poderão ser praticados pelos substitutos do tabelionato, vedada a prática de atos, simultaneamente, pelo tabelião e pelos substitutos.
  - (C) Dentre outros atos, compete, com exclusividade, aos tabeliões de notas confeccionar, conferir e concertar públicas formas.
  - (D) Sendo confeccionada por tabelião de notas, as públicas formas não necessitarão ser conferidas e concertadas por outro tabelião de notas.
- 17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), a respeito da atividade notarial, assinale a alternativa correta.
- (A) Integra a atividade notarial avaliar a identidade, capacidade, apresentação e representação legal das partes.
  - (B) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, nos negócios imobiliários, a responsabilidade pela apreciação da prova dominial é dos advogados das partes.

- (C) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes ao ato notarial, mas não é responsabilidade do tabelião de notas a assessoria e orientação das partes, que só podem ser feitas por advogados.
- (D) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, na compra e venda de imóveis, a responsabilidade pela apreciação da prova dominial é do(s) adquirente(s).
- 18.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.
- (A) Na redação de escritura de compra e venda, o tabelião de notas ficará vinculado à minuta eventualmente apresentada pelas partes, não podendo alterá-la nas partes essenciais do negócio jurídico, apenas adaptá-la ao jargão e praxe notariais.
- (B) Cumprido ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal exigir que o tabelião informe, acerca de cada ato lavrado, o pagamento dos impostos devidos em atos notariais e circunstanciar o recolhimento, de conformidade com as leis respectivas, a fim de facilitar a fiscalização dos recolhimentos feitos às fazendas estadual e municipais.
- (C) Cumprido ao tabelião de notas remeter, logo após sua investidura, aos órgãos e serviços públicos delegados, ficha com sua assinatura e sinal público, incumbindo igual obrigação aos seus substitutos.
- (D) Cumprido ao Poder Judiciário prover ao tabelião fichário de cartões padronizados de autógrafos para fins de reconhecimento de firma.
- 19.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.
- (A) É livre às partes, independentemente do seu domicílio ou do lugar da situação dos bens objeto do ato ou negócio, a escolha do tabelião de notas de sua confiança.
- (B) Constitui obrigação do tabelião de notas requerer e/ou realizar, ante repartições públicas em geral e registros públicos, as gestões e diligências convenientes ou necessárias à validade e eficácia dos atos notariais.
- (C) O tabelião não está obrigado a manter sigilo sobre as confidências dos interessados feitas à margem das manifestações de vontade das partes no negócio jurídico por ele instrumentalizado.
- (D) O tabelião de notas somente poderá exercer suas funções dentro dos limites do território do Estado de Alagoas ou do indicado no ato da delegação das funções.
- 20.** Apontado um título para protesto,
- (A) é permitida a desistência do procedimento apenas se o vencimento do título tiver ocorrido há menos de trinta dias.
- (B) é permitida a desistência do procedimento apenas na hipótese de o devedor não haver recebido a intimação.
- (C) ao credor é vedada a desistência do procedimento, sem autorização do devedor.
- (D) sempre será possível a desistência do procedimento antes do registro do protesto.
- 21.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, o protesto do cheque
- (A) poderá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do apresentante credor.
- (B) poderá ser lavrado no tabelionato do local do pagamento ou do domicílio do emitente, a critério do apresentante credor.
- (C) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do emitente.
- (D) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do local do pagamento.
- 22.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), apresentada para protesto uma nota promissória, o tabelião
- (A) deverá, para a remessa da intimação, ficar adstrito apenas ao endereço que constar no título.
- (B) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, apenas se o protesto for para fins de falência.
- (C) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, mesmo que seja

diferente do existente no título.

- (D) ficará obrigado a intimar o devedor por edital, se o endereço declarado pelo apresentante divergir do existente no título.

**23.** Assinale a alternativa correta sobre o cancelamento do protesto.

- (A) É permitido mediante a apresentação do documento protestado.  
(B) Somente é permitido por ordem judicial.  
(C) Pode ser requerido ao tabelião apenas pelo devedor.  
(D) Não incidem emolumentos, se o devedor for pessoa física.

**24.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Certidão do livro protocolo somente poderá ser expedida após o registro do protesto.  
(B) É vedado o fornecimento, a qualquer pessoa, de cópias de documentos arquivados relativos a protestos não cancelados, exceto se o requerente for o devedor.  
(C) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá fornecer certidão individual de protestos não cancelados.  
(D) Em nenhuma hipótese é permitida a expedição de certidão de protesto cancelado.

**25.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.  
(B) O estado de pobreza para obtenção de lavratura de assento de óbito será comprovado por declaração assinada por duas testemunhas.  
(C) Para fins de assento de registro civil de nascimento, a falsidade da declaração de pobreza ensejará a responsabilidade civil e criminal das testemunhas que assim declararam.  
(D) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

**26.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Os escritórios do registro civil das pessoas naturais são considerados escritórios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.  
(B) Os escritórios do registro civil das pessoas naturais são considerados escritórios da cidadania e estão autorizados a prestar serviços como correspondentes bancários em localidades onde não haja agência bancária.  
(C) Os escritórios do registro civil das pessoas naturais são considerados escritórios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.  
(D) Os escritórios do registro civil das pessoas naturais são considerados escritórios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio, em credenciamento ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas.

**27.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade policial local, a qual, ouvindo o acusado, decidirá, dentro de cinco (5) dias, sobre a abertura de inquérito policial.  
(B) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.  
(C) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, o Juiz de Paz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação,

a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.

- (D) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, a autoridade policial que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação, ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.

**28.** Com relação à união estável, é correto afirmar:

- (A) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
- (B) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- (C) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
- (D) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.

**29.** No caso da conversão da união estável em casamento, ocorrendo o falecimento de um dos companheiros no curso do procedimento de habilitação perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, este deverá:

- (A) notificar o companheiro sobrevivente e os herdeiros do falecido.
- (B) encaminhar o procedimento para o Juiz Corregedor da serventia, após manifestação do Ministério Público.
- (C) lavrar o assento de conversão de união estável em casamento, se estiver em termos o pedido.
- (D) arquivar os autos do procedimento.

**30.** Considerada a orientação normativa emanada da Corregedoria Nacional de Justiça no Provimento nº 37, de 07/07/2014, com as alterações introduzidas pelo Provimento nº 141, de 16/03/2023, no caso de requerimento de conversão da união estável em casamento, havendo suspeitas de falsidade da declaração ou de fraude, o registrador deverá:

- (A) encaminhar os autos para a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão que expediu o Provimento.
- (B) promover suscitação de dúvida dentro do prazo de 15 (quinze) dias da decisão, nos termos dos artigos 198 e 296 da Lei nº 6.015, de 1973, para apreciação pelo Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório.
- (C) decidir fundamentadamente o pedido e encaminhar os autos do procedimento para o Ministério Público.
- (D) decidir fundamentadamente o pedido e arquivar os autos do procedimento.

**31.** A respeito da retificação administrativa de assentamento, realizada mediante requerimento ao Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que:

- (A) o processo de retificação correrá em uma das varas cíveis da Comarca e, após decisão judicial transitada em julgado, será entregue à parte para ser apresentado no cartório do registro civil onde foi feito o assento objeto da retificação.
- (B) se a retificação decorrer de erro na transposição dos elementos constantes da Declaração de Nascido Vivo (DNV), os emolumentos devidos pela averbação serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).
- (C) o oficial retificará o registro de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, no caso de ausência de indicação no assento do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, baseando-se apenas na Declaração de Nascido Vivo – DNV emitida por hospital.
- (D) a retificação deverá ser requerida pelo interessado ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil, com assistência de advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, mediante petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas.

**32.** Assinale a alternativa correta.



- (A) A emancipação por concessão dos pais será registrada em livro especial do cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca, ou no 1º, se houver mais de um, com relação aos menores nela domiciliados, mediante instrumento público notarial, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver 16 anos completos.
- (B) A escritura de emancipação concedida pelos pais deverá ser lavrada no cartório do 1º Ofício de Notas de cada comarca, em livro especial, em relação aos menores nela domiciliados.
- (C) A emancipação voluntária prevista no artigo 5º, parágrafo único, I, do Código Civil brasileiro, ocorre por mera liberalidade dos pais, ou seja, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, podendo ser feita por instrumento público ou particular, com duas testemunhas.
- (D) Se a emancipação concedida pelos pais for feita mediante escritura pública notarial, estará dispensada de registro no cartório do registro civil das pessoas naturais, bastando sua averbação no assento de nascimento do emancipado.

**33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o registro de nascimento de nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros que estão a serviço diplomático de seu país, é correto afirmar:

- (A) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros, e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro "A" do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade onde ocorrer o parto, ou da residência da mãe, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: "O registrando possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea "a", *in fine*, da Constituição Federal."
- (B) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: "O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea "a", *in fine*, da Constituição Federal."
- (C) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente no registro civil do país de nacionalidade dos pais.
- (D) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço diplomático de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente na representação diplomática do país de nacionalidade dos pais.

**34.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação às assinaturas das partes nos assentos do registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Assinarão também o ato três testemunhas, além daquela que firma a rogo.
- (B) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento, sendo desnecessária a assinatura de testemunhas.
- (C) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Nessa hipótese, o oficial de registro civil das pessoas naturais deverá certificar sob sua fé pública que fez a leitura do inteiro teor do assento respectivo para o declarante.
- (D) Se os declarantes ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquelas, à margem do assento. Assinarão também o ato duas testemunhas, além daquela que firma a rogo.

**35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o casamento religioso para efeitos civis, assinale a alternativa correta.

- (A) Os nubentes habilitados previamente para o casamento poderão pedir ao oficial do registro civil das pessoas naturais que lhes forneça a respectiva certidão para se casarem perante autoridade religiosa.
- (B) Realizado o casamento perante autoridade religiosa, qualquer interessado poderá, apresentando a respectiva certidão de casamento religioso, solicitar ao oficial do registro civil das pessoas naturais o registro do casamento religioso para efeitos civis, desde que o faça dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da cerimônia religiosa.
- (C) Realizada a cerimônia religiosa e requerido o registro do casamento religioso para efeitos civis, o oficial do registro civil das pessoas naturais deverá efetuar o registro solicitado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento.
- (D) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, não poderá ser registrado perante o oficial do registro civil das pessoas naturais em nenhuma hipótese.

**36.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao registro de nascimento de crianças geradas por reprodução assistida, considere as seguintes afirmações:

- I. O assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Livro A, independentemente de prévia autorização judicial.
- II. Na hipótese de reprodução assistida *post mortem* deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica do falecido ou falecida para uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- III. O oficial de registro civil das pessoas naturais, a seu critério, poderá recusar efetuar o registro de nascimento e emitir a respectiva certidão de filhos havidos por técnica de reprodução assistida.
- IV. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora temporária do útero, esclarecendo a questão da filiação.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I e III.
- (B) somente I.
- (C) somente I, II e IV.
- (D) somente I e II.

**37.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), na escrituração do Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

- (A) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, não há necessidade de lavratura de termo de encerramento do protocolo.
- (B) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, será lavrado o termo de encerramento, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento.
- (C) deve ser lavrado, ao final do expediente diário, o termo de encerramento do Livro de Protocolo, no qual será mencionado o número de títulos protocolizados e de ocorrências. O termo de encerramento será lavrado diariamente, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento. É dispensável lavar-se termo diário de abertura do Protocolo.
- (D) quando o Livro de Protocolo for escriturado por sistema informatizado, não serão lavrados o termo de abertura do protocolo na abertura do expediente diário e o termo de encerramento do protocolo ao final do expediente.

**38.** Dentre as obrigações atribuídas ao oficial de registro de imóveis no registro da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) Semestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

- (B) Trimestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao órgão competente do Poder Executivo Federal relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (C) Trimestralmente, o oficial remeterá à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (D) Mensalmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

**39.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento de lançamento dos títulos no Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

- (A) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo.
- (B) será prestado atendimento prioritário na prenotação de títulos às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, com o imediato lançamento do título no Livro nº 1 – Protocolo.
- (C) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo, quando se tratar de interesse da Fazenda Pública.
- (D) para o apontamento de títulos não haverá atendimento prioritário, assegurado ao beneficiário a pronta informação quanto aos procedimentos adotados na serventia.

**40.** Sobre o Código Nacional de Matrícula – CNM, é correto afirmar:

- (A) os oficiais de registro de imóveis, no prazo máximo de 1 (um) ano, contado do início do funcionamento do Programa Gerador e Verificador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), deverão averbar a renumeração em todas as matrículas existentes com o número do Código Nacional de Matrícula – CNM, ato pelo qual serão devidos emolumentos.
- (B) o Código Nacional de Matrícula – CNM corresponderá a uma numeração única para as matrículas do registro de imóveis, em âmbito nacional.
- (C) o Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM) é disponibilizado gratuitamente pela Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) para ser consultado por qualquer pessoa, sem custos e independentemente de requisição ou cadastramento prévio, para verificação da validade e autenticidade dos Códigos Nacionais de Matrícula e da situação atual da matrícula.
- (D) o Código Nacional de Matrícula (CNM) poderá ser reutilizado quando se referir a matrícula cancelada ou anulada, e essa circunstância constará nas informações do Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), em campo próprio.

**41.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, com relação à vigência da prenotação de títulos em geral no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- (B) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- (C) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- (D) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

**42.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas

(CNNR-CGJ/AL), no procedimento para registro de sociedade simples, tanto na sua forma típica quanto adotando-se uma das formas das sociedades empresárias, as firmas dos sócios no contrato social respectivo somente serão aceitas se:

- (A) o contrato estiver visado por advogado, hipótese em que se dispensa o reconhecimento das firmas dos sócios por tabelião de notas.
- (B) estiverem assinadas, dispensado o reconhecimento de firmas em tabelião de notas.
- (C) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por autenticidade.
- (D) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por semelhança.

**43.** Para aquisição de personalidade jurídica, o partido político deverá registrar seu estatuto

- (A) no registro civil de pessoas jurídicas.
- (B) no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- (C) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- (D) nos anais do Congresso Nacional.

**44.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta quanto à notificação extrajudicial feita pelo oficial do registro de títulos e documentos.

- (A) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
- (B) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
- (C) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
- (D) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

**45.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no caso de transferência de sede da pessoa jurídica para outra comarca ou para a Junta Comercial do Estado de Alagoas, será observada a seguinte sequência de atos:

- (A) promover-se-á, primeiramente, a inscrição dos atos no registro de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, posteriormente, a averbação de transferência na comarca de origem.
- (B) as inscrições dos atos no registro civil das pessoas jurídicas da comarca de origem e no da nova sede ou na Junta Comercial do Estado podem ser feitas simultaneamente.
- (C) promover-se-á a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, facultativamente, a averbação de transferência na comarca de origem.
- (D) promover-se-á, primeiramente, a averbação de transferência na comarca de origem e, posteriormente, a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial.

## **DIREITO CIVIL**

**46.** O juiz declarará a ausência de pessoa que desapareça do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Sobre a ausência, é correto afirmar que

- (A) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- (B) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a

sucessão.

- (C) não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente.
- (D) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito com o trânsito em julgado; mas, com a publicação pela imprensa, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

**47.** Na representação, na falta de autorização legal ou do representado, o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo é:

- (A) anulável.
- (B) nulo.
- (C) inexistente.
- (D) válido.

**48.** Com relação à mora, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há o instituto da mora do credor.
- (B) A purgação da mora pode ser efetuada por terceiro.
- (C) Mesmo havendo dia certo para vencimento da obrigação de dívida líquida, a configuração da mora depende da notificação do devedor.
- (D) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir de sua citação em ação judicial.

**49.** Quanto aos vícios redibitórios previstos no Código Civil, é correto afirmar que

- (A) se o alienante conhecia o vício da coisa, tão somente restituirá o valor recebido.
- (B) têm aplicação, por exceção, aos vícios surgidos posteriormente à tradição da coisa.
- (C) ocorre sua aplicação nas doações onerosas.
- (D) o vício deve ser aparente e conhecido.

**50.** O empréstimo gratuito de uma específica garrafa de vinho fechada para decoração de uma festa de casamento, pactuada sua devolução intacta após a comemoração, é:

- (A) contrato de comodato.
- (B) contrato de locação.
- (C) contrato de depósito irregular.
- (D) contrato de mútuo.

**51.** Salvo pactuado diversamente pelas partes, o pagamento das despesas com a realização de escritura pública de compra e venda de bem imóvel

- (A) caberá ao vendedor.
- (B) será dividido de forma igualitária entre comprador e vendedor.
- (C) caberá ao comprador.
- (D) será deduzido do preço da compra e venda.

**52.** A situação do locatário que paga aluguel e, notificado pelo locador à devolução do imóvel em trinta dias, não o restitui nesse prazo, permanecendo no imóvel sem a prática de qualquer ato, encerra

- (A) posse violenta.

- (B) posse precária.
  - (C) posse clandestina.
  - (D) interversão da posse.
- 53.** Havendo três unidades sobrepostas (construção-base, primeira laje e segunda laje), a cessão da superfície de sua construção pelo titular do direito real de segunda laje para instituição de um sucessivo direito de laje
- (A) necessita somente de autorização expressa do titular da construção-base.
  - (B) não necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
  - (C) necessita somente de autorização expressa do titular da primeira laje.
  - (D) necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
- 54.** Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de
- (A) seis testemunhas.
  - (B) quatro testemunhas.
  - (C) duas testemunhas.
  - (D) cinco testemunhas.
- 55.** Sobre a interpretação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que lhe deve ser atribuído o sentido que
- (A) estabelecer que os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
  - (B) corresponder àquela que seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas exclusivamente as informações disponíveis no momento de seu descumprimento.
  - (C) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
  - (D) corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
- 56.** “A”, solteiro, faleceu sem deixar filhos, deixando o irmão “B”, sendo que seus pais faleceram antes de “A”. Na linha ascendente, “A” deixou os avós maternos e a avó paterna. Nesse caso,
- (A) os avós maternos e a avó paterna recebem cada um a terça parte da herança.
  - (B) os avós maternos, a avó paterna e o irmão “B” recebem cada um a quarta parte da herança.
  - (C) os avós maternos recebem metade da herança e outra metade caberá à avó paterna.
  - (D) a herança caberá integralmente ao irmão “B”.
- 57.** Ocorrendo dação em pagamento e extinção da obrigação principal que era garantida por fiança, na hipótese de subsequente perda do bem dado pelo devedor por força de evicção,
- (A) há extinção do contrato de fiança.
  - (B) não há extinção do contrato de fiança.
  - (C) há extinção e posterior restabelecimento do contrato de fiança.
  - (D) o contrato de fiança permanece somente se houver sido convencionado o afastamento do benefício de ordem.

- 58.** A cessão de crédito constitui uma das formas de transmissão das obrigações. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que
- (A) os acessórios de um crédito, como regra, não estão abrangidos pela cessão de crédito.
  - (B) a cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se constar do instrumento da obrigação.
  - (C) o devedor pode opor ao cedente todas as exceções que lhe competirem, mas ao cessionário pode opor apenas aquelas que veio a ter conhecimento depois da cessão.
  - (D) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor independentemente de sua notificação.
- 59.** Assinale a alternativa correta sobre a cláusula penal.
- (A) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação deve referir-se somente à inexecução completa da obrigação.
  - (B) Todos os devedores incorrerão na pena, que poderá ser demandada integralmente de um deles, independentemente de culpa, por se tratar de obrigação solidária.
  - (C) Quando a cláusula penal for estipulada para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, poderá o devedor escolher a satisfação da pena cominada ou o desempenho da obrigação principal.
  - (D) No caso de obrigação divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- 60.** São pessoas jurídicas de direito privado:
- (A) os partidos políticos.
  - (B) as sociedades em comum.
  - (C) as sociedades limitadas, exceto aquelas constituídas por apenas uma pessoa.
  - (D) os empresários individuais.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

- 61.** O princípio processual introduzido no Código de Processo Civil que prevê deverem as partes do processo influir de maneira satisfatória para que se obtenha em tempo hábil uma decisão de mérito justa e eficaz é o princípio
- (A) do devido processo legal.
  - (B) da ampla defesa.
  - (C) da cooperação.
  - (D) da boa-fé processual.
- 62.** De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado
- (A) reconhecer a existência de coisa julgada.
  - (B) homologar a desistência da ação.
  - (C) reconhecer a existência da preempção.
  - (D) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- 63.** A petição inicial, na fase de conhecimento, é o primeiro ato de postulação das partes, tendo influência na prolação da sentença ao final da lide pelo magistrado, observado o princípio da congruência. Caso a petição inicial não preencha os requisitos legais, deve o juiz determinar que o autor a complete, ou a emende, sob pena de indeferimento, no prazo de
- (A) 15 dias.
  - (B) 48 horas.

- (C) 10 dias.
- (D) 5 dias.

64. A respeito da matéria de competência absoluta no âmbito do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser alterada pela vontade das partes.
- (B) Pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo juiz.
- (C) Deve ser arguida por meio de exceção de incompetência.
- (D) Pode ser modificada por conexão ou continência.

#### DIREITO PENAL

65. A respeito da prescrição retroativa, que decorre da pena aplicada em concreto na sentença, é correto afirmar que

- (A) extingue a pretensão executória do Estado.
- (B) pode ser decretada ainda que o órgão acusatório interponha recurso de apelação objetivando o aumento da pena.
- (C) pode ter como termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- (D) extingue a pretensão punitiva do Estado.

66. Ocorre crime continuado quando

- (A) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, em condições de tempo, lugar, maneira e modo de execução semelhantes.
- (B) o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (C) a consumação de um crime prolonga-se no tempo.
- (D) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

67. A respeito da confissão, enquanto meio de prova no processo penal, é correto afirmar:

- (A) é qualificada quando feita pelo advogado em alegações finais.
- (B) tem valor absoluto, já que a admissão dos fatos pelo acusado tem o efeito de afastar qualquer prova que tenha sido produzida em sentido contrário.
- (C) é retratável e divisível.
- (D) o silêncio do acusado, conquanto não importe em confissão, pode constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

68. A respeito do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), é correto afirmar:

- (A) no caso de arrematação em hasta pública em razão de processo judicial de execução, ocorre no momento da distribuição do feito.
- (B) segundo o Código Tributário Nacional, incide no momento do desembolso dos valores devidos na transação, mas excetuam-se vendas a prazo, quando ocorre no momento do pagamento da primeira parcela.
- (C) em caso de transmissão não onerosa, ele ocorre na data da assinatura de doação.
- (D) o Supremo Tribunal Federal fixou tese (Tema 1124), posteriormente cancelada, em que reafirmava jurisprudência sedimentada, estabelecendo que o ITBI só é devido quando da transferência de propriedade imobiliária, efetivada mediante o registro em cartório.



69. Da jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, é possível concluir que
- (A) o ISS pode incidir sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.
  - (B) o ICMS incide sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.
  - (C) o ICMS e o ISS podem incidir sobre operações que envolvam *softwares*, sendo possível descontar o valor da base de cálculo do ICMS devido da base de cálculo do ISS.
  - (D) o ICMS incide sobre operações que envolvam *software* sob encomenda.
70. Sobre o tema de repercussão geral em que se discutia a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, o STF
- (A) reputou a questão como infraconstitucional.
  - (B) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS destacado na nota final.
  - (C) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS efetivamente recolhido.
  - (D) decidiu que não é inconstitucional a inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
71. A respeito da coisa julgada em matéria tributária, assinale a alternativa correta.
- (A) As decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.
  - (B) As decisões proferidas em ação direta, em sede de repercussão geral ou em controle incidental interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade e a anterioridade anual, conforme a natureza do tributo.
  - (C) o STF não admitiu o tema sobre a eventual interrupção dos efeitos temporais das decisões transitadas em julgado em matéria tributária, por reputá-lo questão infraconstitucional.
  - (D) As decisões do STF em sede de repercussão geral não impactam automaticamente a coisa julgada que tenha se formado, mesmo nas relações jurídicas de trato sucessivo.
72. Com relação à responsabilidade tributária de sócio na dissolução irregular de empresa, segundo o entendimento do STJ fixado em teses no âmbito de recursos repetitivos,
- (A) a mera dissolução irregular não pode gerar presunção relativa de responsabilidade do sócio com poderes de administração.
  - (B) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que ocorrido o fato gerador, ainda que não tenha agido com excesso de poderes ou infringido a lei na data deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.
  - (C) o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador.
  - (D) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, desde que, concomitantemente, tenha exercido poderes de administração na data em que ocorrido o fato gerador e na data da dissolução irregular deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.
73. Quanto à matéria constante da confissão de dívida em parcelamento tributário, é correto afirmar que, segundo o Superior Tribunal de Justiça,
- (A) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária quanto aos seus aspectos jurídicos, mas os aspectos fáticos são passíveis de questionamento.

- (B) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, seja quanto aos aspectos jurídicos ou fáticos, ressalvados os casos de culpa da Administração.
- (C) não há relação entre a confissão de dívida em parcelamento tributário com a possibilidade de questionamento da obrigação tributária.
- (D) a confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos, e a matéria de fato pode ser invalidada quando ocorre defeito causador de nulidade do ato jurídico.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

- 74.** A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, por instrumento particular ou público, sendo correto afirmar que
- (A) é possível não especificar o objeto no contrato social, desde que conste ser atividade lucrativa e nele esteja expressamente vedada a existência de prejuízo.
  - (B) a única hipótese de não estabelecer o objeto social será na constituição de sociedade anônima.
  - (C) deverá mencionar, dentre outros, necessariamente, objeto, sede e prazo de duração da sociedade.
  - (D) é possível estabelecer que alguns sócios não participem dos lucros, mas apenas das perdas.
- 75.** É característica da sociedade cooperativa:
- (A) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
  - (B) concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo de dez administradores.
  - (C) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, na hipótese de a sociedade não ter capital e, caso o tenha, o direito de voto observará sua participação no capital social.
  - (D) possibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros, estranhos à sociedade.
- 76.** “A”, empresário individual, casado, pretende alienar o imóvel de sua propriedade em que está a loja com que exerce seu comércio de artigos eletrônicos.
- Pode-se afirmar, corretamente, à luz do Código Civil, que
- (A) ele precisa de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.
  - (B) ele está dispensado da outorga conjugal por ser pessoa jurídica.
  - (C) ele poderá, sem necessidade de outorga conjugal, alienar o imóvel, desde que o bem integre o patrimônio da empresa.
  - (D) ele está dispensado da outorga conjugal, se o valor do imóvel for de até cinco mil salários-mínimos.
- 77.** Assinale a alternativa correta acerca da administração da sociedade limitada.
- (A) A administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
  - (B) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.
  - (C) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração; se o termo não for assinado nos sessenta dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.
  - (D) A renúncia de administrador torna-se eficaz em relação à sociedade após a averbação e publicação respectivas.
- 78.** Assinale a alternativa correta acerca das sociedades anônimas.
- (A) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são limitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem os acionistas controladores pagar aos credores o valor de cotação da ação em bolsa.
  - (B) Terão o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

- (C) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são ilimitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem pagar aos credores o valor do prejuízo causado, com direito de regresso contra os diretores.
- (D) Os acionistas controladores sempre têm responsabilidade integral, e os demais acionistas, porque impossível sua identificação, não têm qualquer responsabilidade pelo passivo social.

**79.** “A” e “B” resolvem constituir uma sociedade apenas e tão somente para promover a realização de um único empreendimento imobiliário na sua cidade, a acontecer no mês de dezembro vindouro.

A respeito desse projeto, é correto afirmar que

- (A) não é possível, pois o prazo de duração mínimo de uma sociedade empresária é de três anos.
- (B) nada obsta, pois uma sociedade empresária pode ter como objeto a realização de um negócio determinado.
- (C) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em nome coletivo.
- (D) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em comum.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**80.** Sobre o princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar:

- (A) não há previsão constitucional de garantia de meios que assegurem a celeridade do processo.
- (B) o controle jurisdicional da demora de ato da Administração é considerado invasão indevida do mérito administrativo.
- (C) é inadequada a ação constitucional do mandado de segurança para garantir a sua aplicação em casos concretos.
- (D) foi incluído expressamente na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

**81.** A respeito do caráter vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Decisões proferidas em sede de controle incidental de constitucionalidade vinculam a Administração Pública.
- (B) Súmulas Vinculantes também obrigam a Administração Pública.
- (C) Súmulas (não vinculantes) de Tribunais Superiores não são de observação obrigatória pelos Tribunais de Segunda Instância e magistrados de primeiro grau.
- (D) Decisões de mérito em ADI vinculam o Poder Judiciário, mas a Administração Pública só está vinculada se for parte na demanda.

**82.** Com relação à modulação dos efeitos de decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) quando há alteração de jurisprudência sedimentada no Tribunal, é obrigatória a modulação dos efeitos.
- (B) no caso de questões tributárias, ainda que modulados os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, a procedência da ação de repetição de indébito futura é garantida.
- (C) o Tribunal já decidiu que os efeitos de algumas decisões seriam produzidos apenas a partir de momento futuro, como, por exemplo, o início do exercício seguinte.
- (D) o Tribunal nunca distingue ações futuras de ações já propostas quando da modulação de efeitos.

**83.** Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) não será objeto de deliberação e proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais.
- (B) A iniciativa das emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
- (C) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, e a emenda havida por prejudicada somente poderá ser novamente proposta por mais uma vez, na

mesma sessão legislativa.

- (D) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um e meio por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**84.** Segundo o texto da Constituição Federal, é vedada a edição de medidas provisórias

- (A) sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, carreira e à garantia de seus Membros.
- (B) sobre matéria relativa a direito penal, processual penal, civil e processual civil.
- (C) já disciplinada em projeto de lei rejeitado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- (D) que visem à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

**85.** Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) entre as matérias de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal incluem-se a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (B) entre os legitimados para propor a revisão ou cancelamento de súmula vinculante estão os Governadores e os Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados.
- (C) o Presidente da República e os governadores dos Estados e do Distrito Federal deverão ser previamente ouvidos nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- (D) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de setenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**86.** Nas disposições relativas à política urbana, a Constituição Federal

- (A) a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas em lei federal.
- (B) prevê a aquisição de domínio de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados por aquele que a possuir como sua, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (C) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização com títulos da dívida pública.
- (D) obriga o Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de sanções previstas sucessivamente em seu texto.

**87.** Segundo o texto da Constituição Federal, é facultado

- (A) ao Estado garantir a saúde também por meio de políticas econômicas que visem à redução de risco de doenças.
- (B) ao Estado assegurar ao jovem o direito ao lazer, à profissionalização e à cultura, entre outras prerrogativas.
- (C) aos Estados e ao Distrito Federal vincular fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.
- (D) ao Estado fomentar práticas desportivas formais e informais, como direito de cada um.

**88.** Segundo a Constituição Federal,

- (A) são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas

para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições, desde que previstos em lei.

- (B) os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, sem intervenção do Ministério Público nos atos do processo.
- (C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes em compartilhamento com a União.
- (D) é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

89. Segundo o texto da Constituição Federal, é garantido(a)

- (A) aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- (B) a plena liberdade de associação para fins lícitos, autorizada a de caráter paramilitar nos termos da lei e pelo tempo que esta fixar.
- (C) a criação de associações e a de cooperativas, que independem de autorização, permitida a interferência estatal nos termos da lei.
- (D) a livre manifestação do pensamento, autorizado o anonimato, se houver previsão expressa em lei.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

90. Sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

- (A) A servidão ou limitação administrativa que impede imóveis vizinhos ao imóvel tombado de efetivar construção que lhe impeça ou restrinja a visibilidade depende de transcrição no Registro de Imóveis.
- (B) O tombamento voluntário requerido pelo proprietário dispensa a oitiva de órgão técnico para que se determine a inscrição no livro do Tombo e a transcrição no Registro de Imóveis.
- (C) Segundo a Constituição Federal, incluem-se, entre os meios ou formas de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, o tombamento e a desapropriação.
- (D) O proprietário de bem tombado tem a obrigação legal de conservá-lo e preservá-lo ou, na ausência de meios, colocá-lo à venda por valor correspondente a, no máximo, 80% de seu valor venal.

91. Assinale a alternativa correta.

- (A) Atos administrativos vinculados são aqueles em que a Administração pode escolher ou decidir no caso concreto segundo critérios de conveniência e oportunidade.
- (B) Órgãos públicos são unidades que agregam atribuições exercidas pelos agentes públicos integrantes, objetivando expressar a vontade do Estado.
- (C) A condenação na esfera penal não repercute na esfera administrativa.
- (D) Investidura é o ato que investe o servidor público no cargo ou emprego, mas não em função, não abrangendo a posse, mas o exercício.

92. Sobre o processo administrativo brasileiro, é correto afirmar:

- (A) Não pode ser instaurado de ofício em razão do princípio da inércia.
- (B) A regra é que incidam custas processuais, mas é garantida a gratuidade às pessoas que sejam hipossuficientes, não havendo, todavia, sucumbência em honorários advocatícios.
- (C) É possível a exigência de depósito para a interposição de recurso.
- (D) Instaura-se de ofício ou mediante pedido e o seu resultado pode ser contestado pelo cidadão interessado perante o Poder Judiciário.

- 93.** Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que
- (A) prescreve em três anos a ação de indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos.
  - (B) a reparação do dano exige a propositura de ação judicial contra a pessoa jurídica de Direito Público, resguardado o direito de regresso contra o agente causador do dano
  - (C) a doutrina administrativista não diverge sobre a responsabilidade por omissão, afirmando ser esta sempre subjetiva.
  - (D) se incluem entre as suas causas excludentes a força maior e a culpa exclusiva da vítima.
- 94.** Sobre controle dos atos administrativos, é correto afirmar que é
- (A) o poder da Administração de fiscalizar e corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
  - (B) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e ocorrerá somente por provocação.
  - (C) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade dos atos, mas não o seu mérito, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
  - (D) efetivado pelo Poder Judiciário sobre os atos da Administração, ao fiscalizar e corrigir a sua atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- 95.** Sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) segundo o Supremo Tribunal Federal, o novo regime prescricional previsto na lei que dispõe sobre improbidade administrativa é retroativo, aplicando-se os novos marcos temporais com efeito *ex tunc*.
  - (B) segundo o Supremo Tribunal Federal, a revogação da modalidade culposa tem eficácia durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
  - (C) a atual legislação prevê que, na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades.
  - (D) a vigente legislação não exige dolo para configuração do ato de improbidade administrativa.
- 96.** De acordo com a Lei nº 8.666/1993, entre os objetivos da licitação está
- (A) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
  - (B) promover do desenvolvimento regional sustentável.
  - (C) promover o empreendedorismo.
  - (D) incentivar a inovação tecnológica.
- 97.** Segundo o artigo 37, § 4º da Constituição Federal, a prática de ato de improbidade administrativa acarreta
- (A) a suspensão da função pública.
  - (B) a perda dos direitos políticos.
  - (C) a impossibilidade de prestar concurso público.
  - (D) o ressarcimento ao erário.
- 98.** De acordo com o Provimento nº 77/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a designação de responsável interino pelo expediente.
- (A) Declarada a vacância da serventia extrajudicial, a Corregedoria Nacional de Justiça designará o substituto mais antigo para responder interinamente pelo expediente.
  - (B) A designação deverá recair no substituto mais antigo que exerça a substituição no momento da declaração da vacância.
  - (C) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente pode recair sobre parente em linha

colateral até o terceiro grau, mas não pode sobre parente em linha reta até o terceiro grau.

(D) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre pessoa condenada em decisão, com trânsito em julgado ou proferida por órgão colegiado, apenas na hipótese de crime contra a administração pública.

**99.** A Lei nº 8.935/1994 prevê as hipóteses de infrações disciplinares e penalidades aos titulares dos serviços notariais e de registro. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

(A) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro constitui infração disciplinar.

(B) As penas disciplinares previstas são advertência, multa, suspensão e perda de delegação.

(C) A pena de suspensão cabe em caso de reincidência ou de infração que não configure caso mais grave.

(D) A perda de delegação decorre somente de sentença judicial transitada em julgado.

### **CONHECIMENTOS GERAIS**

**100.** A música "Alegria, Alegria", de Caetano Veloso, inscreve-se no movimento

(A) Surrealista.

(B) Pós-moderno.

(C) Tropicalista.

(D) Dadaísta.

## CRITÉRIO REMOÇÃO

### PROVA 03

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

**01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) o atendimento ao público dos serviços notariais e de registro será, no mínimo, de quatro horas diárias.
- (B) os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- (C) os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- (D) notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado, por período determinado, o exercício da atividade notarial e de registro.

**02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) é autorizada a exigência de testemunhas em razão de o ato envolver pessoa com deficiência.
- (B) aos tabeliães de notas compete com exclusividade: lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos e aprovar os particulares; lavrar atas notariais; reconhecer firmas; autenticar cópias.
- (C) aos notários compete: formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; autenticar fatos.
- (D) é facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, mesmo que acarrete ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

**03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) os tabeliães de notas estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas, respeitados os requisitos de forma previstos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- (B) no ato eletrônico, o tabelião de notas pode se valer de assinatura simples para subscrever.
- (C) é livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio, exceto no caso de lavratura de escritura de inventário.
- (D) o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

**04.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) o titular do serviço notarial e de registro deverá indicar, no máximo, dois substitutos, os quais poderão praticar, simultaneamente com o titular, todos os atos da serventia.
- (B) dentre os substitutos indicados pelo titular, dois deles serão designados para responder pela serventia, os quais agirão concomitante e conjuntamente nas ausências e impedimentos do titular.
- (C) os contratos de trabalho serão celebrados livremente entre os titulares dos serviços notariais e de registro com os seus prepostos, descabendo ao Juiz Corregedor Permanente sua homologação, bastando àqueles o dever de comunicar o nome do empregado e sua qualificação.



(D) os atos praticados pelos auxiliares dos serviços notariais e de registro são de responsabilidade do Estado e subsidiariamente do titular.

**05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

(A) os Serviços Notariais e de Registros devem possuir telefone, com a denominação do Serviço e o nome do titular, e garantir, permanentemente, meios para contato direto com os responsáveis e prepostos de forma imediata. Sempre que houver mudança no endereço ou no número do telefone ou de meios de contato do Serviço, o fato deve ser comunicado à Corregedoria-Geral da Justiça e à Direção do Foro local.

(B) incumbe aos notários e oficiais de registro praticar, desde que com autorização do Juiz Corregedor Permanente, todos os atos necessários à organização e execução dos serviços, ficando responsáveis pela manutenção dos sistemas informatizados.

(C) a comprovação, pelo notário ou registrador, de regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias é condição para expedição do ato de aposentadoria, mas não para a renúncia à delegação.

(D) o ingresso na atividade notarial e de registro dá-se por delegação do Poder Executivo, através de concurso público realizado na forma da lei.

**06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

(A) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato da designação, para que o responsável interino negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.

(B) as Serventias Extrajudiciais estão desobrigadas de darem visibilidade à integração de seus atos normativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

(C) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato de delegação, para que o titular dos serviços notariais e de registro negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.

(D) o notário e o registrador têm o dever de transmitir ao seu sucessor os livros, papéis, registros, banco de dados e programas de informática instalados, bem como a senha e dados necessários ao acesso de tais programas, garantindo a continuidade da prestação do serviço de forma adequada e sem interrupção.

**07.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

(A) os notários e registradores têm direito à percepção dos emolumentos, fixados no Código de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, pelos atos praticados, os quais serão pagos pelo interessado na forma da lei, exceto quando constar expressamente a dispensa em mandado ou certidão judicial, em razão do deferimento da Assistência Judiciária Gratuita.

(B) é permitida a cobrança de valores do consumidor final relativamente aos serviços prestados pelas centrais registras e notariais.

(C) em nenhuma hipótese haverá isenção dos emolumentos pelos atos que os notários e registradores praticarem.

(D) em relação ao direito do interessado à isenção dos emolumentos, os notários e registradores, após verificação da existência, no título judicial, de menção à condição de beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, solicitarão autorização ao Juiz competente para que seja concedida a gratuidade do ato notarial e/ou registral em questão.

**08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) Para fins do Provimento, considera-se assinatura digital um resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave pública e que pode ser verificado com o uso de chave privada, cujo certificado seja conforme a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 ou qualquer outra tecnologia autorizada pela lei.

(B) O Provimento estabelece normas gerais sobre a prática de atos notariais eletrônicos em todos os tabelionatos de notas do país.

(C) Para fins do Provimento, considera-se assinatura eletrônica notarializada qualquer forma de verificação de autoria, integridade e autenticidade de um documento eletrônico realizada por um notário, ou registrador, atribuindo fé

pública.

- (D) Para fins do Provimento, considera-se certificado digital notarizado a identidade digital de uma pessoa física ou jurídica, identificada presencialmente por um notário ou registrador a quem se atribui fé pública.

**09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins do Provimento, considera-se ato notarial eletrônico um ato realizado pelo notário para verificação da livre manifestação da vontade das partes em relação ao ato notarial lavrado.
- (B) Para fins do Provimento, considera-se documento físico a peça escrita, exclusivamente, em suporte papel que ofereça prova sobre um ato, fato ou negócio.
- (C) Para fins do Provimento, considera-se videoconferência notarial um ato realizado pelo notário, que ofereça prova ou informação sobre um ato, fato ou negócio.
- (D) Para fins do Provimento, considera-se biometria: dado ou conjunto de informações biológicas de uma pessoa, que possibilita ao tabelião confirmar a identidade e a sua presença, em ato notarial ou autenticação em ato particular.

**10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, implantar, em âmbito nacional, um sistema flexível e não padronizado de elaboração de atos notariais eletrônicos, possibilitando a solicitação de atos, certidões e a realização de convênios com interessados.
- (B) Com o Provimento foi instituído o Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, disponibilizado na internet pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, dotado de infraestrutura tecnológica necessária à atuação notarial eletrônica.
- (C) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, delegar ao Poder Judiciário Estadual a obrigação de aprimorar tecnologias e processos para viabilizar o serviço notarial em meio eletrônico.
- (D) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, interligar os notários e registradores, permitindo a prática de atos notariais eletrônicos, o intercâmbio de documentos e o tráfego de informações e dados.

**11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta a respeito do reconhecimento de firma e a respeito da ficha-padrão.

- (A) O reconhecimento de firma somente poderá ser feito em documento escrito em língua portuguesa, vedado o reconhecimento em documento redigido em idioma estrangeiro.
- (B) A pedido expresso e formal da parte, o tabelião de notas poderá datar retroativamente o ato de reconhecimento de firma, desde que o pedido formalizado da parte fique arquivado na serventia.
- (C) O registro de firmas, para fins de reconhecimento, far-se-á através de fichas, e os tabeliões de notas poderão extrair, a expensas dos interessados, cópia reprográfica do documento de identidade apresentado para preenchimento da ficha-padrão e aquelas serão devidamente arquivadas, a fim de possibilitar os atos de comparar e verificar.
- (D) Para a abertura da ficha-padrão, os tabeliões de notas deverão exigir, obrigatoriamente, apresentação de certidão de nascimento e/ou casamento atualizada de 30 dias para se comprovar o estado civil.

**12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos passíveis de serem realizados pelos tabeliões de notas, assinale alternativa correta.

- (A) Compete ao tabelião de notas e ao tabelião de protesto lavrar atas notariais.
- (B) Compete ao tabelião de notas, dentre outros, autenticar fatos por certificação digital, reconhecimento de firma digital impressa, reconhecimento de servidor, reconhecimento de página eletrônica segura, registro de assinatura eletrônica, registro e reconhecimento de chancela mecânica ou eletrônica.
- (C) É vedado aos tabeliões de notas realizar gestões e diligências convenientes ao preparo dos atos notariais, sendo, contudo, autorizadas as gestões e diligências necessárias.
- (D) Compete ao tabelião de notas, se autorizado por portaria específica do órgão correcional, efetuar a autenticação eletrônica ou decorrente de qualquer meio digital e/ou de sistema de computação e de microfilmagem.

**13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) é vedada a adoção de livros de folhas soltas para testamento.
  - (B) a Consolidação Normativa Notarial e Registral – CNNR constitui-se em livro facultativo da serventia de notas.
  - (C) para lavratura dos atos, o tabelião de notas poderá adotar livro de folhas soltas ou livro tradicional, sendo vedada a utilização de ambos simultaneamente.
  - (D) os Livros de Contratos, Hipotecas e Quitações, Compra e Venda, Transmissões, Procurações, Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e documentos de representação legais e Ata notarial poderão ser desdobrados em séries, até o máximo necessário estipulado pelo tabelião, para uso simultâneo, aditando-se ao respectivo número as letras iniciais do alfabeto.
- 14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), em relação ao combate à lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.
- (A) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal é auxiliador da Corregedoria-Geral da Justiça, como órgão de supervisão auxiliar, na organização e orientação dos notários, que divulgará instruções técnicas complementares para o devido cumprimento pelos tabeliões de notas.
  - (B) Nos atos notariais que praticar, o tabelião de notas poderá, a seu critério, qualificar a parte comparecente nos exatos termos do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN.
  - (C) A Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas criará e manterá o Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN, que reunirá as informações previstas em lei, além de outros dados que entender necessários, de todas as pessoas cadastradas e qualificadas pelos notários, sejam ou não partes em ato notarial.
  - (D) Os dados para a formação e atualização da base nacional do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN serão fornecidos pelos próprios notários de forma sincronizada e com periodicidade bimestral, no máximo.
- 15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao Sistema Eletrônico de Apostilamento – APOSTIL, assinale a alternativa correta.
- (A) O Sistema APOSTIL é disponibilizado, gratuitamente, pelo Conselho Nacional de Justiça, dotado de infraestrutura tecnológica necessária para a confecção, consulta e aposição de apostila, em documento público brasileiro.
  - (B) Serão considerados válidos os apostilamentos realizados fora do Sistema APOSTIL, desde que homologados pelo Ministério da Justiça.
  - (C) É facultativo o uso de certificado digital, de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
  - (D) Serão considerados inválidos os apostilamentos realizados até o dia 03 de agosto de 2020, fora do sistema APOSTIL, os quais deverão ser refeitos pelo novo sistema.
- 16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas na ausência do titular do serviço notarial, os atos de competência do tabelião poderão ser praticados pelos substitutos do tabelionato, vedada a prática de atos, simultaneamente, pelo tabelião e pelos substitutos.
  - (B) Dentre outros atos, compete, com exclusividade, aos tabeliões de notas confeccionar, conferir e concertar públicas formas.
  - (C) Sendo confeccionada por tabelião de notas, as públicas formas não necessitarão ser conferidas e concertadas por outro tabelião de notas.
  - (D) É permitido aos tabeliões de notas a lavratura, sob a forma de instrumento particular, de atos estranhos às suas atribuições previstos na Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas.
- 17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), a respeito da atividade notarial, assinale a alternativa correta.
- (A) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes ao ato notarial, mas não é responsabilidade do tabelião de notas a assessoria e orientação das partes, que só podem ser feitas por advogados.
  - (B) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, na compra e venda de imóveis, a responsabilidade pela apreciação da prova domínial é do(s) adquirente(s).
  - (C) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, nos negócios imobiliários, a respon-

sabilidade pela apreciação da prova dominial é dos advogados das partes.

(D) Integra a atividade notarial avaliar a identidade, capacidade, apresentação e representação legal das partes.

**18.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

(A) Cumpre ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal exigir que o tabelião informe, acerca de cada ato lavrado, o pagamento dos impostos devidos em atos notariais e circunstanciar o recolhimento, de conformidade com as leis respectivas, a fim de facilitar a fiscalização dos recolhimentos feitos às fazendas estadual e municipais.

(B) Cumpre ao Poder Judiciário prover ao tabelião fichário de cartões padronizados de autógrafos para fins de reconhecimento de firma.

(C) Cumpre ao tabelião de notas remeter, logo após sua investidura, aos órgãos e serviços públicos delegados, ficha com sua assinatura e sinal público, incumbindo igual obrigação aos seus substitutos.

(D) Na redação de escritura de compra e venda, o tabelião de notas ficará vinculado à minuta eventualmente apresentada pelas partes, não podendo alterá-la nas partes essenciais do negócio jurídico, apenas adaptá-la ao jargão e praxe notariais.

**19.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

(A) Constitui obrigação do tabelião de notas requerer e/ou realizar, ante repartições públicas em geral e registros públicos, as gestões e diligências convenientes ou necessárias à validade e eficácia dos atos notariais.

(B) É livre às partes, independentemente do seu domicílio ou do lugar da situação dos bens objeto do ato ou negócio, a escolha do tabelião de notas de sua confiança.

(C) O tabelião de notas somente poderá exercer suas funções dentro dos limites do território do Estado de Alagoas ou do indicado no ato da delegação das funções.

(D) O tabelião não está obrigado a manter sigilo sobre as confidências dos interessados feitas à margem das manifestações de vontade das partes no negócio jurídico por ele instrumentalizado.

**20.** Apontado um título para protesto,

(A) ao credor é vedada a desistência do procedimento, sem autorização do devedor.

(B) sempre será possível a desistência do procedimento antes do registro do protesto.

(C) é permitida a desistência do procedimento apenas na hipótese de o devedor não haver recebido a intimação.

(D) é permitida a desistência do procedimento apenas se o vencimento do título tiver ocorrido há menos de trinta dias.

**21.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, o protesto do cheque

(A) poderá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do apresentante credor.

(B) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do local do pagamento.

(C) poderá ser lavrado no tabelionato do local do pagamento ou do domicílio do emitente, a critério do apresentante credor.

(D) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do emitente.

**22.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), apresentada para protesto uma nota promissória, o tabelião

(A) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, mesmo que seja diferente do existente no título.

(B) ficará obrigado a intimar o devedor por edital, se o endereço declarado pelo apresentante divergir do existente no título.

(C) deverá, para a remessa da intimação, ficar adstrito apenas ao endereço que constar no título.

(D) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, apenas se o

protesto for para fins de falência.

**23.** Assinale a alternativa correta sobre o cancelamento do protesto.

- (A) Não incidem emolumentos, se o devedor for pessoa física.
- (B) Pode ser requerido ao tabelião apenas pelo devedor.
- (C) É permitido mediante a apresentação do documento protestado.
- (D) Somente é permitido por ordem judicial.

**24.** Assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado o fornecimento, a qualquer pessoa, de cópias de documentos arquivados relativos a protestos não cancelados, exceto se o requerente for o devedor.
- (B) Certidão do livro protocolo somente poderá ser expedida após o registro do protesto.
- (C) Em nenhuma hipótese é permitida a expedição de certidão de protesto cancelado.
- (D) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá fornecer certidão individual de protestos não cancelados.

**25.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de assento de registro civil de nascimento, a falsidade da declaração de pobreza ensejará a responsabilidade civil e criminal das testemunhas que assim declararam.
- (B) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (C) Somente os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (D) O estado de pobreza para obtenção de lavratura de assento de óbito será comprovado por declaração assinada por duas testemunhas.

**26.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.
- (B) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio, em credenciamento ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas.
- (C) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar serviços como correspondentes bancários em localidades onde não haja agência bancária.
- (D) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.

**27.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, a autoridade policial que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação, ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.
- (B) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, o Juiz de Paz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.
- (C) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.

- (D) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade policial local, a qual, ouvindo o acusado, decidirá, dentro de cinco (5) dias, sobre a abertura de inquérito policial.

**28.** Com relação à união estável, é correto afirmar:

- (A) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- (B) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
- (C) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- (D) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.

**29.** No caso da conversão da união estável em casamento, ocorrendo o falecimento de um dos companheiros no curso do procedimento de habilitação perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, este deverá:

- (A) lavrar o assento de conversão de união estável em casamento, se estiver em termos o pedido.
- (B) arquivar os autos do procedimento.
- (C) encaminhar o procedimento para o Juiz Corregedor da serventia, após manifestação do Ministério Público.
- (D) notificar o companheiro sobrevivente e os herdeiros do falecido.

**30.** Considerada a orientação normativa emanada da Corregedoria Nacional de Justiça no Provimento nº 37, de 07/07/2014, com as alterações introduzidas pelo Provimento nº 141, de 16/03/2023, no caso de requerimento de conversão da união estável em casamento, havendo suspeitas de falsidade da declaração ou de fraude, o registrador deverá:

- (A) decidir fundamentadamente o pedido e arquivar os autos do procedimento.
- (B) decidir fundamentadamente o pedido e encaminhar os autos do procedimento para o Ministério Público.
- (C) promover suscitação de dúvida dentro do prazo de 15 (quinze) dias da decisão, nos termos dos artigos 198 e 296 da Lei nº 6.015, de 1973, para apreciação pelo Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório.
- (D) encaminhar os autos para a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão que expediu o Provimento.

**31.** A respeito da retificação administrativa de assentamento, realizada mediante requerimento ao Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que:

- (A) o oficial retificará o registro de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, no caso de ausência de indicação no assento do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, baseando-se apenas na Declaração de Nascido Vivo – DNV emitida por hospital.
- (B) a retificação deverá ser requerida pelo interessado ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil, com assistência de advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, mediante petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas.
- (C) se a retificação decorrer de erro na transposição dos elementos constantes da Declaração de Nascido Vivo (DNV), os emolumentos devidos pela averbação serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).
- (D) o processo de retificação correrá em uma das varas cíveis da Comarca e, após decisão judicial transitada em julgado, será entregue à parte para ser apresentado no cartório do registro civil onde foi feito o assento objeto da retificação.

**32.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A emancipação voluntária prevista no artigo 5º, parágrafo único, I, do Código Civil brasileiro, ocorre por mera liberalidade dos pais, ou seja, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, podendo ser feita por instrumento público ou particular, com duas testemunhas.

- (B) Se a emancipação concedida pelos pais for feita mediante escritura pública notarial, estará dispensada de registro no cartório do registro civil das pessoas naturais, bastando sua averbação no assento de nascimento do emancipado.
- (C) A emancipação por concessão dos pais será registrada em livro especial do cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca, ou no 1<sup>a</sup>, se houver mais de um, com relação aos menores nela domiciliados, mediante instrumento público notarial, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver 16 anos completos.
- (D) A escritura de emancipação concedida pelos pais deverá ser lavrada no cartório do 1<sup>a</sup> Ofício de Notas de cada comarca, em livro especial, em relação aos menores nela domiciliados.
- 33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o registro de nascimento de nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros que estão a serviço diplomático de seu país, é correto afirmar:
- (A) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente no registro civil do país de nacionalidade dos pais.
- (B) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro “E” do 1<sup>a</sup> Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: “O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea “a”, *in fine*, da Constituição Federal.”
- (C) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço diplomático de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente na representação diplomática do país de nacionalidade dos pais.
- (D) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros, e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro “A” do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade onde ocorrer o parto, ou da residência da mãe, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: “O registrando possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea “a”, *in fine*, da Constituição Federal.”
- 34.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação às assinaturas das partes nos assentos do registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.
- (A) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento, sendo desnecessária a assinatura de testemunhas.
- (B) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Nessa hipótese, o oficial de registro civil das pessoas naturais deverá certificar sob sua fé pública que fez a leitura do inteiro teor do assento respectivo para o declarante.
- (C) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Assinarão também o ato três testemunhas, além daquela que firma a rogo.
- (D) Se os declarantes ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquelas, à margem do assento. Assinarão também o ato duas testemunhas, além daquela que firma a rogo.
- 35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o casamento religioso para efeitos civis, assinale a alternativa correta.
- (A) Realizado o casamento perante autoridade religiosa, qualquer interessado poderá, apresentando a respectiva certidão de casamento religioso, solicitar ao oficial do registro civil das pessoas naturais o registro do casamento religioso para efeitos civis, desde que o faça dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da cerimônia religiosa.

- (B) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, não poderá ser registrado perante o oficial do registro civil das pessoas naturais em nenhuma hipótese.
- (C) Os nubentes habilitados previamente para o casamento poderão pedir ao oficial do registro civil das pessoas naturais que lhes forneça a respectiva certidão para se casarem perante autoridade religiosa.
- (D) Realizada a cerimônia religiosa e requerido o registro do casamento religioso para efeitos civis, o oficial do registro civil das pessoas naturais deverá efetuar o registro solicitado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento.

**36.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao registro de nascimento de crianças geradas por reprodução assistida, considere as seguintes afirmações:

- I. O assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Livro A, independentemente de prévia autorização judicial.
- II. Na hipótese de reprodução assistida *post mortem* deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica do falecido ou falecida para uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- III. O oficial de registro civil das pessoas naturais, a seu critério, poderá recusar efetuar o registro de nascimento e emitir a respectiva certidão de filhos havidos por técnica de reprodução assistida.
- IV. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora temporária do útero, esclarecendo a questão da filiação.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I, II e IV.
- (B) somente I e II.
- (C) somente I.
- (D) somente I e III.

**37.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), na escrituração do Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

- (A) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, será lavrado o termo de encerramento, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento.
- (B) quando o Livro de Protocolo for escriturado por sistema informatizado, não serão lavrados o termo de abertura do protocolo na abertura do expediente diário e o termo de encerramento do protocolo ao final do expediente.
- (C) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, não há necessidade de lavratura de termo de encerramento do protocolo.
- (D) deve ser lavrado, ao final do expediente diário, o termo de encerramento do Livro de Protocolo, no qual será mencionado o número de títulos protocolizados e de ocorrências. O termo de encerramento será lavrado diariamente, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento. É dispensável lavrar-se termo diário de abertura do Protocolo.

**38.** Dentre as obrigações atribuídas ao oficial de registro de imóveis no registro da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) Trimestralmente, o oficial remeterá à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (B) Mensalmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (C) Trimestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao órgão competente do Poder Executivo Federal relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados



estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

(D) Semestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

**39.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento de lançamento dos títulos no Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

(A) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo, quando se tratar de interesse da Fazenda Pública.

(B) para o apontamento de títulos não haverá atendimento prioritário, assegurado ao beneficiário a pronta informação quanto aos procedimentos adotados na serventia.

(C) será prestado atendimento prioritário na prenotação de títulos às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, com o imediato lançamento do título no Livro nº 1 – Protocolo.

(D) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo.

**40.** Sobre o Código Nacional de Matrícula – CNM, é correto afirmar:

(A) o Código Nacional de Matrícula (CNM) poderá ser reutilizado quando se referir a matrícula cancelada ou anulada, e essa circunstância constará nas informações do Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), em campo próprio.

(B) o Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM) é disponibilizado gratuitamente pela Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) para ser consultado por qualquer pessoa, sem custos e independentemente de requisição ou cadastramento prévio, para verificação da validade e autenticidade dos Códigos Nacionais de Matrícula e da situação atual da matrícula.

(C) o Código Nacional de Matrícula – CNM corresponderá a uma numeração única para as matrículas do registro de imóveis, em âmbito nacional.

(D) os oficiais de registro de imóveis, no prazo máximo de 1 (um) ano, contado do início do funcionamento do Programa Gerador e Verificador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), deverão averbar a renumeração em todas as matrículas existentes com o número do Código Nacional de Matrícula – CNM, ato pelo qual serão devidos emolumentos.

**41.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, com relação à vigência da prenotação de títulos em geral no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

(A) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

(B) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

(C) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

(D) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

**42.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento para registro de sociedade simples, tanto na sua forma típica quanto adotando-se uma das formas das sociedades empresárias, as firmas dos sócios no contrato social respectivo somente serão aceitas se:

(A) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por semelhança.

(B) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por autenticidade.

(C) o contrato estiver visado por advogado, hipótese em que se dispensa o reconhecimento das firmas dos sócios por

tabelião de notas.

(D) estiverem assinadas, dispensado o reconhecimento de firmas em tabelião de notas.

**43.** Para aquisição de personalidade jurídica, o partido político deverá registrar seu estatuto

(A) no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

(B) nos anais do Congresso Nacional.

(C) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

(D) no registro civil de pessoas jurídicas.

**44.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta quanto à notificação extrajudicial feita pelo oficial do registro de títulos e documentos.

(A) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

(B) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

(C) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

(D) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

**45.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no caso de transferência de sede da pessoa jurídica para outra comarca ou para a Junta Comercial do Estado de Alagoas, será observada a seguinte sequência de atos:

(A) as inscrições dos atos no registro civil das pessoas jurídicas da comarca de origem e no da nova sede ou na Junta Comercial do Estado podem ser feitas simultaneamente.

(B) promover-se-á a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, facultativamente, a averbação de transferência na comarca de origem.

(C) promover-se-á, primeiramente, a averbação de transferência na comarca de origem e, posteriormente, a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial.

(D) promover-se-á, primeiramente, a inscrição dos atos no registro de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, posteriormente, a averbação de transferência na comarca de origem.

## DIREITO CIVIL

**46.** O juiz declarará a ausência de pessoa que desapareça do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Sobre a ausência, é correto afirmar que

(A) não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente.

(B) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito com o trânsito em julgado; mas, com a publicação pela imprensa, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

(C) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

(D) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

47. Na representação, na falta de autorização legal ou do representado, o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo é:
- (A) inexistente.
  - (B) anulável.
  - (C) válido.
  - (D) nulo.
48. Com relação à mora, assinale a alternativa correta.
- (A) A purgação da mora pode ser efetuada por terceiro.
  - (B) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir de sua citação em ação judicial.
  - (C) Não há o instituto da mora do credor.
  - (D) Mesmo havendo dia certo para vencimento da obrigação de dívida líquida, a configuração da mora depende da notificação do devedor.
49. Quanto aos vícios redibitórios previstos no Código Civil, é correto afirmar que
- (A) têm aplicação, por exceção, aos vícios surgidos posteriormente à tradição da coisa.
  - (B) se o alienante conhecia o vício da coisa, tão somente restituirá o valor recebido.
  - (C) o vício deve ser aparente e conhecido.
  - (D) ocorre sua aplicação nas doações onerosas.
50. O empréstimo gratuito de uma específica garrafa de vinho fechada para decoração de uma festa de casamento, pactuada sua devolução intacta após a comemoração, é:
- (A) contrato de mútuo.
  - (B) contrato de depósito irregular.
  - (C) contrato de comodato.
  - (D) contrato de locação.
51. Salvo pactuado diversamente pelas partes, o pagamento das despesas com a realização de escritura pública de compra e venda de bem imóvel
- (A) caberá ao comprador.
  - (B) será deduzido do preço da compra e venda.
  - (C) caberá ao vendedor.
  - (D) será dividido de forma igualitária entre comprador e vendedor.
52. A situação do locatário que paga aluguel e, notificado pelo locador à devolução do imóvel em trinta dias, não o restitui nesse prazo, permanecendo no imóvel sem a prática de qualquer ato, encerra
- (A) posse precária.
  - (B) intersessão da posse.
  - (C) posse violenta.
  - (D) posse clandestina.
53. Havendo três unidades sobrepostas (construção-base, primeira laje e segunda laje), a cessão da superfície de sua construção pelo titular do direito real de segunda laje para instituição de um sucessivo direito de laje
- (A) necessita somente de autorização expressa do titular da primeira laje.

- (B) necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
- (C) necessita somente de autorização expressa do titular da construção-base.
- (D) não necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
- 54.** Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de
- (A) duas testemunhas.
- (B) cinco testemunhas.
- (C) quatro testemunhas.
- (D) seis testemunhas.
- 55.** Sobre a interpretação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que lhe deve ser atribuído o sentido que
- (A) corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
- (B) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
- (C) estabelecer que os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
- (D) corresponder àquela que seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas exclusivamente as informações disponíveis no momento de seu descumprimento.
- 56.** “A”, solteiro, faleceu sem deixar filhos, deixando o irmão “B”, sendo que seus pais faleceram antes de “A”. Na linha ascendente, “A” deixou os avós maternos e a avó paterna. Nesse caso,
- (A) os avós maternos, a avó paterna e o irmão “B” recebem cada um a quarta parte da herança.
- (B) os avós maternos recebem metade da herança e outra metade caberá à avó paterna.
- (C) a herança caberá integralmente ao irmão “B”.
- (D) os avós maternos e a avó paterna recebem cada um a terça parte da herança.
- 57.** Ocorrendo dação em pagamento e extinção da obrigação principal que era garantida por fiança, na hipótese de subsequente perda do bem dado pelo devedor por força de evicção,
- (A) há extinção e posterior restabelecimento do contrato de fiança.
- (B) o contrato de fiança permanece somente se houver sido convencionado o afastamento do benefício de ordem.
- (C) há extinção do contrato de fiança.
- (D) não há extinção do contrato de fiança.
- 58.** A cessão de crédito constitui uma das formas de transmissão das obrigações. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que
- (A) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor independentemente de sua notificação.
- (B) o devedor pode opor ao cedente todas as exceções que lhe competirem, mas ao cessionário pode opor apenas aquelas que veio a ter conhecimento depois da cessão.
- (C) a cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se constar do instrumento da obrigação.
- (D) os acessórios de um crédito, como regra, não estão abrangidos pela cessão de crédito.
- 59.** Assinale a alternativa correta sobre a cláusula penal.
- (A) No caso de obrigação divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- (B) Quando a cláusula penal for estipulada para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula de-

terminada, poderá o devedor escolher a satisfação da pena cominada ou o desempenho da obrigação principal.

- (C) Todos os devedores incorrerão na pena, que poderá ser demandada integralmente de um deles, independentemente de culpa, por se tratar de obrigação solidária.
- (D) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação deve referir-se somente à inexecução completa da obrigação.

**60.** São pessoas jurídicas de direito privado:

- (A) as sociedades limitadas, exceto aquelas constituídas por apenas uma pessoa.
- (B) os partidos políticos.
- (C) os empresários individuais.
- (D) as sociedades em comum.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**61.** O princípio processual introduzido no Código de Processo Civil que prevê deverem as partes do processo influir de maneira satisfatória para que se obtenha em tempo hábil uma decisão de mérito justa e eficaz é o princípio

- (A) da ampla defesa.
- (B) do devido processo legal.
- (C) da boa-fé processual.
- (D) da cooperação.

**62.** De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado

- (A) reconhecer a existência da preempção.
- (B) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- (C) reconhecer a existência de coisa julgada.
- (D) homologar a desistência da ação.

**63.** A petição inicial, na fase de conhecimento, é o primeiro ato de postulação das partes, tendo influência na prolação da sentença ao final da lide pelo magistrado, observado o princípio da congruência. Caso a petição inicial não preencha os requisitos legais, deve o juiz determinar que o autor a complete, ou a emende, sob pena de indeferimento, no prazo de

- (A) 48 horas.
- (B) 5 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 10 dias.

**64.** A respeito da matéria de competência absoluta no âmbito do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo juiz.
- (B) Pode ser alterada pela vontade das partes.
- (C) Pode ser modificada por conexão ou continência.
- (D) Deve ser arguida por meio de exceção de incompetência.

#### **DIREITO PENAL**

**65.** A respeito da prescrição retroativa, que decorre da pena aplicada em concreto na sentença, é correto afirmar que

- (A) pode ter como termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

- (B) extingue a pretensão punitiva do Estado.
- (C) extingue a pretensão executória do Estado.
- (D) pode ser decretada ainda que o órgão acusatório interponha recurso de apelação objetivando o aumento da pena.

66. Ocorre crime continuado quando

- (A) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (B) a consumação de um crime prolonga-se no tempo.
- (C) o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (D) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, em condições de tempo, lugar, maneira e modo de execução semelhantes.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

67. A respeito da confissão, enquanto meio de prova no processo penal, é correto afirmar:

- (A) tem valor absoluto, já que a admissão dos fatos pelo acusado tem o efeito de afastar qualquer prova que tenha sido produzida em sentido contrário.
- (B) é retratável e divisível.
- (C) o silêncio do acusado, conquanto não importe em confissão, pode constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- (D) é qualificada quando feita pelo advogado em alegações finais.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

68. A respeito do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), é correto afirmar:

- (A) o Supremo Tribunal Federal fixou tese (Tema 1124), posteriormente cancelada, em que reafirmava jurisprudência sedimentada, estabelecendo que o ITBI só é devido quando da transferência de propriedade imobiliária, efetivada mediante o registro em cartório.
- (B) em caso de transmissão não onerosa, ele ocorre na data da assinatura de doação.
- (C) segundo o Código Tributário Nacional, incide no momento do desembolso dos valores devidos na transação, mas excetuam-se vendas a prazo, quando ocorre no momento do pagamento da primeira parcela.
- (D) no caso de arrematação em hasta pública em razão de processo judicial de execução, ocorre no momento da distribuição do feito.

69. Da jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, é possível concluir que

- (A) o ICMS incide sobre operações que envolvam *software* sob encomenda.
- (B) o ICMS e o ISS podem incidir sobre operações que envolvam *softwares*, sendo possível descontar o valor da base de cálculo do ICMS devido da base de cálculo do ISS.
- (C) o ISS pode incidir sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.
- (D) o ICMS incide sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.

70. Sobre o tema de repercussão geral em que se discutia a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, o STF

- (A) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS efetivamente recolhido.
- (B) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela ex-

cluído o valor de ICMS destacado na nota final.

- (C) decidiu que não é inconstitucional a inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (D) reputou a questão como infraconstitucional.

**71.** A respeito da coisa julgada em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) As decisões proferidas em ação direta, em sede de repercussão geral ou em controle incidental interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade e a anterioridade anual, conforme a natureza do tributo.
- (B) o STF não admitiu o tema sobre a eventual interrupção dos efeitos temporais das decisões transitadas em julgado em matéria tributária, por reputá-lo questão infraconstitucional.
- (C) As decisões do STF em sede de repercussão geral não impactam automaticamente a coisa julgada que tenha se formado, mesmo nas relações jurídicas de trato sucessivo.
- (D) As decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.

**72.** Com relação à responsabilidade tributária de sócio na dissolução irregular de empresa, segundo o entendimento do STJ fixado em teses no âmbito de recursos repetitivos,

- (A) o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador.
- (B) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, desde que, concomitantemente, tenha exercido poderes de administração na data em que ocorrido o fato gerador e na data da dissolução irregular deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.
- (C) a mera dissolução irregular não pode gerar presunção relativa de responsabilidade do sócio com poderes de administração.
- (D) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que ocorrido o fato gerador, ainda que não tenha agido com excesso de poderes ou infringido a lei na data deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.

**73.** Quanto à matéria constante da confissão de dívida em parcelamento tributário, é correto afirmar que, segundo o Superior Tribunal de Justiça,

- (A) não há relação entre a confissão de dívida em parcelamento tributário com a possibilidade de questionamento da obrigação tributária.
- (B) a confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos, e a matéria de fato pode ser invalidada quando ocorre defeito causador de nulidade do ato jurídico.
- (C) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária quanto aos seus aspectos jurídicos, mas os aspectos fáticos são passíveis de questionamento.
- (D) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, seja quanto aos aspectos jurídicos ou fáticos, ressalvados os casos de culpa da Administração.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

**74.** A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, por instrumento particular ou público, sendo correto afirmar que

- (A) é possível estabelecer que alguns sócios não participem dos lucros, mas apenas das perdas.
- (B) a única hipótese de não estabelecer o objeto social será na constituição de sociedade anônima.
- (C) deverá mencionar, dentre outros, necessariamente, objeto, sede e prazo de duração da sociedade.
- (D) é possível não especificar o objeto no contrato social, desde que conste ser atividade lucrativa e nele esteja ex-

pressamente vedada a existência de prejuízo.

**75.** É característica da sociedade cooperativa:

- (A) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, na hipótese de a sociedade não ter capital e, caso o tenha, o direito de voto observará sua participação no capital social.
- (B) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
- (C) possibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros, estranhos à sociedade.
- (D) concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo de dez administradores.

**76.** “A”, empresário individual, casado, pretende alienar o imóvel de sua propriedade em que está a loja com que exerce seu comércio de artigos eletrônicos.

- (A) Pode-se afirmar, corretamente, à luz do Código Civil, que
- (B) ele está dispensado da outorga conjugal, se o valor do imóvel for de até cinco mil salários-mínimos.
- (C) ele poderá, sem necessidade de outorga conjugal, alienar o imóvel, desde que o bem integre o patrimônio da empresa.
- (D) ele precisa de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.

**77.** ele está dispensado da outorga conjugal por ser pessoa jurídica.

Assinale a alternativa correta acerca da administração da sociedade limitada.

- (A) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.
- (B) A renúncia de administrador torna-se eficaz em relação à sociedade após a averbação e publicação respectivas.
- (C) A administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- (D) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração; se o termo não for assinado nos sessenta dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.

**78.** Assinale a alternativa correta acerca das sociedades anônimas.

- (A) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são ilimitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem pagar aos credores o valor do prejuízo causado, com direito de regresso contra os diretores.
- (B) Os acionistas controladores sempre têm responsabilidade integral, e os demais acionistas, porque impossível sua identificação, não têm qualquer responsabilidade pelo passivo social.
- (C) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são limitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem os acionistas controladores pagar aos credores o valor de cotação da ação em bolsa.
- (D) Terão o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

**79.** “A” e “B” resolvem constituir uma sociedade apenas e tão somente para promover a realização de um único empreendimento imobiliário na sua cidade, a acontecer no mês de dezembro vindouro.

A respeito desse projeto, é correto afirmar que

- (A) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em comum.
- (B) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em nome coletivo.
- (C) não é possível, pois o prazo de duração mínimo de uma sociedade empresária é de três anos.
- (D) nada obsta, pois uma sociedade empresária pode ter como objeto a realização de um negócio determinado.



## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 80.** Sobre o princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar:
- (A) é inadequada a ação constitucional do mandado de segurança para garantir a sua aplicação em casos concretos.
  - (B) não há previsão constitucional de garantia de meios que assegurem a celeridade do processo.
  - (C) foi incluído expressamente na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/2004.
  - (D) o controle jurisdicional da demora de ato da Administração é considerado invasão indevida do mérito administrativo.
- 81.** A respeito do caráter vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Súmulas Vinculantes também obrigam a Administração Pública.
  - (B) Súmulas (não vinculantes) de Tribunais Superiores não são de observação obrigatória pelos Tribunais de Segunda Instância e magistrados de primeiro grau.
  - (C) Decisões de mérito em ADI vinculam o Poder Judiciário, mas a Administração Pública só está vinculada se for parte na demanda.
  - (D) Decisões proferidas em sede de controle incidental de constitucionalidade vinculam a Administração Pública.
- 82.** Com relação à modulação dos efeitos de decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:
- (A) o Tribunal nunca distingue ações futuras de ações já propostas quando da modulação de efeitos.
  - (B) quando há alteração de jurisprudência sedimentada no Tribunal, é obrigatória a modulação dos efeitos.
  - (C) no caso de questões tributárias, ainda que modulados os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, a procedência da ação de repetição de indébito futura é garantida.
  - (D) o Tribunal já decidiu que os efeitos de algumas decisões seriam produzidos apenas a partir de momento futuro, como, por exemplo, o início do exercício seguinte.
- 83.** Segundo o texto da Constituição Federal,
- (A) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um e meio por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
  - (B) não será objeto de deliberação e proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais.
  - (C) A iniciativa das emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
  - (D) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, e a emenda havida por prejudicada somente poderá ser novamente proposta por mais uma vez, na mesma sessão legislativa.
- 84.** Segundo o texto da Constituição Federal, é vedada a edição de medidas provisórias
- (A) já disciplinada em projeto de lei rejeitado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
  - (B) que visem à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
  - (C) sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, carreira e à garantia de seus Membros.
  - (D) sobre matéria relativa a direito penal, processual penal, civil e processual civil.

**85.** Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) entre os legitimados para propor a revisão ou cancelamento de súmula vinculante estão os Governadores e os Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados.
- (B) o Presidente da República e os governadores dos Estados e do Distrito Federal deverão ser previamente ouvidos nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- (C) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) entre as matérias de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal incluem-se a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

**86.** Nas disposições relativas à política urbana, a Constituição Federal

- (A) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização com títulos da dívida pública.
- (B) obriga o Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de sanções previstas sucessivamente em seu texto.
- (C) prevê a aquisição de domínio de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados por aquele que a possuir como sua, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas em lei federal.

**87.** Segundo o texto da Constituição Federal, é facultado

- (A) ao Estado assegurar ao jovem o direito ao lazer, à profissionalização e à cultura, entre outras prerrogativas.
- (B) ao Estado fomentar práticas desportivas formais e informais, como direito de cada um.
- (C) ao Estado garantir a saúde também por meio de políticas econômicas que visem à redução de risco de doenças.
- (D) aos Estados e ao Distrito Federal vincular fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.

**88.** Segundo a Constituição Federal,

- (A) é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (B) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes em compartilhamento com a União.
- (C) são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições, desde que previstos em lei.
- (D) os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, sem intervenção do Ministério Público nos atos do processo.

**89.** Segundo o texto da Constituição Federal, é garantido(a)

- (A) a criação de associações e a de cooperativas, que independem de autorização, permitida a interferência estatal nos termos da lei.
- (B) a livre manifestação do pensamento, autorizado o anonimato, se houver previsão expressa em lei.
- (C) aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

- (D) a plena liberdade de associação para fins lícitos, autorizada a de caráter paramilitar nos termos da lei e pelo tempo que esta fixar.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

90. Sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

- (A) O proprietário de bem tombado tem a obrigação legal de conservá-lo e preservá-lo ou, na ausência de meios, colocá-lo à venda por valor correspondente a, no máximo, 80% de seu valor venal.
- (B) Segundo a Constituição Federal, incluem-se, entre os meios ou formas de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, o tombamento e a desapropriação.
- (C) O tombamento voluntário requerido pelo proprietário dispensa a oitiva de órgão técnico para que se determine a inscrição no livro do Tombo e a transcrição no Registro de Imóveis.
- (D) A servidão ou limitação administrativa que impede imóveis vizinhos ao imóvel tombado de efetivar construção que lhe impeça ou restrinja a visibilidade depende de transcrição no Registro de Imóveis.

91. Assinale a alternativa correta.

- (A) Investidura é o ato que investe o servidor público no cargo ou emprego, mas não em função, não abrangendo a posse, mas o exercício.
- (B) A condenação na esfera penal não repercute na esfera administrativa.
- (C) Atos administrativos vinculados são aqueles em que a Administração pode escolher ou decidir no caso concreto segundo critérios de conveniência e oportunidade.
- (D) Órgãos públicos são unidades que agregam atribuições exercidas pelos agentes públicos integrantes, objetivando expressar a vontade do Estado.

92. Sobre o processo administrativo brasileiro, é correto afirmar:

- (A) É possível a exigência de depósito para a interposição de recurso.
- (B) Instaura-se de ofício ou mediante pedido e o seu resultado pode ser contestado pelo cidadão interessado perante o Poder Judiciário.
- (C) Não pode ser instaurado de ofício em razão do princípio da inércia.
- (D) A regra é que incidam custas processuais, mas é garantida a gratuidade às pessoas que sejam hipossuficientes, não havendo, todavia, sucumbência em honorários advocatícios.

93. Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) se incluem entre as suas causas excludentes a força maior e a culpa exclusiva da vítima.
- (B) a doutrina administrativista não diverge sobre a responsabilidade por omissão, afirmando ser esta sempre subjetiva.
- (C) a reparação do dano exige a propositura de ação judicial contra a pessoa jurídica de Direito Público, resguardado o direito de regresso contra o agente causador do dano
- (D) prescreve em três anos a ação de indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos.

94. Sobre controle dos atos administrativos, é correto afirmar que é

- (A) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade dos atos, mas não o seu mérito, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (B) efetivado pelo Poder Judiciário sobre os atos da Administração, ao fiscalizar e corrigir a sua atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (C) o poder da Administração de fiscalizar e corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (D) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e ocorrerá somente por provocação.

- 95.** Sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) a vigente legislação não exige dolo para configuração do ato de improbidade administrativa.
  - (B) a atual legislação prevê que, na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades.
  - (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, a revogação da modalidade culposa tem eficácia durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
  - (D) segundo o Supremo Tribunal Federal, o novo regime prescricional previsto na lei que dispõe sobre improbidade administrativa é retroativo, aplicando-se os novos marcos temporais com efeito *ex tunc*.
- 96.** De acordo com a Lei nº 8.666/1993, entre os objetivos da licitação está
- (A) incentivar a inovação tecnológica.
  - (B) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
  - (C) promover do desenvolvimento regional sustentável.
  - (D) promover o empreendedorismo.
- 97.** Segundo o artigo 37, § 4º da Constituição Federal, a prática de ato de improbidade administrativa acarreta
- (A) a impossibilidade de prestar concurso público.
  - (B) a suspensão da função pública.
  - (C) o ressarcimento ao erário.
  - (D) a perda dos direitos políticos.
- 98.** De acordo com o Provimento nº 77/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a designação de responsável interino pelo expediente.
- (A) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente pode recair sobre parente em linha colateral até o terceiro grau, mas não pode sobre parente em linha reta até o terceiro grau.
  - (B) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre pessoa condenada em decisão, com trânsito em julgado ou proferida por órgão colegiado, apenas na hipótese de crime contra a administração pública.
  - (C) Declarada a vacância da serventia extrajudicial, a Corregedoria Nacional de Justiça designará o substituto mais antigo para responder interinamente pelo expediente.
  - (D) A designação deverá recair no substituto mais antigo que exerça a substituição no momento da declaração da vacância.
- 99.** A Lei nº 8.935/1994 prevê as hipóteses de infrações disciplinares e penalidades aos titulares dos serviços notariais e de registro. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) A perda de delegação decorre somente de sentença judicial transitada em julgado.
  - (B) A pena de suspensão cabe em caso de reincidência ou de infração que não configure caso mais grave. **\*QF\***
  - (C) As penas disciplinares previstas são advertência, multa, suspensão e perda de delegação.
  - (D) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro constitui infração disciplinar.

## CONHECIMENTOS GERAIS

100. A música "Alegria, Alegria", de Caetano Veloso, inscreve-se no movimento
- (A) Dadaísta.
  - (B) Tropicalista.
  - (C) Surrealista.
  - (D) Pós-moderno.

## **CRITÉRIO REMOÇÃO**

### **PROVA 04**

#### **REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO**

**01.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- (B) notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado, por período determinado, o exercício da atividade notarial e de registro.
- (C) o atendimento ao público dos serviços notariais e de registro será, no mínimo, de quatro horas diárias.
- (D) os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.

**02.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) aos notários compete: formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; autenticar fatos.
- (B) é facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, mesmo que acarrete ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.
- (C) é autorizada a exigência de testemunhas em razão de o ato envolver pessoa com deficiência.
- (D) aos tabeliães de notas compete com exclusividade: lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos e aprovar os particulares; lavrar atas notariais; reconhecer firmas; autenticar cópias.

**03.** De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) no ato eletrônico, o tabelião de notas pode se valer de assinatura simples para subscrever.
- (B) o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.
- (C) os tabeliães de notas estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas, respeitados os requisitos de forma previstos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- (D) é livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio, exceto no caso de lavratura de escritura de inventário.

**04.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) dentre os substitutos indicados pelo titular, dois deles serão designados para responder pela serventia, os quais agirão concomitante e conjuntamente nas ausências e impedimentos do titular.
- (B) os contratos de trabalho serão celebrados livremente entre os titulares dos serviços notariais e de registro com os seus prepostos, descabendo ao Juiz Corregedor Permanente sua homologação, bastando àqueles o dever de comunicar o nome do empregado e sua qualificação.
- (C) os atos praticados pelos auxiliares dos serviços notariais e de registro são de responsabilidade do Estado e subsidiariamente do titular.
- (D) o titular do serviço notarial e de registro deverá indicar, no máximo, dois substitutos, os quais poderão praticar, simultaneamente com o titular, todos os atos da serventia.

- 05.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) incumbe aos notários e oficiais de registro praticar, desde que com autorização do Juiz Corregedor Permanente, todos os atos necessários à organização e execução dos serviços, ficando responsáveis pela manutenção dos sistemas informatizados.
  - (B) a comprovação, pelo notário ou registrador, de regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias é condição para expedição do ato de aposentadoria, mas não para a renúncia à delegação.
  - (C) o ingresso na atividade notarial e de registro dá-se por delegação do Poder Executivo, através de concurso público realizado na forma da lei.
  - (D) os Serviços Notariais e de Registros devem possuir telefone, com a denominação do Serviço e o nome do titular, e garantir, permanentemente, meios para contato direto com os responsáveis e prepostos de forma imediata. Sempre que houver mudança no endereço ou no número do telefone ou de meios de contato do Serviço, o fato deve ser comunicado à Corregedoria-Geral da Justiça e à Direção do Foro local.
- 06.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) as Serventias Extrajudiciais estão desobrigadas de darem visibilidade à integração de seus atos normativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).
  - (B) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato da designação, para que o responsável interino negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.
  - (C) o notário e o registrador têm o dever de transmitir ao seu sucessor os livros, papéis, registros, banco de dados e programas de informática instalados, bem como a senha e dados necessários ao acesso de tais programas, garantindo a continuidade da prestação do serviço de forma adequada e sem interrupção.
  - (D) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato de delegação, para que o titular dos serviços notariais e de registro negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.
- 07.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) em nenhuma hipótese haverá isenção dos emolumentos pelos atos que os notários e registradores praticarem.
  - (B) em relação ao direito do interessado à isenção dos emolumentos, os notários e registradores, após verificação da existência, no título judicial, de menção à condição de beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, solicitarão autorização ao Juiz competente para que seja concedida a gratuidade do ato notarial e/ou registral em questão.
  - (C) os notários e registradores têm direito à percepção dos emolumentos, fixados no Código de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, pelos atos praticados, os quais serão pagos pelo interessado na forma da lei, exceto quando constar expressamente a dispensa em mandado ou certidão judicial, em razão do deferimento da Assistência Judiciária Gratuita.
  - (D) é permitida a cobrança de valores do consumidor final relativamente aos serviços prestados pelas centrais registrais e notariais.
- 08.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) O Provimento estabelece normas gerais sobre a prática de atos notariais eletrônicos em todos os tabelionatos de notas do país.
  - (B) Para fins do Provimento, considera-se assinatura digital um resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave pública e que pode ser verificado com o uso de chave privada, cujo certificado seja conforme a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 ou qualquer outra tecnologia autorizada pela lei.
  - (C) Para fins do Provimento, considera-se certificado digital notariado a identidade digital de uma pessoa física ou jurídica, identificada presencialmente por um notário ou registrador a quem se atribui fé pública.
  - (D) Para fins do Provimento, considera-se assinatura eletrônica notarizada qualquer forma de verificação de autoria, integridade e autenticidade de um documento eletrônico realizada por um notário, ou registrador, atribuindo fé pública.

- 09.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Para fins do Provimento, considera-se documento físico a peça escrita, exclusivamente, em suporte papel que ofereça prova sobre um ato, fato ou negócio.
  - (B) Para fins do Provimento, considera-se biometria: dado ou conjunto de informações biológicas de uma pessoa, que possibilita ao tabelião confirmar a identidade e a sua presença, em ato notarial ou autenticação em ato particular.
  - (C) Para fins do Provimento, considera-se ato notarial eletrônico um ato realizado pelo notário para verificação da livre manifestação da vontade das partes em relação ao ato notarial lavrado.
  - (D) Para fins do Provimento, considera-se videoconferência notarial um ato realizado pelo notário, que ofereça prova ou informação sobre um ato, fato ou negócio.
- 10.** Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, delegar ao Poder Judiciário Estadual a obrigação de aprimorar tecnologias e processos para viabilizar o serviço notarial em meio eletrônico.
  - (B) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, implantar, em âmbito nacional, um sistema flexível e não padronizado de elaboração de atos notariais eletrônicos, possibilitando a solicitação de atos, certidões e a realização de convênios com interessados.
  - (C) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, interligar os notários e registradores, permitindo a prática de atos notariais eletrônicos, o intercâmbio de documentos e o tráfego de informações e dados.
  - (D) Com o Provimento foi instituído o Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, disponibilizado na internet pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, dotado de infraestrutura tecnológica necessária à atuação notarial eletrônica.
- 11.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta a respeito do reconhecimento de firma e a respeito da ficha-padrão.
- (A) A pedido expresso e formal da parte, o tabelião de notas poderá datar retroativamente o ato de reconhecimento de firma, desde que o pedido formalizado da parte fique arquivado na serventia.
  - (B) Para a abertura da ficha-padrão, os tabeliões de notas deverão exigir, obrigatoriamente, apresentação de certidão de nascimento e/ou casamento atualizada de 30 dias para se comprovar o estado civil.
  - (C) O reconhecimento de firma somente poderá ser feito em documento escrito em língua portuguesa, vedado o reconhecimento em documento redigido em idioma estrangeiro.
  - (D) O registro de firmas, para fins de reconhecimento, far-se-á através de fichas, e os tabeliões de notas poderão extrair, a expensas dos interessados, cópia reprográfica do documento de identidade apresentado para preenchimento da ficha-padrão e aquelas serão devidamente arquivadas, a fim de possibilitar os atos de comparar e verificar.
- 12.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos passíveis de serem realizados pelos tabeliões de notas, assinale alternativa correta.
- (A) Compete ao tabelião de notas, dentre outros, autenticar fatos por certificação digital, reconhecimento de firma digital impressa, reconhecimento de servidor, reconhecimento de página eletrônica segura, registro de assinatura eletrônica, registro e reconhecimento de chancela mecânica ou eletrônica.
  - (B) É vedado aos tabeliões de notas realizar gestões e diligências convenientes ao preparo dos atos notariais, sendo, contudo, autorizadas as gestões e diligências necessárias.
  - (C) Compete ao tabelião de notas, se autorizado por portaria específica do órgão correcional, efetuar a autenticação eletrônica ou decorrente de qualquer meio digital e/ou de sistema de computação e de microfilmagem.
  - (D) Compete ao tabelião de notas e ao tabelião de protesto lavrar atas notariais.
- 13.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:
- (A) para lavratura dos atos, o tabelião de notas poderá adotar livro de folhas soltas ou livro tradicional, sendo vedada a utilização de ambos simultaneamente.
  - (B) a Consolidação Normativa Notarial e Registral – CNNR constitui-se em livro facultativo da serventia de notas.



- (C) é vedada a adoção de livros de folhas soltas para testamento.
- (D) os Livros de Contratos, Hipotecas e Quitações, Compra e Venda, Transmissões, Procurações, Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e documentos de representação legais e Ata notarial poderão ser desdobrados em séries, até o máximo necessário estipulado pelo tabelião, para uso simultâneo, aditando-se ao respectivo número as letras iniciais do alfabeto.
- 14.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), em relação ao combate à lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Nos atos notariais que praticar, o tabelião de notas poderá, a seu critério, qualificar a parte comparecente nos exatos termos do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN.
- (B) Os dados para a formação e atualização da base nacional do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN serão fornecidos pelos próprios notários de forma sincronizada e com periodicidade bimestral, no máximo.
- (C) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal é auxiliador da Corregedoria-Geral da Justiça, como órgão de supervisão auxiliar, na organização e orientação dos notários, que divulgará instruções técnicas complementares para o devido cumprimento pelos tabeliães de notas.
- (D) A Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas criará e manterá o Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN, que reunirá as informações previstas em lei, além de outros dados que entender necessários, de todas as pessoas cadastradas e qualificadas pelos notários, sejam ou não partes em ato notarial.
- 15.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao Sistema Eletrônico de Apostilamento – APOSTIL, assinale a alternativa correta.
- (A) Serão considerados inválidos os apostilamentos realizados até o dia 03 de agosto de 2020, fora do sistema APOSTIL, os quais deverão ser refeitos pelo novo sistema.
- (B) O Sistema APOSTIL é disponibilizado, gratuitamente, pelo Conselho Nacional de Justiça, dotado de infraestrutura tecnológica necessária para a confecção, consulta e aposição de apostila, em documento público brasileiro.
- (C) Serão considerados válidos os apostilamentos realizados fora do Sistema APOSTIL, desde que homologados pelo Ministério da Justiça.
- (D) É facultativo o uso de certificado digital, de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 16.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas na ausência do titular do serviço notarial, os atos de competência do tabelião poderão ser praticados pelos substitutos do tabelionato, vedada a prática de atos, simultaneamente, pelo tabelião e pelos substitutos.
- (B) Sendo confeccionada por tabelião de notas, as públicas formas não necessitarão ser conferidas e concertadas por outro tabelião de notas.
- (C) É permitido aos tabeliães de notas a lavratura, sob a forma de instrumento particular, de atos estranhos às suas atribuições previstos na Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas.
- (D) Dentre outros atos, compete, com exclusividade, aos tabeliães de notas confeccionar, conferir e concertar públicas formas.
- 17.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), a respeito da atividade notarial, assinale a alternativa correta.
- (A) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, na compra e venda de imóveis, a responsabilidade pela apreciação da prova dominial é do(s) adquirente(s).
- (B) Integra a atividade notarial avaliar a identidade, capacidade, apresentação e representação legal das partes.
- (C) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, nos negócios imobiliários, a responsabilidade pela apreciação da prova dominial é dos advogados das partes.
- (D) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes ao ato notarial, mas não é responsabilidade do tabelião de notas a assessoria e orientação das partes, que só podem ser feitas por advogados.
- 18.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas

(CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- (A) Cumpre ao tabelião de notas remeter, logo após sua investidura, aos órgãos e serviços públicos delegados, ficha com sua assinatura e sinal público, incumbindo igual obrigação aos seus substitutos.
- (B) Na redação de escritura de compra e venda, o tabelião de notas ficará vinculado à minuta eventualmente apresentada pelas partes, não podendo alterá-la nas partes essenciais do negócio jurídico, apenas adaptá-la ao jargão e praxe notariais.
- (C) Cumpre ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal exigir que o tabelião informe, acerca de cada ato lavrado, o pagamento dos impostos devidos em atos notariais e circunstanciar o recolhimento, de conformidade com as leis respectivas, a fim de facilitar a fiscalização dos recolhimentos feitos às fazendas estadual e municipais.
- (D) Cumpre ao Poder Judiciário prover ao tabelião fichário de cartões padronizados de autógrafos para fins de reconhecimento de firma.

**19.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- (A) O tabelião de notas somente poderá exercer suas funções dentro dos limites do território do Estado de Alagoas ou do indicado no ato da delegação das funções.
- (B) O tabelião não está obrigado a manter sigilo sobre as confidências dos interessados feitas à margem das manifestações de vontade das partes no negócio jurídico por ele instrumentalizado.
- (C) É livre às partes, independentemente do seu domicílio ou do lugar da situação dos bens objeto do ato ou negócio, a escolha do tabelião de notas de sua confiança.
- (D) Constitui obrigação do tabelião de notas requerer e/ou realizar, ante repartições públicas em geral e registros públicos, as gestões e diligências convenientes ou necessárias à validade e eficácia dos atos notariais.

**20.** Apontado um título para protesto,

- (A) é permitida a desistência do procedimento apenas na hipótese de o devedor não haver recebido a intimação.
- (B) é permitida a desistência do procedimento apenas se o vencimento do título tiver ocorrido há menos de trinta dias.
- (C) sempre será possível a desistência do procedimento antes do registro do protesto.
- (D) ao credor é vedada a desistência do procedimento, sem autorização do devedor.

**21.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, o protesto do cheque

- (A) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do emitente.
- (B) poderá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do apresentante credor.
- (C) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do local do pagamento.
- (D) poderá ser lavrado no tabelionato do local do pagamento ou do domicílio do emitente, a critério do apresentante credor.

**22.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), apresentada para protesto uma nota promissória, o tabelião

- (A) ficará obrigado a intimar o devedor por edital, se o endereço declarado pelo apresentante divergir do existente no título.
- (B) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, mesmo que seja diferente do existente no título.
- (C) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, apenas se o protesto for para fins de falência.
- (D) deverá, para a remessa da intimação, ficar adstrito apenas ao endereço que constar no título.

**23.** Assinale a alternativa correta sobre o cancelamento do protesto.

- (A) Pode ser requerido ao tabelião apenas pelo devedor.

- (B) Não incidem emolumentos, se o devedor for pessoa física.
- (C) Somente é permitido por ordem judicial.
- (D) É permitido mediante a apresentação do documento protestado.

**24.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá fornecer certidão individual de protestos não cancelados.
- (B) Em nenhuma hipótese é permitida a expedição de certidão de protesto cancelado.
- (C) É vedado o fornecimento, a qualquer pessoa, de cópias de documentos arquivados relativos a protestos não cancelados, exceto se o requerente for o devedor.
- (D) Certidão do livro protocolo somente poderá ser expedida após o registro do protesto.

**25.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O estado de pobreza para obtenção de lavratura de assento de óbito será comprovado por declaração assinada por duas testemunhas.
- (B) Para fins de assento de registro civil de nascimento, a falsidade da declaração de pobreza ensejará a responsabilidade civil e criminal das testemunhas que assim declararam.
- (C) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (D) Somente os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

**26.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio, em credenciamento ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas.
- (B) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.
- (C) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- (D) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar serviços como correspondentes bancários em localidades onde não haja agência bancária.

**27.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.
- (B) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, a autoridade policial que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação, ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.
- (C) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade policial local, a qual, ouvindo o acusado, decidirá, dentro de cinco (5) dias, sobre a abertura de inquérito policial.
- (D) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, o Juiz de Paz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.

**28.** Com relação à união estável, é correto afirmar:

- (A) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
  - (B) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
  - (C) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
  - (D) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- 29.** No caso da conversão da união estável em casamento, ocorrendo o falecimento de um dos companheiros no curso do procedimento de habilitação perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, este deverá:
- (A) encaminhar o procedimento para o Juiz Corregedor da serventia, após manifestação do Ministério Público.
  - (B) notificar o companheiro sobrevivente e os herdeiros do falecido.
  - (C) arquivar os autos do procedimento.
  - (D) lavrar o assento de conversão de união estável em casamento, se estiver em termos o pedido.
- 30.** Considerada a orientação normativa emanada da Corregedoria Nacional de Justiça no Provimento nº 37, de 07/07/2014, com as alterações introduzidas pelo Provimento nº 141, de 16/03/2023, no caso de requerimento de conversão da união estável em casamento, havendo suspeitas de falsidade da declaração ou de fraude, o registrador deverá:
- (A) decidir fundamentadamente o pedido e encaminhar os autos do procedimento para o Ministério Público.
  - (B) decidir fundamentadamente o pedido e arquivar os autos do procedimento.
  - (C) encaminhar os autos para a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão que expediu o Provimento.
  - (D) promover suscitação de dúvida dentro do prazo de 15 (quinze) dias da decisão, nos termos dos artigos 198 e 296 da Lei nº 6.015, de 1973, para apreciação pelo Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório.
- 31.** A respeito da retificação administrativa de assentamento, realizada mediante requerimento ao Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que:
- (A) se a retificação decorrer de erro na transposição dos elementos constantes da Declaração de Nascido Vivo (DNV), os emolumentos devidos pela averbação serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).
  - (B) o processo de retificação correrá em uma das varas cíveis da Comarca e, após decisão judicial transitada em julgado, será entregue à parte para ser apresentado no cartório do registro civil onde foi feito o assento objeto da retificação.
  - (C) a retificação deverá ser requerida pelo interessado ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil, com assistência de advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, mediante petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas.
  - (D) o oficial retificará o registro de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, no caso de ausência de indicação no assento do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, baseando-se apenas na Declaração de Nascido Vivo – DNV emitida por hospital.
- 32.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Se a emancipação concedida pelos pais for feita mediante escritura pública notarial, estará dispensada de registro no cartório do registro civil das pessoas naturais, bastando sua averbação no assento de nascimento do emancipado.
  - (B) A emancipação por concessão dos pais será registrada em livro especial do cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca, ou no 1º, se houver mais de um, com relação aos menores nela domiciliados, mediante instrumento público notarial, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver 16 anos completos.
  - (C) A escritura de emancipação concedida pelos pais deverá ser lavrada no cartório do 1º Ofício de Notas de cada

comarca, em livro especial, em relação aos menores nela domiciliados.

- (D) A emancipação voluntária prevista no artigo 5º, parágrafo único, I, do Código Civil brasileiro, ocorre por mera liberalidade dos pais, ou seja, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, podendo ser feita por instrumento público ou particular, com duas testemunhas.

**33.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o registro de nascimento de nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros que estão a serviço diplomático de seu país, é correto afirmar:

- (A) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço diplomático de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente na representação diplomática do país de nacionalidade dos pais.
- (B) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente no registro civil do país de nacionalidade dos pais.
- (C) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: "O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea "a", *in fine*, da Constituição Federal."
- (D) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros, e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro "A" do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade onde ocorrer o parto, ou da residência da mãe, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: "O registrando possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea "a", *in fine*, da Constituição Federal."

**34.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação às assinaturas das partes nos assentos do registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se os declarantes ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquelas, à margem do assento. Assinarão também o ato duas testemunhas, além daquela que firma a rogo.
- (B) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Nessa hipótese, o oficial de registro civil das pessoas naturais deverá certificar sob sua fé pública que fez a leitura do inteiro teor do assento respectivo para o declarante.
- (C) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento, sendo desnecessária a assinatura de testemunhas.
- (D) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Assinarão também o ato três testemunhas, além daquela que firma a rogo.

**35.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o casamento religioso para efeitos civis, assinale a alternativa correta.

- (A) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, não poderá ser registrado perante o oficial do registro civil das pessoas naturais em nenhuma hipótese.
- (B) Realizada a cerimônia religiosa e requerido o registro do casamento religioso para efeitos civis, o oficial do registro civil das pessoas naturais deverá efetuar o registro solicitado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento.
- (C) Realizado o casamento perante autoridade religiosa, qualquer interessado poderá, apresentando a respectiva certidão de casamento religioso, solicitar ao oficial do registro civil das pessoas naturais o registro do casamento religioso para efeitos civis, desde que o faça dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da cerimônia religiosa.

(D) Os nubentes habilitados previamente para o casamento poderão pedir ao oficial do registro civil das pessoas naturais que lhes forneça a respectiva certidão para se casarem perante autoridade religiosa.

**36.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao registro de nascimento de crianças geradas por reprodução assistida, considere as seguintes afirmações:

- I. O assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Livro A, independentemente de prévia autorização judicial.
- II. Na hipótese de reprodução assistida *post mortem* deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica do falecido ou falecida para uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- III. O oficial de registro civil das pessoas naturais, a seu critério, poderá recusar efetuar o registro de nascimento e emitir a respectiva certidão de filhos havidos por técnica de reprodução assistida.
- IV. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora temporária do útero, esclarecendo a questão da filiação.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I e II.
- (B) somente I, II e IV.
- (C) somente I e III.
- (D) somente I.

**37.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), na escrituração do Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

- (A) deve ser lavrado, ao final do expediente diário, o termo de encerramento do Livro de Protocolo, no qual será mencionado o número de títulos protocolizados e de ocorrências. O termo de encerramento será lavrado diariamente, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento. É dispensável lavrar-se termo diário de abertura do Protocolo.
- (B) quando o Livro de Protocolo for escriturado por sistema informatizado, não serão lavrados o termo de abertura do protocolo na abertura do expediente diário e o termo de encerramento do protocolo ao final do expediente.
- (C) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, será lavrado o termo de encerramento, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento.
- (D) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, não há necessidade de lavratura de termo de encerramento do protocolo.

**38.** Dentre as obrigações atribuídas ao oficial de registro de imóveis no registro da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) Trimestralmente, o oficial remeterá à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (B) Semestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (C) Mensalmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (D) Trimestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao órgão competente do Poder Executivo Federal relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

- 39.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento de lançamento dos títulos no Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:
- (A) para o apontamento de títulos não haverá atendimento prioritário, assegurado ao beneficiário a pronta informação quanto aos procedimentos adotados na serventia.
  - (B) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo, quando se tratar de interesse da Fazenda Pública.
  - (C) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo.
  - (D) será prestado atendimento prioritário na prenotação de títulos às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, com o imediato lançamento do título no Livro nº 1 – Protocolo.
- 40.** Sobre o Código Nacional de Matrícula – CNM, é correto afirmar:
- (A) o Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM) é disponibilizado gratuitamente pela Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) para ser consultado por qualquer pessoa, sem custos e independentemente de requisição ou cadastramento prévio, para verificação da validade e autenticidade dos Códigos Nacionais de Matrícula e da situação atual da matrícula.
  - (B) o Código Nacional de Matrícula (CNM) poderá ser reutilizado quando se referir a matrícula cancelada ou anulada, e essa circunstância constará nas informações do Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), em campo próprio.
  - (C) os oficiais de registro de imóveis, no prazo máximo de 1 (um) ano, contado do início do funcionamento do Programa Gerador e Verificador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), deverão averbar a renumeração em todas as matrículas existentes com o número do Código Nacional de Matrícula – CNM, ato pelo qual serão devidos emolumentos.
  - (D) o Código Nacional de Matrícula – CNM corresponderá a uma numeração única para as matrículas do registro de imóveis, em âmbito nacional.
- 41.** De acordo com a Lei de Registros Públicos, com relação à vigência da prenotação de títulos em geral no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.
- (A) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
  - (B) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
  - (C) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
  - (D) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- 42.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento para registro de sociedade simples, tanto na sua forma típica quanto adotando-se uma das formas das sociedades empresárias, as firmas dos sócios no contrato social respectivo somente serão aceitas se:
- (A) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por autenticidade.
  - (B) o contrato estiver visado por advogado, hipótese em que se dispensa o reconhecimento das firmas dos sócios por tabelião de notas.
  - (C) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por semelhança.
  - (D) estiverem assinadas, dispensado o reconhecimento de firmas em tabelião de notas.
- 43.** Para aquisição de personalidade jurídica, o partido político deverá registrar seu estatuto

- (A) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
  - (B) no registro civil de pessoas jurídicas.
  - (C) nos anais do Congresso Nacional.
  - (D) no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- 44.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta quanto à notificação extrajudicial feita pelo oficial do registro de títulos e documentos.
- (A) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
  - (B) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
  - (C) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
  - (D) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.
- 45.** De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no caso de transferência de sede da pessoa jurídica para outra comarca ou para a Junta Comercial do Estado de Alagoas, será observada a seguinte sequência de atos:
- (A) promover-se-á a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, facultativamente, a averbação de transferência na comarca de origem.
  - (B) promover-se-á, primeiramente, a averbação de transferência na comarca de origem e, posteriormente, a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial.
  - (C) promover-se-á, primeiramente, a inscrição dos atos no registro de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, posteriormente, a averbação de transferência na comarca de origem.
  - (D) as inscrições dos atos no registro civil das pessoas jurídicas da comarca de origem e no da nova sede ou na Junta Comercial do Estado podem ser feitas simultaneamente.

## **DIREITO CIVIL**

- 46.** O juiz declarará a ausência de pessoa que desapareça do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Sobre a ausência, é correto afirmar que
- (A) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito com o trânsito em julgado; mas, com a publicação pela imprensa, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.
  - (B) não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente.
  - (C) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
  - (D) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- 47.** Na representação, na falta de autorização legal ou do representado, o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo é:
- (A) válido.
  - (B) inexistente.



- (C) nulo.
- (D) anulável.

**48.** Com relação à mora, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir de sua citação em ação judicial.
- (B) Mesmo havendo dia certo para vencimento da obrigação de dívida líquida, a configuração da mora depende da notificação do devedor.
- (C) A purgação da mora pode ser efetuada por terceiro.
- (D) Não há o instituto da mora do credor.

**49.** Quanto aos vícios redibitórios previstos no Código Civil, é correto afirmar que

- (A) ocorre sua aplicação nas doações onerosas.
- (B) o vício deve ser aparente e conhecido.
- (C) têm aplicação, por exceção, aos vícios surgidos posteriormente à tradição da coisa.
- (D) se o alienante conhecia o vício da coisa, tão somente restituirá o valor recebido.

**50.** O empréstimo gratuito de uma específica garrafa de vinho fechada para decoração de uma festa de casamento, pactuada sua devolução intacta após a comemoração, é:

- (A) contrato de depósito irregular.
- (B) contrato de locação.
- (C) contrato de comodato.
- (D) contrato de mútuo.

**51.** Salvo pactuado diversamente pelas partes, o pagamento das despesas com a realização de escritura pública de compra e venda de bem imóvel

- (A) será deduzido do preço da compra e venda.
- (B) caberá ao vendedor.
- (C) será dividido de forma igualitária entre comprador e vendedor.
- (D) caberá ao comprador.

**52.** A situação do locatário que paga aluguel e, notificado pelo locador à devolução do imóvel em trinta dias, não o restitui nesse prazo, permanecendo no imóvel sem a prática de qualquer ato, encerra

- (A) intersessão da posse.
- (B) posse precária.
- (C) posse clandestina.
- (D) posse violenta.

**53.** Havendo três unidades sobrepostas (construção-base, primeira laje e segunda laje), a cessão da superfície de sua construção pelo titular do direito real de segunda laje para instituição de um sucessivo direito de laje

- (A) necessita somente de autorização expressa do titular da primeira laje.
- (B) necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
- (C) não necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
- (D) necessita somente de autorização expressa do titular da construção-base.

54. Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de
- (A) seis testemunhas.
  - (B) cinco testemunhas.
  - (C) quatro testemunhas.
  - (D) duas testemunhas.
55. Sobre a interpretação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que lhe deve ser atribuído o sentido que
- (A) corresponder àquela que seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas exclusivamente as informações disponíveis no momento de seu descumprimento.
  - (B) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
  - (C) corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
  - (D) estabelecer que os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
56. “A”, solteiro, faleceu sem deixar filhos, deixando o irmão “B”, sendo que seus pais faleceram antes de “A”. Na linha ascendente, “A” deixou os avós maternos e a avó paterna. Nesse caso,
- (A) os avós maternos, a avó paterna e o irmão “B” recebem cada um a quarta parte da herança.
  - (B) a herança caberá integralmente ao irmão “B”.
  - (C) os avós maternos e a avó paterna recebem cada um a terça parte da herança.
  - (D) os avós maternos recebem metade da herança e outra metade caberá à avó paterna.
57. Ocorrendo dação em pagamento e extinção da obrigação principal que era garantida por fiança, na hipótese de subsequente perda do bem dado pelo devedor por força de evicção,
- (A) o contrato de fiança permanece somente se houver sido convencionado o afastamento do benefício de ordem.
  - (B) há extinção do contrato de fiança.
  - (C) não há extinção do contrato de fiança.
  - (D) há extinção e posterior restabelecimento do contrato de fiança.
58. A cessão de crédito constitui uma das formas de transmissão das obrigações. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que
- (A) a cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se constar do instrumento da obrigação.
  - (B) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor independentemente de sua notificação.
  - (C) os acessórios de um crédito, como regra, não estão abrangidos pela cessão de crédito.
  - (D) o devedor pode opor ao cedente todas as exceções que lhe competirem, mas ao cessionário pode opor apenas aquelas que veio a ter conhecimento depois da cessão.
59. Assinale a alternativa correta sobre a cláusula penal.
- (A) Todos os devedores incorrerão na pena, que poderá ser demandada integralmente de um deles, independentemente de culpa, por se tratar de obrigação solidária.
  - (B) No caso de obrigação divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
  - (C) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação deve referir-se somente à inexecução completa da obrigação.
  - (D) Quando a cláusula penal for estipulada para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, poderá o devedor escolher a satisfação da pena cominada ou o desempenho da obrigação principal.

60. São pessoas jurídicas de direito privado:

- (A) os empresários individuais.
- (B) as sociedades limitadas, exceto aquelas constituídas por apenas uma pessoa.
- (C) as sociedades em comum.
- (D) os partidos políticos.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. O princípio processual introduzido no Código de Processo Civil que prevê deverem as partes do processo influir de maneira satisfatória para que se obtenha em tempo hábil uma decisão de mérito justa e eficaz é o princípio

- (A) da boa-fé processual.
- (B) da cooperação.
- (C) da ampla defesa.
- (D) do devido processo legal.

62. De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado

- (A) homologar a desistência da ação.
- (B) reconhecer a existência da preempção.
- (C) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- (D) reconhecer a existência de coisa julgada.

63. A petição inicial, na fase de conhecimento, é o primeiro ato de postulação das partes, tendo influência na prolação da sentença ao final da lide pelo magistrado, observado o princípio da congruência. Caso a petição inicial não preencha os requisitos legais, deve o juiz determinar que o autor a complete, ou a emende, sob pena de indeferimento, no prazo de

- (A) 15 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 48 horas.

64. A respeito da matéria de competência absoluta no âmbito do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser modificada por conexão ou continência.
- (B) Deve ser arguida por meio de exceção de incompetência.
- (C) Pode ser alterada pela vontade das partes.
- (D) Pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo juiz.

#### DIREITO PENAL

65. A respeito da prescrição retroativa, que decorre da pena aplicada em concreto na sentença, é correto afirmar que

- (A) pode ser decretada ainda que o órgão acusatório interponha recurso de apelação objetivando o aumento da pena.
- (B) pode ter como termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- (C) extingue a pretensão punitiva do Estado.
- (D) extingue a pretensão executória do Estado.

66. Ocorre crime continuado quando

- (A) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, em condições

de tempo, lugar, maneira e modo de execução semelhantes.

- (B) a consumação de um crime prolonga-se no tempo.
- (C) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (D) o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

67. A respeito da confissão, enquanto meio de prova no processo penal, é correto afirmar:

- (A) o silêncio do acusado, conquanto não importe em confissão, pode constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- (B) é retratável e divisível.
- (C) é qualificada quando feita pelo advogado em alegações finais.
- (D) tem valor absoluto, já que a admissão dos fatos pelo acusado tem o efeito de afastar qualquer prova que tenha sido produzida em sentido contrário.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

68. A respeito do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), é correto afirmar:

- (A) em caso de transmissão não onerosa, ele ocorre na data da assinatura de doação.
- (B) o Supremo Tribunal Federal fixou tese (Tema 1124), posteriormente cancelada, em que reafirmava jurisprudência sedimentada, estabelecendo que o ITBI só é devido quando da transferência de propriedade imobiliária, efetivada mediante o registro em cartório.
- (C) no caso de arrematação em hasta pública em razão de processo judicial de execução, ocorre no momento da distribuição do feito.
- (D) segundo o Código Tributário Nacional, incide no momento do desembolso dos valores devidos na transação, mas excetuam-se vendas a prazo, quando ocorre no momento do pagamento da primeira parcela.

69. Da jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, é possível concluir que

- (A) o ICMS e o ISS podem incidir sobre operações que envolvam *softwares*, sendo possível descontar o valor da base de cálculo do ICMS devido da base de cálculo do ISS.
- (B) o ICMS incide sobre operações que envolvam *software* sob encomenda.
- (C) o ICMS incide sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.
- (D) o ISS pode incidir sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.

70. Sobre o tema de repercussão geral em que se discutia a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, o STF

- (A) reputou a questão como infraconstitucional.
- (B) decidiu que não é inconstitucional a inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (C) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS destacado na nota final.
- (D) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS efetivamente recolhido.

71. A respeito da coisa julgada em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) o STF não admitiu o tema sobre a eventual interrupção dos efeitos temporais das decisões transitadas em julgado

em matéria tributária, por reputá-lo questão infraconstitucional.

- (B) As decisões do STF em sede de repercussão geral não impactam automaticamente a coisa julgada que tenha se formado, mesmo nas relações jurídicas de trato sucessivo.
- (C) As decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.
- (D) As decisões proferidas em ação direta, em sede de repercussão geral ou em controle incidental interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade e a anterioridade anual, conforme a natureza do tributo.

**72.** Com relação à responsabilidade tributária de sócio na dissolução irregular de empresa, segundo o entendimento do STJ fixado em teses no âmbito de recursos repetitivos,

- (A) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, desde que, concomitantemente, tenha exercido poderes de administração na data em que ocorreu o fato gerador e na data da dissolução irregular deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.
- (B) a mera dissolução irregular não pode gerar presunção relativa de responsabilidade do sócio com poderes de administração.
- (C) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que ocorreu o fato gerador, ainda que não tenha agido com excesso de poderes ou infringido a lei na data deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.
- (D) o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gestão quando ocorreu o fato gerador.

**73.** Quanto à matéria constante da confissão de dívida em parcelamento tributário, é correto afirmar que, segundo o Superior Tribunal de Justiça,

- (A) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, seja quanto aos aspectos jurídicos ou fáticos, ressalvados os casos de culpa da Administração.
- (B) não há relação entre a confissão de dívida em parcelamento tributário com a possibilidade de questionamento da obrigação tributária.
- (C) a confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos, e a matéria de fato pode ser invalidada quando ocorre defeito causador de nulidade do ato jurídico.
- (D) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária quanto aos seus aspectos jurídicos, mas os aspectos fáticos são passíveis de questionamento.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

**74.** A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, por instrumento particular ou público, sendo correto afirmar que

- (A) deverá mencionar, dentre outros, necessariamente, objeto, sede e prazo de duração da sociedade.
- (B) é possível estabelecer que alguns sócios não participem dos lucros, mas apenas das perdas.
- (C) é possível não especificar o objeto no contrato social, desde que conste ser atividade lucrativa e nele esteja expressamente vedada a existência de prejuízo.
- (D) a única hipótese de não estabelecer o objeto social será na constituição de sociedade anônima.

**75.** É característica da sociedade cooperativa:

- (A) possibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros, estranhos à sociedade.
- (B) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
- (C) concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, com limitação

de número máximo de dez administradores.

(D) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, na hipótese de a sociedade não ter capital e, caso o tenha, o direito de voto observará sua participação no capital social.

**76.** “A”, empresário individual, casado, pretende alienar o imóvel de sua propriedade em que está a loja com que exerce seu comércio de artigos eletrônicos.

Pode-se afirmar, corretamente, à luz do Código Civil, que

- (A) ele está dispensado da outorga conjugal por ser pessoa jurídica.
- (B) ele precisa de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.
- (C) ele está dispensado da outorga conjugal, se o valor do imóvel for de até cinco mil salários-mínimos.
- (D) ele poderá, sem necessidade de outorga conjugal, alienar o imóvel, desde que o bem integre o patrimônio da empresa.

**77.** Assinale a alternativa correta acerca da administração da sociedade limitada.

- (A) A renúncia de administrador torna-se eficaz em relação à sociedade após a averbação e publicação respectivas.
- (B) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração; se o termo não for assinado nos sessenta dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.
- (C) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.
- (D) A administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

**78.** Assinale a alternativa correta acerca das sociedades anônimas.

- (A) Terão o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- (B) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são limitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem os acionistas controladores pagar aos credores o valor de cotação da ação em bolsa.
- (C) Os acionistas controladores sempre têm responsabilidade integral, e os demais acionistas, porque impossível sua identificação, não têm qualquer responsabilidade pelo passivo social.
- (D) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são ilimitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem pagar aos credores o valor do prejuízo causado, com direito de regresso contra os diretores.

**79.** “A” e “B” resolvem constituir uma sociedade apenas e tão somente para promover a realização de um único empreendimento imobiliário na sua cidade, a acontecer no mês de dezembro vindouro.

A respeito desse projeto, é correto afirmar que

- (A) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em nome coletivo.
- (B) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em comum.
- (C) nada obsta, pois uma sociedade empresária pode ter como objeto a realização de um negócio determinado.
- (D) não é possível, pois o prazo de duração mínimo de uma sociedade empresária é de três anos.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**80.** Sobre o princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar:

- (A) foi incluído expressamente na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/2004.
- (B) é inadequada a ação constitucional do mandado de segurança para garantir a sua aplicação em casos concretos.

- (C) o controle jurisdicional da demora de ato da Administração é considerado invasão indevida do mérito administrativo.
- (D) não há previsão constitucional de garantia de meios que assegurem a celeridade do processo.

**81.** A respeito do caráter vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Súmulas (não vinculantes) de Tribunais Superiores não são de observação obrigatória pelos Tribunais de Segunda Instância e magistrados de primeiro grau.
- (B) Decisões de mérito em ADI vinculam o Poder Judiciário, mas a Administração Pública só está vinculada se for parte na demanda.
- (C) Decisões proferidas em sede de controle incidental de constitucionalidade vinculam a Administração Pública.
- (D) Súmulas Vinculantes também obrigam a Administração Pública.

**82.** Com relação à modulação dos efeitos de decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) no caso de questões tributárias, ainda que modulados os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, a procedência da ação de repetição de indébito futura é garantida.
- (B) o Tribunal já decidiu que os efeitos de algumas decisões seriam produzidos apenas a partir de momento futuro, como, por exemplo, o início do exercício seguinte.
- (C) o Tribunal nunca distingue ações futuras de ações já propostas quando da modulação de efeitos.
- (D) quando há alteração de jurisprudência sedimentada no Tribunal, é obrigatória a modulação dos efeitos.

**83.** Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, e a emenda havida por prejudicada somente poderá ser novamente proposta por mais uma vez, na mesma sessão legislativa.
- (B) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um e meio por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (C) não será objeto de deliberação e proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais.
- (D) A iniciativa das emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**84.** Segundo o texto da Constituição Federal, é vedada a edição de medidas provisórias

- (A) que visem à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- (B) sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, carreira e à garantia de seus Membros.
- (C) sobre matéria relativa a direito penal, processual penal, civil e processual civil.
- (D) já disciplinada em projeto de lei rejeitado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

**85.** Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) o Presidente da República e os governadores dos Estados e do Distrito Federal deverão ser previamente ouvidos nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- (B) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

- (C) entre as matérias de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal incluem-se a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (D) entre os legitimados para propor a revisão ou cancelamento de súmula vinculante estão os Governadores e os Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados.

**86.** Nas disposições relativas à política urbana, a Constituição Federal

- (A) obriga o Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de sanções previstas sucessivamente em seu texto.
- (B) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização com títulos da dívida pública.
- (C) a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas em lei federal.
- (D) prevê a aquisição de domínio de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados por aquele que a possuir como sua, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**87.** Segundo o texto da Constituição Federal, é facultado

- (A) ao Estado garantir a saúde também por meio de políticas econômicas que visem à redução de risco de doenças.
- (B) aos Estados e ao Distrito Federal vincular fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.
- (C) ao Estado fomentar práticas desportivas formais e informais, como direito de cada um.
- (D) ao Estado assegurar ao jovem o direito ao lazer, à profissionalização e à cultura, entre outras prerrogativas.

**88.** Segundo a Constituição Federal,

- (A) é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (B) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes em compartilhamento com a União.
- (C) os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, sem intervenção do Ministério Público nos atos do processo.
- (D) são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições, desde que previstos em lei.

**89.** Segundo o texto da Constituição Federal, é garantido(a)

- (A) a livre manifestação do pensamento, autorizado o anonimato, se houver previsão expressa em lei.
- (B) a plena liberdade de associação para fins lícitos, autorizada a de caráter paramilitar nos termos da lei e pelo tempo que esta fixar.
- (C) aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- (D) a criação de associações e a de cooperativas, que independem de autorização, permitida a interferência estatal nos termos da lei.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**90.** Sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.



- (A) O tombamento voluntário requerido pelo proprietário dispensa a oitiva de órgão técnico para que se determine a inscrição no livro do Tombo e a transcrição no Registro de Imóveis.
- (B) A servidão ou limitação administrativa que impede imóveis vizinhos ao imóvel tombado de efetivar construção que lhe impeça ou restrinja a visibilidade depende de transcrição no Registro de Imóveis.
- (C) O proprietário de bem tombado tem a obrigação legal de conservá-lo e preservá-lo ou, na ausência de meios, colocá-lo à venda por valor correspondente a, no máximo, 80% de seu valor venal.
- (D) Segundo a Constituição Federal, incluem-se, entre os meios ou formas de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, o tombamento e a desapropriação.

**91.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A condenação na esfera penal não repercute na esfera administrativa.
- (B) Órgãos públicos são unidades que agregam atribuições exercidas pelos agentes públicos integrantes, objetivando expressar a vontade do Estado.
- (C) Investidura é o ato que investe o servidor público no cargo ou emprego, mas não em função, não abrangendo a posse, mas o exercício.
- (D) Atos administrativos vinculados são aqueles em que a Administração pode escolher ou decidir no caso concreto segundo critérios de conveniência e oportunidade.

**92.** Sobre o processo administrativo brasileiro, é correto afirmar:

- (A) Instaura-se de ofício ou mediante pedido e o seu resultado pode ser contestado pelo cidadão interessado perante o Poder Judiciário.
- (B) Não pode ser instaurado de ofício em razão do princípio da inércia.
- (C) A regra é que incidam custas processuais, mas é garantida a gratuidade às pessoas que sejam hipossuficientes, não havendo, todavia, sucumbência em honorários advocatícios.
- (D) É possível a exigência de depósito para a interposição de recurso.

**93.** Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) a doutrina administrativista não diverge sobre a responsabilidade por omissão, afirmando ser esta sempre subjetiva.
- (B) prescreve em três anos a ação de indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- (C) se incluem entre as suas causas excludentes a força maior e a culpa exclusiva da vítima.
- (D) a reparação do dano exige a propositura de ação judicial contra a pessoa jurídica de Direito Público, resguardado o direito de regresso contra o agente causador do dano

**94.** Sobre controle dos atos administrativos, é correto afirmar que é

- (A) efetivado pelo Poder Judiciário sobre os atos da Administração, ao fiscalizar e corrigir a sua atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (B) o poder da Administração de fiscalizar e corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (C) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e ocorrerá somente por provocação.
- (D) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade dos atos, mas não o seu mérito, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.

**95.** Sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar que

- (A) segundo o Supremo Tribunal Federal, a revogação da modalidade culposa tem eficácia durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
- (B) segundo o Supremo Tribunal Federal, o novo regime prescricional previsto na lei que dispõe sobre improbidade

administrativa é retroativo, aplicando-se os novos marcos temporais com efeito *ex tunc*.

- (C) a vigente legislação não exige dolo para configuração do ato de improbidade administrativa.
- (D) a atual legislação prevê que, na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades.

**96.** De acordo com a Lei nº 8.666/1993, entre os objetivos da licitação está

- (A) promover o empreendedorismo.
- (B) incentivar a inovação tecnológica.
- (C) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- (D) promover do desenvolvimento regional sustentável.

**97.** Segundo o artigo 37, § 4º da Constituição Federal, a prática de ato de improbidade administrativa acarreta

- (A) o ressarcimento ao erário.
- (B) a impossibilidade de prestar concurso público.
- (C) a perda dos direitos políticos.
- (D) a suspensão da função pública.

**98.** De acordo com o Provimento nº 77/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a designação de responsável interino pelo expediente.

- (A) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre pessoa condenada em decisão, com trânsito em julgado ou proferida por órgão colegiado, apenas na hipótese de crime contra a administração pública.
- (B) Declarada a vacância da serventia extrajudicial, a Corregedoria Nacional de Justiça designará o substituto mais antigo para responder interinamente pelo expediente.
- (C) A designação deverá recair no substituto mais antigo que exerça a substituição no momento da declaração da vacância.
- (D) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente pode recair sobre parente em linha colateral até o terceiro grau, mas não pode sobre parente em linha reta até o terceiro grau.

**99.** A Lei nº 8.935/1994 prevê as hipóteses de infrações disciplinares e penalidades aos titulares dos serviços notariais e de registro. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena de suspensão cabe em caso de reincidência ou de infração que não configure caso mais grave.
- (B) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro constitui infração disciplinar.
- (C) A perda de delegação decorre somente de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) As penas disciplinares previstas são advertência, multa, suspensão e perda de delegação.

### CONHECIMENTOS GERAIS

**100.** A música “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, inscreve-se no movimento

- (A) Pós-moderno.
- (B) Surrealista.
- (C) Dadaísta.
- (D) Tropicalista.